

Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora
Copyright © da Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini
Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girelene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Cândido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
<p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609</p> <p>1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288</p>	
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e consequente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVIDUO SOCIAL CACERENSE

Thais Lara Pinto de Arruda

Rafael Leandro Rodrigues dos Santos

Veruska Pobikrowska Tardivo

CAPÍTULO 2 16

OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS

Loque Arcanjo Júnior

André Luiz Rocha Mattos Caviola

CAPÍTULO 3 28

A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.

Renata Lucena Gribel

CAPÍTULO 4 40

A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ

Sabrina Campos Costa

Edgar Monteiro Chagas Junior

CAPÍTULO 5 52

REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII

Lucas de Paula Souza Troncoso

CAPÍTULO 6 68

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS

Micheli Martins Afonso

Karen Velleda Caldas

Juliane Conceição Primon Serres

CAPÍTULO 7 77

O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]

Luciana da Silva Florenzano

Renata Hermanny de Almeida

CAPÍTULO 8 93

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCASTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

Clodomir Barros Pereira Junior

André Cardim Aguiar

CAPÍTULO 9 109

JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI

Emanuelle de Aragão Arrais

Ana Virgínia Alvarenga Andrade

Ana Cristina Claudino de Melo

CAPÍTULO 10 119

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX

Ronaldo André Rodrigues da Silva

CAPÍTULO 11 135

FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE

Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque

Veleda Christina Lucena de Albuquerque

CAPÍTULO 12 148

ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO

Elis Regina Barbosa Angelo

CAPÍTULO 13 160

A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES

Maísa Fávero Costa

CAPÍTULO 14 173

PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR

Paulo José Lisboa Nobre

Isaías da Silva Ribeiro

CAPÍTULO 15 187

A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL

Larissa Gabe

Mariela Camargo Masutti

Maria Aparecida Santana Camargo

CAPÍTULO 16 198

A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S^A DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

CAPÍTULO 17	214
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA	
<i>Rebecca Campos Leite Alencar</i>	
<i>Isabelle Mendonça de Carvalho</i>	
<i>Thaís Rebouças Vidal</i>	
<i>Amando Candeira Costa Filho</i>	
CAPÍTULO 18	225
A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
CAPÍTULO 19	240
REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO	
<i>Patrícia Thomé Junqueira Schettino</i>	
<i>Fernanda Alves de Brito Bueno</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	258

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE

Thais Lara Pinto de Arruda

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Barra do Bugres – Mato Grosso

Rafael Leandro Rodrigues dos Santos

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Barra do Bugres – Mato Grosso

Veruska Pobikrowska Tardivo

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Barra do Bugres – Mato Grosso
Doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

RESUMO: Partindo-se da necessidade em se gerar uma reflexão sobre a educação patrimonial no contexto da cidade de Cáceres em Mato Grosso, principalmente no que tange a comunidade local que não conhece e tampouco reconhece o valor patrimonial existente. Isso se torna relevante no momento em que é necessário abrir os diálogos sobre os patrimônios. Visto que a degradação física dos bens edificados influencia no desenvolvimento do sentimento de pertença na relação cidadão/cidade, isso se deve principalmente à falta de auto reconhecimento do indivíduo social em relação ao meio urbano histórico cacerense,

em virtude de não existirem meios tangíveis de difundir o conhecimento acerca do patrimônio tombado. Dessa forma objetiva-se entender a educação patrimonial como método de conscientização e sensibilização cultural e histórica. A educação patrimonial vem como um instrumento de importância para a composição do sentimento de cidadania e pertencimento, garantindo ferramentas para se apropriar da cultura e a história que moldou a cidade vivida, motivando o mesmo a ler e interpretar o espaço que o envolve, inserindo-se no processo de construção continuada da história de vida urbana e em seu contexto na comunidade. Assim o indivíduo observador passa a ser um agente ativo de transformação social, intervindo na realidade cotidiana de modo a refletir nos espaços os anseios de suas contribuições, impelindo a legítima efetivação da função social da cidade e da história construída. A reflexão que se lega, transcende os aspectos materiais da contextura do centro histórico de Cáceres, empregando a educação patrimonial como instrumento de mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico, Educação Patrimonial e Cáceres.

ABSTRACT: Starting from the need to generate a reflection on heritage education in the context of the city of Cáceres in Mato Grosso, especially in what concerns the local community that

does not know and does not recognize the existing patrimonial value. This becomes relevant at the moment when it is necessary to open the dialogues on the patrimony. Since the physical degradation of built goods influences the development of the sense of belonging in the citizen / city relationship, this is mainly due to the lack of self-recognition of the social individual in relation to the historical urban environment of Cáceres, because there is no tangible means of spreading the knowledge about the patrimony overturned. In this way, the objective is to understand patrimonial education as a method of awareness and cultural and historical awareness. Heritage education comes as an instrument of importance for the composition of the feeling of citizenship and belonging, guaranteeing tools to appropriate the culture and history that shaped the city lived, motivating the same to read and interpret the space that surrounds it, in the process of continuous construction of the urban life history and in its context in the community. Thus the observer becomes an active agent of social transformation, intervening in everyday reality in order to reflect in the spaces the yearnings of his contributions, impelling the legitimate fulfillment of the social function of the city and the constructed history. The reflection that transcends the material aspects of the historical center of Cáceres, using heritage education as an instrument of change.

KEYWORDS: Historical Heritage, Patrimonial Education and Cáceres.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo trazer a luz reflexões acerca do patrimônio arquitetônico cacerense, a cidade de Cáceres está a 220 km da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá. Ela foi declarada município há mais de 200 anos e abriga em seu contexto urbano muita história materializada em edifícios e monumentos; e também em costumes e apropriações culturais das mais diversas formas; por esse motivo o centro histórico foi tombado pelo IPHAN em 2010.

Este trabalho parte da necessidade em se discutir cada vez mais sobre o patrimônio histórico cacerense e como ele está sendo gerido e divulgado para a sociedade; partiu-se do princípio de que apesar de haver conhecimento sobre o patrimônio arquitetônico e cultural inquestionável, sobretudo, eles não chegam até o convedor final, o cidadão, que por sua vez se coloca impassível em relação aos mesmos.

Contudo, é de grande preocupação destes autores profissionais frutos do Curso de Arquitetura e Urbanismo UNEMAT (Universidade do Estado e Mato Grosso) que possuem uma proposta didático-pedagógica instituindo seu campus de trabalho nas cidades do interior do estado não se ocupando nenhum destes polos educacionais na capital, a visão comprometida a diversidade cultural que não está apenas nas metrópoles, mas que emana significância e importância tal qual, assim como visibilidade. É preciso se atentar a ineficiência da gestão histórica destes bens enquanto patrimônios formadores da urbe e da sociedade cacerense.

Assim objetiva-se através deste artigo colocar a educação patrimonial como uma

medida de intervenção com resultados positivos para a cidade e seus habitantes, que podem através dela ter mecanismos para poderem se apropriar da história e cultura do local onde vivem, assim como exigir com mais veemência dos responsáveis a curadoria e recuperação dos bens históricos. Garantindo que as futuras gerações também tenham acesso a história e cultura responsáveis pela implantação e formação da cidade.

2 | CONTEXTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM GERAL

Quando avançamos o estudo urbano de Cáceres este espaço vai cada vez mais sendo vista e construída através de um processo de trabalhos humanos agregados no que antes era um contexto natural, dessa forma o espaço urbano se coloca em constante mudança, transformando através das pessoas o patrimônio em bem cultural. Essa “cidade” é recebida como herança pelas gerações futuras; e faz com que a o espaço urbano fique à mercê dos sistemas globalizados, principalmente pelo econômico, através da especulação imobiliária da terra urbana, dessa forma é deixado de lado o valor cultural dos bens em detrimento ao valor financeiro especulativo. (ARAÚJO, 2009)

A cidade pode ser compreendida como um conjunto de camadas que durante o passar das décadas vão se sobrepondo e substituindo umas às outras, é de responsabilidade coletiva entender e discernir o que se deve preservar. Visto a evolução das cidades, é impossível garantir através dos anos o fiel uso e preservação de todos os bens edificados (ou não) de um conjunto histórico e cultural, pois, as mudanças ocorrentes nas cidades decorrentes das novas demandas sociais, trazem consigo além de tudo a necessidade de novos usos e novos espaços, que sejam condizentes com o que se passa na atual história urbana. (BERTOCO & MEDEIROS, 2015)

A pluralidade patrimonial age como uma fomentadora urbana das dinâmicas regionais, eles são basicamente as características que identificam os lugares, as cidades e as pessoas que vivem nela; a escolha do que deve ser preservado e de que maneira esses bens patrimoniais serão desenvolvidos e gerenciados, dependerão de uma visão do micro para a macro escala espacial e temporal; assim como entender de que forma os agentes consolidadores irão participar de forma continua.

Na cidade de Cáceres, esta concepção urbana não seria diferente, pois apesar de ser considerada histórica, a urbanidade do município recebe continuamente atualizações no seu centro histórico tombado afim de atender as novas demandas necessárias para a vida urbana. Em uma visão geral sobre o patrimônio edificado no centro urbano cacerense é possível destacar em primeiro lugar uma quantidade considerável de edificações tombadas, que segundo informações cedidas pela Prefeitura do município totalizam 46 unidades; além disso há muitos outros edifícios comerciais, residenciais e institucionais que não são tombados, porém estão em um

perímetro urbano que está desde 2010 sob supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

Essas informações sobre os patrimônios se tornam importantes no momento em que é necessário garantir que as futuras gerações tenham acesso a história do surgimento de Cáceres que é materializada através de sua arquitetura e paisagem, muitas vezes decorrentes do ecossistema ali encontrado, o cerrado e, urbanismo (todo o arredor do mapa de delimitação de área histórica tombada pelo IPHAN), pois a transformação edificativa do centro urbano cacerense está fazendo com que o patrimônio histórico seja subutilizado e subjugado, causando a degradação patrimonial ao ponto de irreversibilidade.

3 I CONTEXTO URBANO CACERENSE

Conceituado por Ferreira (2001) como um “município antigo e de grande expansão territorial”, Cáceres é uma cidade do Estado de Mato Grosso localizada na região centro oeste do Brasil. Fazendo fronteira com a Bolívia, ela está situada a uma distância equivalente a 220 km da capital Cuiabá. Fundada em 6 de outubro de 1778 dado que antes mesmo da sua criação já existia na área que abrangia a até então Vila Maria do Paraguai um povoado constituído por 56 famílias.

Cáceres é uma cidade do Estado de Mato Grosso localizada na região centro-oeste do Brasil. Fazendo fronteira com a Bolívia, ela está situada a uma distância equivalente a 220 km da capital Cuiabá. Fundada em 6 de outubro de 1778 e definida Ferreira (2001) como um “município antigo e de grande expansão territorial”.

Posicionada à margem direita do Rio Paraguai, a população desfruta dos percalços que o curso d’água oferece, onde o mesmo vem a se tornar um elemento cardinal para o acesso de embarcações, o escoamento de insumos e o abastecimento de água. Em virtude dessa condicionante, a formação do traçado urbano cacerense se deu de maneira singular, visto que, os projetos urbanos da Vila Maria, eram provenientes do Império Português para efetivar a sua instauração e a partir disso a sua expansão territorial se dava a proporção em que a densidade populacional se propagava, desse modo, sucedeu o desenvolvimento das demais áreas da cidade, como descreve CHAVES e ARRUDA (2011)

A abertura de novas ruas, por sua vez, também espalhou as atividades econômicas e que tinha no Rio Paraguai a principal via de escoamento. Grande parte das ruas foi aberta no sentido norte-sul margeando toda a extensão da Baía, num traçado mais orgânico do que o traçado embrionário setecentista, o que não significa que as formas retilíneas tivessem sido abandonadas [...] (CHAVES & ARRUDA, 2011)

O processo de colonização influiu muito mais do que apenas no traçado, fomentou a criação da história do município através da promoção dos espaços devido à criação das dinâmicas sociais mais variadas e também a materialização de arquiteturas e edificações de cunho artístico e estilístico; que aliou preceitos e projetos estrangeiros

(Europeus de um modo geral) com técnicas, materiais e mão de obra locais, muitas vezes, isso fez com que nascesse uma arquitetura única na região. Segundo a Prefeitura de Cáceres (2015), no centro da cidade foram tombados 47 (quarenta e sete) imóveis que são considerados patrimônios históricos, eles são o principal motivo para a salvaguarda de todo o contexto urbano.

Com a apropriação da margem direita do Rio Paraguai, a cidade estabeleceu uma relação íntima entre o meio natural e o construído; onde o principal eixo de relações sociais e comerciais sobrevinham naquele ponto; o cais de chegada e escoamento de produtos de outrora foi um dos influenciadores do tecido urbano, uma vez que levando-o em consideração foram estruturados outros equipamentos públicos fundamentais para o desenvolvimento da urbe, a exemplo disso, tem-se o assentamento da Praça Matriz (Atual Praça Barão do Rio Branco), do Marco do Jauru, que simboliza o comemorativo Tratado de Madri, em 1750, e posteriormente a edificação da Catedral São Luiz de Cáceres. Esses três elementos demarcam a área urbana central, de modo que edificações que à margeavam, sejam residenciais e/ou comerciais, estivessem alusivas a ela.

Tendo entendimento sobre isso, é importante ressaltar que além da conservação do patrimônio histórico é preciso levar em consideração os demais aspectos que compõe o centro urbano: a proximidade com o rio e a necessidade de preservação ambiental de suas margens; as dinâmicas sociais cotidianas ocorrentes e também o fluxo turístico elevado durante temporadas todos os anos, efetivada principalmente pelo Festival Internacional de Pesca. A singularidade da cidade se configura principalmente na quantidade de ativos formadores do centro urbano, que se distinguem e se mesclam de maneira a delinear a cultura da cidade, como à exemplo do entendimento do IPHAN:

O município é um testemunho vivo do intercâmbio entre os processos naturais e sociais, em que o rio Paraguai se destaca na configuração do sítio urbano e como principal elemento que marca e interage com a paisagem urbana. A cidade se destacou no incremento da comunicação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, e com a Capitania de São Paulo, pelo rio Paraguai (IPHAN, 2014)

A mudanças passaram a ser mais intensas a partir de 1950, o apogeu dessas transformações se deu com a construção da ponte Marechal Rondon, no início dos anos 60, que comunica as margens esquerda e direita do rio. Este ocorrido desencadeou a expansão em direção a região noroeste do estado que possibilitou a criação de novos distritos, como Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Pontes e Lacerda, entre outras. Esse crescimento territorial e o fervor do desenvolvimento agrícola chamou a atenção de uma nova leva de migratória que projetou a cidade como um polo de produção no Estado e no País.

A medida em que se melhorava as condições do tráfego terrestre entre Cáceres e Cuiabá, a sua ligação com a capital era cada vez mais intensificada, esses avanços vêm a transformar o perfil da cidade, é neste período que ocorre a emancipação dos novos núcleos socioeconômicos. Neste contexto o município vem atuando 1º

Simpósio Científico ICOMOS Brasil Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017 prestigiosamente no cenário socioeconômico, cultural, histórico e ambiental de Mato Grosso. (FERREIRA, 2017)

4 | SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CACERENSE

O processo de colonização de Cáceres influiu muito mais do que apenas no traçado urbano, provocou a criação da história do município através da ascensão dos espaços devido a criação das dinâmicas sociais mais variadas e também a materialização de arquiteturas e edificações de cunho artístico e estilístico; que aliou preceitos e projetos estrangeiros (europeus de um modo geral) com técnicas, materiais e mão de obra locais, muitas vezes, isso fez com que nascesse uma arquitetura única na região, segundo a Prefeitura de Cáceres (2015) a arquitetura histórica local é marcada pelo estilo colonial e pelo neoclássico na maioria dos casarões antigos, porém é possível encontrar também resquícios do Neogótico, ArtDecô e o estilo Eclético; estes foram representados em suas fachadas, frontões e beirais.

O patrimônio histórico carrega muito mais do que a materialidade do bem edificado, traz com sigo significados de vidas que passaram pelo espaço e marcaram sua história. Além disso o bem arquitetônico garante a cidade uma característica paisagística única para Cáceres, dando uma identidade para o espaço público. Por esses e outros motivos é preciso tratar estes bens como parte da história da cidade, pois eles são a história, ou ao menos uma parte do que sobrou dela para nós e as futuras gerações. Segundo dados da Prefeitura de Cáceres, foram tombados 47 imóveis que são considerados patrimônios dentro deste centro, eles são o principal motivo para a salvaguarda de todo o contexto urbano, além das edificações foram tombados também o conjunto urbanístico e paisagístico.

Porém é com grande pesar que o ministério público foi notificado sobre a degradação do patrimônio histórico de Cáceres, como coloca DIOZ (2016) “Verifica se que atualmente o patrimônio cultural de Cáceres, notadamente em sua feição material, tornou se um órfão de três pais, abandonado pelo município de Cáceres, estado de Mato Grosso e Iphan”. Isso se deve principalmente à falta de uma gestão acerca do patrimônio já tombado, que tão e somente carregam este título, porém não recebem a devida atenção em relação a preservação da história material e imaterial.

Abaixo pode se ver de exemplo duas figuras que mostram essa tipologia de patrimônio na cidade de Cáceres (e seus respectivos estados de deterioração):

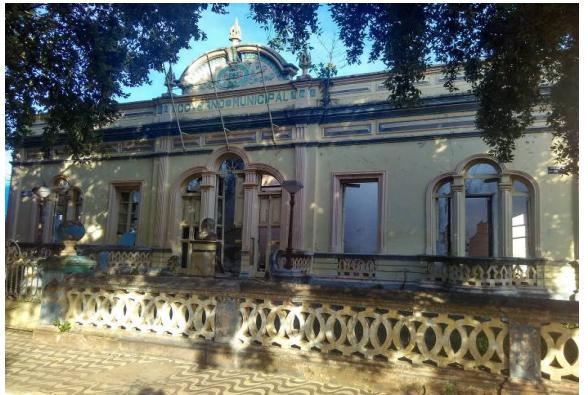


Figura 02 - Imóvel histórico em Cáceres
Fonte: Arquivo do autor

Figura 01 - Imóvel histórico em Cáceres
Fonte: Arquivo do autor

A área de estudo citada neste trabalho é a mesma delimitada pelo IPHAN para o centro histórico de Cáceres. Na figura abaixo é possível entender melhor a dimensão da área em questão, destacado em linha tracejada vermelha está o centro histórico tombado, esta é a área principal, onde se concentram as principais edificações históricas, o traçado urbano e o conjunto paisagístico tombado; à volta desta área no limite da linha tracejada na cor alaranjada está a área de entorno do centro histórico, esta área é importante por se tratar da área da transição, sendo locais onde é possível ainda encontrar traços de patrimônios históricos porém em menor intensidade, a transição é importante para garantir que não haja um choque de paisagem entre o centro histórico e o que está a sua volta, segue a figura:

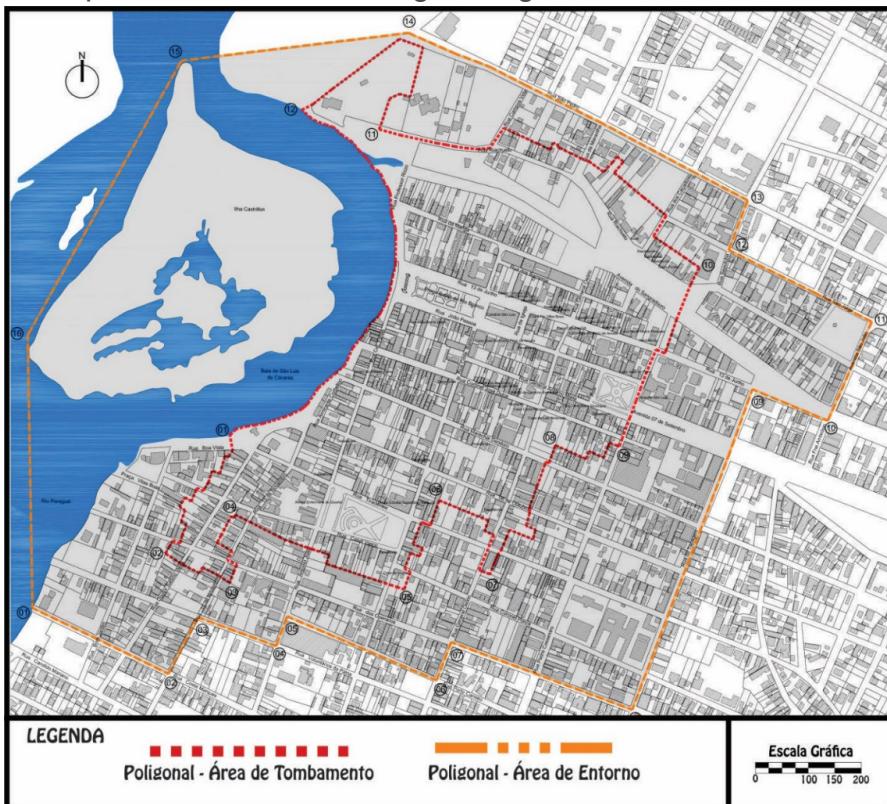


Figura 39 - Delimitação do Centro Histórico / Área de estudo

Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico – Prefeitura de Cáceres (editado pelo autor)

O centro histórico de Cáceres concentra ainda diversos elementos necessários na vida urbana atual, são empreendimentos que variam desde comércios e habitações até o oferecimento de serviços. Todo o contexto do centro urbano é permeado por história e dinâmicas sociais, porém com o passar dos anos a degradação dos imóveis tombados pelo IPHAN, vêm sendo uma problemática do ponto de vista do uso da cidade e do espaço urbano.

É preciso se atentar para a existência de um risco de coerção em relação aos moradores do local, pois a conversão de áreas residenciais em comerciais torna o processo especulação imobiliária mais voraz, e não garante mais aos moradores a possibilidade de convivência plena no local, além da sensação de segurança que é afetada, pois comércios naturalmente atraem mais facilmente a atenção de ações negativas (como roubos e assaltos), é interessante levar em consideração ainda que as áreas com grande predominância comercial, também são responsáveis pelo movimento de pessoas no local, ou seja o maior fluxo de pessoas será nos horários comerciais, sendo assim os moradores dali ficam inibidos de se exporem em outros horários que não esses.

Além disso a degradação visível dos imóveis tombados aliado a falta de informações e programas que ajudem a população a saber sobre a história de sua cidade, faz com que o indivíduo cidadão não tenha orgulho de ter sua história representada pelos patrimônios edificados degradados e sem usos; o descaso com o bem material impacta fortemente no bem imaterial, ou seja, a falta de políticas públicas tanto para a recuperação dos imóveis, quanto para a criação de programas que levem o conhecimento sobre a história para as pessoas, faz com que cada vez mais a narrativa do surgimento cacerense seja deixada de lado; em detrimento a isso os novos sistemas de se construir e os pensamentos globalizados consomem veemente a importância da história da vida urbana para a cidade e a sociedade de Cáceres.

5 I EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – CONCEITOS E TEORIAS

Para que haja melhor compreensão sobre o assunto, faz-se necessário introduzir algumas concepções que envolvem a temática discursada. Segundo Horta (1999), a educação patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, isso vem a acontecer por meio da experiência e da contiguidade imediata com as mais diversas formas de manifestações culturais, em seus múltiplos aspectos, vertentes e acepções. Indo em consonância com esse pensamento, Castro (2005) defende que:

A Educação Patrimonial significa valorizar os aspectos que caracterizam a sociedade e o local de vida da comunidade. As peculiaridades que compõem a história, o passado, são a “marca registrada” da identidade. A Educação Patrimonial procura descobrir os valores, costumes, hábitos, aspectos da vida, lendas, cultura material e particularidades do ambiente, afim de revitalizá-los para que toda a comunidade tenha acesso a essas informações. CASTRO, 2005

Desta forma, esse método de educação é tido como um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita o cidadão fazer leituras e interpretações do mundo em que o rodeia, levando-o a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que vive. Com isso, além da efetivação da valorização da cultura, esse procedimento motiva o reforço da autoestima dos indivíduos e da comunidade aferindo a eles um caráter de identificação e pertencimento. (HORTA et all, 1999)

Uma das intenções da educação patrimonial é integrar os conhecimentos acerca da memória e cultura de um povo através de métodos educativos que venham incentivar a leitura do mundo em que o indivíduo está inserido, considerando principalmente o patrimônio que o rodeia. (NOGUEIRA, 2015). Em concordância com esta afirmação, a publicação “Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos”, do IPHAN determina que:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não por que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para o seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetivadas comunidades detentoras e produtoras de referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014)

Esse método educacional consiste basicamente na promoção de diversas situações que estimulam o aprendizado sobre a cultura local, as suas variadas formas de manifestação, os seus processos e produtos. O intuito é despertar o interesse no ser social, de maneira que os mesmos venham entender e resolver questões significativas para a sua própria vida, pessoal e coletiva, dado que, o meio ambiente histórico e as riquezas culturais tendem a se tornar agentes provocadores, capazes de despertar variações de sentimentos e curiosidades, estimulando o indivíduo a conhecer, se interessar e consequentemente se identificar como formador de memórias e perpetuador da cultura local. (HORTA et all, 1999)

Apropriar-se de seu patrimônio é identificar-se nele, é fortalecer o senso de pertencimento ao grupo do qual ele representa simbolicamente a identidade. Significa construir uma identidade a partir dos traços de um passado comum. (IPAC,2017)

A aquisição de conhecimento e a apropriação dos bens histórico-culturais por parte da comunidade é um fator vital para o êxito e a subsistência desse processo educativo. Assim como, para que ocorra a re-cognição dos patrimônios, é fundamental

que haja em primeiro lugar o reconhecimento por parte do indivíduo, desta maneira a educação patrimonial é a vertente pelo qual esse processo se torna viável. (CASTRO, 2005), Farias (2002) vem afirmar isso quando diz que:

Cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É sua responsabilidade sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial. CASTRO, 2005 apud FARIAS, 2002.

Sendo assim, facilitar à comunidade local e aos turistas, acesso a elementos e formas que propiciem a leitura e a interpretação do Patrimônio Cultural, podem motivar o auto reconhecimento do ser social como agente responsável pela conversação e propagação das memórias e culturas, tidas como a marca efetiva da identidade do meio social em está inserido, assim como também, a reflexão e a aprendizagem do seu papel na configuração deste mesmo meio e a valorização das suas características individuais no processo de recepção de visitantes, para que haja, consequentemente, um “intercâmbio cultural”.

6 I HISTÓRIA URBANA E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

A cidadania teve sua origem histórica atribuída a polis grega, que através de reformas sociais e criações de conceitos sobre a sociedade em si, formulou um sistema de estado que preponderava a participação da sociedade em geral para as tomadas de decisões em relação ao bem comum. A partir disso surgiu então o que conhecemos hoje como democracia, que é um tipo de governança baseado na decisão da maior parte da população. Através dos conceitos base idealizados pela sociedade grega conseguimos definir os sistemas políticos, sociais e até mesmo econômicos que utilizamos atualmente, o indivíduo foi então concebido como cidadão, passível de ser ouvido e agente de transformação da cidade. (THOMAZ e OLIVEIRA, 2007)

É preciso entender que o indivíduo grego foi colocado como centro para as tomadas de decisões na polis grega, participando ativamente da formação da cidade em si, institucionalizando uma ligação direta entre as transformações urbanas e sociais e o indivíduo cidadão. Esta participação pode proporcionar as pessoas melhores perspectivas sobre vida urbana, estreitando os vínculos entre o que era oferecido pelo Estado e o que era necessário pela maior parte da sociedade.

Utilizando o contexto da polis grega é possível perceber que a sociedade à qual somos hoje, é fruto de um longo processo de formação e afirmação social, embasados nas necessidades e anseios da maioria da população do local em questão. Esta possibilidade de participação social readequou a vida na cidade, fazendo com que o indivíduo contribua para a concepção de novos e mais condizentes caminhos para com a realidade vivida pela coletividade. O indivíduo passa então a ter importância

intrínseca para a composição da realidade urbana, fazendo com que o sentimento em relação ao status quo da urbe seja também de sua responsabilidade.

Essa relação entre a cidade e os seus bens materiais e imateriais garantem que os espaços e edificações se transformem e marquem a época em que estão inseridos, assinalando fisicamente na história temporal a participação do ser humano local na construção urbana, assim como instituindo novas culturas e reforçando as antigas, dando a cidade sua característica única, sua identidade. Porém, isso só acontece em sua grande parte quando a situação política do município favorece a liberdade de expressão e ouve atentamente o que seus habitantes anseiam, este processo desenvolve o método de coparticipação urbana, onde o indivíduo é livre para expressar a sua opinião e sabe que suas demandas serão ouvidas, à partir daí as ações urbanas se desenrolarão.

A História é uma palavra polissêmica que pode ser sintetizada em 3 definições, segundo BONDARIK (2006):

1. Aos fatos e aos processos reais ocorridos no espaço e no tempo.
2. À ciência ou à disciplina científica que estuda os fatos e processos, e cujos especialistas são historiadores.
3. Ao conjunto das obras que narram os fatos e os processos e são resultado do trabalho dos historiadores.

É possível perceber através dos conceitos acima, que a história nada mais é do que a materialização da vida humana no local em que se vive, demarcando na temporalidade os fatos decorridos das interações humanas; ressalta-se ainda o meio ambiente urbano como o principal palco de registros dessas interações. Os fatos que ocorrem no espaço urbano, se dão quase que totalmente por ações humanas, excetuando-se os eventos naturais; o conhecimento desses fatos se torna intrínseco para o processo de reconhecimento do indivíduo em seu espaço de vida cotidiana.

Ao conhecer a história do local em que vive o cidadão pode entender de que forma a cidade foi constituída, quais seus objetivos e funções e através disso reformula-los afim de adequar o meio ambiente urbano para atender as novas demandas, porém, mais importante do que isso, ele saberá qual a importância de cada bem, seja ele edificado ou não, e de que forma eles se interligaram para constituição da história e cultura do local em que se vive; com isso preservando para futuras gerações o acesso a história do local em que está inserido.

É perceptível empiricamente que o processo de apropriação cultural e histórica ainda se encontra muito distante da realidade ideal para a preservação da história do município de Cáceres. Entendemos aqui que é essencial o acesso facilitado à história do município, tornando palpável o sentimento em se preservar os bens materiais e imateriais inerentes a constituição da cidade, relevando sua importância na formação do Estado de Mato Grosso e na fixação de fronteiras brasileiras. É preciso inserir as

atuais e futuras gerações no contexto histórico da cidade em si, elevando o patrimônio histórico como sendo uma parte do surgimento e o motivo da existência do lugar, mostrando e corroborando que a atualidade é fruto dos acontecimentos passados; e foram essas tomadas de decisões que influenciaram no que a cidade é hoje.

Portanto o conhecimento da história da cidade onde se vive, ajuda de forma pragmática a formação do cidadão consciente com o espaço que o rodeia e faz com que ele esteja apto a entender o contexto urbano e agir de acordo com a necessidade de transformação e/ou preservação. Ao se apropriar do conhecimento sobre a história do lugar onde se vive o cidadão apropria também da cidade, passa então a ter uma estreita relação se mistificando com a história ao entender que faz parte dela, construindo-a. (SOUZA e SILVA, 2012)

7 | EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA NA SOCIEDADE CACERENSE

A memória e o patrimônio são direitos sociais imensamente vastos, onde toda a sociedade tem a necessidade de se envolver para que os mesmos sejam devidamente valorizados. Tendo conhecimento sobre isso, acredita-se que para fomentar a educação patrimonial no uso dos espaços públicos existentes meio urbano significa gerir um sentimento de pertença em cada ser social, valorizando histórias e envolvendo os cidadãos que, a partir disso, se reconhecerão como parte de delas, expandindo assim a percepção de valores sobre si mesmo e o sobre o ambiente em que está inserido. (NOGUEIRA, 2015 Apud. DIAS; ROCHA, 2014)

Nessa perspectiva, acredita-se que no meio social cacerense, esse processo educativo deve ocorrer por meio da formulação do conhecimento sobre tudo que aquilo que envolve a sua história, cultura, meio ambiente e os seus patrimônios, que possuem um caráter particular na atuação da formação do estado de Mato Grosso e agregam valores eminentes nos ramos da arquitetura, do urbanismo, da história entre outras.

Por meio da interação das entidades que compõem a comunidade, como escolas, instituições, igrejas, associações e outras mais, juntamente com o acesso facilitado dos métodos de conhecimento que a educação patrimonial se apropria, o processo de transformação do ser intelectual acontece efetivamente, de maneira que o seu modo se ler, compreender e atuar como parte constituinte do contexto histórico-local são modificados.

Para identificar e valorizar é preciso preservar o patrimônio, e para preservar é preciso conhecer. Esse conhecer pode ser obtido através da Educação Patrimonial, conscientizando a comunidade sobre a importância da preservação do patrimônio que se encontra ao seu redor. CASTRO, 2005.

Por meio da transformação do ser intelectual do ser social cacerense e do seu

modo de perceber o patrimônio histórico, a sua área de estudo passa a ser entendida como de fato deve acontecer, sendo assim, essas mudanças começam a afetar o meio social e a influenciar no cotidiano da cidade e do indivíduo em relação a todas as obras que o rodeia. Seguindo esse pressuposto, a IPAC (2017) coloca que “o sujeito-aprendiz é sempre um elemento ativo, que procura compreender o mundo que o cerca e que busca resolver as interrogações que esse mundo provoca”.

Nisto, se consiste a educação patrimonial como instrumento de mudança, em estimular a percepção cultural e histórica de uma sociedade, na qual a sua identidade deve ser reafirmada e perpetuada por gerações, de maneira que a sua expressão histórica e cultural não seja tão somente avivada como também vivida pelo seu povo. Tudo isso, aplicado ao contexto da cidade de Cáceres ganha uma grande repercussão no momento quem que toda a sua contextura urbana abrange características particulares que tendem a projetar o desenvolvimento “saudável” da urbe, provocar a afirmação no âmbito cultural, gerar no indivíduo o apreço pela sua história e consequentemente a fomentar o seu auto reconhecimento como cidadão influenciador, criador e disseminador da história da cultura e do patrimônio de Cáceres.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é uma parcela da contribuição acerca do patrimônio cultural cacerense. Verificamos que há uma fragilidade nas discussões patrimoniais locais da cidade histórica cacerense, tanto que este espaço se degrada facilmente, inclusive pela população local não perceber a importância sobre a história materializada que os rodeia assim como, sequer reconhecer sua identidade impressa nestes edifícios.

Constatamos aqui, que são necessárias com certa urgência as iniciativas públicas, privadas e institucionais com a função de salvaguardar material e imaterialmente o patrimônio histórico de Cáceres; pois através deste trabalho percebeu-se que a Educação Patrimonial é um dos possíveis primeiros passos para o processo de recuperação de história e cultura subjetiva; pois pode antes de tudo reavivar a memória do cidadão sobre a história de como a cidade surgiu e se firmou até os dias atuais.

O trabalho aqui desenvolvido vem se juntar as muitas outras intenções já feitas por vários autores cidadãos cacerenses ou não, em se discutir o patrimônio histórico e cultural da cidade e a forma como ele está sendo gestado. Isso se torna cada vez mais importante visto a falta de preocupação dos próprios moradores da cidade para com seus patrimônios, principalmente pela falta de reconhecimento daquilo que os cerca.

Foi percebido através desta discussão que a adoção da educação patrimonial no município irá fomentar sistematicamente a criação de laços entre a população cacerense e os patrimônios históricos e culturais, tentando desta forma promover a apropriação destes dois elementos urbanos. A história de Cáceres assim como algumas outras cidades de Mato Grosso é contada materialmente por edifícios e monumentos,

é preciso através de ações articuladas garantir que eles não deixem de existir, pois dessa forma as futuras gerações poderão entender o surgimento e desenvolvimento do lugar em que vivem.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. M. (2009). **Instrumentos urbanísticos na preservação do patrimônio - áreas de conservação e planos urbanos**. Em G. M. ARAÚJO, J. A. ASKAR, & M. P. MIRANDA, Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS. Fonte: <https://saojoaodelreittransparente.com.br/works/view/921>
- BERTOCO, C., & MEDEIROS, A. E. (2015). **Sustentabilidade, Planejamento Urbano e Instrumentos de Gestão do Patrimônio e da Paisagem Cultural em Bento Gonçalves/RS**. Paraná: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Olhares da Reabilitação ambiental sustentável. Fonte: <http://www.periodicos.unb.br>
- BONDARIK, Roberto. **História – Definições e Conceitos**. Jan. 2006, Paraná. Disponível em: <<http://robertobondarik.blogspot.com.br/2006/01/histria-definies-e-conceitos.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017
- CASTRO, Claudiana Y. **A Importância da Educação Patrimonial para o Desenvolvimento do Turismo Cultural**. In: III SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, ago. 2005, Caxias do sul. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt5-a-importancia.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017
- CHAVES, O. R., & ARRUDA, E. F. (2011). **História e Memória: Cáceres**. (UNEMAT, Ed.) acesso em 03 de 11 de 2016, disponível em Portal UNEMAT: http://www.unemat.br/reitoria/editora/downloads/elettronico/historia_memoria_caceres.pdf
- DIOZ, R. (09 de 05 de 2016). **MPF aponta que patrimônio histórico-cultural de Cáceres MT está ‘órfão’**. Acesso em 17 de 10 de 2016, disponível em Diário de Cáceres: <http://www.diariodecaceres.com.br/exibir.php?noticia=13363>
- FERREIRA, João Carlos V. **História de Cáceres**. In: PORTAL MATO GROSSO, jan. 2017. Disponível em: <<http://portalmatogrosso.com.br/municipios/caceres/historia-de-caceres/442>>. Acesso em: 11 abr. 2017
- HORTA, Maria de Lourdes P. et all. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. In: PORTAL IPHAN, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em 7 abr. 2017
- IPAC. **Conceitos Gerais de Educação Patrimonial**. In: IPAC BAHIA, 2017. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/conceitos-gerais/>>. Acesso em: 08 abr. 2017
- IPHAN. (2014). **O Iphan**. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Acesso em 10 de dezembro de 2016, disponível em Portal IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/>
- NOGUEIRA, Pedro R. **Educação Patrimonial é Aprender com o Mundo e a Cultura que Construímos**. In: CIDADE ECUCADORA, set. 2015. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/07/07/educacao-patrimonial-e-aprender-com-o-mundo-e-a-cultura-que-construimos/>>. Acesso em: 11 abr. 2017
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT. (2014 - 2017). **História de Cáceres**. Acesso em 29 de 10 de 2016, disponível em Cáceres - Governo Municipal: <http://www.caceres.mt.gov.br/Caceres-Historia/>

SOUZA, Ézio José S. SILVA, Edna Maria R. **REFLEXÃO E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA: A Importância do Ensino de História das Séries Iniciais do Ensino Fundamental em Parnaíba - PI.** In: IV FIPED, 2012, Campina Grande. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/b0d981e191570f5b3b0c101b57bd7527_1704.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017

THOMAZ, Lurdes. OLIVEIRA, Rita de Cássia. **A Educação e a Formação do Cidadão Crítico, Autônomo e Participativo.** 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017

OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS

Loque Arcanjo Júnior

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)

Belo Horizonte- Minas Gerais

André Luiz Rocha Mattos Caviola

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)

Belo Horizonte- Minas Gerais

RESUMO: O artigo consiste numa reflexão que possui como eixo o estudo as complexas relações entre o regime de sensibilidade contemporâneo, a fotografia e a educação patrimonial. Em diálogo com outras fontes, tais como, fontes orais, periódicos, e outras construções da memória, a produção de diferentes significados apresentados pelas imagens fotográficas e sua circulação se apresentam como exercícios de interpretação do patrimônio. Juntamente com a pesquisa bibliográfica e documental, a partir do uso da fotografia, pretende-se apresentar uma perspectiva pedagógica como instrumento de educação patrimonial. Além de se apresentar as experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo da pesquisa, o texto pretende valorizar a produção estética e científica daqueles envolvidos no trabalho na busca por diferentes significados e formas de apropriação do espaço urbano, com o objetivo de debater sobre o direito à cidade na contemporaneidade a partir do estudo da história do bairro Lagoinha localizado na cidade de Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Patrimônio; Cidade.

ABSTRACT: The article consists of a reflection that has as its axis the study the complex relations between the regime of contemporary sensibility, photography and patrimonial education. In dialogue with other sources, such as oral sources, periodicals, and other constructions of memory, the production of different meanings presented by the photographic images and their circulation are presented as exercises of interpretation of the patrimony. Together with bibliographical and documentary research, from the use of photography, we intend to present a pedagogical perspective as an instrument of heritage education. In addition to presenting the pedagogical experiences developed throughout the research, the text intends to value the aesthetic and scientific production of those involved in the work in the search for different meanings and forms of appropriation of urban space, with the objective of discussing the right to the city in the contemporaneity from the study of the history of Lagoinha neighborhood located in the city of Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE: Education; Patrimony; City.

O BAIRRO LAGOINHA ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

Na década de 1990 marcou a intensificação da produção acadêmica e historiográfica sobre Belo Horizonte caracterizada pela reflexão crítica sobre os impactos da modernidade na cidade. Nestes trabalhos, destacam-se as relações contraditórias entre os processos de modernização da cidade e a sociedade belo-horizontina. É muito significativo notar nestas produções o relativo destaque dado às formas de resistência e à permanência de uma rica cultura presente nas práticas culturais e modos de vida da população que carrega, até os dias atuais, diversos simbolismos que marcam as identidades. Planejada por engenheiros e técnicos, a cidade de Belo Horizonte foi inicialmente formada por áreas distintas – urbana, suburbana e rural, e abrigou uma grande quantidade de migrantes e imigrantes. Estes, em sua maior parte, foram para as áreas suburbanas, entre as quais podemos destacar o bairro Lagoinha.

Este bairro tradicional da cidade se desenvolveu fora do alcance das políticas públicas mais verticalizadas, até a década de 1950. Entre os anos de 1960 e 1990, o crescimento urbano resultou em diversos projetos patrocinados pelas autoridades públicas que impactaram de forma negativa sobre o patrimônio e a cultura local. Apesar de diversas intervenções urbanas, em meio a um crescimento desordenado durante décadas, a comunidade local permanece e mantém seus costumes, referências culturais e formas tradicionais de associação no contexto da cidade, como parte da dinâmica cultural e da resistência de uma posição social marginalizada. A boemia, por exemplo, é um dos elementos desta tradição destacado pela historiografia como representação desta intensa vida social que marcou a vida social e que se mostra presente na memória coletiva nos dias atuais.

Destaca-se a presença desta intensa vida social no bairro Lagoinha por este ter sido, “desde o início, um bairro boêmio, de tradição musical, sobretudo do samba, e da prostituição no espaço da cidade.” (Freire, 2009, p. 14). Por este motivo, de acordo com a autora, o bairro foi comparado por vezes com a Lapa, no Rio de Janeiro. Para ela, os anos 1950 foram caracterizados pela boemia e pela centralidade atribuída à Praça Vaz de Melo, demolida em 1981 para a construção do complexo viário da Avenida Antônio Carlos que tinha como objetivo as melhorias no trânsito. Como símbolo do bairro, esta demolição causou indignação de muitos intelectuais, pesquisadores, mas fundamentalmente de moradores mais antigos. Esta modernização dialoga com a necessidade higienista de “limpar” a cidade e trazer mais conforto para a população, pois a violência e outros fatores negativos eram recorrentemente atribuídos ao bairro: o Lagoinha traz a marca de um bairro caracterizado como de área em “decadência”, portanto, perigosa e desvalorizada. Além disso, a presença da Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos fizeram do bairro a imagem da violência e do descaso (Freire, 2009).

Por um lado, de acordo com Freire (2009), a abertura das avenidas D. Pedro II e Antônio Carlos e a construção dos elevados colocaram o bairro numa condição de

isolamento que reforçaram o cenário de abandono que já vinha desde sua fundação como um local marcado pela violência urbana e pela exclusão. Desde o início da construção do Túnel da Lagoinha a partir de 1968 aos dias atuais, em especial após reformas urbanas de 1981;1994-1996 e 2004, assiste-se, de acordo com a autora, a redução dos espaços de sociabilidade e, por conseguinte, uma crise de identidade entre os moradores e a população de modo geral.

Por outro lado, o que se percebe que a Lagoinha é um bairro rico em produções simbólicas por parte de seus moradores e não moradores. Desta forma, torna-se necessário mapear as diferentes representações construídas acerca do bairro que por muitas vezes podem se apresentar contraditórias em relação à “realidade”, mas que a partir de sua valorização, ajudam a compreender como os sujeitos constroem um imaginário sobre a Lagoinha e sobre sua própria existência.

Dentro deste cenário de degradação e abandono sob o qual se apresenta historiograficamente, o bairro Lagoinha, podemos identificar a importância dos diversos instrumentos de conservação do patrimônio que são considerados como fundamentais para este exercício político e identitário, tais como os inventários e dossiês de tombamento, instrumentos tradicionais do campo de preservação do patrimônio que bem explorados, metodologicamente, poderiam ultrapassar a função original de produzir registros de bens a serem protegidos e buscar um “diagnóstico interdisciplinar que forneça bases mais segura de dados bem como metodológicas de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes (...)”, (Castriota, 2009, p.190).

Diferentemente da perspectiva tradicional de inventário, com raiz na década de 1930 no contexto de criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) que entendia os conjuntos urbanos e a cidade como “expressão estética visualizados de acordo com os “critérios estilísticos”, valorizando os “monumentos arquitetônicos”, o final dos anos 1960 aponta para outra perspectiva em relação ao conceito de inventário. Começa a despontar o conceito de “sítio urbano” que vem substituir a noção de “cidade monumento” (Castriota, 2009, p.190).

No Brasil, esta mudança vem acompanhada de uma relativa descentralização das políticas de patrimônio com a realização de importantes inventários em nível estadual, como o do Estado da Bahia e o IPAC-MG. Sobre o IPAC (Inventário de Proteção do Acervo Cultural), iniciado em 1984, Castriota afirma que, “se a partir do texto de apresentação já se pode notar que o IPAC-MG parte da concepção ampliada de patrimônio e procura evitar a “discriminação monumental”, é interessante notar ainda a permanência da perspectiva tradicional de que é preciso inventariar para proteger, ato que ainda é visto como sinônimo de tombar”. Desta forma, “no que se refere aos bens culturais urbanos o IPAC-MG funciona como uma catalogação de bens culturais notáveis”, (Castriota, 2009, p. 192-193).

A partir de 1993, dentro das diferentes experiências de valorização do patrimônio no contexto de ampliação do Complexo viário da Lagoinha a partir de 1994, o Inventário

de Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais foi uma iniciativa que tentou se adaptar à necessidade de ampliação da noção de patrimônio, a partir da ampliação do conceito de cultura e da documentação mais abrangente na busca por uma integração maior com a política urbana geral do município. Este registro do patrimônio urbano e cultural, pensado de forma mais ampliada, tinha como objetivo servir de base para um planejamento mais cuidadoso que deve levar em conta as diferentes identidades nos seus diversos aspectos: econômicos, sociológicos, arquitetônicos, históricos.

Ao analisar o lugar da Lagoinha no contexto do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte desenvolvido a partir de 1993, Castriota afirma que “esta realidade multifacetada foi captada pelo inventário que mapeou não apenas a arquitetura e a conformação urbana local, mas traçou um detalhado retrato sócio-cultural do bairro (...) com o objetivo de não apenas realizar a obra viária, mas desencadeara reabilitação da área”, (Castriota, 2009, p. 195).

Este plano, denominado “Projeto Lagoinha”, trazia alguns fundamentos norteadores: o caráter participativo, processual e o sentido de preservação das identidades locais. Dentro da perspectiva metodológica da reabilitação integrada, o projeto agrupava quatro programas: requalificação ambiental, revitalização econômica, revitalização cultural e desenvolvimento urbano e social. Entre os anos de 1995 e 1996, diversas ações desenvolvidas pelo Projeto Lagoinha pareciam oferecer uma alternativa ao tombamento pois no final de 1996 os resultados do projeto começavam a surgir (entre eles a (re)construção de um espaço de comércio, lazer e cultura - o Mercado da Lagoinha), e fundamentalmente a adesão por parte da população, além de uma importante visibilidade na mídia e fóruns de discussão.

Como ocorre com diversos projetos, os contextos de mudança de governo e, por consequência, da gestão pública, após as eleições de 1996, apesar da equipe técnica apresentar uma proposta de continuidade das ações a médio prazo e apesar de longas negociações, como afirma Castriota, o Projeto Lagoinha foi interrompido sendo mais uma “vítima da descontinuidade administrativa que caracteriza a gestão pública brasileira (...) a consequente desarticulação da estratégia integrada adotada provocaram uma série de impasses no que se refere à preservação do patrimônio daquela região de Belo Horizonte, que permanece até os dias atuais” (Castriota, 2009, p. 256-257).

EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E FOTOGRAFIA: INTERPRETAÇÃO E SENSIBILIDADE

No contexto das políticas de preservação estão em jogo também a construção de diferentes perspectivas para as relações entre Educação e Patrimônio, perspectivas que abrem outras possibilidades para a conservação da memória. Desde os anos

1920, no contexto do modernismo, quando determinados bens culturais estavam voltados para a preservação de uma memória nacional, Mário de Andrade apontava para a necessidade de preservação da memória da nação. Neste sentido, as relações entre Educação e Patrimônio já se encontram implícitas na matriz da constituição das políticas de patrimônio deste o início do século no Brasil, pois a questão da educação sempre esteve ligada à preocupação com a preservação e conservação de bens culturais desde este contexto de construção da identidade nacional.

Porém, apesar destas matrizes se constituírem nos anos 1920 e 1930, de acordo com Pereira e Oriá (2012), a difusão do conceito de educação patrimonial tem como marco o trabalho e as experiências de Maria de Lourdes Horta, em meados dos anos 1980, a partir dos trabalhos desenvolvidos no Museu Imperial. Para esses autores, apesar da importância de seu trabalho, a contribuição de Horta consiste numa proposta voltada para o objeto de educação museal, além de focar na manutenção e conservação apenas dos bens de natureza material e se tratar de uma perspectiva instrumental na busca pela manutenção de uma memória nacional. Instrumentalidade esta que perde a dimensão de atores, dos sujeitos do processo de aprendizagem enquanto sujeitos históricos.

Estas mudanças nas relações entre educação e patrimônio estão ligadas às transformações no campo da História enquanto campo do conhecimento. Maria Izilda de Matos, ao pensar as relações entre historiografia e cidade, aponta o estudo do cotidiano como um destes elementos que emergem como objetos de pesquisas. Os estudos sobre cidade se alteram: da cidade como “palco” de uma história a ser narrada, as perspectivas mais recentes passaram a apresentar a cidade como “espaço de memória” (Matos, 2002, p. 14). Neste mesmo sentido, para Freire, “entender como uma cidade se imagina é importante para percebermos a maneira como ela determina os seus bairros e, por conseguinte, como os bairros se formam e vivenciam o seu cotidiano enquanto peça de um conjunto que é a cidade. Este pode ser um valioso ponto de partida”. (Freire, 2009, p. 17).

Com as transformações sociais e identitárias dos anos 1990, percebe-se uma mudança de paradigma no que diz respeito às relações entre educação e patrimônio.

A ampliação do conceito de Patrimônio Cultural e os novos paradigmas de preservação da memória acarretaram repercussão no mundo da educação. Na verdade, a admissão das dimensões imateriais do Patrimônio Cultural altera as práticas educativas fundamentalmente porque admite um universo ampliado de bens como participantes dos gestos de referência patrimonial, com foco nas relações intersubjetivas mediadas pelas noções afetas ao patrimônio. Não se trata apenas ou simplesmente de uma ampliação de bens de patrimônio, mas de uma mudança de concepção. A noção de patrimônio imaterial requer a consciência do que mais do que preservar um objeto como testemunho de um processo histórico, é necessário valorizar os saberes que o produz, permitindo a vivência de tradições, saberes, saber-fazer, conhecimentos, celebrações, práticas, sonoridades etc., no tempo presente. As concepções que orientam os registros de patrimônio imaterial requerem reorientação dos processos educativos para percepção do patrimônio como vivente na vida em curso. (Pereira e Oriá, 2012, p. 168).

Para Figueiredo (2002), a educação patrimonial, por estar em diálogo com uma pluralidade cultural pode ser definida como um tema transversal, uma vez que possui o objetivo de ensino, aprendizagem e transformação social. Fazendo com que os alunos enxerguem através de várias abordagens a importância do patrimônio e suas práticas de valorização.

Pereira e Oriá (2012) destacam a necessidade de ampliação das “dimensões sensíveis na abordagem educativa, com inclusão de percepções, sensações, e a capacidade imaginativa dos sujeitos na produção da cultura”. No contexto atual, os processos educativos estão diretamente ligados às transformações da Educação, mas também do Patrimônio Cultural. Estes movimentos contemporâneos em curso nos processos educativos parecem-nos tributários das transformações advindas tanto da Educação quanto do Patrimônio Cultural. Estas mudanças tornam-se também desafios teórico-metodológicos para pensarmos a pesquisa no campo da Educação Patrimonial

Dentre estas questões, o trato com as tecnologias é um dos temas que vem recentemente sendo discutidos com muita frequência, pois o uso destas não está ligados apenas a renovação de recursos técnicos, mas se apresentam como instrumentos de interpretação das subjetividades relacionadas a apropriação e interpretação do patrimônio: tema caro à Educação Patrimonial.

A tecnologia, para Benjamim (1996), transformou a experiência humana e que nem por isto não consistiu no outono da experiência estética. Neste sentido, a palavra estética que deriva do grego *aisthesis* significa ‘aquilo que é sensível e deriva dos sentidos, toma, no artigo de Benjamim seu sentido original. A “Era da reproduzibilidade” trouxe consigo outra cultura estética, uma outra noção de experiência estética e não o fim do belo como preconizavam os românticos.

Em outro artigo intitulado *Pequena História da Fotografia*, Benjamin (1996) demonstra como a imagem reproduzida pela máquina fotográfica ao invés de reduzir a arte à reprodução da realidade, amplia as possibilidades “do olhar sobre o real”. Neste sentido, a fotografia cria um novo olhar sobre o mundo e, desta forma, traz uma outra sensibilidade, uma outra *aisthesis* uma outra percepção do sensível na contemporaneidade.

Para Ranciere, para que as artes mecânicas tal como a fotografia e o cinema possam dar visibilidade aos anônimos, às massas, estas devem ser praticadas e reconhecidas como outra coisa que não técnicas de reprodução e difusão. “Porque o anônimo tornou-se um tema artístico sua gravação pode ser uma arte” (Rancière, 2005, p.46). Para o autor, “não foram o cinema e a fotografia que determinaram os temas e os movimentos de focalização da nova história. São a nova ciência histórica e as artes da reprodução mecânica que se inscrevem na mesma lógica da revolução mecânica” (Rancière, 2005, p.49).

O projeto *Olhares sobre o Bairro Lagoinha* tem como área prioritária de estudo a Educação Patrimonial e sua interface com as tecnologias caminham nesta direção e se identifica diretamente com o grupo de pesquisa *Educomunicação: Mídia, Educação*

e Organizações, em especial com a linha de pesquisa Educação, Mídias e Cidade. Este grupo de pesquisa vinculado ao Centro Universitário de Belo Horizonte tem como proposta a discussão na interface dos processos de formação refletidos nos espaços urbanos, pelo viés do uso das mídias, em cuja perspectiva se constrói atividades educativas de trabalho crítico, que se desenvolvem no espaço de leituras sociais, feitas a partir de produtos e processos midiáticos.

O Grupo tem como objetivo desenvolver pesquisas sobre a inter-relação Comunicação/Educação também no âmbito de instituições, organizações e sujeitos, que tenham a formação e a transformação pelo conhecimento como constitutivas de determinadas atividades e interações sociais. O Grupo busca compreender o potencial, meios, usos e técnicas da Educomunicação no envolvimento com o sujeito social, focando principalmente nas organizações, corporações e instituições, a fim de verificar o que pode resultar na melhor utilização de tais ferramentas, assim como dos dispositivos da Comunicação.

Com o objetivo de estabelecer um diálogo entre os alunos do curso de História do Instituto de Educação do Centro Universitário de Belo Horizonte (IED - UniBH) e a comunidade do bairro Lagoinha, o projeto *Olhares Sobre o Bairro Lagoinha: educação patrimonial, imagens, cotidiano e memórias* foi estabelecido de acordo com os seguintes critérios: a) participação direta dos alunos; b) leitura da bibliografia referente à historiografia sobre o bairro c) encontros para discussões, elaboração de pesquisa de campo e estudos bibliográficos sobre os seguintes temas: Educação e Patrimônio; fotografia como fonte/objeto de pesquisa; metodologias de pesquisa d) História da História do Patrimônio do Bairro Lagoinha; e) trabalho de campo.

Dessa forma, o campus UniBH/Antônio Carlos está localizado nas proximidades do complexo da Lagoinha, ele está do outro lado da Av. Antônio Carlos, e sofreu ao longo dos anos os impactos das transformações urbanas apresentadas anteriormente. Como etapa inicial do projeto, a visita que ocorreu no dia 20 de outubro de 2015 consistiu numa caminhada pela Rua Itapecerica e envolveu o grupo de alunos de graduação em História do UniBH, composto por cerca de quinze alunos voluntários do projeto com o objetivo de desenvolver uma observação crítica do espaço urbano do bairro.

Dentro da primeira fase programada para o desenvolvimento do projeto, ocorreu, ainda no mês de novembro de 2015, outra visita realizada juntamente com os alunos integrantes do projeto com o objetivo de fotografarem e registrarem as impressões: o cotidiano do bairro, seus moradores e passantes. Como desmembramento desta visita, uma exposição fotográfica e uma apresentação para a comunidade do que seria o projeto foi realizada no Mercado Popular da Lagoinha, simultânea a outras atividades que estavam ocorrendo no mesmo dia e local.

Retomando a perspectiva de Rancière (2005), a fotografia apresentada no contexto deste trabalho trouxe a dimensão sensível do patrimônio no exercício de educação/interpretação do patrimônio, compreendendo-se este sensível em sua

estreita vinculação com a política. Durante as atividades, o próprio cotidiano do bairro e suas contradições foram expondo-se para nós observadores. As pessoas à espera do sinal abrir, o pedinte com a mão estendida aguardando seu trocado, o lavador de carro a disparar água no automóvel, o artista apropriando-se do concreto para fazer sua arte, a dona de casa com sacolas cheias de verduras a subir ladeiras ou as crianças com suas travessuras de apertar campainhas alheias. Todos protagonistas e coadjuvantes de seu próprio meio, que contribuem para a própria existência do bairro e da topografia urbana nele existente. Emergiram deste trabalho diversos lugares, estruturas arquitetônicas, saberes e ofícios dentre outras categorias nas quais se colocaram as diferentes percepções construídas pelos olhares dos alunos envolvidos no projeto.

Como resultado dessa experiência, com as fotografias registradas pelos alunos, foi realizada uma seleção para a exposição que viria a acontecer no dia 29 de novembro de 2015, no Mercado da Lagoinha. No dia da exposição, o Mercado Popular da Lagoinha, espaço que carrega uma carga simbólica importante para a comunidade, estava comemorando a própria existência e resistência do bairro frente ao tempo e as transformações nele impostas. Símbolos que compõem o imaginário do bairro eram valorizados, como, por exemplo, as rodas de choro e de samba, e alguns líderes da comunidade homenageados dentro do Evento intitulado *Mostram de Samba da Lagoinha*. Para contribuir com este cenário, oficinas voltadas para o público infantil estavam sendo realizadas, até como forma de inserção e perpetuação dessa nova geração de moradores na história do bairro.

É importante destacar que o Mercado, dentro da proposta do “Projeto Lagoinha” desenvolvida entre os anos de 1993 e 1994, “foi recuperado com a intenção de atender às necessidades culturais e de lazer da comunidade”, a partir de “estudos minuciosos junto à população local (...) recuperando-se desta forma, o caráter originário da ideia de mercado” (Castriota, 2009, p. 251). Portanto, a escolha desta parceria estava diretamente ligada ao fato deste ser um espaço simbólico importante para a comunidade que recebeu o projeto e interagiu com a exposição das fotografias produzidas pelos alunos do curso de História do UNIBH participantes do projeto.

Pessoas que haviam ido ao Mercado participar das solenidades programadas, a partir das fotografias, expressavam diferentes olhares sobre a memória: lembravam acontecimentos, lançavam comentários e dialogavam com as imagens e com a sua própria história. Outra oportunidade que foi oferecida durante este dia, consistiu numa apresentação oral dos alunos envolvidos no projeto, durante o intervalo entre a roda de samba e a entrega dos troféus simbólicos homenageando alguns presentes e os grupos de samba do bairro.

Durante a apresentação, outros objetivos do projeto voltados para a valorização do patrimônio foram expostos: criação de um banco de dados de entrevistas orais e a realização de oficinas de educação patrimonial nas escolas. Os ouvintes receberam as propostas com receptividade e expectativa. Pois, se desde a sua criação, o Lagoinha

já demonstrava certo isolamento e caracterização de bairro operário, este panorama só agravou-se com o passar dos anos e com as transformações por ele submetidas.

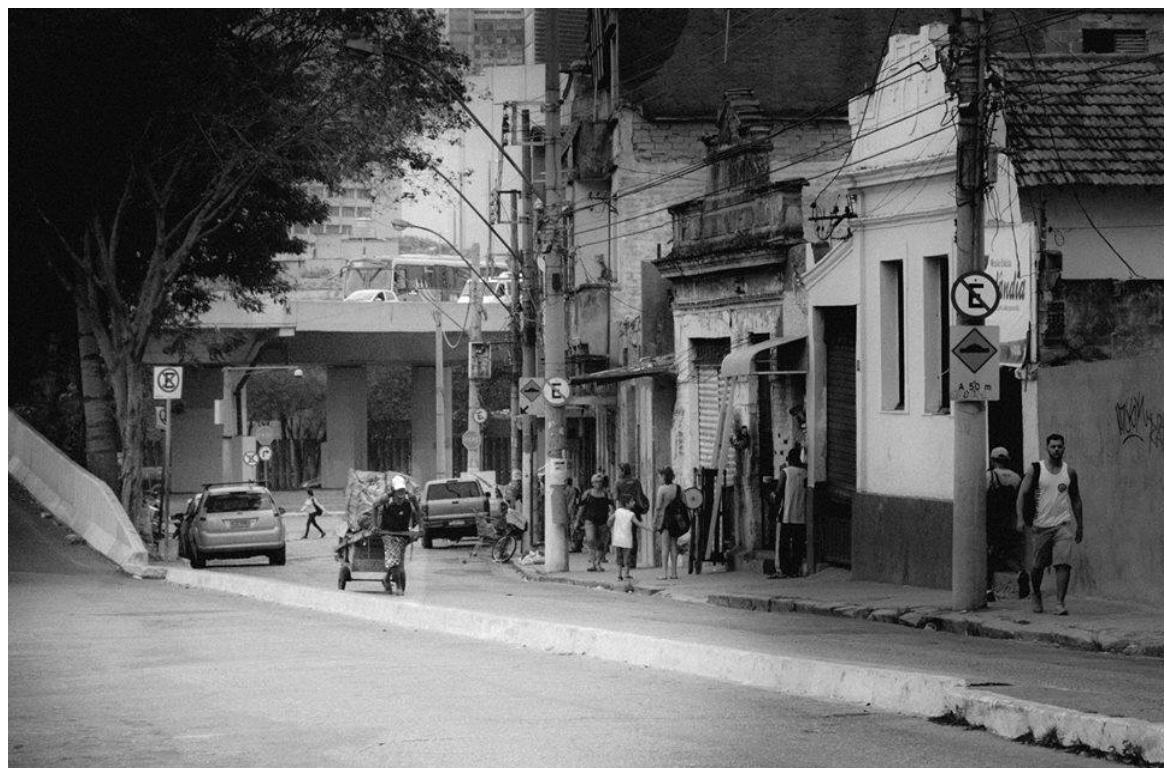
As fotografias se apresentaram como exercício de interpretação do patrimônio que traziam por meio do que Rancière denomina de “inconsciente estético” as problematizações apresentadas durante as leituras e encontros do grupo. Na (Fotografia 1), poderíamos identificar apenas um toten urbano informativo. Porém, o ângulo escolhido e a composição da fotografia demonstram a intencionalidade do olhar do aluno que na busca pela “monumentalização” dos diferentes lugares de memória do bairro apresentou o nome deste a partir de um olhar sobre o toten que colocou o nome Lagoinha em evidência.

A região da Rua Itapecerica, conhecida pelo seu tradicional comércio de móveis, sofreu diversas intervenções. Dentre estas a construção da alça do viaduto interligando o centro com a Avenida Pedro II causou um forte impacto em uma das principais atividades comerciais do bairro. Para esta intervenção, o extremo do lado esquerdo da rua que termina na Avenida Antônio Carlos foi demolido para ceder espaço ao viaduto. Na (Fotografia 2), nota-se a ênfase dada pelo aluno a este local. À esquerda observa-se a alça do referido viaduto e à direita as portas dos antigos comércios fechadas, num ambiente degradado que se tornou um lugar de passagem para os transeuntes em direção à passarela que dá acesso ao centro da cidade.

A Rua Além Paraíba (Fotografia 3), a Igreja Nossa Senhora da Conceição bem como o Mercado da Lagoinha foram destacados pelo olhar dos alunos do projeto que por meio das fotografias construíram um “mapa de percepção” do espaço urbano. Porém este olhar levou em conta também os elementos do cotidiano. Na (Fotografia 4), observa-se três planos: o cenário de abandono e de retração do comércio representado pelo muro de concreto construído em frente à porta fechada de um estabelecimento comercial (representa a retração do comércio na Rua Itapecerica); as inscrições representadas por cupcakes grafitados pela artista Maria Raquel Alves Couto Ramiro neste mesmo muro erguido em frente a referida porta e em primeiro plano, um grupo de alunos da Escola Silviano Brandão explicitando como o cotidiano do bairro resiste ao tempo e às mudanças históricas e à degradação.



FOTOGRAFIA 1



FOTOGRAFIA 2



FOTOGRAFIA 3



FOTOGRAIA 4

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política.** SP: Ed. Brasiliense, 1996.
- CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana M.^a História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, 401- 417p.
- CASTRIO, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** SP: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa, Difel. 1990.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio Histórico e Cultural: um novo campo de ação para os professores. In: GRUPO Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial.** Belo horizonte: SEE/MG (Lições de Minas. 23), 2002.
- JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. **BH: horizontes históricos.** Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ, Ricardo. **Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio.** Resgate- vol. XX, NO 23 - jan./jun. 2012 - - p. 161-171.
- RANCIÈRE, Jacques; **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: EXO experimental org.: Ed. 34; Editora 34, 2005.
- RANCIERE, J. **O Inconsciente estético.** São Paulo: Editora 34, 2010.

A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.

Renata Lucena Gribel

Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-FAUFBA)

Salvador - BA

RESUMO: No Brasil, o ensino e a prática das intervenções no patrimônio arquitetônico assumem caráter científico quando da institucionalização do restauro como um campo de pesquisa dentro das universidades, no que a UFBA teve papel determinante. Em 1974 é lançado o CECRE, primeiro curso no Brasil visando à capacitação técnica de arquitetos para atuarem no restauro, que se fixa na UFBA, onde também é fundado o primeiro centro brasileiro de pesquisas científicas na área, o NTPR. Mais tarde, essa estrutura de ensino e pesquisa se amplia e se consolida com a criação do PPGAU, com linhas de pesquisa em mestrado e doutorado voltadas para patrimônio e restauro. O retorno de alunos egressos do CECRE e do PPGAU aos seus locais de origem, tanto para atuar na prática profissional, como nos órgãos de preservação, nas universidades e na criação de novos cursos e centros de pesquisa, foi responsável pela disseminação de um conhecimento que foi produzido aqui de forma pioneira. Nesses mais de 30 anos, o pioneirismo e o aparato

científico da UFBA no campo da restauração arquitetônica possibilitaram: no ensino, a atração de pesquisadores e profissionais de todas as partes do país e inclusive do exterior, que vieram aqui buscar formação específica; na pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias para a restauração de vários monumentos históricos no Brasil e no exterior. Dessa forma, a UFBA é, portanto, um polo brasileiro de ensino, pesquisa e difusão no campo da restauração arquitetônica e tal estrutura tem papel fundamental na salvaguarda do nosso patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa científica; ensino; universidade; UFBA; restauração.

ABSTRACT: In Brazil, the teaching and practice of interventions in architectural heritage take a scientific character when the restoration was institutionalized as a field of research within the universities, in which aspect UFBA played a determining role. In 1974, CECRE was launched as the first course in Brazil aiming technical training of architects to work in the restoration, which is fixed at UFBA, where the first Brazilian Scientific Research Center in this area – NTPR, is also founded. Later, this teaching and research structure expands and consolidates with the creation of PPGAU, with post-graduation research lines focused on

heritage and restoration. The return of students graduated from CECRE and PPGAU to their places of origin, either to professional practice or to work in the preservation government institutions, in the universities and also in the creation of new courses and research centers, was responsible for disseminating knowledge that was produced here in a pioneering way. In more than 30 years, the pioneering and scientific apparatus of UFBA in the field of architectural restoration have made possible: in the teaching field, the attraction of researchers and professionals from all parts of the country and even from abroad, who came here to seek specific training; in the research field, the development of technologies for the restoration of several historical monuments in Brazil and abroad. Thus, UFBA is therefore a Brazilian pole of teaching, research and diffusion in the field of architectural restoration and such structure plays a fundamental role in safeguarding our cultural heritage.

KEYWORDS: scientific research; teaching; university; UFBA; restoration.

1 | INTRODUÇÃO

É já sabido e abordado desde os textos mais antigos sobre arquitetura que essa atividade, concebida como uma das artes clássicas, só existe quando materializada, por meio da técnica, no mundo das coisas palpáveis. Nas palavras de Oliveira (2011, p. 9),

[...] a arquitetura só existe quando o designum é transformado na realidade concreta dos materiais e das estruturas, e estes obedientes, inexoravelmente, às leis físicas e químicas que regem a sua durabilidade e o seu equilíbrio estático.

No tratado *De Architectura*, escrito no século I a.C. e único compêndio de arquitetura remanescente da antiguidade, Vitrúvio coloca que, se a *utilitas* (utilidade) é a razão de ser da arquitetura e a *venustas* (beleza) é alcançada por meio de proporção, ritmo e simetria em mimese da natureza, ambas são definitivamente dependentes da *firmitas* (solidez), que diz respeito à durabilidade dos materiais e à estabilidade estrutural das construções. Além disso, consubstanciada em arte e técnica, teoria e prática, para Vitrúvio (2007, p. 61) “a ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e de vários saberes” que permitem uma correta orientação nas etapas de concepção e de concretização do edifício. Cabe destacar, nesse rol de saberes, o conhecimento acerca da natureza dos materiais de construção, ao qual o arquiteto romano dedica o segundo dos dez livros que compõem seu tratado.

[...] julguei ser oportuno tratar acerca das variedades e diferenças do seu uso e das qualidades que cada uma delas [coisas, matérias] poderá ter nos edifícios, de modo que, sendo conhecidas, os que projetam construir não caiam em erro, mas preparem para as construções os materiais convenientes a utilizar. (VITRÚVIO, 2007, p. 119-120)

Considerando este comportamento físico-químico da matéria, que se deteriora no decorrer do tempo não só pela ação da natureza, mas também pela ação antrópica – seja ela involuntária ou arbitrária –, o fazer arquitetônico é, além de um fazer artístico,

uma prática científica. Apenas o conhecimento acerca da natureza dos materiais de construção e do ambiente ao qual estarão expostos pode embasar a correta escolha das técnicas construtivas adequadas à imagem, solidez e durabilidade que se pretende conferir a um edifício.

O conhecimento científico torna-se ainda mais importante no campo da conservação e restauração de edificações históricas, pois é determinante para o sucesso das intervenções que visam à estabilidade e longevidade dos monumentos, garantindo a segurança de seus usuários e sua transmissão às gerações futuras.

Ainda que a importância conferida ao conhecimento dos materiais e à competência multidisciplinar do arquiteto construtor tenha sido reiteradamente ratificada de Vitrúvio aos tratadistas da renascença, passando também pelos inúmeros tratados de engenharia militar que muito ensinaram à construção civil desde o medievo, por algum tempo e para muitos, a preservação do patrimônio cultural esteve alheia às bases científicas para obedecer a subjetivismos de ordens diversas. No entanto, o juízo crítico desenvolvido a partir das discussões de base teórico-filosófica e, principalmente, os desafios enfrentados nas intervenções práticas em bens materiais ao longo do século XX – inclusive, com perdas materiais irreparáveis, como a desfiguração de fachadas esculpidas em catedrais francesas pela limpeza demasiadamente abrasiva com jateamento de areia – nos legaram o entendimento de que somente com aportes científicos o ofício da conservação e da restauração é capaz de manter a integridade dos bens e, por conseguinte, de seu conteúdo artístico, significado histórico e representatividade cultural, assim como de proporcionar a maior durabilidade da intervenção.

Esse amadurecimento da disciplina no sentido científico viabilizou, também, a definição do perfil de pesquisador e profissional da conservação e restauração, que demanda formação e qualificação específicas, aprofundadas para além da experiência empírica, mas sedimentadas na práxis, na capacidade crítica e na pesquisa científica (FRONER, 2010, p. 50-51). Ademais, consolida-se a necessidade de uma mentalidade científica aberta à interdisciplinaridade, seja para a congregação, em determinada medida do possível, de conhecimentos de múltiplas áreas em um único profissional, o que já era apontado por Vitrúvio e praticado com excelência pelo polímata Da Vinci, seja para a colaboração e trabalho conjunto de profissionais de áreas distintas em benefício da preservação.

A colaboração entre o campo da preservação e o campo científico, em nível institucional e sistemático, se consolida a partir da década de 1930, na Itália, principalmente com a atuação do engenheiro químico e arquiteto Piero Sanpaolesi no primeiro laboratório científico voltado para conservação, situado em Florença (OLIVEIRA, 2014, p. 7). Pela representatividade de seu acervo cultural em constante e crescente demanda por medidas de conservação, a Itália detém a primazia também no fomento estatal à instância científica do restauro, que a partir da década de 1970 atua na criação de uma comissão voltada para o desenvolvimento tecnológico da

conservação dos bens culturais e de centros de pesquisa em Roma, Florença e Milão, apoiados pelo *Consiglio Nazionale delle Ricerche*. É ainda na Itália, também, que Giovanni Urbani lança uma das primeiras publicações acerca da pesquisa científica em conservação – *Problemi di conservazione* –, dando alcance internacional à importância indispensável das ciências para a preservação do patrimônio material, seja ele imóvel ou móvel.

Nesse âmbito, ressalta-se a importância da pesquisa científica institucionalizada para o desenvolvimento da ciência da conservação e para a capacitação profissional, onde cabe e deve ser estimulada a cooperação internacional, mas também, e fundamentalmente, o desenvolvimento de pesquisa independente em cada país, considerando as particularidades geográficas que mais influenciam os problemas de conservação do patrimônio edificado e as tecnologias mais adequadas à sua solução.

No caso do Brasil, porém, a realidade geográfica – física e humana – é completamente diversa da Europa, de onde vêm as bases da disciplina e as primeiras técnicas de tratamento das patologias de edifícios históricos. São diversos a) as características geológicas do solo, que determinam não apenas as possibilidades de abalos sísmicos e a consequente instabilidade de estruturas edificadas, mas principalmente a composição física, química e mineralógica das matérias-primas utilizadas como materiais de construção e suas propriedades resultantes, como resistência mecânica, porosidade, hidraulicidade, etc; b) as variáveis climáticas, que promovem a ação intempérica e podem, também, provocar desastres ambientais extremamente danosos ao patrimônio construído, em que se destacam as fortes chuvas, enchentes e desmoronamentos; c) os níveis de desenvolvimento industrial, que acarretam maiores índices de poluição atmosférica e aquífera, levando a reações químicas com a matéria edificada; além de inúmeros outros fatores que urgiram o desenvolvimento de pesquisas próprias e pela instituição de laboratórios voltados para a ciência da conservação e da restauração do patrimônio arquitetônico brasileiro.

Aqui, o ensino e a prática das intervenções no patrimônio arquitetônico assumem premissa e caráter científicos quando da institucionalização do restauro como um campo de pesquisa científica e tecnológica dentro das universidades brasileiras, no que a UFBA teve papel pioneiro e determinante.

2 | O PIONEIRISMO DA UFBA NO ENSINO E NA PESQUISA

Em 1937 é criada no Brasil a primeira instituição governamental voltada para a preservação do patrimônio cultural nacional: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A partir do Decreto-lei nº 25/1937, que embasa suas competências e atuação até hoje, o órgão dá início ao reconhecimento e organização do patrimônio brasileiro através do tombamento, instrumento que, durante os primeiros anos, foi voltado quase exclusivamente para as obras de arquitetura e que deu, portanto, ensejo a várias obras de recuperação de monumentos arquitetônicos.

Para o então presidente do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, “os bens a proteger de valor arqueológico, histórico, artístico e natural [...] avultam, porém, os monumentos arquitetônicos, como núcleo primacial de nosso patrimônio” (ANDRADE, 1968 apud FONSECA, 2003, p. 60). Considerando a majoritária importância dada ao patrimônio arquitetônico, as primeiras obras nele empreendidas pelo SPHAN demonstravam já alguma preocupação com materiais e técnicas a serem utilizados. Contudo, é também na mesma época que, na Itália, a restauração de monumentos se consolida enquanto investigação e prática científicas. Dessa forma, algum tempo se passou até que as obras de restauro arquitetônico no Brasil se alinhasssem ao pensamento científico e deixassem de ser fundamentadas apenas no conhecimento construtivo tradicional e popular.

Em 1973, durante o auge das práticas desenvolvimentistas do governo militar, é lançado o Programa de Cidades Históricas (PCH) com o objetivo de recuperar e explorar o potencial turístico e econômico dos centros históricos das cidades brasileiras, no que era fundamental a formação de pessoal qualificado para intervenções de restauro segundo os parâmetros que se delineavam internacionalmente. Para suprir, então, essa demanda, um convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) – fundação de direito privado que vigorou, durante algum tempo, como braço executivo do agora Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – lança finalmente o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE), o primeiro no Brasil voltado para a formação de arquitetos-restauradores. As três primeiras edições foram realizadas, respectivamente, em São Paulo (1974-75), Recife (1976-77) e Belo Horizonte (1978-79).

Em sua quarta edição, realizada em 1981-82 em Salvador, o curso, que era itinerante, se fixa na UFBA e, como consequência, em 1983 é fundado também o primeiro centro brasileiro de pesquisas científicas na área, o Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR). A instalação do curso e do núcleo de pesquisa na UFBA se deve, primeiramente, ao vasto e importantíssimo patrimônio arquitetônico existente na Bahia e às prementes necessidades de intervir sobre o mesmo com maior respaldo técnico, mas sobretudo porque a Faculdade de Arquitetura da UFBA contava já com um corpo docente alinhado às ideias de preservação e técnicas de restauro praticadas na Europa. Destacam-se os professores Paulo Ormindo de Azevedo e Mário Mendonça de Oliveira, que estiveram na Itália para se especializar em conservação e restauração de monumentos durante as décadas de 1960 e 1970, respectivamente. O primeiro veio a coordenar, na década de 1970, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, promovido pelo governo estadual. Adotando o sistema utilizado pelo Conselho de Cooperação Cultural da Europa para o cadastro de monumentos, o amplo inventário foi uma iniciativa precursora no Brasil e que norteou diversos outros inventários iniciados posteriormente. O segundo foi o responsável pela implantação do NTPR, que segue até hoje sob sua coordenação e instituiu-se

como um “centro de pesquisas, ensino e treinamento, com a finalidade de dar apoio científico para a preservação dos bens culturais”, tal como define seu documento de fundação, assinado pelo então reitor da UFBA, Macedo Costa, e pelo então presidente da FNPM, Aloísio Magalhães.

O ano de 1983 foi determinante para a consolidação de uma estrutura completa de ensino e pesquisa no campo da restauração na UFBA, pois, além do NTPR, foi criado também o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), no qual passaram a ser desenvolvidas pesquisas de mestrado voltadas, dentre outros temas, para a preservação e restauração de arquitetura. A primeira dissertação defendida neste PPGAU foi, inclusive, resultado de uma pesquisa científica acerca de materiais e técnicas, orientada pelo professor Mário Mendonça de Oliveira: “Novas Técnicas de Restauração de Adobe”, apresentada em 1986 por Maria José Gomes Feitosa.

Mais tarde, em 2000, essa estrutura de ensino e pesquisa se amplia com a criação do curso de doutorado – o segundo doutorado em Arquitetura e Urbanismo implantado no Brasil, posterior apenas ao curso da Universidade de São Paulo (USP) –, e passa a se organizar em duas áreas de concentração, sendo uma delas a de Conservação e Restauro, com suas três linhas de pesquisa específicas: 1) Restauração, Conservação e Gestão dos Bens Patrimoniais; 2) Ciência e Tecnologia da Conservação e do Restauro e 3) Linguagem, Informação e Representação do Espaço.

O estabelecimento de uma área de concentração específica no PPGAU da UFBA oportunizou a organização de alguns outros laboratórios e grupos de pesquisa que, assim como o NTPR, dão suporte ao desenvolvimento de pesquisas, dissertações e teses que tratam da preservação de monumentos arquitetônicos. Destacam-se, entre eles, o Chronos, que promove estudos teórico-críticos sobre a conservação, restauração e gestão de bens patrimoniais, o DOCOMOMO-BA, que, vinculado às organizações nacional e internacional homônimas, atua na documentação e preservação da arquitetura moderna produzida em Salvador, o ArqPop, que objetiva o resgate dos saberes tradicionais das construções luso-brasileiras e vernaculares, valorizando a história e a memória da técnica, e o Laboratório de Computação Gráfica Aplicada à Arquitetura e ao Desenho (LCAD), que aplica as tecnologias digitais existentes, dentre outras finalidades, à documentação do patrimônio construído, etapa essencial do projeto de restauro.

Aprofundando-se cada vez mais nas questões teóricas e práticas dos projetos de reabilitação urbana e restauração arquitetônica, em 2009 o CECRE é aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como mestrado profissional, tornando-se MP-CECRE. Todavia, desde 1990 o curso era já reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como “um dos mais importantes programas mundiais para a capacitação de técnicos da área de preservação de bens culturais, ápice de uma trajetória de crescimento e de reconhecimento do curso no âmbito nacional e

internacional” (MP-CECRE, 2017).

Apartir da década de 1970, as principais universidades das capitais que receberam as primeiras edições do CECRE também passam a criar cursos permanentes voltados à preservação do patrimônio cultural. No entanto, como examinaremos a seguir, esse aparato de ensino e pesquisa foi, quando vinculado aos departamentos/faculdades de arquitetura, mais direcionado à discussão teórica e formação do pensamento crítico que envolve o patrimônio inserido em escala urbana do que aos problemas de ordem técnica do projeto de restauro do edifício histórico. Este é o caso das linhas de pesquisa dos cursos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo oferecidos pela USP, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nessas três universidades, os estudos de viés científico e tecnológico concentraram-se, prioritariamente, na conservação de bens móveis e integrados e acervos museais (artísticos, etnográficos, arqueológicos, etc), às vezes considerando, mas não obrigatoriamente, sua interface com a arquitetura.

Na USP, o Centro de Preservação Cultural (CPC), subordinado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, e o Núcleo de Apoio à Pesquisa de Física Aplicada ao Estudo do Patrimônio Artístico e Histórico (NAP-FAEPAH), vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa, promovem estudos e ações de conservação e restauração principalmente nos acervos dos museus da USP, atuando sempre em caráter interdisciplinar e envolvendo vários cursos e laboratórios da universidade, como é próprio e necessário ao campo da restauração científica.

Da mesma forma, a UFPE oferece linha de pesquisa e grupo de estudo em ciência da conservação, mas vinculados ao departamento de Arqueologia, ou seja, voltados para artefatos e vestígios arqueológicos. Também em Pernambuco, o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) concentra-se na gestão integrada de bens culturais, da escala urbana à do objeto, mas sem necessariamente deter-se aos procedimentos científicos de restauração.

Já a UFMG desenvolveu a partir de 1980, em paralelo ao que ocorreu na UFBA, uma estrutura completa de ensino e pesquisa científica para a conservação e restauração de bens móveis e acervos, inclusive com curso de graduação específico no Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR), que conta com o Laboratório de Ciência da Conservação (LACICOR), todos vinculados à Escola de Belas Artes da UFMG.

Tal como primeiras sedes do CECRE, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também tem uma linha de pós-graduação em arquitetura voltada para a preservação do patrimônio cultural, porém em âmbito teórico-crítico; e, assim como a UFMG, também oferta um curso de graduação específico em conservação e restauração inserido na Escola de Belas Artes, dedicado aos bens móveis. No entanto, desde 2013 o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da UFRJ conta também com o curso de mestrado profissional em Projeto e Patrimônio, oferecendo a

linha de pesquisa Projeto de Revitalização e Restauração, que adentra os estudos de novas técnicas de conservação e restauro de edificações, aproximando-se do tipo de estudo que vem sendo feito no MP-CECRE da UFBA.

Recentemente, a rede de pesquisa que se dedica à ciência da conservação e restauração, seja de bens móveis ou imóveis, vem se ampliando conforme sente-se a necessidade, em outras instituições e estados, de debruçar-se sobre a preservação de um patrimônio em gradativa dilapidação e arruinamento. É o caso do Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura e Sítios Históricos (GCOR-Arquitetura), sediado no Departamento de Arquitetura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e do Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação (LACORE), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), ambos fundados em 2006. Junto ao NTPR, esses dois laboratórios e outros dois da Escola de Arquitetura da UFMG – Laboratório de Conforto Ambiental (LABCON) e Laboratório de Pesquisa Tecnológica em Construção (LPT) – são os únicos que tratam especificamente de arquitetura a integrarem a rede de pesquisa europeia Integrated Platform for the European Research Infrastructure on Cultural Heritage (IPERION-CH) no Brasil.

Considerando que, até os anos 2000, as principais universidades brasileiras, mesmo as que também receberam edições do CECRE, não dedicaram-se à implantação de cursos, linhas e grupos de pesquisa especificamente voltados para a ciência da conservação e restauração de arquitetura, cabe-nos, pois, reconhecer que a UFBA deteve a primazia no estabelecimento de uma estrutura completa de ensino e pesquisa voltada para a preservação do patrimônio arquitetônico brasileiro e dedicada – não só, mas principalmente – à seara técnico-científica dos problemas de conservação e restauro. Cabe destacar, também, que alguns dos mais recentes grupos e linhas de pesquisa foram inspirados pela estrutura e experiência gestadas na UFBA, como é o caso da linha de pesquisa em Patrimônio, Restauro e Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UFPA e do LACORE, cujas primeiras pesquisas foram originadas no NTPR e aprofundadas no âmbito do patrimônio cultural amazônico.

3 | A UFBA COMO POLO DE FORMAÇÃO, PESQUISA E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Por ter sido o primeiro curso de conservação e restauração no Brasil voltado para a capacitação de arquitetos, principalmente dos que já vinham atuando na prática sobre edifícios históricos na qualidade de técnicos do IPHAN e de outros órgãos estaduais e municipais aos quais compete a preservação do patrimônio, o CECRE, desde suas primeiras edições, atraiu profissionais de vários estados brasileiros. Em sua primeira edição na UFBA (1981-82), a turma do CECRE contava já com alunos oriundos de

dez estados brasileiros – Pará, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, além da Bahia. Gradativamente, as turmas posteriores foram sendo preenchidas por arquitetos de quase todos os estados brasileiros.

Por seu pioneirismo e, durante muito tempo, exclusividade na oferta de curso de restauro específico para arquitetura, o CECRE passou a atrair, também, arquitetos estrangeiros, especialmente dos países latino-americanos onde a formação técnica para restauração era ainda incipiente. Durante os mais de 30 anos de atividade do curso, seja como especialização ou, mais recentemente, mestrado profissional, foram já contabilizados alunos provenientes de 22 países: Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Colômbia, Costa do Marfim, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, Itália, México, Moçambique, Nicarágua, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Uruguai e Venezuela.

Como tendência mais recente, tem-se visto a atração de alunos de outros estados brasileiros e estrangeiros também nos cursos de mestrado acadêmico e doutorado do PPGAU-UFBA. No doutorado, que continua sendo o único focado em ciência e tecnologia da conservação e restauração de bens imóveis, existem pesquisas concluídas e em andamento de alunos provenientes dos estados do Pará, Paraíba e Minas Gerais. Além disso, o mestrado abriga pesquisas de arquitetos advindos de Portugal, Itália e Bielorrússia.

O retorno de alunos egressos do CECRE e do PPGAU aos seus locais de origem, tanto para atuar na prática profissional, como nos órgãos de preservação, nas universidades e até mesmo na criação de novos cursos e centros de pesquisa inspirados pela estrutura da UFBA, foi responsável pela disseminação de um conhecimento que foi produzido aqui, como já frisado, de forma pioneira.

Desde sua instalação na UFBA, o CECRE já realizou doze edições/turmas na condição de especialização lato sensu e três edições/turmas concluídas a partir de seu reconhecimento como mestrado profissional (MP-CECRE), stricto sensu. Até hoje, foram contabilizados 264 trabalhos de conclusão de curso, dentre ações de planejamento e gestão para monumentos e sítios e, principalmente, projetos de restauração bens imóveis, incluindo estudos e especificações técnicas de intervenção. O acompanhamento de egressos realizado pela própria coordenação do curso constatou que 40% desses trabalhos serviram como base para estudos e ações concretas voltadas para a preservação de monumentos e sítios e 45% dos projetos foram, de fato, executados – no todo ou em parte, tanto na Bahia como nos demais estados e países que enviaram alunos à UFBA. Além disso, esse acompanhamento revela que 70% dos alunos egressos do CECRE-UFBA passaram a atuar, após a conclusão do curso, como difusores do conhecimento adquirido: 49% em instituições públicas vinculadas à proteção do patrimônio cultural no Brasil e em outros países e 21 % em Universidades públicas e privadas de vários estados. Contabilizando as três edições/turmas concluídas do MP-CECRE, temos que 67% dos egressos têm atuado

em instituições públicas vinculadas à proteção do patrimônio cultural.

Já no PPGAU-UFBA, a área de concentração em Conservação e Restauro já pós-graduou mais de 130 alunos desde 1986 e sua linha de pesquisa específica em Ciência e Tecnologia da Conservação e do Restauro contribuiu, até 2016, com 47 trabalhos de conclusão de curso, sendo 41 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado.

Além de toda as monografias resultantes dos cursos, as inúmeras pesquisas desenvolvidas no NTPR desde sua fundação, em 1981, têm resultado em considerável produção bibliográfica, tanto de livros como de artigos nacionais e internacionais, e produção técnica, que contempla consultorias e projetos de restauro executados em vários estados brasileiros e no exterior.

Ainda em 1995, após mais de uma década de atividade do NTPR, seu fundador e coordenador, o professor Mário Mendonça de Oliveira, lança uma publicação que pode ser considerada a primeira no Brasil a tratar, com bastante abrangência, de inúmeros problemas de conservação e restauro de arquitetura: *Tecnologia da conservação e da restauração - materiais e estruturas*. O livro editado pela UFBA, de caráter esquemático, mas aprofundado no conhecimento e tratamento de diversos materiais e estruturas comuns à arquitetura tradicional luso-brasileira, já está em sua quarta edição e é, portanto, um registro das experiências vivenciadas no NTPR, além de uma importante contribuição e um marco na difusão de tecnologias de conservação e restauração no Brasil, sejam elas desenvolvidas aqui ou adaptadas e aperfeiçoadas com base na matriz europeia.

Atualmente, mais de dez pesquisas estão em andamento no NTPR, que tratam da caracterização dos materiais de construção, de sistemas construtivos tradicionais, da estabilidade de estruturas, das patologias e degradação de materiais e estruturas, das tecnologias de conservação e restauração e da história dessa ciência interdisciplinar que envolve a preservação do patrimônio construído.

Quanto à produção técnica, o NTPR desenvolveu mais de 30 projetos de restauro para monumentos da Bahia, além dos projetos da Catedral de Maceió, do Teatro Municipal de São Paulo e dos fortés do Presépio e de São Pedro Nolasco, em Belém. As consultorias e serviços técnicos prestados pelo laboratório se estendem ainda mais pelo território brasileiro, se fazendo presentes em monumentos de outros quinze estados além da Bahia, e também pelo exterior, em Portugal, Bolívia e Nicarágua. Considerando sua completa estrutura de equipamentos, diversificada oferta de análises in loco, não-destrutivas e laboratoriais e suas parcerias com outros laboratórios da Escola Politécnica e dos Institutos de Geociências, de Química e de Biologia da UFBA, que lhe apoiam nos procedimentos científicos interdisciplinares, todos os seus serviços técnicos são oferecidos também à comunidade.

Finalmente, vale ainda ressaltar as descobertas e o desenvolvimento de novos materiais e tecnologias de restauro que vêm sendo viabilizados através das pesquisas do NTPR, em que se destacam: os aditivos orgânicos para argamassas

de cal e barro, o emplastro de bentonita para limpeza e dessalinização de superfícies pétreas, a estabilização de solos com cal, a carbonatação acelerada de argamassas de cal, a requeima para limpeza de azulejos e o sistema de salvaguarda para painéis azulejados. Em parceria com empresas da construção civil, o laboratório viabilizou também a fabricação nacional de uma argamassa de saneamento cuja porosidade impede a cristalização de sais solúveis, produto que antes precisava ser importado da Alemanha.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a Universidade é a instituição com maiores possibilidades de reunir a multidisciplinaridade necessária ao campo da conservação e da restauração (OLIVEIRA, 2014, p. 10-11). Sua estrutura de pesquisa, ensino e extensão, recebendo os devidos apoios e fomentos estatais, é fundamental para a capacitação docente, que tem consequência direta na qualidade do ensino e, portanto, dos profissionais egressos, além da difusão, com a maior abrangência possível, da importância das atividades de conservação e do conhecimento técnico-científico subjacente, pois a preservação da cultura é um direito e também uma responsabilidade de toda a sociedade.

No transcurso desses mais de 30 anos, o pioneirismo e o aparato científico da UFBA no campo da restauração arquitetônica possibilitaram: no ensino, a atração de pesquisadores e profissionais de todas as partes do país e inclusive do exterior, que vieram aqui buscar formação específica; na pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias para a restauração de monumentos históricos, bem como de equipamentos e materiais de restauro junto a fabricantes do mercado da construção civil.

Além de pioneira e ainda única no Brasil, a estrutura de ensino e pesquisa da UFBA, composta pelo CECRE, NTPR e PPGAU, tornou-se o maior centro de referência em ciência da conservação e da restauração de arquitetura no Brasil e talvez até na América Latina, tanto pela quantidade e qualidade de sua produção científica, ensino e aplicação das tecnologias, como pela atuação, por meio de projetos, consultorias e apoio técnico em diversos estados brasileiros e também no exterior.

Esse reconhecimento tornou-se notório a partir de 2009, quando o ICOMOS Brasil, em sua XII Assembleia Geral, em Curitiba, conferiu ao professor Mário Mendonça de Oliveira, fundador do NTPR, o título de precursor da restauração científica no Brasil. Mais recentemente, quando da fundação da Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio (ANTECIPA), em 2015, o professor da UFBA foi novamente reconhecido “por suas destacadas contribuições acadêmicas, científicas, técnicas e profissionais para a preservação do patrimônio cultural” e nomeado como seu primeiro associado benemérito.

Considerando que a Universidade é e deve ser, no Brasil, o maior produtor e propagador do conhecimento nesse campo de atuação, a UFBA é, portanto, um polo brasileiro de ensino, pesquisa e difusão no campo da restauração arquitetônica e tal

estrutura teve e continua tendo papel fundamental na salvaguarda do nosso patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FRONER, Yacy-Ara. **Conservação e Restauração: a legitimação da ciência.** Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-56, jul/dez 2010.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Tecnologia da conservação e da restauração - materiais e estruturas: um roteiro de estudos.** 4. ed. Salvador: EDUFBA, PPGAU, 2011.
- _____. **A formação do arquiteto restaurador profissional e a fundamentação técnica e científica.** Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: ANPARQ, 2014.
- VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura.** Tradução, introdução e notas M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ

Sabrina Campos Costa

Secretaria de Estado de Cultura, Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

Belém – Pará

Edgar Monteiro Chagas Junior

Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura
Belém – Pará

PALAVRAS-CHAVE: Política cultural; Patrimônio cultural; Cidade Velha; Belém; Pará.

ABSTRACT: This research sought to answer if the preservationist policy implemented in the last twenty years by the different spheres of government influenced the meaning of cultural heritage among residents of the neighborhood of Cidade Velha, Belém, Pará and had, as a general objective, to understand the social effects of heritage cultural policy implemented in the oldest neighborhood in Belém. The methodology applied in this research followed a bibliographical and documentary consultation, stranger walking, recognition and participant observation, composing a neighborhood zoning along with interviews and life histories of its ancient residents. As results, we find a heritage meaning that is closer to the residents' understanding of life quality, which would result from an integrated city planning.

KEYWORDS: Cultural policy; Cultural heritage; Cidade Velha; Belém; Pará.

1 | INTRODUÇÃO

A Cidade Velha é o bairro mais antigo da capital do Pará, local de maior concentração de edificações e monumentos históricos e manifestações com valor histórico-cultural.

Espaço este que vivencia, nas últimas décadas, processos de planejamento e gestão enquanto centro histórico, resultando em novas funções, apropriações, e ressignificações, implicando no ato de habitar, contemplar e consumir. Este processo de atuação do poder público na Cidade Velha fora iniciado na década de 1970; a década de 1990, contudo, foi a escolhida como recorte temporal da pesquisa, por ter sido o período histórico em que o país teve sua economia aberta definitivamente ao neoliberalismo, e cujo ideário predominante na América Latina seguiu os preceitos resultantes de um encontro realizado em Washington em 1889, que entre outros, determinava a priorização dos gastos públicos e formação de mercados emergentes (GENNARI, 2002). Isso significou a adaptação do patrimônio cultural para fins econômicos, como recurso para o entretenimento e o turismo, que na cidade de Belém, teve como intervenções exemplares a restauração do Palácio Antônio Lemos – sede da prefeitura – e o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia.

Na pesquisa, tivemos como indagações: A política preservacionista implementada nos últimos vinte anos pelas diferentes esferas de governo influenciou o significado de patrimônio cultural entre moradores do bairro da Cidade Velha, Belém, Pará? Que perspectivas os moradores da Cidade Velha possuem para o futuro do bairro?

Considerando que uma das dificuldades de monitoramento e avaliação da política pública em geral é a carência de pesquisas e dados estatísticos, esta pesquisa teve, portanto, como objetivo geral compreender os efeitos sociais da política de patrimônio cultural implementada na Cidade Velha, enquanto ação materializada e prática simbólica, que construiu nas últimas décadas, paisagens culturais, estabelecendo influências nas sociabilidades no bairro.

Neste sentido, como forma de pensar a dinâmica do bairro, seguimos os passos trilhados por Magnani (1996), identificando, em caminhadas de estranhamento, reconhecimento e observação participante, pontos de referência de sociabilidade, com atenção especial à materialidade da paisagem.

Entre os atores sociais, o enfoque da pesquisa foram os moradores antigos da Cidade Velha, através de histórias de vida levantadas em 20 entrevistas semiestruturadas, com recorte geográfico distinguindo entre a porção “patrimonial” – segundo as legislações de tombamento municipal, estadual e federal – e a “não patrimonial” ou de entorno, onde se buscou polifonias, naquilo que as pessoas identificam, na trama do cotidiano e do patrimônio cultural, como cenário e expressão simbólica, dando visibilidade aos arranjos e aos modos de vida, ou seja, seu advento enquanto novos atores políticos. Elementos estes, presentes na fala de Cardoso (1986) onde denuncia seu *status quo*, ou sinais de um inconformismo e resistência política. De modo a preservar a identidade dos interlocutores, optou-se em comum acordo com os mesmos pelo uso de nome fictícios.

2 | MARCOS CONCEITUAIS DO PATRIMÔNIO

O patrimônio cultural vem se construindo com consideráveis avanços na sua conceituação, concomitantemente com as noções de memória, ação e identidade que se realizam na vida cotidiana, conforme nos lembram os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

Falar em aproximação e afetividade na vida cotidiana implica em vivência, rememoração, interligação entre passado e presente. Para Pierre Nora (1981), a história está acelerada, o passado morto e há uma percepção global de desaparecimento das coisas. A memória passou à categoria de ascensão da consciência de si mesmo pelo signo do terminado, do que sobrou de vivido pela tradição, costume, repetição do ancestral, o impulso de um sentimento histórico profundo. Este autor traz a memória à luz do patrimônio, à qual atribuiu essência e significado.

A identidade é outra perspectiva que se coaduna com o patrimônio. Peixoto (2004) faz a ressalva de que nem todo o patrimônio resulta em uma identidade, e nem toda a identidade, a um patrimônio, porém no processo formal de valorização e proteção dos bens culturais, o patrimônio é a prova da existência de certa identidade; a identidade ganha visibilidade se ancorada sobre um patrimônio.

Destaca-se que o patrimônio cultural no período histórico em que vivemos demanda ações, objetos ou outros tipos de vestígios – que simbolizam lugares de memória – para cumprimento de sua função. Nora (1981, p. 7-9), coloca que “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história”; as pessoas precisam de locais de memória por não haver mais meios de memória, ou seja, “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”, afirma o autor. São os lugares de memória, portanto, que mantêm a coesão da sociedade, que consonante à adoção de ritos, manifestações materiais do legado cultural promovem o sentimento de identidade grupal. Os processos de patrimonialização, na visão de Peixoto (2004) substituem uma identidade vivida e compartilhada e funcionam como uma reativação, reinvenção ou idealização e não necessariamente são a versão essencialista da identidade.

A memória é carregada pelos grupos vivos, é afetiva e está constante e dialeticamente em evolução, no sentido do que é retido, esquecido ou reformulado pelos usos e manipulações.

Neste sentido, cada grupo foi condenado imperiosamente, diz Nora (1981) a redefinir sua identidade pela revitalização da sua história, encontro com suas origens. Assim, é pela idealização do real que o patrimônio ganha visibilidade, pela perda da função pedagógica de transmissão de valores. Na percepção da sociedade a legitimação do passado é substituída pela de futuro, pois ao passado resta conhecer, venerar e preparar para o futuro, e os lugares de memória são, antes de tudo, restos, e deste modo tende-se a criar operações não naturais de memória secundária como a organização de documentação, eventos diversos – são estes os lugares de memória

para Nora. Somente são úteis por não vivermos mais verdadeiramente as lembranças que evocam. Diante de tal reflexão, Nora sugere que tudo hoje deixou de ser memória para se tornar história, vivida como dever, individual, psicológica, subjetiva, arquivística; e esta é a razão da obsessão pela preservação integral do passado e do presente (NORA, 1981).

Para compreender, neste sentido, a inserção e tratamento do patrimônio cultural, Choay (2001) propõe a distinção entre o monumento e monumento histórico. O monumento, cujo termo derivado do latim, possui significado de “lembra” algo, “tocar, pela emoção”, é assim mediado pela afetividade, para fins de manutenção da identidade grupal, da origem, e estaria, segundo a autora, próximo da vida cotidiana das pessoas, em acontecimentos, rituais, expressões de sua cultura. Sua função memorial estaria se perdendo diante da importância que vem sendo atribuída à arte desde o Renascimento, dando à beleza estatuto e identidade. Assim, o monumento perdeu, ao longo dos séculos, sua função, e vem sendo substituído pelo monumento histórico, invenção bem datada do ocidente, de contexto e visão particulares, constituído por um grupo de especialistas e técnicos, sem mediação da memória ou história (CHOAY, 2001).

Contextualizada esta mudança na mentalidade sobre a memória (NORA, 1981), a identidade (PEIXOTO, 2004), o monumento (CHOAY, 2001), desde o Iluminismo ganha novo fôlego, com o advento do Romantismo, quando o monumento foi colocado em conjunto cenográfico para produzir um efeito de prazer visual, emoção, de morte para o início como ação do tempo, afetividade, transcendência (CHOAY, 2001). A partir deste período histórico, está instaurado o novo conceito: patrimônio cultural.

Se o conceito de patrimônio cultural originou-se conjuntamente com o de monumento, memória e identidade grupal, agora encontra-se cada vez mais próximo de algo criado, por meios técnicos, abstratos, jurídicos ou de distanciamento histórico e social, entre aquilo que se sobressai. Nesta nova identidade, o elemento mais essencialista é o patrimônio. Ele é o alvo da pretendida proteção (PEIXOTO, 2004), visto que o patrimônio, enquanto histórico, é nosso imaginário de substituição (NORA, 1981).

E o tempo é outro, o espaço, integrado e conectado em redes. O novo conceito, de patrimônio cultural, se consolida, e vem se modificando progressivamente. O patrimônio, portanto, passou a ser o registro do seu tempo, e precisa estar aberto à continuidade e transformação.

3 I A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DA CIDADE VELHA COMO “BAIRRO PATRIMÔNIO”

3.1 A evolução urbana de Belém

Entre o povo ibérico, a estratégia geopolítica de ocupação dos territórios se consolidou a partir de empreendimentos militares e religiosos. De acordo com a ata da 67^a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (BRASIL, 2011) que deliberou pelo tombamento conjunto dos bairros da Cidade Velha e Campina, a fachada da cidade encontra-se na porção disposta em frente à Baía de Guajará, pois a cidade surgiu como elo entre rio e mar, com localização estratégica da foz do Rio Amazonas. Ao lado de São Luís, Belém foi a interiorização da ocupação portuguesa para garantir a posse da região amazônica, com a finalidade de atender à função militar de controle da entrada da baía e abrigo dos ataques do interior, nascendo a cidade em torno de um forte, o atual Forte do Presépio. Estava constituído o bairro da Cidade, que posteriormente ganhou a nomenclatura de Cidade Velha.

Constituiu-se o centro de Belém, desta forma, com os maiores símbolos da época, ou seja, o forte e as igrejas, cujo processo de ocupação fornece bases para a política de reconhecimento do Centro Histórico de Belém, adotado pela municipalidade em 1996, que excluiu a ocupação do século XIX e incluiu o bairro da Campina, representando uma “Cidade Velha patrimonial” (CASTRO, 2012). A área de ocupação mais recente da Cidade Velha foi considerada, desta forma, como entorno daquela de interesse à preservação.

3.2 A patrimonialização da Cidade Velha

A Cidade Velha vem ganhando uma importância que, além de histórica, passou a ser social, patrimonial e econômica para a cidade como um todo, de concentração de instituições de caráter público, museus e espaços de entretenimento, manifestações e eventos. O bairro é uma síntese da diversidade de Belém, onde convivem, de diferentes modos, diversos atores sociais – nem sempre desprovidos de conflitos ou divergências – tendo a mídia papel preponderante na construção de discursos, apropriações e ressignificações.

A partir do discurso na mídia, a realidade é apreendida pelos nossos sentidos, incluindo pensamentos, sentimentos, desejos, vontades, opinião. Em Belém, e em relação ao patrimônio em geral, geralmente o teor da mensagem se dá em torno da ideia do abandono, descaso e risco de desaparecimento, que portanto, precisa ser “revitalizado” ou “resgatado”. E quando se fala nos atores sociais da Cidade Velha, estão inclusos, além dos moradores, comerciantes, ambulantes, prestadores de serviços, servidores públicos, trabalhadores em geral, frequentadores usuais dos espaços culturais – sejam como visitantes, como artistas expositores ou turistas –

bem como funcionários das igrejas, irmandades religiosas, profissionais do sexo, flanelinhas, que passam a ser influenciados pelas representações que se constituem em torno do bairro.

Na década de 1990, quando o bairro ganhou maior visibilidade, um arquiteto ocupava o cargo de prefeito, e outro o de Secretário de Estado de Cultura, logo o patrimônio do núcleo antigo da cidade passou a ser motivo de disputas político-partidárias, simbólicas e de modelo e gestão, ganhando maior repercussão pelo fato de invocarem o direito artístico de criação na cidade.

Dentro do espaço, os processos de patrimonialização, segundo Peixoto (2004) passam por uma metonímia que se revela na substituição da causa pelo efeito: a exposição e a pressão que a revalorização e as práticas de lazer exercem sobre os monumentos históricos. É o surgimento, nas políticas patrimoniais, da concepção de que a paisagem urbana gera sentimentos de identificação, que viriam a originar modelos que são reproduzidos em série sob os valores da cidadania e participação cívica. Modelo este implantado na década de 80 em Barcelona, sob o bojo de uma nova filosofia de planejamento em que sobressaem a ideia de reabilitação e requalificação da cidade histórica e tradicional, consolidando-se como patrimônio através de uma identidade reinventada, desligada dos contextos cotidianos (PEIXOTO, 2004), trazendo para o contexto atual reflexão sobre monumento histórico já apontada por Choay (2001).

As cidades contemporâneas oferecem uma dinâmica que vai da esfera individual à identificação ou não com o espaço habitado, resultado de nosso tempo histórico, onde o poder e a manipulação do espaço aparecem na gestão urbana, quer da intervenção do estado quer na atribuição de valor de consumo ao patrimônio cultural.

Para Bauman (2009), neste ambiente, os gerentes são os agentes da força do mercado de consumo, de satisfação e lucros instantâneos. E assim as cidades foram dominadas pelo estado de medo e terror, que se utiliza da estratégia da invisibilidade planejada e da intimidação pela arquitetura e o urbanismo. A flexibilidade, espontaneidade, capacidade de surpreender e a oferta de aventuras foram extirpadas e substituídas por ambientes superficiais planejados. Lugares de proximidade e estranhamento na cidade ficaram envolvidos no tédio da previsibilidade nos espaços públicos – espaços de diferenças, onde poderia ocorrer um diálogo significativo, e a capacidade de movimentação livre pela cidade – afirma o autor (BAUMAN, 2009).

Na Cidade Velha, este debate aparece no planejamento em torno do conceito de signos arquitetônicos e urbanísticos de fausto do projeto Novo Pará. Classificado por Miranda (2006) como um dos momentos exemplares na história de Belém, o referido projeto originou o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, e foi iniciativa de Almir Gabriel, então Governador do Estado: iniciado a partir de 1994 como proposta de desenvolvimento, especialmente pelo apelo ao turismo, a partir de intervenções arquitetônicas no centro de Belém, seguidas de investimento em propaganda nos meios de comunicação nacionais e internacionais. A relação entre homem e espaço urbano passou a ser

mediado por imagens de caráter ideologizado, que suprime o que não se deseja mostrar, como a pobreza, e enaltecem-se com cores fortes e iluminação teatral um novo espaço de consumo, fruto da concepção da arquitetura como arte e inserção na paisagem por meio tático (ou de uso) e por meio da ótica (ou percepção), adverte Miranda (MIRANDA, 2006). O Novo Pará não foi o único projeto de intervenção na Cidade Velha, sua proporção, sim, foi a mais impactante, haja vista que reordenou uma área de cerca de 50.000 m², gerando uma polêmica com a população por conta da retirada dos muros e da boate do forte. Por outro lado, a atuação da prefeitura de Belém e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seguiram o caminho do diálogo com a população.

Ao analisar a intervenção que o estado realizou no forte em Belém, Dayseane Costa constatou que o patrimônio transformou-se no uso e no significado: tornou-se espaço de lutas simbólicas. A autora lembra que a história da cidade é também um pouco a de seus governantes, e apesar de pontual, as ações desenvolvidas promoveram influências e transformações que se fizeram sentir no cotidiano de todo o Centro Histórico de Belém (COSTA, 2007).

Seguindo a tendência mundial de transferência de responsabilidades de investimentos para a iniciativa privada, em Belém o patrimônio cultural adquiriu valor como empreendimento. No *marketing* turístico governamental desde aquele período, é possível identificar vários destes patrimônios constando como os principais atrativos culturais do Pará.

Se as ações dos governos se fizeram sentir mais fortemente, inauguraram uma tendência, pois o espaço é também definidor das práticas humanas. O bairro da Cidade Velha passou a ter sobre si toda a atenção na cidade, pois diferentemente de outras capitais brasileiras, Belém não conta com bairros em zona litorânea adaptada como novo espaço de habitação e do turismo. Restava o aproveitamento do centro, com a concentração maior de patrimônio cultural.

Nas políticas estatais tende-se a considerar o espaço apenas como o substrato material, sendo, portanto, objeto de planejamento “áreas vazias” ou de estética indesejada, onde as ações de renovação urbana atuam na mudança coercitiva ou não do conteúdo social e econômico de áreas, adverte Castro (2012), para quem o processo de patrimonialização na cidade vem ocorrendo concomitantemente com o de turistificação. Visão que pode ser complementada com a ideia de que a cidade, de acordo com Corrêa (2004) é como a ecologia, onde indivíduos ou grupos lutam pela sobrevivência, sucessão (e legado), pela competição e dominação dos mais fortes, modelando a cidade: proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, que atuam beneficiando-se de marcos legais que refletem conteúdos de classe. Sua organização espacial fragmenta e articula, posto que é onde a diversidade vive com sua dimensão simbólica em comportamentos, valores, monumentos, o lugar da convivência e do conflito, cenário e objeto onde grupos sociais reivindicam direitos e igualdade.

Corrêa (2004) afirma que é na habitação, entretanto, que se nota mais nitidamente o resultado das contradições do espaço, pois camadas inteiras da população não possuem condições de arcar com custos de compra ou aluguel de residências dignas. Restam-lhes se apropriar densamente do centro em residências que já foram da elite, hoje degradadas e divididas, ou na favela e na periferia. Para o autor, na política pública, caberia ao Estado tentar minimizar os conflitos, entretanto ele pode acabar segregando, em ação conjunta com as classes hegemonicamente dominantes. A habitação, interação ou segregação influem em hábitos de consumo, estados de consciência, a capacidade de se fazer valer, valores e expectativas; acesso diferenciado a recursos de ascensão social que se reflete em códigos linguísticos, morais e cognitivos; acesso às facilidades da vida urbana, como esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, etc (CORRÊA, 2004).

Diante do exposto, o conceito de referências culturais tem ganhando mais visibilidade a partir da adoção do instrumento do Inventário Nacional de Referências Culturais pelo IPHAN – incluindo a participação popular em seus bens culturais, envolta na proximidade e afetividade do cotidiano, o patrimônio interpretado pelos sujeitos – surge como perspectiva de entendimento do patrimônio, aponta Fonseca (2001), que pode abrir possibilidades para o planejamento da Cidade Velha como portadora de patrimônio cultural mais adensado, com a necessidade de reconhecimento pelo poder público, e, futuramente maior participação de seus moradores nas políticas públicas.

3.3 As transformações do bairro e significados de patrimônio para os moradores

Observamos que um dos principais pontos dos discursos envoltos nas ações de intervenção do poder público no ambiente urbano, configurando-se mesmo como sua justificativa, é “a criação de empregos e renda”. Para exemplificar a questão, o dono de um bar tradicional no bairro, S. Celso, fala enquanto empreendedor:

[...] Trouxe só essa Lusitânia [Núcleo Cultural Feliz Lusitânia], ficou bonito isso aí... de resto, o movimento é o mesmo, tá meio assim devagar, ficou a mesma coisa, só quando tem algum movimento, show na praça...fora disso, não acrescentou muita coisa não. Foi proibido bloco aqui [de carnaval], prefeitura proibiu, passou tudo pro Portal. Não sei se esse ano vai ter alguma coisa. Morador...botaram quente porque pessoal (...) [urinava] muito na rua, na porta das casas, aí proibiram. (Relato oral: Celso, 15/01/14).

Outro interessante depoimento veio de Maxilene, de 23 anos, moradora há 17 do entorno imediato do Feliz Lusitânia. Quando perguntada se o projeto representou oportunidade de trabalho, ela afirma:

Pra ti trabalhar num espaço público – aí é um espaço público, da prefeitura, do estado – só vai trabalhar as pessoas que trabalhem pra prefeitura ou pro estado, entendeu? Não é que se lá que abre um *shopping*, tu deixa teu currículo. Não. Ou pessoas concursadas ou que presta serviço pra alguma empresa que presta serviço pra prefeitura ou pro Estado. Eu ainda não vi uma placa no Forte de ‘procura pessoas’ sei lá, pra garçom [...] eu conheço muita gente na Cidade Velha há muito tempo, desde que reformaram, que nunca abriu oportunidade de emprego, obra

nenhuma, espaço nenhum. Vamos supor: na Cidade Velha tem muitas coisas, tem o tribunal, o da adolescência, o da mulher, o do homem [...] muitas casas que tu pensa que não é órgão público...é!!! só que num órgão público tu não pode chegar e botar teu currículo, tem que ser concursada, entendeu? (Relato oral: Maxilene, 23/02/14).

O emprego e renda dos discursos governamentais parecem ter ficado em pequenos vendedores das imediações do Complexo Feliz Lusitânia, e aqueles gerados pelos empreendimentos que atraiu para o bairro, como as boates e casas de shows, bares e lanchonetes. Alguns frequentados pelos moradores, outros associados à desordem e perturbação do sossego.

O discurso, porém, tem um poder de afirmação. Para Foucault (1996), o discurso, na esfera da política, não é transparente ou neutro, mas ligado ao desejo e ao poder, aquilo pelo o que se luta, do qual queremos nos apoderar, como se pudesse se apoderar do futuro. Acerca do discurso econômico, lembra Cybelle Miranda (2006) da tendência mundial hoje dos investimentos serem responsabilidade da iniciativa privada, surgida com o pós-guerra para recuperar cidades destruídas na Europa, que ganha novos contornos nos anos 60, a partir da recomendação de cartas patrimoniais, que propõem a iniciativa privada como solução para o problema da degradação urbana aliada às formas de inclusão social, incluindo a abertura de vias de circulação, infraestrutura para o comércio e serviços, substituição de cortiços por áreas verdes no entorno de monumentos, restauração com caráter excepcional, habitação e convívio da população, enfatizando o turismo por comparar a riqueza patrimonial àquela natural de um país. Na década seguinte, portanto, o valor de uso do patrimônio já representa o valor econômico, tornando-se uma espécie de *shopping center* da cultura. No Brasil, continua Miranda, foi criado o programa Monumenta como estratégia da atração de investimento no patrimônio e equipamentos de lazer urbano como cafés, restaurantes, bares. E o patrimônio se tornou campo de conflitos entre os vários atores sociais que passam a disputar este espaço nas cidades: moradores, *outsiders*, artistas, vândalos (MIRANDA, 2006).

No estado, o Novo Pará foi o projeto que se caracterizou como o criador do discurso baseado na proposta de desenvolvimento, o que Foucault (1996) classifica de “sujeito fundante” no discurso da revitalização justificada pelo fomento ao turismo, emprego e renda.

As boates e casas de show que se instalaram no bairro, na opinião de D. Terezinha, trouxeram um uso indevido “porque tem os bares [boates e casas de show] da Siqueira Mendes, ah, é um sufoco. Não pode sair de casa porque estacionam” e afirma que “se fosse restaurante seria bom”, pois os frequentadores dos referidos espaços “fazem arruaça, diz que corre drogas, eu não sei porque não frequento, ninguém da minha família frequenta. É barulho, palavrão, gritos [...] briga” (Relato oral: Terezinha, 21/10/13). Opinião também do morador Marcos, que deixou de frequentar a praça do Carmo “por causa dessa boate Açaí Biruta, é gente usando droga, fumando [maconha] aí na praça [do Carmo], deixei de ir com meus filhos...vai que eles veem fazendo isso

vão querer fazer também” (Relato oral: Marcos, 12/02/14). Estas informações ilustram como o social interage nos bairros com suas características físicas, que possuem “continuidade temática, de textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de edificação, costumes, topografia, conservação, que são frequentemente associados às classes sociais ou étnicas que os habitam” (MIRANDA, 2006, p. 120).

A modernidade do presente e nostalgia do passado se personificam na arquitetura, onde a sociedade pode reviver momentos de sua história em uma mistura de memória, imaginário e busca do ideal da felicidade. Esta história, contudo, geralmente é das classes dominantes.

Para os moradores entrevistados, morar no bairro significa uma relação de afeto e tradição aliada a uma moradia em área central, próxima de várias facilidades. O fato de estarem em um centro histórico traz uma relação de admiração para com as edificações em 85% dos casos, sendo que 35% ou consideram que moram em uma casa histórica ou relatam frequentarem estes espaços; 10% ou aparentaram ser indiferentes ou disseram gostar de saber sobre a história destes espaços, e finalmente 5% afirmaram trabalhar em imóvel histórico.

Ressaltando-se que o termo da arquitetura que foi utilizado no Pará tem sido da “revitalização”, enquanto em outros estados o termo “reabilitação” (SOUZA; KRUSE 2012) é aquele comumente empregado, foi perguntado aos moradores entrevistados se o bairro precisa ser “revitalizado”, para os quais 85% responderam que sim, sendo para os moradores entre as maiores necessidades a segurança pública, com 75% das opiniões; a manutenção das praças, com 40%; a atração de novos moradores, combate aos alagamentos e ao tráfico de drogas, com 35%; limpeza, com 25%; arborização e manutenção das mangueiras, com 20%. Para moradores, portanto, revitalização significa obras que estão ao seu alcance imediato, do cotidiano, como segurança pública, iluminação e pavimentação de ruas. Na noção de preservação, contudo, o que se vê são conflitos envolvendo restauradores preocupados com a estrutura física dos imóveis, técnicos e pesquisadores que determinam o que é patrimônio, e moradores que sofrem com a burocracia e a impossibilidade de fazer alterações nas suas casas.

O patrimônio é apenas um elemento dentro da cidade. Ao pensar esta cidade, é a exposição à diferença que se torna principal fator da coabitação feliz em um urbanismo que promova conexão, comunicação e celebração (BAUMAN, 2009). Esta reflexão se coaduna com a de Corrêa (2004), de que, como produto social, é no espaço que atuam agentes responsáveis pela sua constante reorganização, incorporação, densificação do uso do solo, deterioração e renovação, relocação de infraestrutura de modo diferenciado e mudança coercitiva ou não de conteúdo social e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro da Cidade Velha pertence a muitos – famílias tradicionais, ocupantes, moradores de rua, trabalhadores, empresários, artistas, técnicos do patrimônio,

flanelinhas, entre outros – que reivindicam seu direito ao espaço, fruição, sobrevivência e negócio, e tem várias facetas – da cultura, do turismo, da habitação, da vista para o rio, do verde, do fluxo de pessoas – constituindo a “velha” Cidade Velha e a “nova” Cidade Velha, na qual moradores se veem representados em novas concepções de patrimônio, como um modo de vida, e anseiam por melhorias que ultrapassem a política patrimonialista.

Neste contexto, os centros das cidades são apenas o reflexo de uma conjuntura maior dentro das políticas públicas, talvez pelo fato de nosso país ainda estar caminhando rumo a uma verdadeira democracia, talvez pelas gestões em todas as esferas ainda precisarem alcançar um patamar em termos de estrutura, corpo técnico, e recursos para a realização de uma política dialogada e mesmo conjunta. O exercício do diálogo é árduo e demorado. Contudo está previsto desde a Constituição de 1988, considerada cidadã.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Ata da 67^a Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2011_01_67a_reunio_ordinria_3_de_maio.pdf> Acesso em: 05 ago. 2015.
- CASTRO, Cleber Augusto Trindade. **Processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, Belém, PA**. 2012. 110 f.. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2004.
- COSTA, Dayseane Ferraz da. **Além da Pedra e da Cal**: a (re)construção do Forte do Presépio. 2007. 157 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais**: base para novas políticas de patrimônio. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais – acompanhamento e análise, n. 2, 2001. Disponível em <www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf>. Acesso em 15 mai. 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90. In: **Revista Pesquisa & Debate**, SP, vol. 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029/8709>>. Acesso em 18 ago. 2015.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em 20 set. 2015.
- MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia**: Cenários do Patrimônio Cultural

em Belém. 2006. 265f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. KHOURY, Yara Aun (trad.). In **Projeto história**: Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC, 1981, p. 7-29.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 70, dez. 2004: 183-204. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1056>>. Acesso em 19 mai. 2015.

SOUZA, Célia Ferraz de; KRUSE, Fabiana. Transformações dos centros históricos: antes de construir os diálogos, a precisão de conceitos. In: VAZ, Lilian Fessler; et al (org.). **Centros urbanos: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: Casa 8/ PROURB; 2012.

REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII

Lucas de Paula Souza Troncoso

Zanettini Arqueologia / Doutorando do Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

lucastroncoso@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende discutir a respeito da necessidade de estabelecimento de estratégias de valoração que refletem sobre o processo de guarda do patrimônio cultural, manifestado sob a forma de testemunhos materiais e imateriais identificados no âmbito de estudos desenvolvidos no sítio arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, associado ao contexto de mineração colonial observado na região do vale do Guaporé, no Estado do Mato Grosso. O ponto de partida desta reflexão busca discutir acerca da relevância que estudos de arqueologia preventiva apresentam na preservação do patrimônio arqueológico, levando em consideração que essa vertente da disciplina está diretamente relacionada ao crescimento exponencial de pesquisas no bojo do licenciamento ambiental ao longo da última década em nosso país. O presente ensaio tem como base premissas concernentes à discussão voltada à gestão do Arraial, tombado em esfera estadual, dando ênfase ao programa de pesquisa que vem sendo desenvolvido junto ao sítio arqueológico há mais de duas

décadas, e a possíveis futuras ações voltadas à sua preservação. Desta forma, tenciona-se demonstrar que é possível a prática de uma arqueologia preventiva que proponha reflexões críticas sobre o papel da arqueologia como ferramenta que permita demonstrar a importância do patrimônio arqueológico, buscando harmonizar os interesses da disciplina com os interesses da sociedade, inserindo a prática arqueológica dentro das necessidades e expectativas das comunidades, a fim de garantir a defesa e preservação do patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Preventiva; Arqueologia Histórica; Gestão do Patrimônio Arqueológico; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT: This reflection intends to discuss about the need to establish valuation strategies that reflect on the process of preservation of cultural heritage, manifested in the form of material and immaterial testimonies identified in the scope of studies developed at the archaeological site Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, associated to the colonial mining context observed in the region of the Guaporé valley, in the State of Mato Grosso. The starting point of this reflection is to discuss the relevance of preventive archeology studies concerned with the preservation of archaeological heritage, taking into account that this discipline is directly related to the exponential growth of

researches carried out within the scope of environmental licensing over the last decade in our country. This essay is based on assumptions concerning the discussion about the *Arraial* management, which is an archaeological site protected by state laws that ensure its long-term preservation, with emphasis on the research program that has been developed at the archaeological site for more than two decades, and possible future actions aimed at its preservation. In this way, it is intended to demonstrate that it is possible to practice preventive archeology based on strict criteria, which proposes critical reflections on the role of archaeology as a tool for demonstrating the importance of archaeological heritage, seeking to harmonize the interests of the discipline with the interests of society, inserting the archaeological practice within the needs and expectations of the communities, in order to guarantee the defense and preservation of their heritage.

KEYWORDS: Preventive Archaeology; Historical Archaeology; Archaeological Heritage Management; Cultural Heritage.

1 | INTRODUÇÃO

Esta reflexão tem como base proposições relativas a projeto de pesquisa de doutorado em desenvolvimento, apresentado no âmbito do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil, e fundamentado no debate acerca da gestão do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, sítio arqueológico marcado por contexto de ocupação voltada à prática da atividade de mineração (séculos XVIII/XIX/XX). Acreditamos que a breve discussão aqui apresentada se encaixe à temática proposta para o Simpósio, fundamentalmente no que diz respeito à questão do estado da arte da preservação do patrimônio no Brasil. O ponto de partida deste trabalho busca tecer considerações a respeito da prática da arqueologia preventiva e sua relação com a gestão dos recursos arqueológicos, apontando para a relevância que estudos realizados no bojo desta vertente disciplinar apresentam diante da preservação do patrimônio arqueológico, e levando em consideração que a prática da arqueologia preventiva está diretamente relacionada ao aumento de pesquisas no âmbito do licenciamento ambiental ao longo da última década em nosso país. Cabe destacar que este breve ensaio tem como objetivo servir de esboço no intuito de apresentar, resumidamente, alguns elementos e possibilidades no que diz respeito à gestão e preservação do sítio arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, levando em consideração o histórico do programa de pesquisa que o tem como alvo de estudos, bem como aspectos relativos à temática da arqueologia preventiva, campo disciplinar onde é desenvolvido o programa mencionado há mais de uma década.

2 | QUESTÕES ACERCA DA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO

A arqueologia preventiva, conforme aponta Caldarelli (2000), tem suas raízes associadas a estudos desenvolvidos junto a obras do setor hidrelétrico em âmbito nacional, e é definida, segundo a autora, como uma categoria de pesquisa arqueológica voltada à localização, avaliação e estudo do patrimônio arqueológico em uma dada área destinada a abrigar um projeto de engenharia que provocará impactos no uso do solo (MONTICELLI, 2010), sendo, portanto, uma variante da disciplina arqueológica preocupada com a preservação de recursos arqueológicos sob risco de destruição (ENDERÉ, 2000).

Uma vez que se mostra como inevitável a necessidade de uma escolha criteriosa no estudo e preservação dos vestígios arqueológicos, é imperioso que os arqueólogos não apenas justifiquem seu trabalho e objetos de estudo, mas também exponham argumentos válidos sobre o significado, a relevância e o valor dos diversos bens arqueológicos (DARVILL, 2005; WILLEMS e DRIES, 2007). Deste modo, critérios de significância e relevância figuram no bojo das avaliações de impacto ambiental de empreendimentos com caráter desenvolvimentista, os quais acarretam em implicações na abrangência dos programas de mitigação e compensação envolvidos no processo de licenciamento. Em território nacional, tal quadro se vê refletido na importância que marca as ações de educação patrimonial bem como as atividades de divulgação científica aplicadas aos estudos arqueológicos (CALDARELLI, 2010).

O debate em torno do vínculo entre a arqueologia preventiva e o universo acadêmico recua, no cenário nacional, à década de 1980 (MENESES, 1988; BARRETO 2000; CALDARELLI, 1999; CALDARELLI e MONTEIRO DOS SANTOS, 2000; SCHMITZ, 2001; MONTICELLI, 2005; MONTEIRO DOS SANTOS, 2001; FOGOLARI, 2007; LIMA, 2010; ZANETTINI, 2008). Por sua vez, no que concerne ao contexto internacional, o campo também apresenta franca dilatação (ANCA, 2000; BERKSON, 2009; COLLCUTT, 1994; DEEBEN, 1999; ENDERE, 2000; CRESPI, 2001; DARVILL, 2005; FERRIS, 2002; HODDER, 1999; KING, 2002, 2005; MATHERS et al., 2005; SHARROCK & GRAYSON, 1979; SKEATES, 2000; WILLIAMSON, 2000; WILLEMS & DRIES, 2007; ZIMMERMAN, 1994, 2006).

Segundo aponta Lima (2010), os debates envolvendo essa temática expuseram concepções que, até então, se mostravam alheias à esfera da arqueologia, como, por exemplo, os conceitos de “Gestão” e “Patrimônio”, termos correntes em discussões acerca de aspectos jurídicos e institucionais voltados à apreciação de elementos associados à disciplina, que passaram a ser utilizados no âmbito da arqueologia junto aos órgãos oficiais de preservação em seu diálogo com os arqueólogos (LIMA, 2010, p. 2).

De acordo com Caldarelli (2010), os maiores desafios que o arqueólogo dedicado ao estudo e à gestão de bens arqueológicos em áreas destinadas a alterações

ambientais tem de enfrentar são:

Detectar, preservar e avaliar a significância desses bens, a maior parte das vezes não visíveis, não apenas para a geração de conhecimento, mas também para o compartilhamento desse conhecimento com as partes interessadas atuais e futuras. Incorporar às decisões do que estudar e do que preservar não apenas critérios arqueológicos, mas interesses e critérios das demais partes interessadas (CALDARELLI, 2010, p. 2).

Quando se discute o papel da arqueologia na contemporaneidade, torna-se clara a necessidade de se pensar em uma perspectiva dialógica em relação ao mundo exterior, que seja capaz de influenciar condutas e decisões nas esferas política, social e econômica, a fim de se exigir sua inclusão no debate público, de modo a divulgar e demonstrar o valor social que o patrimônio arqueológico representa junto aos diversos atores incluídos neste processo. A gestão correta dos recursos arqueológicos deve ser marcada por um conjunto amplo de concepções distintas que buscam respostas comuns, em conjunto, levando-se em consideração que a prática arqueológica sempre envolve uma negociação entre uma série de interesses conflitantes (HODDER, 2003; KING, 2005).

A identidade histórica de grupos e comunidades encontra no patrimônio arqueológico um fator fundamental para o seu estabelecimento e consolidação, sendo que o conjunto de bens que conformam tal patrimônio pode basear-se em experiências e conhecimentos que constituem uma espécie de suporte para a tomada de decisões em distintas esferas sociais, contribuindo para a criação de uma memória coletiva. A relevância dada aos bens arqueológicos varia entre as diversas partes interessadas, assim como as visões sobre o destino a ser dado aos bens arqueológicos e, desta forma, não se pode admitir uma visão onde o público passe a ser considerado como um consumidor passivo do passado, especialmente no que diz respeito às comunidades locais associadas a determinado patrimônio que, a partir do processo de disseminação dos dados referentes aos impactos dos empreendimentos, passam a se posicionar não apenas diante das consequências econômicas advindas da implantação desses empreendimentos, mas também sobre seus desdobramentos socioculturais (MACEDO, 2002).

A concepção do termo patrimônio ou bem cultural pode sugerir algo de valor perante o qual nos encontramos, sendo entendido como uma herança coletiva cultural do passado, capaz de conectar e relacionar comunidades do passado com os indivíduos no presente. Como destacado por Eliot (2013[1948]), até mesmo o mais simples dos objetos materiais, que é produto e símbolo de uma determinada civilização, é um emissário da cultura da qual é proveniente. Desta forma, podemos apontar que o patrimônio é formado por objetos que perduram ao longo do tempo, os quais podem ser entendidos como uma materialização da história, ou seja, testemunhos materiais de práticas e saberes, uma memória social.

Segundo King (2011), os recursos culturais podem ser entendidos como todos os aspectos do ambiente físico e suprafísico valorados pelas sociedades a partir de razões

relacionadas à cultura. De acordo com essa concepção, a noção de patrimônio envolve uma ampla gama de elementos, tais como sítios arqueológicos, edificações, lugares, paisagens, objetos, documentos, tradições, artes, meios de expressões, crenças, entre outros, cuja valoração está baseada na sua contribuição para a elaboração de formulações contemporâneas de valores e identidades. Nesse sentido, a gestão dos recursos culturais abarca o conjunto de ações necessárias para identificar e gerir tais fenômenos, assim como os processos que podem conduzir a alguma mudança daqueles (KING, 2011, p. 18).

O debate acerca do campo da gestão do patrimônio arqueológico ainda ocupa um espaço restrito no âmbito da arqueologia como disciplina, principalmente porque uma arqueologia voltada à gestão deve obedecer a um programa de ação específico, fundamentado em um corpo teórico que dê conta das mais diversas dimensões que a cercam (AMADO REINO et al., 2002). A necessidade de reavaliação do objeto de estudo, objetivos a serem alcançados, bem como metodologia de trabalho e a relação da disciplina com os processos sociais deve ser repensada, apresentando-se como uma constante no âmbito do processo de gestão, inclusive no tocante aos valores atribuídos a determinado bem cultural, aspecto crucial na tomada de decisões a respeito daquilo que deve ser preservado.

Os critérios admitidos para a gestão do patrimônio arqueológico que apresentam maior relevância estão associados, em nosso entendimento, ao aspecto da significância dos recursos arqueológicos. O ponto inicial para que sejam pensadas estratégias de gestão do patrimônio arqueológico deve considerar quais os valores que esse patrimônio possui e de que forma a sua gestão pode fazer com que o mesmo seja apreendido como algo que possa trazer benefícios às comunidades a ele relacionadas (LIPE, 2009). Desta maneira, uma avaliação acerca do patrimônio arqueológico deve basear-se em uma série de critérios valorativos que consigam identificar valores/ significância de caráter social, científico, estético, econômico, entre outros, levando em consideração as particularidades de cada contexto avaliado (KING et al., 1977; SCHIFFER & HOUSE, 1977; MORATTO & KELLY, 1978; JULIANI, 1996; LIPE, 2009).

3 | A GESTÃO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO

Uma vez que, conforme já mencionado, esta reflexão está baseada em projeto de doutorado em desenvolvimento, cabe apontarmos que a mesma busca discutir, fundamentada tanto no debate sobre a gestão do patrimônio arqueológico, quanto em pressupostos teórico-metodológicos ligados à subdisciplina da arqueologia da mineração, a respeito do processo de guarda do patrimônio cultural, propondo uma reflexão crítica sobre o papel da arqueologia como ferramenta que permita demonstrar a importância do patrimônio arqueológico, garantindo a sua defesa e preservação. Desta forma, a pesquisa pretende apontar e sugerir elementos e propostas que colaborem para a elaboração de um plano de gestão voltado à preservação do sítio

arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada (século XVIII), localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no estado do Mato Grosso, inserido no interior de um complexo de mineração de ouro em atividade (TRONCOSO, 2015) (Figura 1).

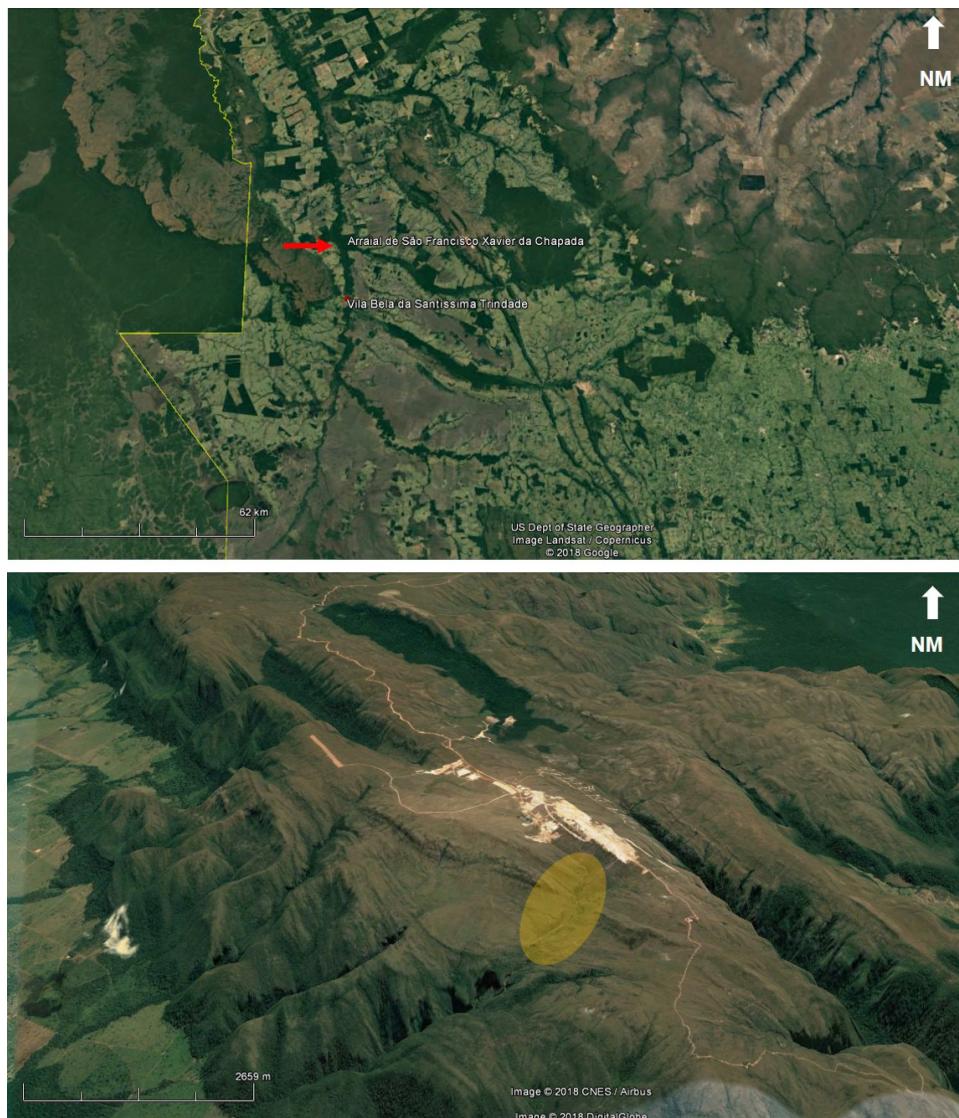


Figura 1. Indicação da localização do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada em relação à fronteira Brasil-Bolívia, na região do Guaporé mato-grossense, bem como de sua implantação no topo da Serra de São Vicente (poligonal em destaque), respectivamente.

O sítio Arraial de São Francisco Xavier da Chapada foi estabelecido ainda na primeira metade do século XVIII (1736), e é composto por um conjunto de edificações de grande porte, erigidas com blocos rochosos sobrepostos, associadas a moradias, áreas destinadas à exploração mineral, a ruínas de igreja, canalizações, entre outros tipos de estruturas, e, há mais de uma década, vem sendo estudado no âmbito de programa de arqueologia preventiva, sob a coordenação técnica da Zanettini Arqueologia, que tem como objetivo identificar e apreender elementos da vida cotidiana do arraial, assim como da complexa rede de mineração implantada na região do vale do Guaporé (Mato Grosso), entre os séculos XVIII e XIX, levando em consideração fontes diversas, tais como registros escritos, iconográficos e arqueológicos (artefatos e ecofatos

provenientes das atividades de extração mineral) (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011; TRONCOSO, 2015) (Figura 2).

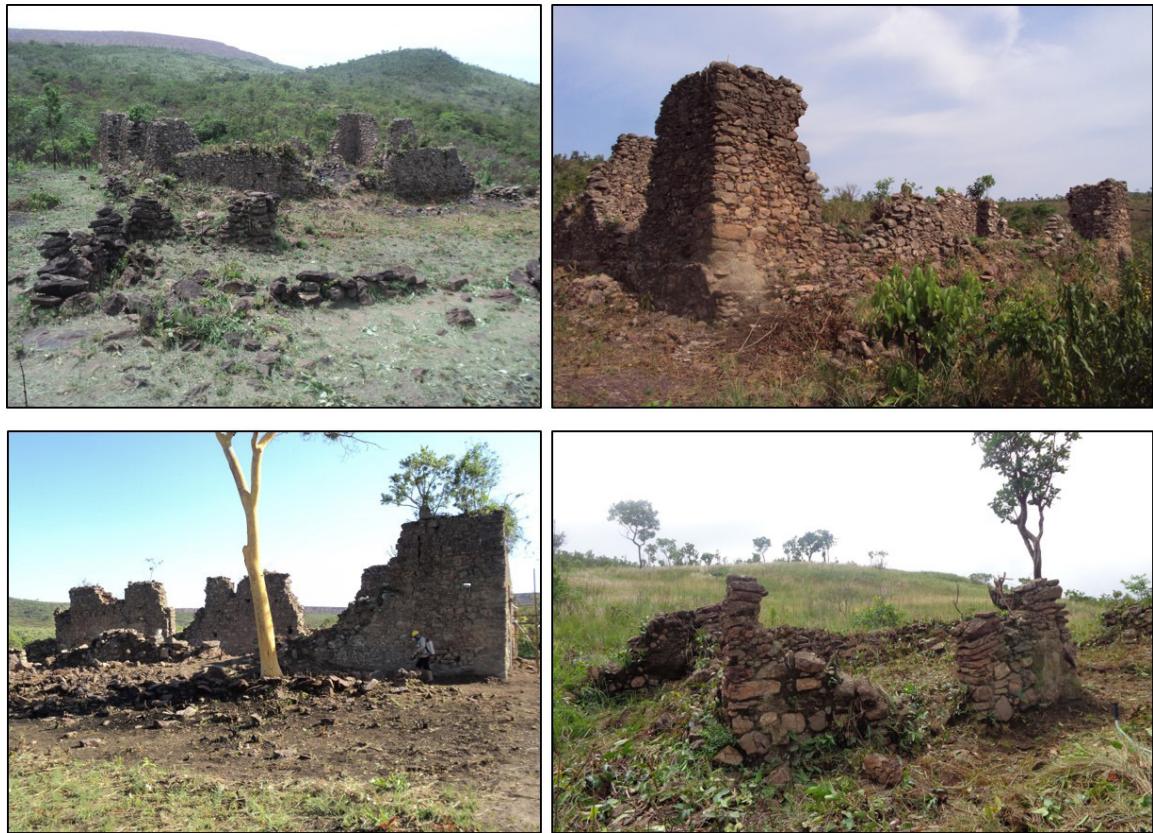


Figura 2. Exemplos de remanescentes das edificações que compõem a área nuclear do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

O estudo em questão foi marcado por uma série de ações de resgate arqueológico e análise de porções do entorno imediato do Arraial que seriam impactadas em decorrência da instalação da lavra São Francisco, caracterizada por cava de mineração e demais equipamentos de exploração mineral de ouro. Cabe apontar que a área nuclear que conforma o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, em virtude do seu grau de integridade e relevância, foi tombada em esfera estadual pelo governo do Estado do Mato Grosso. Uma vez instalado o empreendimento, foram exaradas condicionantes no bojo do licenciamento, e, como medida de compensação, estabeleceu-se um plano de estudos periódicos a ser desenvolvido durante o período de via útil da mineração atual, caracterizado por campanhas anuais de monitoramento arqueológico que buscam desenvolver pesquisas no interior da área tombada do Arraial. Tais pesquisas são marcadas por atividades de acompanhamento da evolução das obras da mineração contemporânea diante da área tombada do Arraial, de avaliação de eventuais impactos junto às suas ruínas e edificações, e de identificação de novas evidências arqueológicas, de qualificar a área de forma mais pormenorizada por meio da avaliação do grau de integridade dos novos vestígios porventura identificados e cadastrados (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011) (Figura 3).



Figura 3. Escavações arqueológicas realizadas no interior de alguns dos remanescentes de edificações do Arraial (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

Cabe destacar que o programa de arqueologia realizado junto ao Arraial apresenta estreita relação com o Projeto Fronteira Ocidental, desenvolvido pela Zanettini Arqueologia entre os anos de 2000 e 2006, que objetivou o estudo da fronteira ocidental do país, na região do vale do rio Guaporé, avaliando as estratégias da política pombalina a fim de estabelecer a manutenção dos limites da colônia lusitana na América a partir da consolidação de projetos colonizadores relacionados às atividades de mineração durante o período colonial. O Projeto Fronteira Ocidental desenvolveu uma série de ações voltadas ao resgate, preservação e extroversão do conhecimento obtido com a pesquisa arqueológica e histórica realizada na microrregião do Alto Guaporé (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2002; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011; TRONCOSO, 2013) (Figura 4).



Figura 4. Exemplos de ações conduzidas no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental no centro urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade, envolvendo a comunidade local (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2002).

Nesse sentido, apontamos também que o programa de arqueologia realizado junto ao Arraial permitiu o desenvolvimento de pesquisa de mestrado voltada à análise de artefatos metálicos oriundos de escavações sistemáticas realizadas em seu interior (TRONCOSO, 2013). Da mesma forma, outras pesquisas de natureza acadêmica foram desenvolvidas a partir das ações desencadeadas no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental (ROSA, 2009; LIMA, 2010; SYMANSKI e ZANETTINI, 2010).

Destarte, uma vez estabelecido o potencial que a arqueologia apresenta através de ferramentas de avaliação e significação, esta reflexão tenciona discutir como a disciplina pode contribuir para a preservação dos vestígios que caracterizam o patrimônio arqueológico do contexto aqui descrito. É de conhecimento notório que a maioria dos empreendimentos atuais voltados à exploração mineral encontra-se junto a áreas onde, no passado, houve exploração mineral, e que possuem um determinado tempo de vida útil para operar e extrair minérios. Uma vez alcançado tal limite de tempo e esgotadas as jazidas exploradas, se dá a efetiva desativação da lavra. Diante de tal cenário, no que diz respeito ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, o Programa de pesquisa no qual está inserido também tem buscado insumos a fim de elaborar proposições voltadas ao seu futuro uso público e preservação.

Ao avaliarmos o quadro sul-americano de exploração mineral pretérita, conforme apontado Funari et al. (2009), apesar da diversidade do seu contexto, seja em um nível físico ou identitário pós-Conquista, subjaz um fundo histórico comum: as áreas colonizadas foram marcadas pela produção de recursos para o benefício das potências coloniais. No que diz respeito às relações entre as regiões mineradoras e o restante do mundo, é correto dizer que a mineração pode ser entendida como componente fundamental nos relacionamentos gerados entre Estados nacionais, comunidades locais e as potências estrangeiras. Contudo, apesar da importância da mineração em processos históricos, ao revermos as investigações arqueológicas levadas a cabo no bojo desse contexto, torna-se evidente certa escassez de trabalhos de cunho sistemático. Tal escassez mostra-se como um fator que coloca a arqueologia em desvantagem com relação à etno-história, a historiografia e antropologia no tocante a contribuições para a compreensão do papel que esta atividade desempenhou nos processos históricos em escala local, regional e global (SALAZAR e VILCHES, 2014).

Para que a arqueologia possa contribuir com a compreensão da longa história da mineração e suas ligações com o contexto ambiental, tecnológico, econômico, sociopolítico e cultural em que se desenvolveu, é essencial que seus estudos estejam relacionados diretamente à materialidade que caracteriza o universo da exploração mineral. Contudo, as contribuições da arqueologia da mineração vão além do componente tecnológico, e não se limitam a corroborar a documentação histórica, identificar antigos trabalhos sem documentos ou conhecer as técnicas e tecnologias de mineração. A arqueologia pode fornecer uma perspectiva complementar a outras disciplinas para compreender, a partir da materialidade, fenômenos tais como as práticas diárias em comunidades mineiras, relações sociais, rituais, atividades e até

mesmo estratégias de dominação, disciplina e resistência, além de compreensão a organização dos sistemas de produção e a sua integração nas economias regionais (SALAZAR e VILCHES, 2014).

Cabe apontar, ainda, alguns exemplos que dialogam com a proposta desta reflexão, associados a um cenário de conflitos atuais, no âmbito de obras que buscaram estabelecer um elo entre a investigação do passado com processos de patrimonialização da materialidade histórica mineira, evidenciando algumas tensões entre o Estado, as comunidades locais e o capital estrangeiro em termos de definição de patrimônio e de quem o detém efetivamente (RIVERA e LORCA, 2010).

Na Bolívia, por exemplo, há o caso de Cerro Rico de Potosí e os conflitos sociais produzidos a partir da contradição entre uma identidade cultural promovida pela UNESCO, e sua recente patrimonialização por parte do governo boliviano (ABSI e CRUZ, 2005), onde grupos mineiros buscam reexplorar áreas de exploração mineral já fechadas. Podemos mencionar outro contexto semelhante, observado na mina de sal de São Francisco de Assis, em Huarhua, no sul do Peru, propriedade do Estado, explorada por uma cooperativa de moradores locais que disputam o seu controle (JENNINGS et al., 2013). Por sua vez, as minas de sal do Vale da Lua, em San Pedro de Atacama, são agora parte de uma reserva natural administrada pelo governo do Chile e por uma associação indígena. Quando outrora abandonadas, tanto o Estado quanto a associação não conseguiram resolver um problema jurídico referente ao controle legal das terras que constituem a reserva (VILCHES et al., 2014). O denominador comum nos exemplos citados acima diz respeito à situação de abandono total ou parcial de bens marcados por seu valor arqueológico. Esse fato é revelador de que a arqueologia é capaz de mediar disputas, ajudando a respaldar uma ou mais partes envolvidas em eventuais conflitos (SALAZAR e VILCHES, 2014).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de qualquer pesquisa arqueológica deve procurar uma abordagem pluralista para o estudo do passado, buscando conciliar os interesses da arqueologia com os interesses da sociedade, inserindo a disciplina dentro das necessidades e expectativas da comunidade (LITTLE apud SILVA et al., 2011). Portanto, as comunidades devem participar do estabelecimento de parâmetros relevantes para a arqueologia, tendo suas vozes ouvidas, uma vez que a pesquisa arqueológica deve procurar a inclusão de todos no passado (LITTLE, 2009).

Dada esta perspectiva, a reflexão desta pesquisa deve levar em conta a relação entre as comunidades associadas à história do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, especialmente a comunidade do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, diretamente relacionado ao contexto ocupação do sítio arqueológico. Com base em uma pesquisa de caráter participativo, colaborativo e multivocal, o que implica

na consulta às comunidades envolvidas a fim de entender o grau de importância e interesse sobre o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, o processo de gestão e preservação do sítio deve buscar por um processo crítico e dialógico ao longo da construção do conhecimento arqueológico, processo esse que leve em consideração as diversas concepções dos grupos envolvidos em relação ao passado (SILVA et al., 2011).

Desta maneira, em termos metodológicos, esta reflexão busca considerar o desenvolvimento de uma abordagem que estabeleça algumas estratégias consideradas essenciais para a prática colaborativa, como a promoção da interação social entre a equipe de pesquisa e da comunidade local, promovendo um diálogo com a comunidade sobre a necessidade de preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada e sua relação com os moradores de Vila Bela como uma herança cultural, oferecendo novas perspectivas sobre o passado e o presente, bem como desenvolver uma sensibilidade crítica para reconhecer e definir os valores que os cercam, permitindo a fruição dos vestígios remanescentes por parte das comunidades locais.

Por fim, conforme discutido ao longo da apresentação deste trabalho no âmbito do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil, deve ser destacado o atual momento marcado por uma série de graves ameaças frente ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, advindas na forma de projetos de lei cujas propostas causariam sérios riscos ao desenvolvimento de pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento ambiental, seja pela redução dos prazos do licenciamento e eliminação das fases que o caracterizam (PLS 654/2015), seja pela desobrigação da realização dos estudos voltados ao licenciamento de acordo com o enquadramento de categorias de empreendimentos, como, por exemplo, aqueles relacionados a atividades agrícolas e silvicultura, entre outros (PL 3.729/2004). Conforme destacado em manifestação expressa pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) em maio de 2017, são inúmeros os sítios que apresentam extrema relevância para a sociedade brasileira identificados em estudos desenvolvidos sob a legislação vigente no âmbito do licenciamento ambiental (SAB, 2017), citando entre outros, o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. Destarte, ferramentas que busquem o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, quando necessário, têm de estar imbuídas de um senso de prudência que evite que políticas públicas que devem ser pensadas em prol da sociedade atendam a interesses privados, impactando o processo de conhecimento do passado, tão caro à sociedade (PLENS et al., 2017; SAB, 2017).

A gestão do patrimônio não pode ser considerada com um objetivo em si mesmo, e deve estar voltada a busca constante de respostas sobre qual o seu propósito. A gestão dos recursos arqueológicos faz-se necessária na medida em que beneficia as comunidades locais e a sociedade como um todo. Tais benefícios podem ser entendidos como uma ponte que liga a sociedade a um ou mais valores associados a vestígios arqueológicos, sejam estes valores de caráter científico, estético, educacional, econômico, social e cultural, sendo que quadros legais e políticos podem orientar e/

ou restringir a maneira como os gestores dos recursos patrimoniais poderão fornecer acesso aos benefícios apontados (LIPE, 2009).

Desta forma, esperamos que a discussão aqui apresentada, ainda que incipiente, possa contribuir com uma reflexão acerca das possibilidades, práticas e objetivos da gestão dos recursos arqueológicos, especificamente no que diz respeito ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. As ações desenvolvidas no bojo do monitoramento arqueológico do Arraial têm fornecido, gradualmente, elementos válidos ao manejo da área protegida, com a avaliação periódica dos possíveis efeitos negativos frente ao patrimônio, em decorrência da operação de mineração contemporânea instalada em seu entorno, conforme já apontado. Da mesma maneira, essas ações também proporcionam a coleta de elementos que deverão fundamentar as propostas voltadas ao futuro uso público do bem tombado após o encerramento das atividades minerárias locais e desativação da lavra (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015). Nossos recursos arqueológicos, portadores de enorme relevância, se manifestam por meio de um conjunto de bens bastante diversificado, que supera em quantidade o número de pesquisadores responsáveis por sua gestão e proteção. Sendo assim, cabe àqueles responsáveis diretamente por sua gestão otimizar o uso dos bens arqueológicos, marcados por recursos não renováveis, proporcionando sua fruição, proteção e benefícios, no longo prazo, a todos os grupos sociais envolvidos.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Zanettini Arqueologia pela cessão das imagens que ilustram este texto.

REFERÊNCIAS

ABSI, Pascale; CRUZ, Pablo J. Patrimonio, ideología y sociedad. Miradas desde Bolivia y Potosí. **Tinkazos**, La Paz, n.19, p. 77-97. 2005.

AMADO REINO, Xesús; BARREIRO MARTÍNEZ, David; CRIADO BOADO, Felipe; MARTÍNEZ LÓPEZ, Carmen. Especificaciones para una gestión integral del impacto desde la arqueología del paisaje. **TAPA (Traballos en Arqueoloxía e Patrimonio)**, 26. Santiago de Compostela, Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, Universidade de Santiago de Compostela. 2002.

ANCA, Javier L. La arqueología desde el sector privado: actividad profesional o empresarial. **Resumen de los cursos de postgrado impartidos en la Universidad de Santiago en los años 1998 y 2000**. 2008.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro. 1999-2000.

BERKSON, Alice. Talking to Tree Huggers: integrating archaeology into natural resource programs. **The SAA archaeological record**, v.9, n.1, p. 14-17. 2009.

CALDARELLI, Solange B. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3**: 347-369. 1999.

CALDARELLI, Solange B. A arqueologia como profissão. In: Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, IX, 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2000, 15 p.

CALDARELLI, Solange B. Participação da arqueologia na criação de Unidades de Conservação no Brasil como medida compensatória aos impactos sobre o patrimônio arqueológico. In: **Conferência da REDE de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos** - Lisboa (Fundação Cidade de Lisboa), 1.^a. 16-19 de junho de 2010.

CALDARELLI, Solange B.; SANTOS Maria do C. M. M. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n.44, p. 52-73, dezembro/fevereiro. 1999-2000.

COLLCUTT, Simon. The archaeologist as consultant. In: HUNTER, J.; RALSTON, I. (Orgs.) **Archaeological Resource Management in the UK**. Dover: Alan Sutton Publishing, 1994. p. 158-168.

CRESPI, Muriel. Raising Muted Voices and Identifying Invisible Resources. **CRM**, v.23, n.5, p. 4-6. 2001.

DARVILL, Timothy. Approaching value and importance in archaeological resource management. In: MATHERS, C.; DARVILL, T; LITTLE, B. J. (Eds.). **Heritage of Value, Archaeology of Renown**. Gainesville: University of Florida Press, 2005. p. 21- 42.

DEEBEN, J; Groenewoudt, Bert.J; Hallewas, D. P; Willems, Willem J.H. Proposals for a practical system of significance evaluation in archaeological heritage management. **European Journal of Archaeology**, v.2, n.2, p.177-99. 1999.

ELIOT, Thomas S. **Notas para uma definição de cultura**. 1^a ed. São Paulo: Editora Perspectiva, (2013 [1948]).

ENDERE, Maria L. **Arqueología y Legislación en Argentina. Cómo proteger El patrimonio arqueológico**. Tandil, Departamento de Publicaciones UNCPBA, Série Monográfica INCUAPA, v.1. 2000.

FERRIS, Neal. When the air thins: the rapid rise of the archaeological consulting industry in Ontario. **Revista de Arqueología Americana**, n. 21, p. 53-88. 2002.

FOGOLARI, Everson P. **Gestão em projetos de arqueologia**. 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FUNARI, Pedro P de Abreu; ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melissa A. (2009). Historical Archaeology in South America. In: Majewsky, T; Gaimster, D. (Eds.). **International Handbook on Historical Archaeology**. New York: Springer, 2009. p. 399- 408.

HODDER, Ian. **The Archaeological Process – An Introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

HODDER, Ian. **Archaeology beyond Dialogue**. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2003.

JENNINGS, Justin; PALACIOS, Félix; TRIPCEVICH, Nicholas; ALVAREZ, Willy Y. The Huarhua rock salt mine: archaeological implications of modern extraction practices. In: Tripcevich, N; Vaughn, K. (Eds.). **Mining and quarrying in the ancient Andes. Sociopolitical, economic and symbolic dimensions**. New York: Springer, 2013. p.123-136.

JULIANI, Lúcia J. C. O. **Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo**. 1996. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KING, Thomas F. **Cultural Resource Management: essays from the edge**. Oxford: Altamira Press, 2002.

KING, Thomas F. **Doing Archaeology: A Cultural Resource Management Perspective**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2005.

KING, Thomas F. (Org.). **A Companion to Cultural Resource Management**. Blackwell Publishing, 2011.

KING, Thomas F.; PARKER, Patricia L; BERG, Gary. **Anthropology in historic preservation: caring for culture's clutter**. New York: Academic Press, 1977.

LIMA, André P. S. de. **Academia, contrato e patrimônio: visões distintas da mesma disciplina**. 2010. 156 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, Luiz F. E. **A ocupação Pré-Colonial na Fronteira Ocidental – Adaptabilidade humana, Territorialidade e Aspectos Geomorfológicos na Microrregião do Alto Guaporé, Mato Grosso**. 2010. 672 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIPE, William D. Archaeological Values and Resource Management. In: LYNNE, S.; LIPE, W. (Eds.). **Archaeology & Cultural Resource Management: Visions for the Future**. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2009. p.41-63.

LITTLE, Barbara. What can archaeology do for justice, peace, community, and the earth? **Historical Archaeology**, v.43, n.4, p. 115-119, 2009.

MACEDO, Sofia. Gestão privada de sítios arqueológicos públicos. **ERA Arqueologia**, v. 4, p. 30-32, 2002.

MATHERS, Clay; DARVILL, Timothy; LITTLE Barbara L. (Eds.). **Heritage of Value, Archaeology of Renown**. Gainesville: University of Florida Press, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Arqueologia de Salvamento no Brasil: uma avaliação crítica. In: **Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica**, 1988, Rio de Janeiro: PUC-RJ. Sessão: Arqueologia de Salvamento (não publicado).

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos**. 2005. 370 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MONTICELLI, Gislene. **Deixe Estar. Patrimônio, Arqueologia e Licenciamentos Ambientais**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

MORATTO, Michael J.; KELLY, Roger E. Optimizing strategies for evaluating archaeological significance. In: SCHIFFER, M (Ed.). **Advances in Archaeological Method and Theory**, 1978. p.1-30.

PLENS, Cláudia R.; PY-DANIEL, Anne R.; MORAES, Claude P. (2017). A grande ameaça ao patrimônio arqueológico brasileiro. **Carta Maior**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/A-grande-ameaca-ao-patrimonio-arqueologico-brasileiro/4/38223>> Acesso em: 9 jun. 2017.

RIVERA, Francisco; LORCA, Rodrigo. Uso social de una Arqueología Histórica del Capitalismo y los dilemas de su patrimonialización: el caso del Mineral de Capote. **Revista Chilena de Antropología**, n.22, p. 33-56. 2010.

ROSA, João H. **Entre alagados e penhascos: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século XVIII na capitania de Mato Grosso - região mineradora Guaporeana**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SALAZAR, Diego; VILCHES, Flora. La arqueología de la minería en el centro-sur andino: Balance y perspectivas. Arqueología y Antropología Surandinas. **Estudios Atacameños**, n.48, p. 5-21. 2014.

SANTOS, Maria C. M. M. **A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental**. 2001. 174 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHIFFER, Michael B.; HOUSE, John H. An Approach to Assessing Scientific Significance. In: SCHIFFER, M.; GUMMERMAN, G. (Eds.). **Conservation Archaeology: A Guide for Cultural Resource Management Studies**. New York: Academic Press, 1977. p.249-257.

SCHMITZ, Pedro I. Avaliação e perspectivas da Arqueologia Brasileira. **Canindé - Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 1, p. 53-61, dezembro. 2001.

SHARROCK, Floyd W.; GRAYSON, Donald K. "Significance" in contract archaeology. **American Antiquity**, v. 44, n.2, p. 327-28. 1979.

SILVA, Fabíola A.; BESPALEZ, Eduardo; STUCHI, Francisco F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Koatinemu, Rio Xingu, Pará. **Amazônica: Revista de Antropologia**, v. 3, n.1, p. 32-59. 2011.

SKEATES, Robin. **Debating the Archaeological Heritage**. London: Bristol Classical Press, 2000.

Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). **Manifesto contra Substitutivo ao Projeto de Lei N.3.729/2004 do relator Deputado Mauro Pereira**. Disponível em: <http://www.sabnet.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=439>. Acesso em 4 jun. 2017.

SYMANSKI, Luís C. P.; ZANETTINI, Paulo E. Encontros culturais e etnogênese: O caso das comunidades Afro-Brasileiras do Vale do Guaporé. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v.4, n.2, p. 89-124. 2010.

TRONCOSO, Lucas P. S. **Um estudo arqueometalúrgico dos artefatos resgatados do Arraial de São Francisco Xavier**. 2013. 311 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRONCOSO, Lucas P. S. **Horizontes mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental**. 2015. Projeto de Doutorado apresentado ao Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILCHES, Flora.; SANHUEZA, Lorena; GARRIDO, Cristina. Patrimonio (in)visible: arquitectura de remeseros en San Pedro de Atacama. **ARQ (Santiago)**, Santiago, n.88, p. 76-85, diciembre. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-69962014000300014&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 10 de junho de 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-69962014000300014>.

WILLEMS, Willem; VAN DEN DRIES, Monique. **Quality Management in Archaeology**. London: Oxbow, 2007.

WILLIAMSON, Ron F. Trends and Issues in Consulting Archaeology. **Canadian Journal of Archeology**, v.24, n.2, p. 158-162. 2000.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Relatório Técnico. Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e**

História Vila Bela da Santíssima Trindade (Fase 1). Zanettini Arqueologia, SECMT, 2002.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Relatório Final. Projeto São Francisco – Monitoramento Arqueológico Ano de 2011. Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D’Oeste, 2011, 199 p.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Relatório Consolidado das Ações de Monitoramento Arqueológico (2005-2014). Projeto São Francisco. Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D’Oeste, Mato Grosso, 2015, 202 p.

ZANETTINI, Paulo E. **Arqueología e Sociedad**. IN: Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur, IV. Inter-Congreso del WAC, 2008. Catamarca, Argentina.

ZIMMERMAN, Larry J. Sharing control of the Past. **Archaeology**, v.47, n.6, p. 67-68. 1994.

ZIMMERMAN, Larry J. Consulting Stakeholders. In: BALME, J.; PATERSON, A. (Eds.) **Archaeology in Practice**. Victoria: Blackwell Publishing, 2006. p.39-58.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS

Micheli Martins Afonso

UFPEL. Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Pelotas/RS.

Karen Velleda Caldas

UFPEL. Prof^a. M^a. no curso de Conservação e Restauração.

Pelotas/RS

Juliane Conceição Primon Serres

UFPEL. Prof^a. Dr^a. do Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio.

Pelotas/RS

localizados em áreas remotas, visando utilizar sistemas sustentáveis e métodos exequíveis para conservação destas instituições de guarda. Este artigo foi apresentado no Simpósio Científico ICOMOS BRASIL em 2017 e apresenta alguns questionamentos preliminares que estão sendo trabalhados em tese de doutorado pelo programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, sobre o papel da comunidade como agente de preservação. Esta análise parte do princípio que a conservação e a restauração devem cumprir um papel social, contribuindo para a extroversão da informação e para a capacitação de agentes culturais na preservação do patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Situações de emergência; Gestão de riscos; Conservação; Patrimônio Mundial; Memória do Museu das Missões.

ABSTRACT: This work deals about the event that damaged about 30% of the sacred missionary imaginary and the building of the Museu das Missões, located in the city of São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul. Built alongside the Jesuit missions by Lucio Costa in 1940, and considered a World Heritage Site by UNESCO in 1983, the museum was hit by a tornado in April 2016. The results of this disaster highlight a gap in the institution's risk management, including a current emergency

RESUMO: Este trabalho versa sobre o evento que danificou cerca de 30% da imaginária sacra missionária e as instalações do Museu das Missões, situado na cidade de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul. Construído junto às missões jesuíticas por Lucio Costa, em 1940, e considerado Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1983, o museu foi atingido por um tornado em abril de 2016. Os resultados desse desastre evidenciam uma lacuna existente na instituição quanto à gestão de riscos, incluindo um plano de emergência vigente. Levando em consideração que o risco não está ligado apenas a fatores físicos e ambientais, mas também aos fatores socioculturais, econômicos e políticos, busca-se discutir a importância de programas de gestão de riscos direcionados para museus

plan. Taking into account that the risk is not only related to physical and environmental factors, but also to sociocultural, economic and political factors, it is sought to discuss the importance of risk management programs directed to museums located in remote areas, aiming to use sustainable systems and feasible methods for the conservation of these guarding institutions. This article was presented at the Brazil's ICOMOS Scientific Symposium in 2017 and presents some preliminary questions that are being worked on in a doctoral thesis by the Graduate Program in Memória Social e Patrimônio Cultural of the Universidade Federal de Pelotas, on the role of the community as agent of preservation. This analysis assumes that conservation and restoration must fulfill a social role, contributing to the extroversion of information and to the training of cultural agents in the preservation of heritage.

KEYWORDS:Emergency situations; Risk Management; Conservation; World Heritage; Memory of Museu das Missões.

UM MUSEU À DERIVA

Recolhendo-se [...] a um pequeno museu local, as peças que, sobrevivendo à catástrofe, por assim dizer, "deram à praia": capitéis, cartelas partidas, ainda com o IHS, os três cravos e a cruz, imagens mutiladas e já sem cor, peças cuja vista nos deixa uma impressão penosa e certo mal-estar, como se realmente estivéssemos diante dos destroços de um naufrágio (Costa, 1995, p.18).

Lúcio Costa, arquiteto que projetou o Museu das Missões, ao conhecer o Sítio Histórico São Miguel Arcanjo faz uma analogia da situação encontrada no local com um navio naufragado em um gigante Oceano. Quase 80 anos após a construção do Museu, as palavras proferidas por Lucio Costa tornam-se contemporâneas. No dia 24 de abril de 2016 o Museu das Missões foi atingido por fortes tempestades e por um tornado, situação improvável para aquela região do Estado do Rio Grande do Sul. O tornado danificou as salas expositivas do museu, destelhando o local, quebrando os vidros e entortando as calhas metálicas. Diversas esculturas que estavam expostas foram arremessadas ao gramado próximo a sala de exposição e com o impacto ficaram danificadas. Algumas tiveram partes amputadas devido à violência do tornado e ficaram cravejadas por estilhaços de vidro, que não possuía tratamento adequado para a conservação do acervo. No momento da tragédia estavam presentes poucos funcionários do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dificultando as ações de resposta ao sinistro e o resgate do acervo. Além disso, esses funcionários em sua maioria eram agentes de segurança do Sítio Histórico São Miguel Arcanjo e não possuíam formação específica ou qualquer treinamento de como proceder diante de uma situação de emergência.

A catástrofe inesperada revelou uma degradação estrutural do acervo que antecede o ocorrido, fator que denuncia a carência de métodos técnicos de gerenciamento de riscos, incluindo a conservação preventiva e um plano de emergência. Considera-se essencial ter em vista que as degradações estão relacionadas a:

Composição material dos acervos e do ambiente em que estão inseridos, de seu uso e manuseio, e de seu valor econômico, religioso, político, histórico etc. podem ser identificados, analisados e tratados por meio do uso da metodologia de gerenciamento de riscos. Esta metodologia oferece resultados científica e estatisticamente embasados que contribuem para que conservadores, gestores, cientistas, administradores, em um ambiente interdisciplinar, definam as escolhas e prioridades na tomada de decisão inerente ao processo de gerenciamento de um programa de preservação. (HOLLÓS & PEDERSOLI, 2009, p. 73).

Este artigo possui o interesse em discutir a importância do desenvolvimento de programas de gestão de riscos direcionados para museus localizados em áreas remotas, visando problematizar a utilização de sistemas sustentáveis e métodos exequíveis para conservação destas instituições de guarda. Este artigo ainda trás alguns questionamentos preliminares que estão sendo trabalhados em tese de doutorado pelo programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas, sobre o papel da comunidade como agente de preservação em situações de emergência. Esta análise parte do princípio que a conservação e a restauração devem cumprir um papel social, contribuindo para a extroversão da informação e para a capacitação de agentes culturais na preservação do patrimônio.

Elegeu-se o Museu das Missões como objeto de estudo de caso desta proposta, devido à ausência de um programa de gestão de riscos formulado para esta instituição, por se tratar de um museu localizado em área remota e por ter este, sofrido recentemente um sinistro que danificou significativamente parte do seu acervo. Considera-se museu de área remota aqueles museus que possuem dificuldades de acesso a grandes centros, como capitais. A este exemplo, se tem o Museu das Missões que se encontra situado a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente a 59 km de distância de Santo Ângelo. Uma viagem de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, a São Miguel das Missões gera uma duração de 7 horas, correspondendo a 475 km percorridos, aproximadamente. Desta forma, torna-se muito difícil um socorro eficiente para situações de emergência, devido à distância geográfica.

A discussão possui um caráter inédito, tendo em vista que as metodologias de gestão de riscos são pouco aplicadas, principalmente no que tange a preservação de museus sem acesso a métodos automatizados e com equipes reduzidas, devida a sua complexidade metodológica. Os programas de gestão de riscos são criados, mas a adaptação aos manuais tradicionais é deixada a cargo das instituições museais. O que se observa na prática é que devido à falta de conhecimento e de recursos técnico/financeiros os programas de preservação acabam não saindo do papel e são deixados em segundo plano, já que:

A preocupação com a conservação e salvaguarda dos acervos musealizados exige dos profissionais de museus especial atenção no que se refere à identificação dos agentes de risco e à adoção de formas de controle e tratamento dos riscos e de seus impactos para que possam ser gerenciados de forma planejada, reduzindo as perdas de valor das coleções. A fim de assessorar os profissionais de museus, identificamos os instrumentos básicos necessários para a elaboração de seus

Planos de Gestão de Riscos: levantamento do contexto institucional; definição dos conceitos básicos; conduta e procedimentos essenciais para a normatização de gestão de riscos; e requisitos para a implantação do plano. (IBRAM, 2013a, p. 23).

Os instrumentos básicos indicados pelo IBRAM para elaboração de um plano de gestão de riscos geralmente não são familiares para as equipes que trabalham em museus e em se tratando de museus localizados em áreas remotas. A situação encontrada no Museu das Missões faz parte do cenário atual dos museus brasileiros e reflete uma postura bastante heterogênea em relação à gestão de riscos tendo em vista que existem instituições “significativamente avançadas neste aspecto e outras onde falta ainda implementar requisitos básicos para a proteção do acervo frente aos riscos que os ameaçam” (PEDERSOLI, 2016).

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) insere a conservação dentro das premissas indispensáveis para que uma instituição seja definida como museu, apesar disso, grande parte dos museus brasileiros trabalha diariamente com recursos mínimos, inviabilizando soluções “adequadas” de conservação preventiva e gerenciamento de riscos. A referência nacional que se tem para gerenciamento de riscos consiste em duas publicações do Instituto Brasileiro de Museus: Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (IBRAM, 2013a) e Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (IBRAM, 2013b). A primeira publicação indica métodos de detectar e bloquear agentes de riscos a partir da instalação de “detectores de calor e fumaça”, “sensores de movimento ou intrusão”, “climatização de reservas técnicas e salas de exposição”, dentre outros métodos mecânicos, pouco viáveis para a maioria das instituições localizadas em áreas remotas.

As instituições museológicas avançam em direção a uma postura teórico/científica interdisciplinar, transformando o museu em um espaço de pesquisa, ciência, arte e patrimônio. Por ser uma metodologia técnica e que deve ser aplicada sistematicamente em cada museu, a partir de uma avaliação preliminar e identificação dos potenciais agentes degradantes, a gestão de riscos acaba por não atingir satisfatoriamente seus objetivos de conservação, já que na maioria das vezes não é aplicada.

A gestão de riscos consiste em uma metodologia científica interdisciplinar capaz de contribuir de maneira significativa com a política de preservação da instituição museal, a partir de uma análise global do museu, acervo e seu entorno. Nesse processo há uma qualificação e quantificação dos potenciais riscos ou fragilidades que ameaçam o museu, baseado nos chamados dez agentes de degradação, discutidos e compilados pelo Canadian Conservation Institute (CCI). Foram listados até o momento como potenciais agentes de degradação as forças físicas; o roubo e o vandalismo; a dissociação; o fogo; a água; as pragas; os contaminantes; as radiações; a temperatura incorreta; e a umidade relativa incorreta (CCI, 2009). Os agentes de degradação são os principais causadores de perda de acervo, eles encontram na gestão de riscos uma barreira que, quando bem planejada e aplicada de maneira correta, torna-se uma ferramenta muito útil e competente na conservação dos bens culturais.

A realidade museal brasileira e também mundial reflete que diversas entidades museais se interessam por programas de gestão de riscos após vivenciarem algum episódio de sinistro dentro da instituição, em maior ou menor escala. Em 2001, Sherelyn Ogden discutia sobre este panorama que não se faz diferente nos dias atuais.

É doloroso constatar que o quadro funcional de instituições culturais muitas vezes só toma conhecimento das vantagens da prevenção de emergências depois de sofridas experiências, mas não há por que permitir que estas acabem sempre em calamidades. De fato, na maioria dos casos, os riscos podem ser reduzidos ou totalmente afastados por um programa abrangente e sistemático de prevenção. Estes programas fornecem os meios de reconhecer e prevenir riscos e de responder com eficácia às emergências. (OGDEN, 2001, p. 7).

Em se tratando de museu situado em área remota, a gestão de riscos deve considerar os obstáculos enfrentados diariamente, devido ao isolamento ou dificuldade de acesso imediato, por profissionais especializados. O principal desafio destes locais de memória corresponde à manutenção de programas de conservação preventiva frente à falta repentina de energia elétrica; inundação por tempestades torrenciais; carência de recursos técnicos e financeiros, inviabilizando a instalação de sistemas de climatização, controle ambiental, equipamentos de segurança, etc.; número reduzido de funcionários técnico-administrativos, dentre outros.

O objetivo de uma gestão museal, incluindo a gestão de riscos, é facilitar a tomada de decisões que conduzem a uma boa execução da missão do museu (LORD & LORD, 2008). Indicar a comunidade como agente de preservação corrobora para que a missão do Museu das Missões seja exercitada, pois a instituição prevê estimular “na população local e visitantes a reflexão sobre o legado cultural dos remanescentes históricos da população missionária do Rio Grande do Sul” (BOTELHO et al, 2015, p. 43-44).

Levando em consideração que “o risco não está ligado apenas a fatores físicos relacionados ao território (características geográficas e/ou climáticas), mas também aos fatores socioculturais e econômicos” (IBRAM, 2013a, p.11-12), busca-se entender no decorrer da pesquisa, não abordado neste artigo, mas é pertinente mencionar, as relações entre a comunidade de São Miguel das Missões e o Museu das Missões. A comunidade se sente herdeira do legado missionário? A comunidade se identifica com a história dos povos das missões? Existe uma memória de herança daquele patrimônio e como este legado afeta a vida contemporânea daquela população? Qual foi a reação daquela população diante do fechamento do Museu das Missões? Existiu algum tipo de comoção social ou emoção patrimonial (TORNATORE, 2010)? Deve-se embarcar nos meandros da memória, identidade e patrimônio, para que se entendam as relações sociais existentes, de forma a contribuir para a preservação desta instituição e da memória missionária do Rio Grande do Sul.

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E GESTÃO DE RISCOS

Em 1957, H. J. Plenderleith publica “Conservação de Antiguidades e obras de arte”. O texto pode ser considerado como a base da conservação, indica a umidade, os contaminantes e a negligência como fatores de degradação dos bens culturais (GUINCHEN, 2009, p. 36). A origem da ciência da conservação se dá a partir das pesquisas de Cesare Brandi e Paul Philippot junto ao International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), que segundo Michalski corresponde a uma organização intergovernamental estabelecida em Roma em 1959 e que constitui a “única instituição deste tipo com mandato mundial para promover a conservação de todos os tipos de património cultural, móvel e imóvel” (MICHALSKI, 2007, p. 58).

Já nos anos 80, Garry Thomson (1982) revoluciona a área da conservação e da restauração introduzindo de forma sistemática a noção de conservação preventiva, discutindo a importância do estudo ambiental e do controle climático para conservação. O cientista da conservação, Gael Guinchen, define de maneira didática a filosofia que baseia a área da conservação-restauração atualmente:

Quien antes pensaba en “objeto”, hoy tiene que pensar en “colecciones”; Quien antes pensaba en “conservador-restaurador”, hoy tiene que pensar en “equipo multidisciplinar”; Quien antes pensaba en “sala”, hoy tiene que pensar en “edificio”; Quien antes pensaba en “clima”, hoy tiene que pensar en “conjunto de agresores”; Quien antes pensaba a “corto plazo”, hoy tiene que pensar a “largo plazo”; Quien antes pensaba en “secreto”, hoy tiene que pensar en “difusión”; Quien antes pensaba “¿cómo?”, hoy tiene que pensar “¿por qué?”. (GUINCHEN, 1995).

Em resposta a uma necessidade social de gestão dos bens culturais, a conservação avança ao campo interdisciplinar da ciência, preservação, memória e patrimônio. É oportuno esclarecer as definições de preservação e conservação já que elas possuem concepções diferentes (MATERO, 2001): enquanto preservação diz respeito a uma “consciência, mentalidade, política (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o objetivo de proteger e salvaguardar o Patrimônio” (SÁ, 2001, p. 3), a conservação pode ser definida:

Como uma disciplina híbrida, dedicada à salvaguarda do patrimônio cultural, observando e analisando a transformação, deterioração e manutenção da cultura material; conduzindo investigações para determinar a causa, o efeito e a solução de problemas (MATERO, 2001).

Os programas de Gestão de Riscos surgem apenas nos anos 2000, oriundos e adaptados das áreas econômicas ((BROKERHOF et al, 2007). Essa metodologia de gestão do patrimônio consiste em uma evolução das práticas de análise ambiental utilizadas na conservação preventiva. Ela auxilia no “estabelecimento eficaz de prioridades para alocação de recursos a partir de uma visão integrada de todos os possíveis danos e perdas de valor para o patrimônio” ((HOLLÓS & PEDERSOLI, 2009, p. 78). O conservador-restaurador, em seu trabalho diário de preservação do patrimônio cultural, busca driblar o tempo, preservar aquilo que é perecível e que tenta voltar à sua

essência material, perecer, desaparecer (GUINCHEN, 2009, p. 35). Infortunadamente qualquer instituição está sujeita à sinistros, de maior ou menor magnitude.

Las emergencias, caracterizadas por ser imprevisibles, siempre han ocurrido y seguirán ocurriendo. Pueden tratarse de goteras inesperadas en las cubiertas del edificio, [...] de una chispa eléctrica que salta durante el montaje de una exposición, de catástrofes naturales o [...] el incendio incontrolable, que no sólo pone en peligro la vida de las personas, sino que además destruye todo a su paso. De ahí la necesidad innegable de estar preparados para lo que venga, porque no es cierto que todo esté perdido de antemano. ((AZCUTIA et al, 2008, p.7).

A catástrofe que atingiu o Museu das Missões não é um evento isolado. Casos como os incêndios que atingiram o Museu da Língua Portuguesa (SP) e a Cinemateca Brasileira (SP) revelam o despreparo de instituições brasileiras instaladas em grandes centros e que ainda são surpreendidas por eventos previsíveis e evitáveis caso se tenha um bom plano de gestão de riscos ativo e atualizado. Ao tratar-se de um museu localizado em uma área longínqua, a realidade diante de situações de emergência agrava-se ainda mais, tendo em vista a impossibilidade de apoio técnico especializado imediato, a dificuldade de aplicação de manuais atuais de gestão de riscos e os infinitos obstáculos enfrentados diariamente.

A conservação das coleções é um processo cíclico (MICHALSKI, 2007, p. 53), mas para que algo seja conservado, antes é preciso que se pergunte o que se deve conservar? Para quem se deve conservar? Por que é preciso conservar? E de que maneira deve ser conservado? O Museu das Missões necessita ser conservado porque é legitimado por uma comunidade que se identifica e o consagra como patrimônio local (PRATS, 2005), ou porque pertence a um Patrimônio Mundial da UNESCO, o Sítio Histórico São Miguel Arcanjo, se tornando assim um patrimônio localizado (PRATS, 2005)? Segundo PRATS, “es muy frecuente que se produzca una sobrevaloración o una minusvaloración local del patrimonio localizado, así como una interpretación o interpretaciones divergentes” (2005, p.24-25). Sendo assim, torna-se necessário pesquisar melhor a comunidade local de São Miguel das Missões, com intuito de reconhecer os sistemas patrimoniais ali estabelecidos, para que se aproveitem essas relações na elaboração de um plano de gestão de riscos, tendo em vista que:

Un Plan Integral de Conservación Preventiva facilita la programación de todas las actividades de la institución respecto a la conservación de los fondos, así como el establecimiento de rutinas de inspección, seguimiento, control, reparto de responsabilidades entre los miembros del personal y la asignación adecuada de los recursos necesarios. El contenido del Plan debe ser, por tanto, programar qué hay que hacer, cómo, cuándo y quién tiene que llevarlo a cabo. (IPCE, 2010, p.16).

É fundamental que o plano de conservação preventiva ou de gestão de riscos preveja como a comunidade irá interagir com a coleção, e desta maneira os laços sociais e o nível de interação do museu com a comunidade local, torna-se imperativo.

CONCLUSÕES

O Museu das Missões faz parte de um conjunto patrimonial instituído e legitimado pela sociedade como um Patrimônio Mundial. A pesar disso, a partir de investigação preliminar e análise *in situ*, verificou-se que o Museu das Missões não possui ações efetivas que envolvam a gestão de riscos ou a conservação preventiva. A principal causa para a falta de aplicação de gestão de riscos em museus brasileiros, dá-se ao fato de as instituições não possuírem conservadores-restauradores(a) em suas equipes. Outro motivo é a falta de metodologias específicas de gestão de riscos que direcionem estes museus a alternativas sustentáveis e exequíveis na prática, visando à carência que a maioria dos museus localizados em áreas remotas possui, levando em consideração a parte de recursos técnicos, humanos e financeiros.

REFERÊNCIAS

- AZCUTIA, Marta H.; CÁMARA, Encarna H.; GRUSS, Carmen R.; YANGUAS, Marina M.; WORMS, Bárbara C.; JUÁREZ, Joaquim.; et al. **Guia para um plan de protección de colecciones ante emergências**. Ministerio de Cultura. España: Museos Estatales, 2008.
- BOTELHO, André A.; BRUXEL, Laerson.; VIVIAN, Diego. **Museu das Missões: Coleções Museus do IBRAM**. 1^a edição. Brasília: IBRAM, 2015.
- BROKERHOF, A. et al. **Interfacing research and risk management for a better safeguarding of cultural heritage**. In: EUROPEAN CONFERENCE “SAUVEUR” SAFEGUARDED CULTURAL HERITAGE, 7. 2006. Prague. Proceedings... Prague: ITAM; ARCCHIP, 2007, p. 1030-1033. (v. 2)
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COUTINHO, Maria Inês. **A Resistência pelo Estético: Imaginária Guarani nas Missões Jesuíticas no Brasil**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1996.
- GUINCHEN, Gaël de. **Medio siglo de Conservación Preventiva**. Entrevista realizada por el Comité Científico Técnico del GEIIC (Marisa Gómez y Benoît de Tapol). Ge-Conservación, 2009.
- GUICHEN, G. de, (1995). **La conservation préventive: un changement profond de mentalité**. En Cahiers d'étude, ICOM-CC. Diponível em: <http://icom.museum/study_series_pdf/1_ICOM-CC.pdf>. Acesso: 14/07/16.
- GUTIERREZ, Ramón. **As Missões Jesuíticas dos Guaranis**. Rio de Janeiro: UNESCO/ SPHAN/ Fundação Pró-Memória, 1987
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2003.
- HOLLÓS, Adriana Cox; PEDERSOLI ,José Luiz. **Gerenciamento de riscos: Uma abordagem interdisciplinar**. Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009. Disponível em: <[www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://pontodeacesso.ici.ufba.br)>. Acesso: 22/09/2016.
- IBRAM. **Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Ministério da Cultura: Brasília, 2013a.

IBRAM. **Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Ministério da Cultura: Brasília, 2013b.

IPCE. **Conservación preventiva y Plan de Gestión de Desastres en archivos y bibliotecas**. Ministerio de cultura. España, 2010.

LORD, Barry.; LORD, Gail D. **Manual de Gestión de Museos**. Ariel Patrimonio Histórico. Barcelona: 2008.

MARQU

ES, Isabel da Costa. **O Museu como Sistema de Informação**. Dissertação (Mestrado em Museologia) Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Porto: 2010.

MATERO, Frank. **Ethics and policy in conservation**. GCi newsletter, Los Angeles, v.15, n.1, p. 5-9, Spring 2000.

MICHALSKI, Stefan. **Preservación de las colecciones**. In: Cómo administrar un museo: manual práctico. Paris: UNESCO/ICOM, 2007.

_____. **The power of history in the analysis of collection risks from climate fluctuations and light**. In ICOM-CC 17th Triennial Conference Preprints, Melbourne, 15–19 September, 2014. Ed.J. Bridgland, art. 1506, 8 pp. Paris: InternationalCouncil of Museums, 2014. (ISBN 978-92-9012-410-8).

MOUTINHO, Mário. Museus e Sociedade: Reflexões sobre a função social do museu. Caderno de Patrimônio, 1989.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História 10. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do departamento de história. PUC/SP,1993.

OGDEN, Sherelyn. **Administração de emergências**. Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos. Rio de Janeiro, 2001.

PEDERSOLI, José L. **Gestão de risco e patrimônio cultural**. Entrevista cedida ao IBRAM. Edição: Ascom/Ibram. Disponível: <<http://www.museus.gov.br/tag/gestao-de-risco/>>. Acesso em: 02/09/2016.

PEDERSOLI, José L.; SPINELLI, Jayme. **Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência**. Biblioteca Nacional. Edição Revista: Rio de Janeiro, 2010.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

SÁ, Ivan Coelho de. **Oficina de Conservação Preventiva de Acervos**. Porto Alegre, Museu Militar, CMS, 2001.

Silveira, Flávio L. A. da. **As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missionária do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

THOMSON, Garry. **The Museum Environment**. The National Gallery London, 1982.

TORNATORE, Jean-Louis. **L'esprit de patrimoine**. Transmettre. Terrain, n. 55, p. 106-127, sept.2010.

VARINE, Hugues De. **As raízes do Futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]

Luciana da Silva Florenzano

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Artes - Departamento de Arquitetura e
Urbanismo
Vitória/ES

Renata Hermanny de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Artes - Departamento de Arquitetura e
Urbanismo
Vitória/ES

RESUMO: Este artigo discute os impactos de eventos meteorológicos extremos, especialmente precipitações elevadas e inundações sobre sítios históricos situados em margens de rios, no que se refere à conservação das alvenarias históricas. No Brasil os principais eventos classificados como desastres naturais se relacionam à dinâmica externa da Terra, como inundações e enchentes, escorregamentos de solos e/ou rochas e tempestades, resultando em grandes perdas, inclusive para o patrimônio cultural. Em particular, esta discussão aborda a degradação causada pelas inundações do Rio Santa Maria da Vitória sobre as edificações do Sítio histórico de Santa Leopoldina, fundado em 1860, no estado do Espírito Santo e protegido pelo Conselho Estadual de Cultura. Considerando a escala do edifício, este trabalho analisa os tijolos

cerâmicos utilizados no sistema construtivo das edificações históricas, identificando as características físicas (tamanho, textura, aspecto, massa específica, absorção total em água e resistência mecânica) e analisando as manifestações patológicas decorrentes da imersão e saturação em água, bem como os danos resultantes das ações emergenciais. Verifica-se que a acelerada degradação não se encerra no fim das inundações, pois as manifestações patológicas oriundas da água continuam ocorrendo mesmo após a secagem e, muitas medidas emergenciais adotadas reduzem significativamente a vida útil do bem cultural enquanto testemunho artístico e histórico. Pois, ainda que permaneça a materialidade do bem a curto prazo, a médio e longo prazo as manifestações patológicas decorrentes da imersão em água e da limpeza implicam na destruição gradativa das alvenarias e, portanto, do patrimônio edificado.

PALAVRAS-CHAVE: Sítio histórico; Inundação; Alvenarias históricas.

ABSTRACT: This paper discusses the impacts of extreme weather events, especially high precipitation and flooding, on historical sites located on riverbanks, regarding the conservation of historic masonry. In Brazil the main events classified as natural disasters relate to the external dynamics of the Earth, such as

floods, landslides and storms, resulting in large losses, including for cultural heritage. In particular, this discussion addresses the degradation caused by the floods of the Santa Maria da Vitoria River on the historical site of Santa Leopoldina, founded in 1860 in the state of Espírito Santo and protected by the State Council of Culture. This paper analyzes the ceramic bricks used in the construction of historic buildings, identifying the physical characteristics (size, texture, appearance, specific mass, total water absorption and mechanical strength) and analyzing the pathological manifestations resulting from immersion and saturation in water, as well as damages resulting from emergency actions. It is found that the accelerated degradation does not end with the flooding, as the pathological manifestations continue to occur even after drying, and many adopted emergency measures significantly reduce the lifespan of the cultural asset as an artistic and historical testimony. Even if the materiality of the good remains in the short term, in the medium and long term the pathological manifestations resulting from immersion in water and cleaning lead to the gradual destruction of the masonry and, therefore, of the built heritage.

KEYWORDS Historical site; Flooding; Historical masonry.

1 | INTRODUÇÃO

1.1 Eventos meteorológicos extremos e a preservação do patrimônio arquitetônico em áreas de inundação

Nas últimas décadas do século XX e no século XXI, as alterações climáticas alargam-se gradativamente e registram-se eventos meteorológicos extremos, em espaços de tempo cada vez mais curtos; embora existam poucas demonstrações da correlação das mudanças climáticas com os eventos dessa natureza. A ocorrência destes eventos demonstra grande poder de destruição nas cidades e a fragilidade de medidas de contenção, prevenção e enfrentamento do homem a estes processos de degradação.

De forma geral, verifica-se aumento global no número de desastres naturais a partir da década de 1970 (TOMINAGA, 2009). No Brasil, Tominaga (2009) observa que os principais eventos relacionados a desastres naturais se relacionam à dinâmica externa da Terra, como inundações e enchentes, escorregamentos de solos e/ou rochas e tempestades. A ocorrência desses fenômenos está associada a precipitações pluviométricas intensas e prolongadas, especialmente na época chuvosa do inverno, na região Nordeste, e do verão, nas regiões Sul e Sudeste (TOMINAGA, 2009).

Tominaga (2009) destaca que, de acordo com dados do *The International Disaster Database* (EM-DAT), o Brasil está na lista dos países mais atingidos por inundações e enchentes, ocupando o 10º lugar em número de vítimas de desastres (considerando somente os desastres hidrológicos, como as enchentes e inundações). Dentro do Brasil, nas últimas décadas, as cidades mais atingidas por estes desastres naturais

estão localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Ceará (TOMINAGA, 2009).

Sobre as inundações e enchentes, Amaral e Ribeiro (2009, p. 41) salientam que são “problemas geoambientais derivados de fenômenos de caráter hidrometeorológico ou hidrológico, ou seja, aqueles de natureza atmosférica, hidrológica ou oceanográfica”. Sabe-se que as inundações estão relacionadas com as precipitações, cuja intensidade e distribuição influenciam diretamente na dimensão do desastre ocorrido. Contudo, vale salientar, também, outros fatores importantes, como o grau de saturação do solo e as características morfométricas e morfológicas da bacia de drenagem (AMARAL E RIBEIRO, 2009). Tampone (2000) destaca outros eventos de transformação do território, como a relação entre o aumento da frequência de enchentes e inundações e o aumento de temperatura na atmosfera, a redução da permeabilidade do solo, a construção de aterros rodoviários e ferroviários, a instalação de rede de esgoto e assentamentos humanos.

Eventos meteorológicos extremos podem ter efeitos potencialmente danosos sobre o território construído. Min et al (2011) salientam a provável expectativa de aumento da retenção de água atmosférica, cujo crescimento ocorre na proporção do aumento de temperatura. Assim, Min et al (2011) destacam a influência do aquecimento global para maior incidência de eventos extremos, como elevadas precipitações volumétricas. As conclusões obtidas por Min et al (2011) são baseadas na comparação das mudanças em precipitações extremas observadas e simuladas por meio de modelos durante a última metade do século XX, analisadas com a técnica *optimal fingerprinting*.

Diante desse cenário, verifica-se o envolvimento da comunidade internacional, englobando diferentes esferas de conhecimento e atuação, direcionado ao desenvolvimento de debates acerca dos impactos das mudanças climáticas na conservação do patrimônio, em particular para discutir os desastres naturais em áreas de interesse a preservação com o objetivo da conservação do patrimônio cultural. No contexto europeu, Gurrieri e Tampone (2000) salientam a urgência do problema, destacando a importância de uma visão alargada, com a comparação dos eventos mais frequentes, a classificação dos danos e mecanismos relacionados, incluindo as condições específicas que afetam as características dos danos.

No Brasil, com relação ao patrimônio arquitetônico, muitas cidades históricas brasileiras são estabelecidas em margens de rios e estão, portanto, suscetíveis a variações das chuvas e do nível de água dos rios. Quando se lida com monumentos arquitetônicos, convém destacar que sua sobrevivência está diretamente relacionada às suas propriedades intrínsecas de resistência e durabilidade, aos seus materiais e às suas técnicas construtivas. Contudo, a longevidade das edificações também depende das características do lugar e dos impactos do ambiente sobre o edifício, pois estes influenciam diretamente nos danos que a edificação pode vir a ter (GURIERRI E TAMPONE, 2000). Portanto, as estratégias de reabilitação devem englobar, além do

domínio sobre os materiais construtivos e métodos de intervenção, o conhecimento do meio ambiente em que está inserido o monumento.

Sabe-se que nos últimos anos ocorrem diversas inundações em diferentes regiões do Brasil e, dentre as áreas atingidas, verificam-se cidades históricas, cujos remanescentes arquitetônicos, produtos da técnica, história e estética, transmitidos por gerações precedentes, são amplamente afetados por essa problemática. Notoriamente, construções antigas são mais comprometidas em desastres naturais, tendo em vista que, em muitos casos, as estruturas edificadas já estão fragilizadas. Em alguns edifícios tombados, paredes são arruinadas, destruindo por completo o patrimônio material. Entre os sítios históricos inseridos nesta preexistência crítica para a durabilidade, destaca-se no século XXI, no Brasil, duas cidades devastadas por inundações: Goiás Velho, no estado de Goiás e São Luiz do Paraitinga, em São Paulo. No estado do Espírito Santo, o Sítio histórico de Santa Leopoldina é acometido por diversas inundações registradas nas últimas décadas, cujas consequências culminam, gradativamente, na destruição das edificações históricas.

2 | O SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA: HISTÓRIA, ARQUITETURA E CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

A ocupação do território da cidade de Santa Leopoldina está diretamente relacionada com o contexto político econômico brasileiro da segunda metade do século XIX. Com a expansão da produção cafeeira e o estabelecimento de novas frentes de plantação no Espírito Santo (PEIXOTO, 2008), surge a demanda pela ocupação de terras até então obsoletas, para desenvolvimento da agricultura e integração com o mercado nacional (MEDEIROS, 1994). Dessa forma, o território capixaba é habitado, para além do litoral, por imigrantes europeus não lusitanos, responsáveis pelo florescimento das cidades do interior. Importante destacar, com a ampliação da produção cafeeira, estes núcleos de imigrantes tornam-se os polos centrais da expansão territorial do Espírito Santo.

Nesse contexto, destaca-se a Colônia de Santa Leopoldina, de onde efetivamente começa a miscigenação racial e a difusão da colonização para as demais regiões centrais do estado e norte capixaba (MEDEIROS, 1994). A cidade de Santa Leopoldina é um dos primeiros núcleos urbanos a ocupar a região centro-serrana do estado do Espírito Santo, povoada inicialmente por imigrantes suíços e, em seguida, por colonos de origem germânica, como prussianos, pomeranos e austríacos (ESPÍRITO SANTO, 2009). A ocupação inicia-se em 1856, quando é fundada a colônia de Santa Maria (SCHWARZ, 1992), cuja sede é transferida, em 1857, para a Vila do Cachoeiro de Santa Leopoldina, às margens do Rio Santa Maria. Ainda no final do século XIX, a Colônia é desmembrada, originando as cidades de Santa Tereza, em 1890, Afonso Claudio e Ibiraçu, em 1891, e Santa Maria de Jetibá, em 1988 (SCHWARZ, 1992).

Santa Leopoldina é estruturada em torno do Rio Santa Maria da Vitória, cuja nascente origina-se na Serra do Garrafão, no município vizinho de Santa Maria de Jetibá, e deságua na Baía de Vitória, tendo 122 km de extensão territorial. O núcleo urbano situa-se estratégicamente nas proximidades do ponto em que o rio se torna navegável, até a Baía de Vitória, escolhido em vista da relação econômica como entreposto comercial, até a segunda década do século XX. Este núcleo urbano - centro da cidade - resguarda seus ares de cidade do início do século XX, com sua configuração urbana constituída, em grande parte, pelos sobrados e casarões ao longo da área central, chamada de Sede. Nesse contexto, trinta e oito imóveis estão protegidos na esfera estadual pelo processo de tombamento realizado pelo Conselho Estadual de Cultura (Figura 1), por meio da Resolução nº 5/193, e conforme inscrição no Livro do Tombo Histórico nº 32 a 68, folhas 4v a 7v (SILVA et al, 2013).



Figura 1 - Imóveis tombados no Sítio Histórico e sua relação com o Rio Santa Maria da Vitória.

Fonte: Queiroz, 2013

Santa Leopoldina prospera no final do século XIX com a economia cafeeira e com o monopólio de distribuição de mercadorias que circulam no Rio Santa Maria, tornando-se a maior potência econômica do Espírito Santo, inclusive realizando operações com o comércio exterior, especialmente com a Alemanha (FERRARI, 1968). Medeiros (1994) e Petrone (2004) também salientam que a Colônia de Santa Leopoldina alcança uma importância comercial sem igual no estado e até no país; tornando-se a terceira mais populosa sede de imigração do Brasil, depois de Blumenau e Dona Francisca, em Santa Catarina.

Na arquitetura urbana, os colonos alemães constroem uma arquitetura muito mais portuguesa do que germânica, prevalecendo o modo colonial de erguer cidades, com sobrados regulares e justapostos (Figura 02) seguindo o alinhamento das vias (ESPÍRITO SANTO, 2009). Notam-se, também no segundo momento da ocupação, junto ao Porto de Cachoeiro, edificações predominantemente construídas em alvenaria estruturais com o uso de tijolos cerâmicos maciços. Nos sobrados, em muitos casos,

são usadas alvenarias de pedra no térreo e tijolos maciços no segundo pavimento, conforme análise das Fichas Cadastrais de Bens Culturais Imóveis, realizadas pela Secretaria de Cultura do Estado (SECULT) em 2008, conforme Acesso obtido através de visita ao Conselho Estadual de Cultura (CEC) em 03/03/14.



Figura 2 - Edificações remanescentes do auge econômico do núcleo urbano de Santa Leopoldina.

Fonte: Florenzano, 2016.

O conjunto de edificações do Sítio histórico de Santa Leopoldina está exposto à altos índices pluviométricos em determinadas épocas do ano, que, associado a outros fatores, ocasiona o aumento do nível fluvial. Em Santa Leopoldina, as cheias do rio Santa Maria culminam em diversas enchentes, catalogadas desde 1949, ano de instalação da base da Agência Nacional das Águas (ANA), nas proximidades do núcleo central de Santa Leopoldina.

Com relação às informações climáticas, o núcleo urbano de Santa Leopoldina localiza-se na região de “*terrás quentes, accidentadas e chuvosas*”, segundo classificação do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), registrando temperatura mínima no mês mais frio de 11,0 – 18°C e temperatura máxima no mês mais quente de 30,7 a 34°C, conforme dados disponíveis no site do Instituto. Com base nos dados obtidos pela ANA, elabora-se um gráfico para analisar o volume de precipitação máxima mensal a partir de 1949 (Gráfico 01).

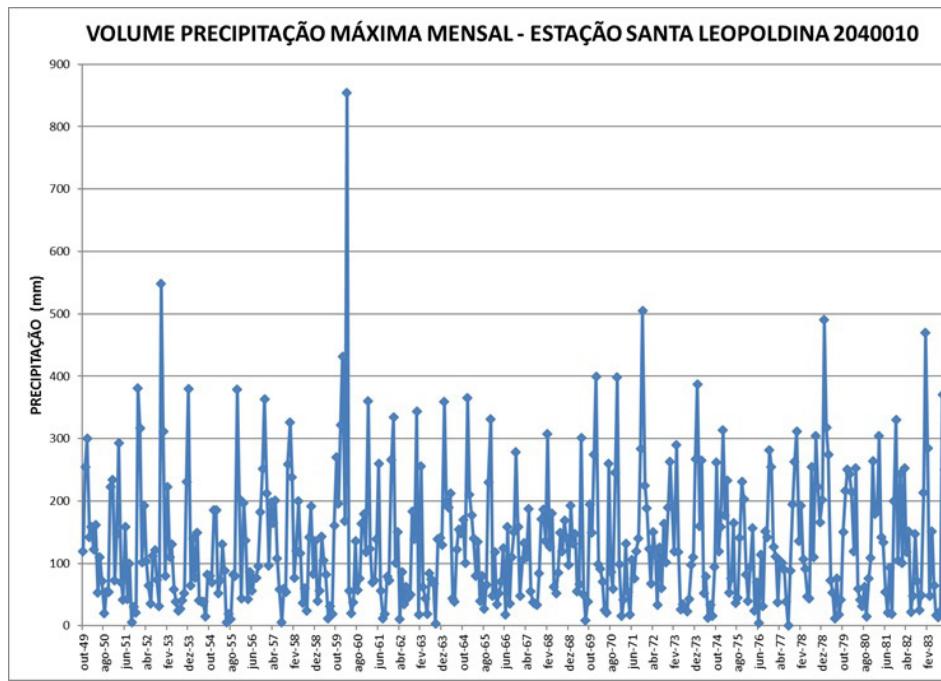


Gráfico 1 - Volume precipitação máxima mensal.

Fonte: Florenzano, 2016.

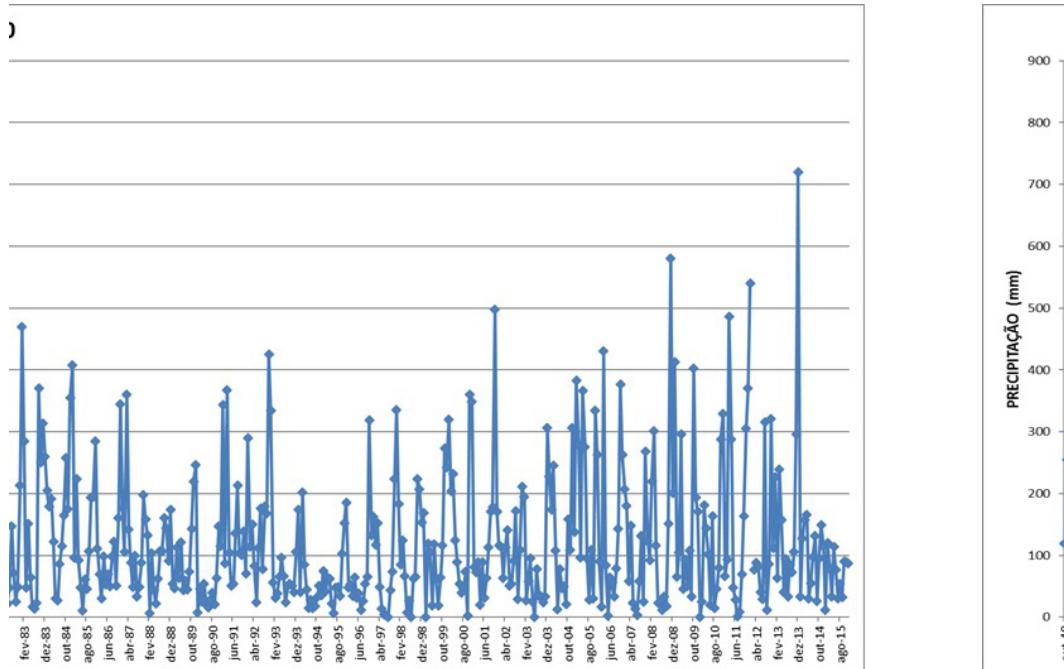


Gráfico 1 - Volume precipitação máxima mensal, continuação.

Fonte: Florenzano, 2016.

O Gráfico 01 demonstra que os picos de precipitação máxima mensal são em outubro de 1959 e dezembro de 2013. Contudo, destaca-se que a média mensal não reflete os valores absolutos diários; podendo incidir sobre a região grande volume de precipitação em poucos dias, permanecendo sem novas ocorrências durante vários dias. Sobre as inundações do rio Santa Maria da Vitória no núcleo urbano de Santa Leopoldina, elabora-se um gráfico a partir dos dados disponibilizados pela ANA referentes aos níveis máximos mensais atingidos pelo rio (Gráfico 02).

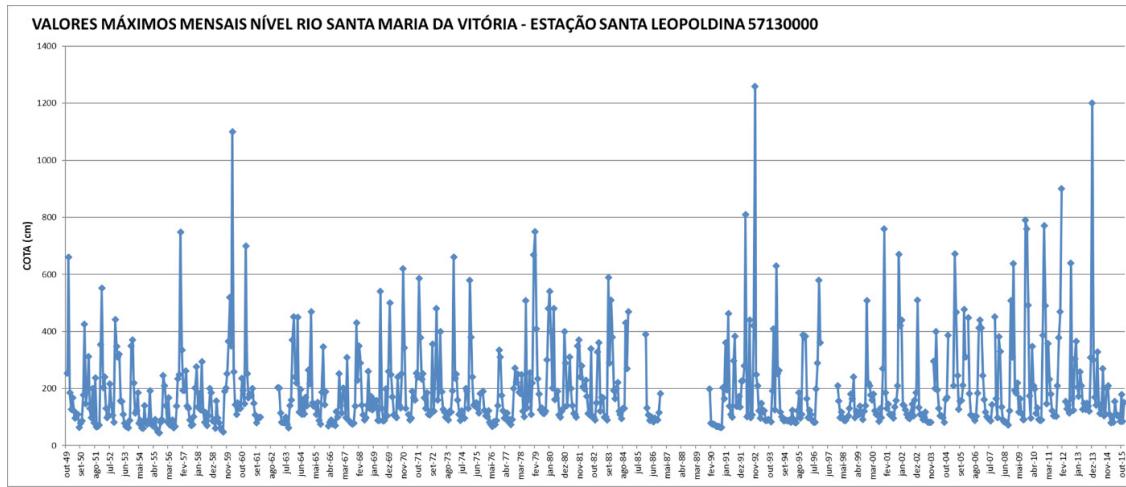


Gráfico 2 - Valores máximos mensais do rio Santa Maria da Vitória.

Fonte: Florenzano, 2016.

É possível verificar inundações do rio Santa Maria da Vitória nos anos de 1960, 1992 e uma maior concentração de níveis altos no século XXI, destacando-se três inundações nos anos de 2009, 2012 e, a mais recente, de 2013 (Figura 03).



(a)



(b)

Figura 3 - Imagens da inundações de 2013.

Fonte (a): Disponível em: <http://www.folhavitoria.com.br/>, acesso 23 mar 2016. Fonte (b): <http://www.conquistanews.com.br/>, acesso 24 mar 2016.

Portanto, verifica-se que, no século XXI, em um período de 17 anos, o núcleo urbano da cidade é atingido por três inundações do rio Santa Maria da Vitória. Tais eventos culminam na imersão e saturação em água das alvenarias dos imóveis históricos e impactam intensamente para a deterioração das edificações e do núcleo urbano de forma geral. Para compreender o impacto das inundações sobre as alvenarias, realiza-se a caracterização física de um grupo amostral do sistema construtivo predominante.

3 I CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DAS ALVENARIAS

As propriedades e características dos tijolos de Santa Leopoldina são analisadas com base em inspeções visuais e em amostras coletadas de três edificações situadas

no Sítio histórico. As amostras possuem tamanhos variados, de acordo com a necessidade de cada ensaio, respeitando valores mínimos exigidos. Dessa forma, são coletadas amostras de tijolos aparentes para os ensaios de absorção total em água, massa unitária e resistência mecânica, e amostras de tijolo e argamassa para o ensaio de identificação de sais solúveis.

Em relação à análise macroscópica, a inspeção visual permite verificar fragmentos de quartzo, superfícies irregulares e pulverulência nas amostras (Figura 04).



Figura 4 – (a) fragmentos de quartzo edificação 02. (b) tijolo da edificação 02 e edificação 03.

Fonte: Florenzano, 2016.

Ainda com relação às diferenças encontradas na inspeção visual, cabe observar que os tijolos possuem colorações distintas, alguns com coloração bem mais avermelhada que outros. Além da quantidade de óxido de ferro, a cor vermelha ou marrom acentuada indica tijolos muito queimados, eventualmente com manchas irregulares em tonalidade cinza ou preta. Da mesma maneira, tijolos pouco queimados possuem coloração mais clara e são também mais porosos (SANTOS, 2012).

A inspeção visual dos tijolos também aponta diferenças na dimensão das amostras, cuja variação é significativa mesmo entre tijolos assentados na mesma edificação. Com relação ao elenco selecionado para amostragem, os tijolos possuem dimensões que variam entre 21 a 25 cm de comprimento, 13 a 15 cm de largura e 5 a 7 cm de espessura.

A relação dos cheios e vazios das amostras é verificada por meio dos ensaios de absorção total em água (%) e massa unitária (g/m^3) com picnômetro de Hubbard. Os resultados indicam que as amostras possuem entre 30.80 a 41.49% de poros acessíveis, com massa específica variando de 0.91 a 1.49 g/cm^3 (Tabela 01, 02 e 03).

AMOSTRAS ED.01	ABSORÇÃO TOTAL EM ÁGUA (%)	MASSA UNITÁRIA (g/cm^3)
AM1	40.67	1.43
AM2	36.40	1.39
AM3	36.44	0.91
AM4	41.25	1.49

Tabela 1 – Ensaio de absorção total em água e massa unitária com picnômetro de Hubbard

Fonte: Florenzano, 2016.

AMOSTRAS ED. 02	ABSORÇÃO TOTAL EM ÁGUA (%)	MASSA UNITÁRIA (g/cm³)
AM1	38.57	1.29
AM2	39.98	1.39
AM3	41.49	1.31
AM4	38.76	1.49

Tabela 2 - Ensaio de absorção total em água e massa unitária com picômetro de Hubbard

Fonte: Florenzano, 2016.

AMOSTRAS ED. 03	ABSORÇÃO TOTAL EM ÁGUA (%)	MASSA UNITÁRIA (g/cm³)
AM1	30.80	1.57
AM2	32.01	1.46
AM6	39.63	1.30
AM8	31.46	1.44

Tabela 3 - Ensaio de absorção total em água e massa unitária com picômetro de Hubbard

Fonte: Florenzano, 2016.

Com relação à absorção de água, nenhuma das amostras atende à NBR-7171/92, que determina o índice aceitável de absorção de água para tijolo maciço cerâmico: 8% a 25%. Dessa forma, com base no ensaio, verifica-se que as amostras de tijolo cerâmico estão com índices de absorção total em água acima do aceitável. Os resultados de massa unitária também indicam tijolos pouco densos, sendo os tijolos mais densos e menos porosos da edificação 03, amostra 01 e amostra 02; e os mais porosos os da edificação 01, que também possuem menor massa específica.

A caracterização física dos tijolos também verifica a resistência mecânica do material cerâmico a partir de um tijolo para cada edificação, tendo em vista a impossibilidade de retirar mais tijolos inteiros das edificações históricas (Tabela 04).

ED. 01 / IMÓVEL 29	DIMENSÃO DA AMOSTRA	CARGA DE RUPTURA (Kgf)	TENSÃO DE RUPTURA (Mpa)
	Comprimento: 105.28mm	820	1,48
	Largura: 51.50mm		
	Altura: 76.20mm		
	Área: 5.421,92 mm²		
ED. 02 / IMÓVEL 03	DIMENSÃO DA AMOSTRA	CARGA DE RUPTURA (Kgf)	TENSÃO DE RUPTURA (Mpa)
	Comprimento: 137mm	7.750	5.23
	Largura: 106mm		
	Altura: 55mm		
	Área: 14.522 mm²		
ED. 03 / IMÓVEL 24	DIMENSÃO DA AMOSTRA	CARGA DE RUPTURA (Kgf)	TENSÃO DE RUPTURA (Mpa)
	Comprimento: 189mm	16.000	7,28
	Altura: 114mm		
	Largura: 51mm		
	Área: 21.546 mm²		

Tabela 4 – Resultado resistência mecânica dos tijolos da edificação 01, 02 e 03.

Fonte: Florenzano, 2016.

Tais resultados são compatíveis com o resultado de poros acessíveis e massa específica, cuja análise aponta que os tijolos mais densos e menos porosos são os da edificação 03, que obteve alta carga de ruptura, e que os tijolos da edificação 01 são

os mais porosos e com menor massa específica, rompendo-se na prensa com uma carga baixa.

4 | MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS ENCONTRADAS NAS ALVENARIAS

De acordo com Torraca (1986), os materiais porosos, como os tijolos, as pedras e as argamassas, estão sujeitos às degradações a partir do momento que estão expostos às ações do meio ambiente, variando o grau de deterioração conforme a intensidade do intemperismo. Quanto às causas de degradação de origem extrínseca ao edifício, Torraca (1986) observa os danos ocasionados pela incidência de água sobre os materiais porosos, destacando, como consequências mais diretas, a migração de sais solúveis, a umidade e os abalos estruturais.

Cabe destacar, os tijolos, as pedras e as argamassas são sólidos porosos constituídos predominantemente de cristais de carbonatos, silicatos, aluminatos e óxidos; ricos em átomos de oxigênio, que se ligam aos átomos de hidrogênio formando o grupo hidroxila (OH) e atraem as moléculas de água (TORRACA, 1986), que se depositam no interior dos poros do material.

A ascensão da água por capilaridade proveniente do solo conduz a migração de sais solúveis, já que há uma fonte relativamente constante de soluções salinas, continuamente levadas às paredes caso a capilaridade não seja contrabalanceada com a evaporação. Portanto, Trevisan (2004) destaca que os sais solúveis são aqueles que podem ser deslocados pela água, dos quais os sulfatos, cloretos e nitratos são os mais comuns. Estes sais, assim como as moléculas de água, depositam-se dentro dos poros dos materiais e, quando em contato com a água, são dissolvidos. Após evaporação, recristalizam-se e aumentam muito de volume, criando pressão interna dentro dos poros, cuja tendência é romper os tijolos e a argamassa, desagregando a superfície e causando a deterioração da alvenaria. Portanto, a deterioração dos tijolos causada pelos sais higroscópicos é resultado da hidratação e tensão de cristalização dos sais solúveis e representa o dano mais intenso e frequente nas alvenarias de tijolo cerâmico quando úmidas. Assim, considerando a potencialidade danosa dos sais solúveis para a durabilidade das alvenarias históricas de tijolo cerâmico, são realizados ensaios para determinação qualitativa de nitrato, sulfato e cloreto no grupo amostral das três edificações. As tabelas indicam a presença dos sais solúveis nas amostras e a intensidade encontrada, variando de pouco presente 1+ à bastante presente, 3+, conforme método realizado no Núcleo de Tecnologia da Preservação e Restauração (NTPR-UFBA).

Na edificação 01, a partir dos reagentes, é possível identificar nitrato em pequenas quantidades nas amostras AM6 e cloreto em altas quantidades nas amostras AM1, AM2, AM5 e AM6 (Tabela 05).

TESTES QUALITATIVOS DE SAIS SOLUVEIS - EDIFICAÇÃO 01				
AMOSTRAS	AM1	AM2	AM5	AM6
NITRATO	--	--	--	1+
CLORETO	3+	3+	2+	3+
SULFATO	--	--	--	--

Tabela 5 - Resultado identificação qualitativa sais solúveis, edificação 01.

Fonte: Florenzano, 2016.

Na edificação 02, identifica-se nitrato em pequenas e médias quantidades nas amostras *AM5* e *AM3*, respectivamente. Na amostra *AM6*, verifica-se a presença de pequena quantidade de sulfato. Quanto à presença de cloreto, encontra-se pouca quantidade na amostra *AM6* e alta quantidade nas amostras *AM3*, *AM5* e *AM7* (Tabela 06).

TESTES QUALITATIVOS DE SAIS SOLUVEIS - EDIFICAÇÃO 02				
AMOSTRAS	AM3	AM5	AM6	AM7
NITRATO	2+	1+	--	--
CLORETO	3+	3+	1+	3+
SULFATO	--	--	1+	--

Tabela 6 - Resultado identificação qualitativa sais solúveis, edificação 02.

Fonte: Florenzano, 2016.

Na edificação 03, a análise identifica a presença de nitrato em quantidades elevadas nas amostras *AM3* e *AM6*. Não há presença de sulfato e cloreto é verificado em todas as amostras, variando a intensidade, menor na amostra *AM1*, médio na amostra *AM5* e alto nas amostras *AM3* e *AM6* (Tabela 07).

TESTES QUALITATIVOS DE SAIS SOLUVEIS - EDIFICAÇÃO 03				
AMOSTRAS	AM1	AM3	AM5	AM6
NITRATO	--	3+	--	3+
CLORETO	1+	3+	2+	3+
SULFATO	--	--	--	--

Tabela 7 - Resultado identificação qualitativa sais solúveis, edificação 03.

Fonte: Florenzano, 2016.

De acordo com Henriques (2007), a existência de nitritos e nitratos em quantidades significativas, nos materiais que constituem as alvenarias, é um forte indicativo de que a umidade é proveniente do terreno. Contudo, para material analisado, acredita-se que o nitrato não seja proveniente do terreno, pois este é encontrado nos pavimentos superiores das edificações 02 e 03, altura elevada para a capilaridade ascendente. Cabe salientar, nitratos também indicam a presença de decomposição de matéria orgânica (dejetos orgânicos) e podem ter entrado nas amostras por meio de dejetos de

animais ou até mesmo por contaminação de materiais utilizados durante a construção da residência.

Os sulfatos frequentemente indicam a presença de gesso ou cimento na amostra e podem ter diversas origens, como a presença de argamassas de cimento, capilaridade ascendente ou contaminação durante a fabricação do material cerâmico. A presença de sulfato só é encontrada na amostra AM6 na edificação 02. Sobre a presença de sulfato, cabe observar, sua origem pode estar também associada ao enxofre, especialmente se considerada a proximidade com o rio Santa Maria da Vitória. Outra possibilidade a ser considerada é a poluição, com a presença de SO₂ na atmosfera.

Com relação ao cloreto, sabe-se que sua presença está relacionada ao aerosol salino e, portanto, à proximidade em relação ao mar. A existência de cloretos em grandes quantidades em todas as amostras também pode ser oriunda da contaminação pela água do terreno, ou ter entrado na superfície dos tijolos ou da argamassa ainda durante a construção da residência.

Entretanto, outro fator a ser destacado refere-se ao processo de limpeza das edificações históricas de Santa Leopoldina, especialmente após as inundações. Vale destacar a probabilidade de ter sido utilizada água sanitária, cuja composição é basicamente hipoclorito de cálcio (Ca(ClO)₂). Portanto, a presença de cloreto em todas as amostras analisadas pode ser oriunda do processo de fabricação dos tijolos ou, hipótese bastante provável, em decorrência da incidência de materiais compostos de cloro para limpeza dos imóveis, tendo em vista a identificação em altas quantidades nos pavimentos superiores das edificações 02 e 03 (o que inviabiliza o acesso por capilaridade ascendente). Uma consideração importante a ser destacada é que para análises futuras deve-se pesquisar a composição química do lençol freático e do Rio Santa Maria da Vitória. Outra observação refere-se aos agentes de biodeterioração, já que algumas bactérias, especialmente quando há vegetação, conduzem a formação de sais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 A potencialidade destrutiva dos desastres hídricos para o patrimônio arquitetônico a médio e longo prazo

Portanto, com base na constatação da presença de sais em 100% da amostragem, verifica-se que, de fato, a água representa um dos maiores danos hoje aos tijolos históricos analisados no núcleo urbano de Santa Leopoldina. Os impactos da entrada de água nas alvenarias é um fator determinante para a estabilidade das edificações históricas já que os tijolos são mais porosos, permitindo, portanto, maior circulação de água dentro do material. Estudos recentes, como a análise conduzida por Foraboschi e Vanin (2014), observam que a resistência mecânica dos tijolos diminui de maneira

inversamente proporcional ao grau de umidade presente na alvenaria, adquirindo menor resistência mecânica na presença de sais. Os autores também destacam ser a relação da umidade com a resistência mecânica mais danosa às edificações do que a relação da porosidade com a resistência mecânica.

Entretanto, importa salientar, não é a umidade em si que provoca a tensão de cristalização, mas sim ciclos frequentes de absorção e evaporação da água. Em superfícies imersas na água, os sais solúveis não se cristalizam dentro dos poros, pois as moléculas permanecem em suspensão. Portanto, o problema das inundações consiste nos ciclos de saturação em água e evaporação. Franke e Schuman (2009) salientam que quanto maior o tempo para cristalização dos sais em um ciclo (portanto quanto maior o tempo até a evaporação da água), mais cedo os danos aparecem.

Com efeito, em quase todas as degradações que podem ocorrer nas edificações, a água exerce papel determinante, sendo fator preponderante na deterioração do patrimônio arquitetônico. De fato, as principais ações diretas das inundações estão relacionadas ao impacto mecânico da água e aos entulhos sobre as edificações, podendo comprometer a estrutura arquitetônica como um todo, uma vez que o solo onde está a edificação também é afetado, pois a água exerce pressão sobre as fundações, o solo e as paredes (TAMPONE, 2000).

Contudo, em médio e longo prazo, sabe-se que os danos nas alvenarias antigas decorrem, principalmente, da presença de umidade e sais. Se a quantidade de água absorvida por um material de construção é proporcional aos índices de porosidade e ao fator de capilaridade, a intensidade das degradações das alvenarias está condicionada ao próprio material, dependendo da porosidade do tijolo, da argila utilizada como matéria prima e do processo da queima. E a presença de sais solúveis não está condicionada apenas a existência de água e umidade, já que muitos materiais de limpeza possuem cloreto em sua composição.

Frente ao futuro, sinalizam-se outros potenciais danos, pois a água também provoca dilatação e retração dos materiais presentes nas edificações. Assim, se a edificação possui diferentes materiais e com isso distintos coeficientes de absorção, a dilatação e retração dos materiais podem ocasionar em rupturas nas argamassas das alvenarias. Ainda, a água em excesso pode dissolver tijolos mal queimados e também pode promover a proliferação de micro-organismos, como os fungos, especialmente em locais com alto índice de umidade relativa, como no interior das edificações. Nas fachadas que recebem água é comum a proliferação de cianobactérias. A incidência de água sobre as argamassas de cal também pode originar o fenômeno da dissolução, que consiste, no caso das argamassas de cal, na transformação do carbonato de cálcio (CaCO_3) sob efeito do anidrido carbônico (CO_2) em bicarbonato de cálcio ($\text{Ca}(\text{HCO}_3)_2$).

Ou seja, reconhecendo que a umidade contribui para a aceleração da degradação e para a diminuição da resistência mecânica dos tijolos cerâmicos, e que a incidência de sais solúveis está tão presente nos materiais construtivos, deve-se atentar para a condição de alerta quanto à durabilidade em longo prazo das edificações históricas

de Santa Leopoldina. Cabe ressaltar a limpeza inadequada dos imóveis após as inundações, enfatizando a porosidade do material cerâmico e a presença de cloretos nos produtos utilizados. Considerando a conservação e a longevidade das edificações históricas sujeitas à essa realidade crítica, para a durabilidade, pode-se afirmar, muitas das medidas emergenciais adotadas após as inundações culminam na destruição gradativa dessas edificações.

Salienta-se, considerando os apontamentos de Gurrieri e Tampone (2000), que um edifício bem conservado apresenta maior resistência quando atingido por eventos meteorológicos extremos. Os autores destacam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, envolvendo a análise do comportamento e acompanhamento dos rios, aterros e bacias; mapeamento das áreas sujeitas a inundações, com registro e características geológicas da região; classificação das prioridades (com base no grau de vulnerabilidade e inundações na área); registros dos sinais de eventos meteorológicos, efeitos e manifestações patológicas desenvolvidas e avaliação apropriada dos impactos a curto e longo prazo para, em seguida, planejar as diretrizes para conservação e a restauração.

Apesar dos danos e da frequência cada vez maior dos desastres naturais em território brasileiro, é possível afirmar que o país carece de uma política de monitoramento e controle dos desastres naturais. Com relação ao patrimônio arquitetônico, a falta de conhecimento por parte do governo municipal dos impactos da água nas estruturas históricas reduz as possibilidades de prolongamento da vida útil das edificações. Para estender a longevidade dos bens culturais, o conhecimento dos materiais e das técnicas de fabricação, bem como suas manifestações patológicas é domínio essencial dos profissionais que desejam trabalhar com o patrimônio histórico e, dessa forma, com o resgate da história e perpetuação da memória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Hermanny. **A Salvaguarda dos Bens Patrimoniais e a Tessitura de Territorialidades Sócio-Espaço-Temporais**. In: Espírito Santo (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Arquitetura / Patrimônio Cultural do Espírito Santo. Vitória: SECULT, 2009.

AMARAL, Rosangela; RIBEIRO, Rogério. **Inundação e Enchentes**. In **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Arquitetura / Patrimônio Cultural do Espírito Santo**. Vitória: SECULT, 2009.

FERRARI, Ângela de Biase. **Notas sobre os alemães no Espírito Santo**. IN II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, Recife, abril de 1968. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/notas-sobre-os-alemaes-no-espírito-santo/>, acesso: 10 jul 2015.

FLORENZANO, Luciana da Silva. Conservação de tijolo cerâmico em alvenarias históricas: Subsídios para restauração do Sítio histórico de Santa Leopoldina [ES]. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FORABOSCHI, Paolo; VANIN, Alessia. **Experimental investigation on brick from historical Venetian buildings subjected to moisture and salt crystallization.** *Engineering Failure Analysis*, 2014.

FRANKE, L; SCHUMANN, I. **Decay of historic brick buildings in Northern Germany: Cases studies and reports of research.** In *Conservation of historic brick structures*. Org: N.S Baer, S. Fitz e R.A Livingston. Shaftesbury: Editora Donhead, 2009.

GURRIERE, Francesco; TAMPONE, Gennaro. **Catastrofi naturali e Beni culturali: Strategie di prevenzione e riabilitazione.** Florença: Università degli studi de Firenze, 2000.

HENRIQUES, Fernando M.A. **Humidade em Paredes.** Lisboa: LNEC, 2007.

MARTINUZZO, José Antônio. **Germânicos nas terras do Espírito Santo.** Vitória: Espírito Santo, 2009.

MEDEIROS, Rogério. **Espírito Santo: Encontro das raças.** Vitória: Dom Quixote Livraria Editora Ltda, 1994.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Arquitetura do Café.** In: BICCA & BICCA (orgs). **Arquitetura na formação do Brasil.** Brasília: Iphan, 2008.

PETRONE, P. **Aspectos Geográficos da Área de Colonização Antiga no Estado do Espírito Santo.** Vitória: IHGES, 2004.

QUEIROZ, Rodrigo Zottelli. **Uso de Ferramentas Computacionais para Análise de Modificações na Ambiência Urbana de Sítio Histórico Tombado: ensaio em Santa Leopoldina – ES.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SANTOS, Larrissa Acatauassu Nunes dos. **A Arqueologia da Arquitetura e a produção de tijolo na Bahia do século XVI ao XIX.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SCHWARZ, Francisco. **O município de Santa Leopoldina.** Vitória: Traço Certo Editora, 1992.

SILVA, Jaqueline P. da; MAZZINI, Maisa; ALMEIDA, Renata Hermanny de; QUEIROZ, Rodrigo Z. **Recurso informacional no monitoramento da conservação da ambientes de sítios históricos urbanos - Ensaio no Sítio Histórico de Santa Leopoldina.** In **ARQUIMEMÓRIA 4**, Salvador, 2013.

TAMPONE, Gennaro. **Damages to monuments by flooding and flows of water: Types of damage to architectural monuments caused by flooding.** In *Catastrofi naturali e Beni culturali: Strategie di prevenzione e riabilitazione.* Florença: Università degli studi de Firenze, 2000.

TREVISAN, Rosina. Unidade 4: Patologias nas construções históricas". In BRAGA, M. **Conservação e Restauro.** Livro 03. Editora Rio, 2004.

TOMINAGA, Lídia Keiko. **Desastres naturais: porque ocorrem?** In: **Desastres naturais: conhecer para prevenir.** São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

TORRACA, Giorgio. **Materiaux de Construction Poreux: science des matériaux pour la conservation architecturale.** Roma: ICCROM, 1986.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

Clodomir Barros Pereira Junior

MSc em Desenvolvimento Urbano e Territorial,
UFPE

Instituição: Centro Universitário Guararapes-
Escola de Engenharia/Prefeitura de Olinda.

Departamento: de Arquitetura e Urbanismo

Endereço: Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti,
110. Derby, Recife – PE.

E-mail: clodomirbarros@uol.com.br

André Cardim Aguiar

Graduando em Engenharia Agrícola e Ambiental,
UFRPE

Instituição: Universidade Federal Rural de
Pernambuco – UFRPE

Departamento de Tecnologia Rural

Endereço: Rua Manoel de Medeiros, s/n, Dois
Irmão, Recife – PE.

E-mail: andrecardim@gmail.com

Vicente de Paula Silva

Dr. Engenharia Civil, UFPE

Instituição: Universidade Federal Rural de
Pernambuco – UFRPE

Departamento de Tecnologia Rural

Endereço: Rua Manoel de Medeiros, s/n, Dois
Irmão, Recife – PE.

E-mail: vicenteufrpe@yahoo.com.br

de Olinda não é diferente, gerando mudança da paisagem e degradação do ambiente. Ao longo dos anos foram ocupadas as áreas ribeirinhas, mangues e por fim as encostas e taludes, gerando problemas de drenagem urbana, enchentes, desmoronamentos, desmatamento e deslizamento de encostas causando uma série de prejuízos financeiros, paisagísticos e perda do patrimônio cultural. Segundo Fernandes (2004), um dos problemas mais comuns causados pela exposição desnuda ou com pouca vegetação dos taludes as intempéries é o fenômeno da erosão em níveis diversos, desde um simples sulco até problemas graves de voçorocas. Segundo Gusmão (1994) o solo do sítio histórico de Olinda sofre uma degradação devido a vários fatores, inclusive a perda de vegetação dos quintais e do Horto Del Rey, interferindo na preservação do sítio tombado em 1982. A questão de preservar o patrimônio cultural de determinado povo ou nação passa atualmente pelos princípios da conservação integrada, descritos na carta patrimonial de Amsterdã. Dentro dos pressupostos referentes ao planejamento urbano e a gestão das cidades, a conservação urbana, com todos os seus elementos, aí incluídos a cobertura vegetal dos centros urbanos históricos, é peça fundamental para o desenvolvimento sustentável. Segundo Millet (1988 p.16), o Patrimônio Cultural engloba conjuntamente o Ambiente Natural e

RESUMO: Um dos grandes problemas nos centros urbanos é a ocupação de áreas inadequadas para moradias. No sítio histórico

o Meio Ambiente Construído formando a paisagem cultural que consiste do relevo enquanto topografia do lugar, solo, rocha, hidrografia, fauna e cobertura vegetal. Entre as diferentes definições para paisagem, Santos (1988) afirma que é tudo o que vemos, aquilo que está no domínio do visível, não exclusivamente formada de volumes, mas de cores e movimentos e cultura. Assim esse trabalho propõe ações para avaliar, em escala piloto, o desempenho de biotécnicas na conservação e proteção de taludes no sítio histórico de Olinda, contribuindo para o desenvolvimento de uma tecnologia a ser utilizada na revegetação das encostas urbanas. O experimento será constituído de 21 (vinte e uma) parcelas, sete tipologias em três repetições, as quais representarão os tipos de coberturas a serem adotadas na recuperação de áreas degradadas. Este trabalho terá como objetivo avaliar as perdas de água e de sedimentos em parcelas experimentais com 2,0 m de largura por 5,0 m de comprimento (440,00 m²), utilizando diferentes tipos de coberturas: (1) retentores de sedimentos intercalados com capim de burro, *Cynodon Dactylon* (2) biomanta de sisal; (3) Sabiá. *Mimosa caesalpinifolia*; (4) capim Vetiver, *Vetiveria zizanioides* (Nash), em tufos; (5) Sabiá. *Mimosa caesalpinifolia*; intercalado com capim Vetiver *Vetiveria zizanioides L em tufos*; (6) retentores de sedimentos intercalados com capim Vetiver *Vetiveria zizanioides L em tufos*; (7) solo sem cobertura vegetal. As parcelas serão instaladas no talude do Horto Del Rey, Olinda – Pernambuco. Para avaliação da perda de solo será usada a Equação Universal de Perda de Solo (USLE). A hipótese a ser verificada será a de que diferentes tipos de coberturas e combinações contribuem para minimizar as perdas de água e de sedimentos, conservando e protegendo os taludes do sítio histórico de Olinda.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico; Paisagem; Degradção Ambiental; Biotécnicas; Taludes.

INTRODUÇÃO

Até a década de 50 do século XX, 40% da população brasileira se concentrava no campo, segundo dados de Ferrari (1988), O país era extremamente agrícola quase 80% do PIB era proveniente da agropecuária. Com o processo de industrialização ocorrido pós-guerra e o incremento do governo de Juscelino Kubichek, o Brasil deu um importante passo para a industrialização, promovendo uma migração em massa para as cidades a procura de emprego e melhores qualidades de vida.

O município de Olinda tem 42 quilômetros quadrados e faz parte da região metropolitana do Recife, fazendo limite ao norte com a capital. Até a década de 1960 Olinda tinha uma população de 50.000 habitantes, estava estagnada economicamente e era interligada por uma linha de bonde. Apesar da monotonia, o casario secular estava preservado e o sítio histórico era circundado por extensa área verde. O primeiro loteamento moderno é implantado no final dos anos 40 do mesmo século, o bairro novo. Próximo ao mar e com a promessa de bancos e centro de compras.

Mas a grande expansão urbana chega na década de 1960, com o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) e a implantação de 5 conjuntos habitacionais.

Com a nova infraestrutura viária e uma grande área de mangues e morros ao redor do sítio histórico, logo Olinda também é ocupada de forma desorganizada as barbas do poder público.

Hoje 80 % da população encontram-se nos centros urbanos, aproximadamente 160 milhões de pessoas, dos quais 70% encontram-se nas regiões metropolitanas. Esse aumento da urbanização do país, que ainda possui pouca infraestrutura urbana, gerou uma enorme quantidade de problemas das mais diversas ordens, desde a infraestrutura de saneamento básico a problemas de logística e mobilidade.

Um dos grandes problemas nos centros urbanos é a ocupação de áreas inadequadas para moradias ou instalações de empreendimentos, gerando degradação da paisagem e consequentemente do meio ambiente. Geralmente são ocupados áreas ribeirinhas, de aterros, mangues, gamboas, encostas e taludes. Gerando problemas de drenagem urbana, enchentes, desmoronamentos e deslizamento de encostas, causando uma série de prejuízos financeiros e ceifando também vidas.

Em Olinda nos anos 1980, depois da implantação dos conjuntos habitacionais e após a implantação da infraestrutura financiada pelo projeto CURA, mangues e encostas são ocupados indiscriminadamente por uma parcela da população ribeirinha causando problemas de drenagem e desestabilizando encostas em todas as áreas do município e principalmente no entorno do sítio histórico que funciona como atrativo devido a exposição da mídia e pontos turísticos. O trabalho informal dos ambulantes é incorporado a vida cotidiana da cidade alta.

A degradação no que tange ao desmoronamento de encostas e taludes é um problema crônico na maioria dos centros urbanos do país. O valor monetário do solo em áreas de morros geralmente tem custo mais acessível, devido à dificuldade de acesso, falta de infraestrutura e muitas vezes se releva também a titularidade dos terrenos. Sem recursos para adquirir terras mais adequadas à construção civil, a população mais pobre adquiriu ou mesmo ocupa espontaneamente esses espaços.

No afã de proteção e segurança no quesito habitabilidade, muitas vezes a população constrói suas moradias sem assistência técnica, do material de construção, utilizando técnicas construtivas não indicadas nestes espaços. Como agravante da situação, quando da construção de habitações, efetuam corte de barreira e remoção de vegetação natural e principalmente no período das chuvas, ocorre na região metropolitana desmoronamentos e deslizamentos em virtude da erosão dos taludes e encostas desnudos causados pelo excesso de chuva.

Os cortes de barreiras naturais efetuado culturalmente pela população dos morros é incorreto e inadequados ao solo. As construções irregulares causando ainda mais sobrecarga a encosta e a falta de uma cobertura vegetal nativa leva ao talude um maior fator de degradação do ambiente e dessa forma, os taludes íngremes quando expostos às intempéries sofrem mudanças na sua morfologia, sofrendo alterações no seu comportamento físico, no seu equilíbrio dinâmico e degradação da paisagem cultural do sítio histórico de Olinda.

Segundo Fernandes (2004), um dos problemas mais comuns causados pela exposição desnuda ou com pouca vegetação dos taludes as intempéries é o fenômeno da erosão em níveis diversos, desde um simples sulco até problemas graves de voçorocas. Outro problema gerado nos taludes e aterros devido às chuvas e aos ventos são o abatimento e escorregamentos de sedimentos reiterando estudos de Guiudicene e Nieble (1993).

Os solos usados como substrato, ao fazer parte das camadas de cobertura final dos taludes, além de estarem desprovidos de atributos físicos e químicos que permitam a colonização biológica, apresentam-se suscetíveis à ação dos processos erosivos. Com isso as encostas ficam susceptíveis ao desmoronamentos e deslizamentos causando prejuízos financeiros e ceifando vidas.

A legislação brasileira exige que áreas degradadas por atividade antrópicas devam ser remediadas, para minimizar a interferência ambiental e restaurar essas áreas. Em área urbana ainda há muitas controvérsias principalmente quando envolvem classes menos favorecidas que não têm onde morar. No caso específico do sítio histórico de Olinda essas áreas são ocupadas predominantemente por uma população de classe C e D, em área tombada pelo IPHAN. Dessa forma, as áreas deverão ser recuperadas e transferidas a população para outros locais mais estáveis e recompostos os taludes com a vegetação nativa de forma a preservar a morfologia original do sítio. (Pereira, 2004).

Segundo Gusmão Filho (2001), a cidade de Olinda é geologicamente constituída por sedimentos terciários e quaternários do grupo barreiras bastante diversificados. Olinda é constituída de uma camada de argila e silte sobre sedimentos depositados ao longo da era cretácia. Esses sedimentos são da formação Maria Farinha, que ao longo dos anos está sofrendo antropização além das intempéries, levando a translocação de sedimentos podendo ter ocorrido uma fratura paralela a linha de maior declividade aumentando e facilitando a infiltração de águas superficiais que são corresponsáveis pelos movimentos geológicos causando erosão e instabilidade no solo.

A alta densidade edilícia, o corte nas encostas e a destruição da cobertura vegetal do sítio histórico ao longo dos últimos 50 anos tem acelerado o processo de instabilidade dos morros onde está assentada o Sítio histórico e as chuvas percolam de forma mais exacerbada alterando os estados de tensão no solo e a densidade dos materiais que formam o talude. Brand e Gusmão Filho (1984).

Existem muitas dificuldades técnicas para a reabilitação ambiental desse ambiente, uma vez que envolvem fatores dependentes de características biológicas, climáticas e ambientais, intrínsecas ao local de estudo. Portanto, são necessários os diagnósticos, análises e monitoramentos dos impactos e medidas remediadoras no intuito de verificar a situação real para não resultar em custos desnecessários.

Diante do exposto, algumas técnicas têm sido utilizadas dentro de programas de recuperação ambiental para este tipo de ambiente. A bioengenharia parece ser uma solução adequada para esses fins e sua adequabilidade a ambientes diversificados

precisa ser testada e monitorada.

A remediação de áreas degradadas com a utilização de espécies vegetais, além do efeito visual e protetor, é geralmente uma exigência legal e um compromisso social que precisam ser executados, criando uma enorme demanda tecnológica, oportunidades de pesquisa científica e oferecendo grandes possibilidades de negócios (Accioly & Siqueira, 2000).

Segundo Toy, *et all* (2002) em muitos locais a taxa de perda de solos é maior que a de formação, o que resulta nestas áreas a depleção deste recurso, o que dificulta a redução do potencial de revegetação natural através da sucessão ecológica. Desta forma a exposição do talude ou da encosta a certas condições de chuva e vento retiram através da lixiviação a camada de matéria orgânica necessária a fixação e até mesmo germinação da vegetação.

Uma quantidade substancial deste sedimento lixiviado, ainda segundo Fernandes (2004) é carreados para a base do talude e transportados para níveis mais inferiores do terreno. Este sedimento é transportado através da chuva para ravinas e levados a cursos hídricos causando impactos ambientais como: assoreamentos, enchentes e modificações na paisagem.

Para minimizar os problemas antrópicos causados pela ineficiência das intervenções gerados por obras irregulares na construção vernacular, ou ainda obras de engenharia pouco criteriosas, é necessário abordar o problema sobre outro ponto de vista, como por exemplo, a aplicação de metodologias de engenharia natural ou bioengenharia como metodologia de recuperação ambiental de áreas degradadas no que concerne ao resgate da feição topográfica anterior ou próxima dela.

Por essa razão, faz-se necessário o estudo de alguns fatores como a chuva, o solo e a vegetação, de tal maneira que esses conhecimentos possam fornecer subsídios para programar estratégias de recuperação destas encostas e recomposição da paisagem patrimonial.

Diante do exposto, algumas técnicas de engenharia natural, têm sido utilizadas dentro de programas de recuperação ambiental para este tipo de ambiente. A bioengenharia ou engenharia natural, parece ser uma solução adequada para esses fins e sua adequabilidade a ambientes diversificados precisam ser testadas e monitoradas.

A engenharia natural, também chamada de bioengenharia de solos, é uma área da Engenharia que se ocupa com a perenização de cursos de água e estabilização de encostas, bem como com o tratamento de voçorocas e erosão, através do emprego de material (vegetal) vivo, combinado com estruturas inertes como madeira, pedra, geotêxtil, sintéticos e estruturas metálicas.

O princípio básico que norteia a bioengenharia de solos compreende a utilização desses elementos em sinergismo com elementos biológicos, como a vegetação, no controle da erosão. (FLORINETH, 2004):

Além da questão social e da questão da estabilidade dos morros de Olinda, outro

fator preponderante é a preservação do patrimônio cultural. A população invadiu área de quintais e encostas no sítio histórico desconfigurando a paisagem patrimonial, intercalando o casario colonial com a favela. A questão de preservar o patrimônio de determinado povo ou nação passa atualmente pelos princípios da conservação integrada, descritos na carta patrimonial de Amsterdã. Dentro dos pressupostos referentes ao planejamento urbano e a gestão das cidades, a conservação urbana, com todos os seus elementos, aí incluídos a cobertura vegetal dos centros urbanos históricos, é peça fundamental para o desenvolvimento sustentável. A conservação integrada considera que o patrimônio é um recurso natural ou construído, importantíssimo, um regalo a ser deixado às futuras gerações.

A preocupação mundial com a preservação do patrimônio cultural surge na França, logo após a revolução francesa, que inaugura uma nova fase da história da humanidade. Na tentativa de apagar da memória coletiva, o absolutismo propõe a derrubada da bastilha, mas entende, que monumentos e artefatos devem ser preservados, que eles são carregados de simbologia, dão identidade a uma nação.

Na década, de 1930, patrocinada pela Liga das Nações, antecessora da ONU, o CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), produz o primeiro documento, Carta de Atenas, onde estão contidas as preocupações com os problemas urbanos provocados pela industrialização e a preservação do patrimônio arquitetônico, e os conceitos de centro histórico e cidade histórica. A partir de então, várias cartas contendo recomendações são escritas ao longo do século XX, porém, prevalecia a noção do monumento isolado e a preservação apenas das obras de pedra e cal.

Apenas em 1986, na Carta de Washington, a noção de patrimônio cultural deixa de se restringir aos monumentos isolados edificados pelo homem e passou a compreender outros bens culturais como a forma urbana, os espaços construídos e os espaços verdes. Nos dias de hoje, este conceito abrange outros exemplos da interação entre o homem e a natureza, como por exemplo, a cobertura vegetal circundante dos monumentos ou sítios históricos.

A Noção da preservação e conservação dos bens patrimoniais também mudou ao longo dos anos. Atualmente, a proteção da natureza e da cultura, contidos dentro do Patrimônio Cultural, não se efetiva, portanto, apenas através de ações voltadas para sua preservação exclusiva, mas através do desenvolvimento sustentável e de usos coerentes.

Segundo LEMOS (1982), o patrimônio cultural de uma forma geral é definido como um conjunto de elementos ou objetos artísticos e históricos que possuem uma representatividade na memória coletiva de uma nação ou de centros históricos já consagrados. Porém, como frisamos anteriormente esses conceitos vão sendo modificados ao longo dos anos e esta posição de LEMOS de 1982, já se encontra ampliada.

Para outra autora, que se debruça sobre o mesmo tema, os bens patrimoniais foram ampliados e atualmente: “os bens materiais podem ser classificados em

naturais, reunindo os sítios, os jardins e suas paisagens, e os culturais, que incluem o traçado urbano, os conjuntos urbanos, as edificações e os monumentos, além de suas paisagens". (SÀ CARNEIRO in JOKILHETO, 2002,143).

Segundo MILLET (1988 p.16), o Patrimônio Cultural engloba conjuntamente o Ambiente Natural e o Meio Ambiente Construído. Este ambiente natural consiste do relevo enquanto topografia do lugar, solo, rocha, hidrografia, fauna e vegetação. No meio ambiente construído enquadram-se todas as transformações que foram conduzidas no ambiente natural pela ação antrópica.

A partir da década de 1970, a temática dos encontros girou em torno da necessidade de elaboração de recomendações e medidas que possibilassem a adequação da conservação de patrimônio cultural e natural ao desenvolvimento social e econômico contemporâneo. Nesse sentido a conservação tem que considerar a população atual do sítio tanto da cidade formal, quanto dos assentamentos subnormais e loteamentos clandestinos.

No encontro de Estocolmo de 1972, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu vinte e três princípios, com uma visão global sobre a preservação do ambiente humano. No seu primeiro artigo, já se tem uma visão holística da relação homem e ambiente natural.

No princípio da década de 1980, o ICOMOS elaborou a Carta de Florença na Itália, que versa sobre a conservação e manutenção dos jardins históricos, enfocando o conceito de monumento vivo, como a cobertura vegetal do sítio histórico e do Horto Del Rey, e a relação estreita entre a civilização e a natureza, guardando a composição paisagística, suas massas vegetais e seus volumes.

O conteúdo das Cartas são cumulativos e esses documentos caminharam no sentido de superar a antiga visão do monumento isolado, ampliando-se para o conjunto paisagístico, guardando todos os elementos do entorno. Dessa forma, as ações de preservação e conservação abrangerão o meio ambiente natural e o construído, que compõem o patrimônio histórico na sua totalidade, formando a paisagem patrimonial.

Como ressalta MENEZES, (2002:49), "pelas vinculações com os processos indenitários e a construção imaginária da nação, a paisagem fatalmente viria a se incluir entre os componentes do patrimônio cultural". Desta forma, a paisagem também é considerada como patrimônio histórico. Uma vez que a paisagem tem também um caráter indenitário e memorável, pode ser denominada paisagem patrimonial. A paisagem patrimonial dá forma ao conjunto tradicional estático, que está contido dentro de um entorno, uma ambiência da qual não pode ser excluído, sobre risco de perder suas características de excepcional beleza.

Entende-se por ambiência dos conjuntos históricos o quadro natural ou construído que influi na sua percepção estática ou dinâmica. Por elementos estáticos entendem-se os bens imóveis, o solo e o relevo e por elementos dinâmicos a cobertura vegetal, os recursos hídricos e o clima.

Além da melhoria da qualidade de vida da população, a preservação dos centros

históricos urbanos reflete também a melhoria da qualidade ambiental: a valorização do passado, através dos testemunhos materiais conservados, ou das práticas culturais do saber fazer e das diversas manifestações culturais constitui via privilegiada para o reforço da identidade de cada comunidade, cada região, cada nação. (BRITO, 1996).

De certa forma, a sociedade está exigindo tomada de decisões dos governos no que tange a defesa do patrimônio construído e natural (ambos definidos como patrimônio cultural) sejam eles: humano, construído, natural ou paisagístico. Além do caráter pedagógico, a população tradicional e os gestores municipais têm consciência do valor econômico deste patrimônio para a sociedade.

Todavia, a preocupação que nos leva polemizar ora na academia é além da preservação do patrimônio, haja visto, está sendo neste momento fiscalizado pela SEPAC (Secretaria do Patrimônio e Cultura) e pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é a situação das encostas do sítio histórico de Olinda e dos bairros do entorno da área de tombamento do IPHAN. Apesar de que já identificados e mapeados pela defesa civil do município o acompanhamento é bastante falho e o monitoramento ambiental de estruturas significativa dos taludes deixa a desejar. Com ações de cobertura com plástico filme e algumas áreas isoladas no período de chuvas, as ações ainda se mostram muito rudimentares. O município ainda aposta em soluções de engenharia convencional que custam muito cara e o município não tem como arcar com estruturas deste porte, ficando aguardando por recursos da união. Enquanto a população destas encostas da cidade vive em pavorosa e o Patrimônio em Risco de perda total.



Figura 01 – Encosta recoberta com plástico no alto da sé em Olinda

Fonte: O Autor (2017)

Como o monitoramento dessas estruturas de engenharia é relativamente novo no Brasil e ainda há poucos estudos referentes ao controle efetivado dos mesmos e que objetiva desenvolver técnicas de bioengenharia com espécies vegetais ou até

mesmo com tipos de cobertura que também possam dar condições de proteção.

Portanto, um programa de preservação do Patrimônio Histórico de Olinda de acordo com o exposto passará também pela recuperação de ambientes degradados como: os taludes desnudos, erodidos, ameaçados pela exposição das intempéries, pelo lixo, pelo corte da vegetação e pela ocupação de construções irregulares. Para mitigar ás área hoje degradadas é fundamental a recuperação destas encostas que além de importante na estabilização do casario de 500 anos, é importante para a morfologia urbana e para a humanidade. Neste sentido, a pesquisa de Biotécnicas é de suma importância na conservação urbana e na preservação deste patrimônio Cultural.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Avaliar, a partir da implantação de experimento em escala piloto, o desempenho de biotécnicas de engenharia na conservação e proteção dos taludes de encostas urbanas, contribuindo para o desenvolvimento de uma tecnologia a ser utilizada na estabilização dessas estruturas geológicas, que possibilite a estabilização dos componentes morfológicos do empreendimento, a revegetação das superfícies e sua inserção sem comprometimento da paisagem.

Objetivos específicos

Caracterizar o solo local e o substrato utilizado nas camadas de cobertura final dos taludes estudados, nos aspectos agronômicos e geotécnicos;

Avaliar a eficiência de diferentes tipos de biotécnicas (retentores de sedimentos, biomanta e plantios de espécies vegetais) quanto à capacidade de diminuir a perda de solo.

Avaliar a morfologia e a eficiência do resultado final na contenção de fuga de sedimentos e recomposição vegetal e sua inserção na paisagem cultural.

METODOS E MATERIAIS

Descrição da área de estudo

O trabalho de campo será desenvolvido no sítio histórico de Olinda, no Horto Del Rei, segundo jardim botânico no Brasil, de 1816, atualmente uma propriedade privada que está sendo paulatinamente ocupada por população de baixa renda, situado na ZEPC3, do Município de Olinda – Pernambuco. O Horto Del Rey, ocupa uma área de 9 hectares pertencente à família Manguinhos que o adquiriu em leilão público, o experimento se dará em uma clareira que foi arroteada por invasores que não se encontram mais no local. (Figura 02)

O Horto Botânico Del Rei surgiu sob ordem de uma Carta Régia que, em 19 de novembro de 1798, estabeleceu a necessidade de um Jardim Botânico em Pernambuco, para que sementes de árvores fossem reproduzidas no estado e plantadas nas matas reais. Olinda, por ser capital, se tornou sede do primeiro Jardim Botânico em Pernambuco. (PEREIRA JUNIOR, 2004).

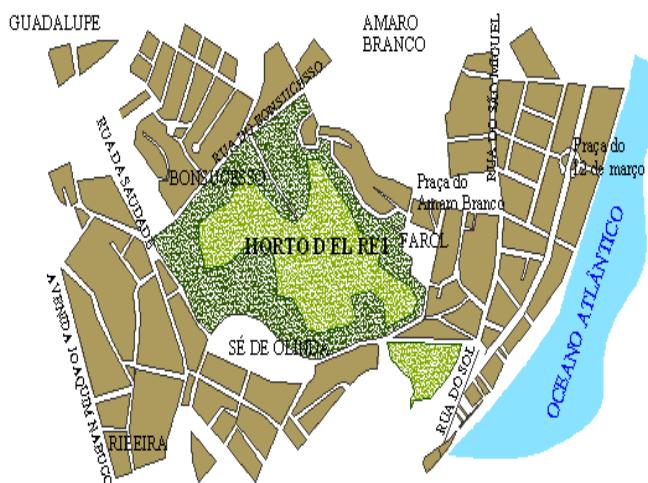


Figura 02 - Mapa de Locação do Horto D'el Rei

Fonte: adaptação da UNIBASE (2015)

O centro Histórico de Olinda fica a 6,0 km da divisa com o Recife e possui uma área de 40,83 km², sendo 34,5 km² de área urbana e 6,29 km² de área rural, embora seja a menor em área urbana é considerada a terceira maior em densidade com uma população de 386.000 habitantes em 2015. A cidade possui seus limites demarcados pela cidade de Paulista ao norte, o Oceano Atlântico ao leste e Recife ao oeste e sul. Geologicamente e morfologicamente é considerada uma faixa sedimentar cíataira Cretácea - Paleocênica, com planície marinha: cobertura recente predominantemente arenosa resultante de acumulação marinha; Planície fluvio-marinha: desembocaduras dos rios Beberibe e Paratibe; Tabuleiros costeiros: elevação com topos planos, de baixa altitude, formados por sedimentos arenosos e argilosos. Além de ser considerada como zona da mata com cobertura vegetal, originalmente constituída de mata atlântica e seus ecossistemas associados, manguezais e restingas.

Olinda possui uma área tombada a nível Federal (Notificação Nº 100004/68) e Municipal (Lei 4849/920) de 10,4 Km², composta pelo Sítio Histórico e seu entorno. Delimitando assim o polígono de preservação. A área de preservação rigorosa, é formada por 1,2 km², se refere principalmente a proteção da malha urbana e do casario colonial e a preservação da cobertura vegetal, fixando a ocupação máxima dos lotes em 20%, Dentro do perímetro da ZEPC 3, Zona Especial de Proteção Cultural e Paisagística, se constitui pelo núcleo urbano primitivo, compreendendo edifícios e áreas verdes de reconhecido valor histórico. Existem ainda na ZEPC3 três áreas verdes, SV1 (Horto Del Rey), SV2 e SV3. (Fonte: Plano Diretor de Olinda)

A temperatura média anual no local do experimento, fica em torno de 26°C, sendo a média de temperatura máxima de 32,30° C e da mínima de 23° C. Nos períodos mais quentes do ano chega à 34° C. De acordo com a classificação de Koëppen, o tipo climático é Cwb, definido como mesotérmico úmido com estação chuvosa de verão brando. A pluviosidade nessas áreas é um dos fatores mais importantes, com média anual de 1.500 mm, a serem considerados para os estudos da perda de solo.

Definição das biotécnicas de engenharia

A Engenharia Natural usa técnicas (biotécnicas) em que plantas, ou partes destas, são utilizadas como material vivo de construção. Sozinhas, ou combinadas com materiais inertes, tais plantas devem proporcionar estabilidade às áreas em tratamento (SCHIECHTL, 1973).

O experimento será constituído de 21 (vinte e uma) parcelas, sete tipologias em três repetições, as quais representarão os tipos de coberturas a serem adotadas na recuperação de áreas degradadas. Este trabalho terá como objetivo avaliar as perdas de água e de sedimentos em parcelas experimentais com 2,0 m de largura por 5,0 m de comprimento (440,00 m²), utilizando diferentes tipos de coberturas: (1) retentores de sedimentos intercalados com capim de burro, *Cynodon Dactylon* (2) biomanta de sisal; (3) Sabiá. *Mimosa caesalpinifolia*; (4) capim Vetiver, *Vetiveria zizanioides* (Nash), em tufo; (5) Sabiá. *Mimosa caesalpinifolia*; intercalado com capim sândalo *Vetiveria zizanioides* L em tufo; (6) retentores de sedimentos intercalados com capim sândalo *Vetiveria zizanioides* L em tufo; (7) solo sem cobertura vegetal.

As parcelas serão instaladas no talude do Horto Del Rey, Olinda – Pernambuco. Para avaliação da perda de solo será usada a Equação Universal de Perda de Solo (USLE). A hipótese a ser verificada será a de que diferentes tipos de coberturas e combinações contribuem para minimizar as perdas de água e de sedimentos, conservando e protegendo os taludes do Sítio Histórico de Olinda. (Figura 03).



Figura 03, Modelo de Talude do experimento com parcelas implantadas.
Pesquisa e experimento do Autor

Demarcação das parcelas

Serão delimitadas em encosta em processo de erosão ainda na fase de sucos dentro do perímetro do Horto Del Rei, 21(vinte e uma) parcelas experimentais no talude degradado próximo ao farol de Olinda. Cada parcela apresentará área aproximada de 20,0 m², sendo 10,0 m de comprimento e 2,0 m de largura. Com o objetivo de evitar possíveis interferências entre os tratamentos, cada parcela será isolada por uma lâmina de madeira de 30 cm, tipo compensado naval, encravada no terreno entre o substrato com profundidade de 10 cm. As parcelas serão distribuídas de forma que as mesmas fiquem adjacentes e no mesmo sentido do declive do talude. Na distribuição das parcelas serão sorteadas uma a uma não permitindo que duas tipologias iguais fiquem juntas. (Figura 03)

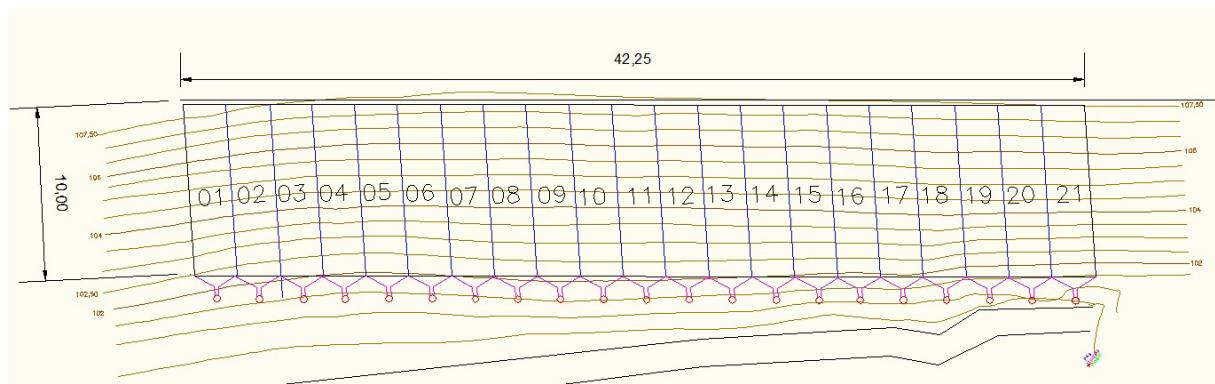


Figura 04 delimitação das Parcelas

Fonte: Desenho do Autor em AUTOCAD

Coletas, análises e procedimentos para caracterização de amostras.

Objetivando-se avaliar a heterogeneidade observada nos materiais utilizados nas camadas de cobertura final do talude, serão necessárias as caracterizações químicas e físicas iniciais do material para cada uma das vinte e uma parcelas, distribuídas em sete tipologias de coberturas sobre o talude, vistas anteriormente como fica demonstrado na figura 02 e 03. Estas amostras serão coletadas de forma sistematizada de acordo com o tipo de análise a ser executada, tanto no que se refere as coletas físicas e químicas.

Para a caracterização da fertilidade do substrato serão retiradas 21 amostras compostas, sendo uma em cada parcela na profundidade de 0-20 cm, conforme sugerido por Silva (1999), as coletas em cada parcela serão realizadas na base, médio e topo do talude. Os principais parâmetros de fertilidade avaliados foram: pH em água, acidez potencial (H+Al), macro e micronutrientes (N, P, K, Ca²⁺, Mg²⁺, Al³⁺), matéria orgânica (M.O), carbono (C), Valor de saturação em base (V), Soma de Bases Trocáveis (SB), Capacidade de Troca Catiónica Efetiva (CTC), Índice de Saturação de Alumínio (m) e Capacidade Efetiva de Troca de Cátions (t).

Para os parâmetros físicos serão coletadas amostras compostas em três pontos (base, médio e topo do talude) de cada parcela totalizando 63 amostras. Serão selecionados os seguintes parâmetros: Teor de umidade, peso específico aparente (ρ), peso específico seco (ρ_d), massa específica dos grãos (ρ_s), distribuição granulométrica, limites de consistência (limite de liquidez e limite de plasticidade), permeabilidade e estabilidade dos agregados.

Avaliação da perda de solo

Serão implantados coletores de sedimentos em cada parcela com o objetivo de verificar à adequabilidade do volume dos coletores utilizados. Serão utilizados recipientes plásticos (baldes) com capacidade de 60L, encontrados facilmente no mercado. Em todos os coletores será adaptada uma régua métrica para a leitura do volume de água escoado. Na extremidade de cada parcela, serão instalados os canalizadores de sedimento, constituídos por uma calha de madeira, a qual receberá e conduzirá todo o sedimento carreado superficialmente para um tubo PVC de 100mm de diâmetro e aproximadamente 1,00 m de comprimento.

Em campo, o procedimento de coleta dos dados será baseado em anotar, após a ocorrência de uma chuva natural, a altura do nível de água de cada coletor. Em seguida, será homogeneizada manualmente o material erodido (água + sedimento) e retirava-se dele 1 amostra alíquota de 500ml. As amostras serão colocadas em garrafas plásticas, hermeticamente fechadas, contendo a identificação exata do coletor de origem e a data de coleta. As amostras com o sedimento coletado em campo serão levadas ao laboratório para a determinação da concentração de sedimento e para o cálculo da quantidade de sedimento perdido por erosão, em cada evento de chuva e em cada tratamento (Cogo, 1978; Garcia *et al.*, 2003).

No laboratório os sedimentos depositados no fundo do recipiente serão coletados para o cálculo da quantidade representativa de sedimentos carreados, após serem levados em secagem em estufa a uma temperatura de 110 C, no período de 24 horas, determinando-se desse modo a massa seca de sedimento para cada parcela experimental e posteriormente a perda de solo para cada tratamento.

Com o uso de um pluviômetro próximo à área experimental será registrada a distribuição temporal dos eventos pluviométricos, que possibilitaram os cálculos da sua intensidade e posterior estimativa do potencial erosivo das chuvas.

Para realizar uma previsão da perda de solo da camada de cobertura final, será utilizada a Equação Universal de Perda de Solo (Equação 1) (Bertoni & Neto, 1990). O fator de erosividade das chuvas (R), é dado pela Equação (2) que estima a erosividade média anual para o Litoral do Estado de Pernambuco (Cantalice e Margolis, 1993) da seguinte forma:

$$R = 0,216 \cdot \text{Pi}^{1,547} \quad (2)$$

Em que:

R - fator erosividade da chuva ($\text{M.J mm.ha}^{-1} \text{h}^{-1}\text{ano}^{-1}$); e

P= valor da precipitação média mensal (mm).

O fator erodibilidade do solo (K) será determinado pela Equação (3),

Usada na construção do nomograma de WISCHMEIER & SMITH (1978).

$$K = \{[2,1 \cdot 10^4 (12 - MO) \cdot M^{1,14} + 3,25 \cdot (S - 2) + 2,5 \cdot (P - 3)] / 100\} \cdot 0,1318 \quad (4)$$

Em que:

MO - conteúdo de matéria orgânica (%);

M - parâmetro que representa a textura do solo;

S - classe de estrutura do solo, adimensional; e

P - permeabilidade do perfil, adimensional.

O valor de M será calculado com uso da Equação 5:

$$M = (\% \text{ silte} + \% \text{ areia fina}) \cdot (100 - \% \text{ argila}) \quad (5)$$

Para determinar os valores da classe de estrutura do solo (S) e a permeabilidade do solo (P), será utilizado a metodologia de Wischmeier et al.(1982). O fator topográfico (LS) será determinado utilizando-se a Equação (5), a qual tem a finalidade de corrigir o comprimento e a declividade da encosta para as condições existentes nas parcelas experimentais padrões utilizados para o desenvolvimento da USLE (Wischmeier & Smith, 1978). Para obtenção do fator LS será adotada parcelas com 1,0 m de largura e 2,0 m de comprimento. Nas parcelas experimentais instaladas será realizado um levantamento planialtimétrico para determinação da declividade de cada parcela. (PEREIRA JUNIOR, 2015).

$$LS = (L/22,13)^m \cdot (65,41 \operatorname{sen}^2 \alpha + 4,56 \operatorname{sen} \alpha + 0,065) \quad (6)$$

Em que:

L - comprimento da rampa (m);

α - angulo de declive da rampa, graus; e

m - parâmetro de ajuste que varia em função da declividade da rampa, assumindo valor de 0,5 para declividade maior ou igual a 5%, 0,4 para declividades de 3,5 a 4,5%, 0,3 para declividades de 1 a 3% e 0,2 para declividades menores que 1%.

Os fatores de uso e manejo do solo (C) e de práticas conservacionistas (P) para as diferentes condições foram baseados em Bertoni e Lombardi Neto (1990).

RESULTADOS ESPERADOS

Durante o período de desenvolvimento do experimento as precipitações pluviométricas serão coletadas em pluviômetro tipo *Ville de Paris*, instalado na área. Esses eventos pluviométricos contribuirão significativamente para o crescimento e desenvolvimento da cobertura vegetal.

A análise dos parâmetros físicos do solo e a sua caracterização química objetivarão avaliar a qualidade das coberturas dos substratos a serem usados nas parcelas experimentais inclusive àquela usada com vegetação. Serão apresentados

e discutidos individualmente os resultados de cada nutriente, referente à coleta inicial do experimento, com o objetivo de caracterizar os possíveis efeitos no sucesso da implantação da camada de cobertura vegetal.

Com os eventos de precipitações pluviométricas que ocorrerão nos meses de implantação das parcelas experimentais, será observada a eficiência das diferentes biotécnicas na proteção do solo pelo impacto das gotas de chuvas (splash) e do escoamento superficial. Para tanto, será coletado os sedimentos que serão carreados após os referidos eventos.

Os resultados obtidos serão submetidos às análises estatísticas básicas e testes não paramétricos como de Kruskal & Wallis e Wilcoxon. Estes testes enfocam a variabilidade das características do substrato e dos resultados dos tratamentos avaliados. As análises estatísticas serão realizadas utilizando-se o programa computacional SAEG versão 9.1(VIÇOSA, 2007).

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 8419: Apresentação de Projetos de Aterros Sanitários de Resíduos Sólidos Urbanos. - Procedimento.* Rio de Janeiro, 1992.

ACCIOLY, A. M.; SIQUEIRA, J. O. Contaminação química e biorremediação do solo. In: NOVAIS, R. F.; AVAREZ, V. H.; SCHAEFER, C. E. (eds.) *Tópicos em ciência do solo*. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, p.299-352. 2000.

ANDRADE, J. C. M.; MAHLER, C. F. Avaliação de aspectos da fertilidade de metais tóxicos no solo de cobertura de um aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos visando sua vegetação. In: XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, 27, Vitória. *Anais...* (CD ROM). Vitória: ABES, 2000.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo. 2/ Ed. São Paulo: Editora Ícone, 1993.352p.

BRITO, Marcelo. Gestão de Áreas Urbanas degradadas: Paradigma para a Permanência e Recuperação Urbana de Sítios Históricos. Brasília. 1996.

CARPENEDO, V.; MIELNICZUK,J. Estado de agregados e qualidade de agregados de um Latossolo roxo, submetido a diferentes sistemas de manejo. *Revista Brasileira de Ciências do Solo*, v. 14, p.99-105,1990.

CANTALICE, J. R. B.; MARGOLIS, E. Características das chuvas e correlação de índices de erosividade com as perdas de solo do Agreste de Pernambuco. R. Bras. Ciência do Solo, Campinas, 17: 275-281, 1993.

COGO, N. P. Uma contribuição á metodologia de estudo das perdas por erosão em condições de chuva natural: I- Sugestões gerais, medição de volume, amostragem e quantificação de solo e água da enxurrada. DIAS, L. E.; GRIFFITH, J. J. Conceituação e caracterização de áreas degradadas. In: Recuperação de áreas degradadas. 1. ed. Viçosa: UFV, 1998. 251 p.

DELPHIN, C.F.M. (1998). Vegetação e Impacto Ambiental. IPHAN, Minc.

GARCIA, A.R.; MACHADO, C.C.; SILVA, E.; SOUZA, A.P. de. PEREIRA, R.S. Volume de enxurrada e

perda de solo em estradas florestais em condições de chuva natural. Revista Árvore, Viçosa, v.27, n.4, p.535-542, 2003.

GILL, M.; HAUSER, V. L.; HORIN, J. D.; WEAND, B. L.; CASAGRANDE, D. J. Landfill Remediation Project Manager's Handbook. Air Force Center for Environmental Excellence. Mitretek Systems Center for Science and Technology. McLean, Virginia, 1999. 148 p.

GRAY, D. H. SOTIR, R. B. Biotechnical and soil bioengineering slope stabilization: a practical guide for erosion control. Canada. 1995. 378 p.

KOERNER, R. M.; DANIEL, D. E. Final covers for solid waste landfills and abandoned dumps. 1. ed. Virginia: Asce press, 1997. 256 p.

LEMOS, C (1982) O que é Patrimônio Histórico? São Paulo; Ed. Brasiliense

LINCH, Kevin. (1999). Imagens da Cidade. Tradução Jeferson Luis Camargo. Ed. Martins Fontes, SP.

MENEZES, Upiano.T.B. (2002). A paisagem como fato cultural-In: EDUARDO YAZIGI. (org). Turismo e Paisagem -São Paulo, Ed. Contexto.

MILLET, Vera, (1988). A Teimosia das Pedras; um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil. Prefeitura de Olinda, p214.

MOREIRA, F. M. S.; SIQUEIRA, O. S. Microbiologia e bioquímica do solo. 1. ed. Lavras: UFLA, 2002. 626 p.

PEREIRA JUNIOR. Clodomir, Barros. A conservação da cobertura vegetal como componente do patrimônio cultural em centros históricos urbanos. Estudo de caso: a cidade de Olinda - PE. Dissertação MDU, UFPE, (2004)

PEREIRA. Clodomir, Barros. Biotécnicas de Proteção em Taludes de Aterros Urbanos; Recife - PE. Dissertação DTR, UFRPE, (2015).

REINERT, D. J. Recuperação de solos em sistemas agropastoris.In: Recuperação de áreas degradadas.1ed. Viçosa: UFV, pg. 163-176. 1998. 251 p.

SÄ CARNEIRO, Ana Rita. (2002), in ZANCHETI,S.M. et al (Orgs). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. UFPE/ Centro de Conservação Urbana e Territorial. Universitária da UFPE, 316p.

SAEG – Sistema para análise estatística, versão 9.1: Fundação Arthur Bernardes – UFV – Viçosa, 2007

SOUSA, H. A. de; ROESER, H. M. P.; MATOS, A. T. de. Métodos e técnicas aplicados na avaliação ambiental do aterro da BR-040 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG. Ouro Preto. Revista da escola de Minas. v.55(4). pg. 291-300.2002.

WISCHMEYER, W. H. & SMITH, D. D. Predicting rainfall erosion losses: A guide to conservation planning. USDA. Agriculture Handbook, no. 573, 1978.

JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI

Emanuelle de Aragão Arrais

Centro Universitário UNINOVAFAPI

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Teresina – Piauí

Ana Virgínia Alvarenga Andrade

Centro Universitário UNINOVAFAPI

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Teresina – Piauí

Ana Cristina Claudino de Melo

Centro Universitário UNINOVAFAPI

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Teresina – Piauí

preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, com ênfase em jardins históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Jardim Moderno; Burle Marx; Teresina/PI.

1 | INTRODUÇÃO

Jardins são monumentos históricos em constante evolução, fato que os diferem substancialmente dos bens arquitetônicos e os inserem nas metodologias de interpretação e salvaguarda das paisagens culturais. O jardim é uma forma de ordenamento do território que acompanha o homem há tempos imemoriais. Segundo Castel-Branco (1994), os jardins são uma forma de expressão do entendimento humano da natureza, com investimento na recriação do sonho do microcosmo perfeito. Com o jardim, o homem inventou uma construção a céu aberto, composto por elementos inertes e vivos, o espaço ideal reinventado.

A preservação dos jardins históricos, ou jardins de interesse histórico, justifica-se de acordo com preceitos baseados em sua importância histórica e artística, ou seja, em sua significação cultural, que contribui para o fortalecimento da memória e da identidade de uma sociedade, bem como na leitura e na qualificação da cidade. Para ser considerado como herança cultural ele deve seguir a regra

RESUMO: O jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade. A cidade de Teresina possui três exemplares de jardins modernos projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx, sendo os jardins do Palácio de Karnak, a Praça Monumento Da Costa e Silva e o único exemplar particular o Hotel Blue Tree Towers. O objetivo geral deste trabalho foi identificar as mudanças ocorridas no projeto original de Burle Marx para os espaços citados em relação ao traçado, por causa da sua falta de preservação e de tombamento. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica; sobre aspectos ligados à

gramatical da arte, quer seja projetado por leigos ou por profissionais.

O jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade. Dentro da história da ideologia da preservação, a definição de diretrizes distintas para a conservação e restauração de jardins data do final da década de 1970. Muitos exemplares de jardins que se encontravam na malha urbana foram perdidos ou depredados, seja por interesses políticos e especulativos ou por desconhecimento de seus administradores e do próprio público.

No passado a noção de Patrimônio Cultural se restringia somente aos monumentos edificados, mas a partir da segunda metade do século XX começam a se esboçar debates em relação à salvaguarda das paisagens silvestres, dos sítios e monumentos naturais (hortos, jardins, passeios, entorno das edificações e espaços verdes de centros históricos).

No município de Teresina são encontrados três exemplos de projetos do renomado e reconhecido paisagista Roberto Burle Marx: os jardins do Palácio do Karnak (sede do Governo Estadual), exemplo de espaço semi-público; os jardins do Hotel Blue Tree Towers, espaço privado e a Praça Monumento da Costa e Silva, exemplo de espaço público. O objetivo geral deste trabalho foi identificar as mudanças ocorridas no projeto original de Burle Marx para os espaços citados em relação ao traçado, por causa da sua falta de preservação e de tombamento. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica; sobre aspectos ligados à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, com ênfase em jardins históricos.

2 | JARDIM, UMA CRIAÇÃO DINÂMICA E COMPLEXA

El Jardín (...) Nunca es estático, su incesante metamorfosis nos acompaña en los infinitos ciclos de la vida. La misma esencia del material vegetal radica en su versatilidad y cambio. Arte temporal por antonomasia, crea situaciones en continuo cambio. Se modifica a la naturaleza dándole el sentido y el orden necesarios para una sociedad y una circunstancia, pero esa modificación siempre será parcial porque en el arte del jardín lo que se impone es la naturaleza con su orden inmanente. Los jardines son irrepetibles en exactas situaciones por depender de los ciclos naturales. Crecen, maduran y mueren a la par del hombre. (BERJMAM,2001)

Diante das palavras citadas acima da historiadora Sonia Berjman, especialista em jardins históricos, fica claro que um jardim é dinâmico e complexo. Dentre todas as suas características a que se evidencia é a delicadeza inerente ao seu material, o vegetal, desta forma podemos dizer que um jardim se trata de um patrimônio frágil.

Constituídos de materiais vivos, os jardins são criados para o futuro. De acordo com a paisagista Carmen Añón Feliú “o artista criou o jardim em determinada época, que foi depois mudado e transformado. Uma ação que converte o tempo em elemento criativo” (AÑÓN-FELIÚ, 1994), o que significa dizer que “pela manhã são de um modo e pela tarde de outro; de um modo no verão e de outro no inverno... e amanhã ou

dentro de 5 meses? Não sabemos” (BERJMAN, 2001). Tais características tornam o jardim uma arte complexa e entendê-las é de fundamental importância para ações de conservação. Por tudo isso, considera-se que o jardim é “obra de arte + ciência + técnica. Mas o natural não se esgota no verde. Inclui também relações e significados que fazem a essência do ser humano” (BERJMAN, 2001).

Pelas características acima citadas que o jardim histórico é considerado pela Carta de Florença “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento. O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é essencialmente vegetal e, por isso, vivo, perecível e renovável” (1981, Arts. 1 e 2). O passar do tempo não é, para o jardim, uma degradação, mas um processo normal e, sua ocorrência se revela na dinâmica própria de sua evolução (LEENHARDT, 2008), uma vez que, o jardim difere da arquitetura, pois, não é uma obra acabada. Mesmo os elementos físicos, como o seu solo/subsolo e hidrografia, também passam por mudanças graduais relacionadas ao ciclo de evolução.

O jardim como vimos nunca é estático e está em constante modificação porque a natureza se impõe com sua ordem. Por se tratar de seres vivos, os jardins, foram projetados e construídos como propostas para o futuro e desta forma, essa obra de arte só se materializa por meio das ciências que tratam da vegetação e de seu desenvolvimento, seja a botânica, a ciência do solo e do meio ambiente, contudo, para que isso se concretize os profissionais habilitados nas técnicas de conservação precisam possuir um conhecimento multidisciplinar.

Conquistado o reconhecimento de ser uma arte autônoma, é na sua vinculação com a edificação e com a cidade que o jardim como obra de arte consolida suas qualidades estéticas e seu valor de existência. Este vínculo cultura/natureza, cidade/jardim, subtrai da compreensão de jardim a ideia de mimese da natureza, porque o situa no espaço das relações com a arte de cada época (SÁ CARNEIRO et al., 2012).

Entendido como objeto cultural, o jardim também constitui um arquivo vivo que garante a permanência de construções materiais e vegetais (GARCIA, 2002). Segundo esse entendimento e uma vez identificadas as características artísticas, históricas e culturais, o jardim adquire a conotação de bem cultural, e, posteriormente, identificados os valores patrimoniais passa a ser jardim histórico, um monumento, como especificado na Carta de Florença de 1981 e na Carta de Juiz de Fora de 2010.

O sentido de monumento conferido ao jardim foi sugerido inicialmente durante a reunião de trabalho em Brügge, em 1971, por Jacques Reybroeck, então diretor da Administração do Patrimônio da Comunidade Francesa na Bélgica, de modo a garantir que o jardim histórico se beneficiasse das mesmas leis de proteção dos monumentos (LUMMEM, 2001).

O monumento é considerado por Françoise Choay como “tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras pessoas remorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2006).

Para Aloïs Riegl, o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é construído a posteriori, pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte (RIEGL, 2006).

Diante do que foi elucidado e discutido podemos afirmar que dentre as definições de jardim histórico, a elaborada pelo arquiteto austríaco Géza Hajos em ‘Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites’, onde tece críticas sobre a Carta de Florença parece apropriada, para o referido autor, “jardim histórico é um monumento, uma obra criada com construção e material vegetal, é uma concentração artificial e artística de uma paisagem cultural” (2001).

A categoria de jardim histórico se fortalece ainda mais com a introdução do conceito de paisagem cultural no âmbito do patrimônio histórico-cultural na reunião do Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO em 1992. No referido documento, o jardim está na categoria de paisagens culturais criadas, intencionalmente, pelo homem. Com essa categoria de patrimônio cultural, os jardins históricos parecem ter encontrado maior respaldo para sua preservação diante do crescimento e adensamento acelerado das cidades (SÁ CARNEIRO et al., 2012).

O termo preservação engloba todas as ações que visam a salvaguardar bens culturais identificados, classificados ou protegidos. Segundo a Carta de Nairóbi (1976), a preservação deve significar a identificação, proteção, conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização, ou seja, todas as operações necessárias à defesa e salvaguarda de um bem.

3 I PRESERVAÇÃO E INTERVENÇÃO EM JARDIM HISTÓRICO

Os jardins históricos conduzem os visitantes a novas atitudes e ao vislumbre de realidades até o momento, desconhecidas. Para Delphim, “os jardins históricos são o mais rico exemplo de testemunho da relação entre a cultura e a natureza, testemunho que se preserva no caráter das intervenções realizadas no local e no estado de espírito dos que dele usufruem” (DELPHIN, 2005). De acordo com Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ICOMOS, “um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento” (Carta de Florença, Art.01, ICOMOS/IFLA, 1981). A preservação de jardins históricos é justificada por sua importância histórica e artística, por sua significação cultural, a qual contribui para fortalecer a memória e a identidade de uma sociedade, tanto na leitura quanto na qualificação da cidade (ANDRADE, 2009). A Carta de Florença menciona, ainda, que: “um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um

quadro célebre etc.” (Carta de Florença, Art.08, ICOMOS/IFLA, 1981).

Apesar de encarado como artefato humano destinado ao prazer e à contemplação, o jardim público desempenha também a função de testemunho dos códigos de conduta de uma determinada época. Conhecer a maneira que uma sociedade se apropriou do espaço livre urbano revela aspectos de sua história como valores, costumes, instrumentos de política além da percepção da própria cidade. Desse modo, o jardim histórico é aquele que pertence ao passado, recente ou não (ANDRADE, 2009).

Também sob o ponto de vista do mesmo autor, o jardim histórico destaca-se das demais categorias de patrimônio ambiental urbano, por apresentar laços comuns com o patrimônio natural e com a qualidade de vida na cidade. Sua degradação representa perdas à qualidade ambiental da malha urbana, lacunas em nosso passado histórico e o comprometimento de nossa herança patrimonial.

A composição projetual do jardim engloba os diferentes perfis do seu terreno, suas massas vegetais-essências, volumes, cores, espaçamentos e alturas, seus elementos construídos ou decorativos e as águas moventes ou dormentes (CURY, 2000).

A definição de diretrizes para conservação e restauração dos jardins históricos data do final da década de 1970. Até esse momento, muitos jardins foram perdidos ou depredados, tanto por interesses políticos e especulativos quanto por desconhecimento por parte de sua administração e do próprio público. A depredação ocasionou também a descontextualização desses jardins já que sua relação com o entorno era ignorada (ANDRADE, 2009).

Somente em 1981, por meio do Comitê Internacional de Jardins Históricos e do International Comitee on Monuments and Sites/ International Federation of Landscape Architects- ICOMOS/IFLA, foi elaborada uma carta referente à proteção dos jardins históricos, a Carta de Florença. Baseada nos princípios da Carta de Veneza, ela estabelece regras para orientar qualquer ação proposta para um jardim histórico, permitindo que a preservação desses bens se faça de forma mais sistematizada (DELPHIM, 2005).

Somente a partir dessa adoção pelo ICOMOS que a maioria dos países incluiu os jardins de interesse histórico nas suas legislações de proteção. No entanto, medidas concretas ou estudos de preservação e conservação não foram imediatamente adotadas. Em 2005, o ICOMOS reformulou seus comitês científicos e determinou que o Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios passasse a ser denominado Comitê Científico de Paisagens Culturais, com uma linha de atuação que englobasse além dos jardins históricos, todas as paisagens culturais (ANDRADE, 2009).

Segundo Andrade (2009) as paisagens com funções ecológicas como os Parques Nacionais são protegidas pelas legislações de conservação da natureza, sob a atribuição de órgãos ambientais. No Brasil, o órgão responsável é o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). As paisagens de valor histórico e cultural como os jardins, quando reconhecidas por seu valor patrimonial, seguem a legislação adotada na proteção de outros bens imóveis patrimoniais.

4 | OBSTÁCULOS A SEREM SUPERADOS NA INTERVENÇÃO

Intervir em jardins históricos é atribuição exclusivamente aos arquitetos urbanistas, conforme os termos da Decisão Normativa do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura – CONFEA, número 80, de 25 de maio de 2007. Infelizmente, este tema praticamente não é abordado nas aulas de paisagismo dos cursos de arquitetura, nem mesmo de forma superficial. Mesmo alguns cursos de pós-graduação em restauro passam ao largo deste tema, sem incluí-lo em sua grade curricular, mesmo que em forma de palestra, como se fosse totalmente dispensável. E isso faz com que a maioria dos profissionais que atuam nos jardins históricos o faça como autodidatas ou, não raro, como meros aventureiros.

O referencial teórico sobre jardins históricos praticamente não existe no Brasil, havendo apenas o manual intitulado “Intervenções em Jardins Históricos” (DELPHIM, 2005), de autoria do arquiteto da paisagem Carlos Fernando de Moura Delphim, coordenador da Área de Patrimônio Natural e Paisagem Cultural do Iphan. Editado pelo Iphan em 2005, este manual é a Obra de Referência sobre o tema no Brasil e sua leitura é indispensável para aqueles que desejam se aprofundarem no assunto.

As intervenções em Jardins Históricos não devem competir com os bens protegidos e sim colaborar para sua valorização. Sempre que possível, devem ser reversíveis, considerando que esta reversão cause o mínimo possível de danos ao sítio. A visibilidade do conjunto ou de suas partes não pode ser prejudicada, devendo-se deixar livres os eixos visuais necessários à contemplação dos elementos de valor (IPHAN, 1999).

Delphim (2005) ainda cita que essas intervenções propostas não podem afetar a integridade e a autenticidade dos jardins. São as intervenções que devem se adaptar às restrições impostas pela excepcionalidade e fragilidade dos bens protegidos. Estas podem se integrar ou contrastar com o conjunto natural e seus elementos. Quando visar promover a integração, deve-se adotar técnicas e materiais locais e regionais e evitar simulações de um passado fictício, chamadas como falso-histórico. Na busca do contraste, a contemporaneidade da intervenção deve ficar evidente.

De acordo com Delphim (2005), os sítios naturais protegidos, as operações de manutenção e conservação tem prioridade sobre as de restauração, e estas, sobre as de inovação, que nunca devem expor o bem a impactos negativos, danos, riscos ou ameaças a seus valores culturais. Comumente ocorrem intervenções equivocadas, que causam graves danos ao ambiente dos jardins. Um exemplo é a tendência de remoção de muros originais, substituindo-os por grades. Alterações como essa podem degradar e alterar a função e ambição do sítio. O jardim, que, etimologicamente, significa “local fechado e reservado a situações especiais”, deve ser contemplado como local de introspecção e de íntima relação do visitante com o sítio, o que o distingue dos parques e praças, com configurações abertas.

Em cidades movimentadas, a derrubada dos muros com o intuito de permitir

aos passantes com veículos a contemplação do interior dos jardins, traz para dentro deles aquilo que o autêntico apreciador dos jardins foge ao procurá-los. Da mesma maneira que as paredes das edificações históricas não são derrubadas para permitir aos passantes sua contemplação sem adentrar no seu interior, não há necessidade de desconsiderar o valor monumental dos jardins históricos, fazendo a substituição dos muros por grade, transformando o ambiente calmo em confusão e perturbação urbana. Essa substituição afeta tudo que se pretende preservar, como a flora e fauna, o meio físico, o microclima, as condições de circulação do ar, a temperatura e a fruição do usuário (DELPHIM, 2005).

5 | PALÁCIO DE KARNAK

O Palácio do Karnak abriga a sede do governo do Estado do Piauí, tendo, segundo Bastos (1994), iniciado sua história no último quartel do século XIX, quando era, então, uma chácara, tornando-se depois um colégio de ensino secundário. O prédio foi vendido, segundo Tito Filho (2002), nos primeiros anos da República, para uso residencial até 1926, quando tornou – se sede do Poder Executivo, ao ser vendido ao Governador Mathyas Olímpio de Melo.

Embora a construção seja de estilo neocolonial, Burle Marx desenvolveu um projeto moderno que não fugiu, em momento algum, à proposta apresentada seguindo o estilo paisagístico utilizado em seus trabalhos. Foi proposto um jardim funcional, em que teria, claramente, a distinção entre os caminhos para carro, com revestimento de asfalto, e as áreas destinadas ao passeio de pedestres seriam revestidas com pedra de Piracuruca. Tratar-se de um jardim com traçado moderno, linhas simples e dinâmicas, e uso de vegetação nativa e regional como já era marca dos seus jardins.

Antes da reforma, existia uma fonte circular, de desenho tradicional, em frente ao edifício, que foi aterrada. No mesmo local, Burle Marx colocou um espelho d’água, totalmente diferente do original, com características modernas, forma pura e assimétrica, atravessado por um passeio de placas de concreto, que pareciam flutuar sobre a água, recurso utilizado em outros projetos.

No espaço em frente ao Palácio do Karnak, além do espelho d’água central, são encontrados mais dois, nas laterais do prédio, um do lado esquerdo e outro do lado direito, para os quais foram indicadas espécies vegetais aquáticas.

Foram aproveitadas 10 palmeiras carnaúbas e 18 árvores (oitis e caneleiros) já existentes no antigo jardim, que foram incorporadas ao novo traçado. Foram especificadas 58 espécies vegetais, sendo 12 espécies de herbáceas, espalhadas em diversos canteiros, 11 arbustos e 11 espécies aquáticas, de diferentes alturas, procurando criar um dinamismo, em contraposição à inércia da simetria neoclássica. Na parte posterior ao edifício, têm-se árvores de maior porte e dispostas próximas umas das outras. A diversidade de herbáceas e arbustos mostra a preocupação do

paisagista com os planos e cores do projeto.

Nesse espaço, o traçado original manteve-se, mas sem a vegetação especificada no projeto original. Cada nova gestão estadual foi responsável pela remoção ou acréscimo de espécies vegetais, de acordo com a tendência da época e o gosto pessoal em cada administrador.

6 | PRAÇA MONUMENTO DA COSTA E SILVA

Segundo Santos e Kruel (2009), nesse período da década de 1970, foram realizadas várias obras de grande porte, como a construção do Centro Administrativo; do Centro de Convenções; do Ginásio de Esportes Dirceu Arcoverde, o “Verdão”; do Parque de Exposições Agropecuárias e do Hospital da Polícia Militar, além da abertura de grandes avenidas.

O governador do Piauí, Dirceu Arcoverde (1974-1978), convidou o arquiteto Acácio Gil Borsói e o paisagista Roberto Burle Marx para projetarem uma praça monumento, com a intenção de homenagear Antônio Francisco da Costa e Silva, um dos mais famosos poetas do Piauí, autor do hino do Piauí, nascido em 1885, na cidade de Amarante, também banhada pelo rio Parnaíba. Foi sugerido o terreno existente ao longo da Avenida Maranhão que situada às margens do Rio Parnaíba, acumulava água da lagoa existente no local, não a deixando escoar. Dessa forma, o então Secretário de Obras na época Carlos Bulamarqui, propôs a construção de uma praça no local, para solucionar o problema.

Segundo Silva (2005), em seus projetos, Burle Marx buscava “criar em cada jardim um motivo diferente relacionado à paisagem”, seguindo três princípios básicos em suas obras: a relação com o entorno, a hierarquia de caminhos e a presença de pontos focais. Nesse projeto, percebe-se a presença desses princípios quando o paisagista aproveita o desnível do terreno para a implantação da cascata que desce pequena sobre o monumento e cresce no horizonte, uma referência ao rio Parnaíba. A hierarquia se faz presente, pois os caminhos são mais largos quanto mais próximos do coreto e do lago artificial, são esses dois pontos focais em lados opostos, não existindo, portanto, a intenção de concentrar os usuários em apenas um local.

No projeto paisagístico foram indicadas 34 espécies, sendo 11 árvores, 5 arbustos, 9 espécies aquáticas, 2 tipos de herbácea para forração, 1 gramínea e 3 espécies de trepadeiras. Sendo também que seu traçado original quase não foi modificado.

7 | HOTEL BLUE TREE TOWERS

A construção do Hotel Blue Tree Towers teve início em 1983, e inaugurado em dezembro de 1987, com projeto arquitetônico do arquiteto Ricardo Roque. Na arquitetura do edifício, evidenciam-se a horizontalidade e o uso de concreto armado.

O nome de Burle Marx para o projeto paisagístico do hotel surgiu do próprio

arquiteto. O contato com o escritório do paisagista se deu por meio de Acácio Gil Borsói e Janete Costa, arquitetos atuantes em Recife e no Rio de Janeiro, onde ficava o escritório do paisagista.

Por causa dos custos da execução e posterior manutenção, o projeto sofreu algumas alterações ao longo do tempo: espécies que não se adaptaram ao clima e morreram, substituições no decorrer dos anos, os sistemas de água que foram desativados pelo custo da sua manutenção. Entretanto o traçado mantém correspondência com os planos de Burle Marx.

O Hotel Blue Tree Towers abriga o único exemplo de espaço privado projetado por Burle Marx em Teresina, o que faz com que ele se mantenha em bom estado de conservação através do tempo, apesar das modificações realizadas em decorrência de modificações no espaço, e até mesmo de agressões provocadas pelos usuários ou de alto custo de manutenção, provocando descaracterização do jardim.

8 I CONCLUSÃO

A presença do jardim e da paisagem nas cartas patrimoniais e recomendações, assim como nas leis e decretos, revela acima de tudo uma conscientização (ainda que tardia) em relação à necessidade de se preservar determinados espaços livres e paisagens, seja em função de seu valor histórico e cultural, seja em função de seu valor estético, seja em função de sua beleza natural ou mesmo de aspectos ambientais.

Essa conscientização é o ponto de partida ou o primeiro passo no sentido de sua valorização e preservação, como herança, para as gerações futuras. O que se percebe, entretanto, é que em alguns países, como o Brasil, faltam medidas mais contundentes para garantir efetivamente essa preservação. Não basta a intenção de se preservar jardins históricos, paisagens naturais, paisagens culturais, sítios históricos ou parques nacionais, reservas e florestas, registrada em documentos relevantes de âmbito nacional ou internacional, sem medidas eficazes contra a deterioração, a degradação e a devastação.

Com a realização deste trabalho, demonstrou-se a importância do patrimônio cultural, representado pela paisagem e demais exemplos de interação do homem com a natureza. Os jardins históricos modernos do Palácio de Karnak, da Praça Monumento da Costa e Silva e do Hotel Blue Tree Towers – objetos deste estudo - desconhecidos pela maioria da população teresinense merecem ser resgatados e preservados como patrimônio cultural da cidade.

Diante da emergente necessidade de ações para preservação patrimonial dos bens da sociedade, destaca-se em nosso meio, a urgência de uma intervenção nesses jardins. Faz-se necessário, portanto, políticas públicas visando a restauração, preservação e posterior manutenção destes jardins de vital importância para o patrimônio da cidade, para a perpetuação da história frente às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Inês El-Jaick. **Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico.** São Paulo: USP, 2009. 284 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.
- AÑÓN-FELIÚ, C. **Authenticité: Jardin et paysage.** Japon: UNESCO; ICCRON; ICOMOS, 1995.
- BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário e geográfico do Estado do Piauí.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BERJMAN, S. **El paisaje y el patrimonio.** Revista ICOMOS/UNESCO, v. (s/v), n. (s/n), p. 1-11, 2001.
- CARTA DE VENEZA (1964). In: CURY, I. (Brasil). **Cartas Patrimoniais.** 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 91-96. Edições do Patrimônio.
- CARTA DE FLORENÇA (1981). In: CURY, I. (Brasil). **Cartas Patrimoniais.** 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 253-258. Edições do Patrimônio.
- CARTA DE JUIZ DE FORA (2010). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. Edições do Patrimônio.
- CASTEL-BRANCO, Cristina. **Os quatro rios do Paraíso.** Coautoria com Clara Pinto Correia e José Afonso Furtado Ed. D. Quixote, Lisboa, 1994.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais-Edições do Patrimônio.** 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em jardins históricos: manual.** Brasília: IPHAN, 2005.
- GARCÍA, R. R. Conceptos de conservación de paisajes y jardines. In: ONOFRE, S. A. **Diseño, planificación y conservación de paisajes y jardines.** Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco. Azcapotzalco. 2002.
- HAJÓS, G. **Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites. Teorías y experiencias en Austria.** Revista ICOMOS/UNESCO, v. (s/v), n. (s/n), p. 1-9, 2001.
- LEENHARDT, J. A exigência social de paisagem: reflexões a partir de Burle Marx. In: TERRA, C. e ANDRADE, R. **Paisagens Culturais: Contrastes Sul-Americanos.** Rio de Janeiro: EBA, 2008. p. 37-45.
- RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** Goiás: Editora da UCG, 2006.
- SÁ CARNEIRO, A. R. e SILVA, J.M.; VERAS, L. M. S. C. e SILVA, A.F. **The Complexity of Historic Garden Life Conservation.** In: ZANCHETI, S. M. e SIMILÀ, K. (Org.). *Measuring Heritage Conservation Performance.* 1 ed. ROMA/RECIFE: ICCROM/CECI, 2012.
- SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. **História do Piauí.** Teresina: Halley, 2009.
- TITO FILHO, A. **Teresina meu amor.** 4. ed. Teresina: Comepi, 2002.

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX

Ronaldo André Rodrigues da Silva

PUC Minas (Brasil) – TICCIH-Brasil – ICOMOS-
Brasil – APPI TICCIH-Portugal
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: O patrimônio industrial compreende uma relevante questão a ser desenvolvida no campo do patrimônio cultural que se encontra sustentada pela diversificação e ampliação do conceito de patrimônio desde a última década do século XX. Seu desenvolvimento ocorre desde o final do século XIX e, principalmente, ao longo da segunda metade do século XX a partir da qual se constrói um questionamento com relação ao resgate à memória e à história social sob a perspectiva da memória e história econômica. A partir dos conceitos desenvolvidos por órgãos internacionais (UNESCO, ONU, ICOMOS) acerca do patrimônio industrial e da arqueologia industrial tem-se a construção de uma dimensão mais elaborada sobre a importância e os significados de elementos industriais como composição da diversidade do patrimônio cultural. As reflexões determinam um questionamento acerca do papel, da atuação e do lugar de diferentes grupos de preservação do patrimônio e da cultura com relação à diversidade dos elementos que compõem o patrimônio industrial no Brasil e no mundo. Tais considerações determinam

elementos de identidade social com múltiplas formas de manifestação seja da cultura material ou imaterial, constituídas não somente pela centralidade da relação capital-trabalho, mas pelo binômio sociedade-cultura. Por fim, uma reflexão acerca da necessária interpretação do patrimônio industrial que sobrepuja o pensamento simplista da produção manufatureira e se compõe sob diferentes formas de manifestação e uma complexa perspectiva e interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio industrial; patrimônio cultural; história social, arqueologia industrial.

ABSTRACT: The industrial heritage includes an important issue to be developed in the field of cultural heritage that is sustained by the diversification and expansion of the concept of heritage since the last decade of the 20th century. Its development has taken place since the end of the 19th century and, especially, throughout the second half of the 20th century, from which a questioning about the rescue of memory and social history from the perspective of memory and economic history is built. From the concepts developed by international organisms (UNESCO, ONU, ICOMOS) about industrial heritage and industrial archeology, the construction of a more elaborate dimension have the importance and meanings of industrial

elements as a composition of the diversity of cultural heritage. These reflections determine a question about the role, performance and place of different groups of heritage and culture preservation in relation to the diversity of the elements that compose the industrial heritage in Brazil and World. Such considerations determine elements of social identity with multiple forms of manifestation whether of material or immaterial culture, constituted not only by the centrality of the capital-labor relationship, but also by the society-culture binomial. Finally, a reflection is necessary for interpretation of the industrial heritage that surpasses the simplistic thinking of the manufacturing production and is composed under different forms of manifestation and a complex perspective and interpretation.

KEYWORDS: industrial heritage; cultural heritage; social history, industrial archeology.

1 | INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural apresenta dentre as suas formas de expressão uma complexidade de representações e significados que, muitas vezes, não se encontram presentes no imaginário das pessoas. Entretanto, de alguma maneira, fazem parte da identidade de pessoas, grupos, comunidades e podem ser percebidas no cotidiano. Uma das quais se encontra esquecida, e porque não negligenciada, pela sociedade a partir de suas diversas formas de representação, comprehende o patrimônio industrial.

Uma relevante questão a ser desenvolvida no campo do patrimônio cultural encontra-se sustentada pela sua diversificação e ampliação do conceito desde a última década do século XX. A necessidade em reconhecer diferentes campos do conhecimento como elementos de formação do patrimônio em geral determina um olhar panóptico o qual vislumbra “novas” áreas de interesse além das tradicionais “belas artes”.

Surge assim, dentre diferentes conteúdos o campo do patrimônio industrial, que no Brasil tem seu maior desenvolvimento ao final do século XIX, mas principalmente ao longo do século XX, em função, em parte, dos processos de independência territorial e de complexificação econômica e social. O surgimento de uma sociedade industrial, em decorrência dos processos migratórios do início do século XX, das políticas para a construção de uma economia independente e a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura e urbana determina o progresso da sociedade brasileira que tem por reflexo a construção de uma memória social relacionada às condições econômicas. Uma possível interpretação dos campos que abarcam os estudos de patrimônio cultural corresponde à interdependência entre os conceitos de história, memória e cultura e se constitui segundo a inter-relação de fatores da complexidade e interdisciplinaridade dos diferentes e atuais conceitos de patrimônio cultural.

Com isso, tem-se dentre as formas de representação do patrimônio cultural aquelas relacionados aos processos de industrialização, percebidas como parte de uma cultura que determina e se influencia a partir de fatores sociais e não simplesmente

os econômicos. Constrói-se, assim, uma identidade entre indivíduos, empresa e sociedade que se compõe de variáveis que envolvem trabalhadores, grupos laborais e Instituição, como referência aos elementos individuais, de família e sociais em que se mesclam a história e a memória, a cultura e o patrimônio.

Além destas considerações, é necessário o reconhecimento dos órgãos preservacionistas quanto ao conceito de patrimônio industrial que se constrói tardiamente, pois ocorre somente a partir da Carta de Nizhny Tagil, em 2003, ao final da Conferência Mundial do TICCIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*), vinculado ao ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*). Ela contém características que remetem às principais referências documentais relacionadas à preservação e à conservação (as Cartas de Atenas, Veneza, do Restauro, de Paris, de Amsterdam, dentre outras). A partir das diretrizes definidas no encontro define-se como temas relevantes para atuação aqueles relacionados ao “Patrimônio Industrial e Transformação Urbana” (*Industrial heritage and urban transformation*) e às “Áreas Produtivas e Paisagens Industriais” e (*Productive areas and industrial landscapes*).

Nesse contexto, constrói-se o questionamento com relação ao resgate da memória e história social brasileira durante o último século, o século XX, em decorrência das múltiplas transformações da sociedade, dentre as quais se desconsideram as questões relacionadas com a memória e a história econômica e empresarial no que tange à construção de uma correlacionada memória e história social.

A partir dos conceitos desenvolvidos por órgãos internacionais acerca do patrimônio industrial e da composição de seu arcabouço tem-se uma dimensão mais elaborada de sua importância e significados como elemento de composição do patrimônio cultural. Para comprehendê-lo torna-se necessário identificá-lo em suas complexas formas de expressão, bem como estabelecer as inter-relações com outros campos essenciais a sua compreensão, desde a sociologia, antropologia, história e geografia, nas ciências humanas à arquitetura e engenharias, nas ciências exatas.

Essas reflexões determinam um questionamento do papel, da atuação e do lugar de diferentes grupos de preservação do patrimônio e da cultura nacionais com relação aos diferentes elementos que compõem o patrimônio industrial brasileiro. Tais considerações podem ser feitas com relação a elementos de identidade social que compunham diferentes sociedades no século XX, segundo as múltiplas formas de manifestação da cultura material que se constituía não na centralidade da relação capital-trabalho, mas no binômio sociedade-cultura. Uma necessária interpretação do patrimônio industrial brasileiro sobrepuja o pensamento simplista da produção manufatureira e se compõe de diferentes formas de manifestação do patrimônio cultural material e imaterial sob uma complexa perspectiva e interpretação.

2 I PATRIMÔNIO CULTURAL INDUSTRIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

A necessária consideração acerca as relações entre os conceitos de patrimônio cultural e indústria se revela na necessidade de entendimento amplo de sua abrangência, seja por identificar aqueles elementos reconhecidos ou preservados, bem como um grande número os quais são desconhecidos ou esquecidos. Os diversos contextos em que se encontram e suas múltiplas formas de representatividade determinam uma atuação diferenciada e diferentes maneiras de interpretação de suas formas de manifestação, sejam por indivíduos, organizações ou grupos sociais envolvidos e mesmo pelas relações entre a memória e a história pessoal ou coletiva, pública ou privada. Reafirma-se, então, que tal patrimônio compreende tanto um fator de desenvolvimento social e urbano como um elemento que determina e compõe uma identidade pessoal e social.

Percebe-se, assim, que o conceito de patrimônio cultural tem sido ampliado, sendo agregada ao conceito tradicional a patrimonialidade material e imaterial e pensadas a natureza e a diversidade como fatores preponderantes ao seu conteúdo. Tais fatores determinam, nos últimos anos, uma ampliação do conceito que engloba as ciências humanas, já tradicionalmente inscritas em suas definições, como as exatas (patrimônio tecnológico e material) e as da saúde e biológicas (patrimônio genético). Além das novas formas de ‘pensar’ o patrimônio emergem com maior intensidade o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível (Abreu e Chagas, 2003).

O conceito de patrimônio cultural imaterial tem sido desenvolvido pelos órgãos brasileiros, em especial o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que privilegia as diferentes formas de manifestação do patrimônio cultural imaterial brasileiro o qual se compõe de uma diversificada gama de elementos patrimoniais, dentre eles o patrimônio industrial. Um dos instrumentos utilizados para avaliação e preservação, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003, apresenta uma preocupação especial com o conhecimento transmitido de maneira geracional que é promovido por diferentes grupos sociais que buscam uma a interação contínua entre ambiente, natureza e história, a partir da identidade e contribuem para a promoção e respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2006, s/d).

Exemplos desta preocupação consistem no tombamento do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo ou os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó, SP) que se apresentam como ‘casos isolados’ no que se refere à preservação do patrimônio industrial – material ou imaterial – no Brasil, pois uma preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial tem tido pouca atenção. Alguns casos podem ser apresentados segundo iniciativas isoladas, públicas ou privadas, em que se tem uma concentração na preocupação com o patrimônio histórico e industrial. Entretanto, em muitos casos, a questão centra-se nos elementos materiais e não se ressalta a importância do estudo das variáveis

humanas e sociais implicadas no processo de construção da história industrial.

Para uma ampliação quantitativa e qualitativa de elementos valorizados de um patrimônio cultural, Castriota (2009), parte da compreensão do conceito segundo a necessidade de desconstrução e reconstrução dos parâmetros até então utilizados e o desenvolvimento de novos olhares para sua abrangência. A inclusão de aspectos que envolvam a identidade e a identificação dos grupos sociais às questões patrimoniais requer uma avaliação de fatores como tradição, costumes e mudanças sociais. A interferência destes fatores à percepção e entendimento da memória e história dos lugares se relaciona às características da própria comunidade analisada em que se inserem e que os delimita, assim como há a delimitação de uma identidade social própria do lugar. Além desses fatores, as diferentes relações com o tempo e o espaço determinam as diferentes percepções entre as tradições existentes e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. Os novos modelos patrimoniais e culturais redefinem essas identidades e levam a uma identificação que tende a contribuir para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo-coletividade.

A inclusão de parâmetros ‘novos’ ao conceito de patrimônio tem procurado aproximar ainda mais os temas correlacionados e considerados essenciais à memória e à história de lugares e grupos sociais. Algumas questões como a monumentalidade, a particularidade e a identidade têm sido redefinidas ou reconstruídas segundo o entendimento de diversos grupos, envolvidos direta ou indiretamente, que se consideram responsáveis pela preservação e conservação de determinado patrimônio, mas principalmente por sua memória e identidade, seja individual ou coletiva. Com tais referências reconstruídas, as oportunidades para se discutir e incluir o patrimônio industrial dentre aqueles considerados como patrimônios culturais têm permitido amplas discussões (Chuva e Nogueira, 2012).

A preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial pode igualmente ser observada em alguns casos que se apresentam a partir de iniciativas públicas ou privadas e tem permitido uma crescente preocupação com o patrimônio histórico e industrial, como por exemplo, iniciativas para tombamento e conservação de exemplos materiais (caixas d’água, fábricas, engenhos, instalações e complexos indústrias, usinas, dentre outros) e registros de saber e fazer (Paneliras de Goiabeiras, Sineiros de Minas, Artesãos do Queijo Canastra etc.). Enfim, a compreensão do patrimônio cultural contemporâneo exige uma análise de um conjunto de temas que se compõem a partir de formação crítica pessoal, social e acadêmica. A necessidade de participação de diversos grupos sociais e de um entendimento holístico da abrangência leva a uma percepção segundo a qual o indivíduo comprehende o elemento central de valorização e preservação do patrimônio (Funari e Pelegrini, 2006; Funari, 2007).

A importância social da memória (individual e coletiva) e da história (pessoal e social) define reflexões quanto ao contexto e valorização, conservação e preservação do patrimônio. Uma análise das políticas adotadas, dos conceitos utilizados e das

formas de apropriação do conjunto patrimonial varia conforme o tempo e o espaço. No Brasil, tal percepção tem-se modificado e alinhado à percepção mundial em que se adota um complexo contexto para a área e consequentemente a percepção desse patrimônio pela sociedade, seja ela local, regional, nacional ou internacional.

3 | O PATRIMÔNIO E A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

As ideias relacionadas aos elementos industriais a partir da óptica patrimonial e como evidências de uma cultura não se apresentavam manifestadas até o final do século XVIII, seja para objetos mecânicos, planos industriais, documentos etc. Como referência, pode-se tomar a criação, em 1794 do Conservatório de Arts et Métiers, como o primeiro museu técnico do mundo. Até então, os edifícios industriais (e seu entorno) não foram objeto de interesse patrimonial até meados do século XX.

As origens do conceito de patrimônio industrial remontam aos anos 1950 do século XX, quando o termo arqueologia industrial foi popularizado por Michel Rix, apesar de suas origens se apresentarem ao final do século XIX. Dentre os precursores se tem o português Francisco de Sousa Viterbo que publicou em 1896 o artigo “Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos” e dos primeiros a utilizar a expressão “arqueologia industrial”, fazendo dela uma nova disciplina para pesquisadores e educadores em relação aos restos e remanescentes do passado das atividades industriais, memórias das pessoas, das técnicas e da tecnologia.

Antes dos anos 50 do século XX, as referências à expressão vinculavam-se à necessidade de identificação, preservação e conservação do patrimônio industrial britânico a partir das estruturas, artefatos e lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas (Minchinton, 1983, Palmer e Neaverson, 1998).

O termo foi aceito somente na década de 60 do século XX como área específica de estudos em que a preocupação central não se delimitava tão somente ao patrimônio material, mas às reminiscências das sociedades, a considerar os parâmetros sociais e culturais que definiam a sociedade industrial.

De fato, o interesse pelo estudo e salvaguarda do patrimônio industrial surgiu no Reino Unido durante a década de 50, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas, agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial, cujos alvos estratégicos eram muitas vezes as unidades industriais. As destruições resultantes dos bombardeamentos seguiram-se as demolições de instalações industriais obsoletas, resultantes da reconversão industrial e urbanística, num fenômeno que se prolongou até os primeiros anos da década de 60. (Lopes Cordeiro, p. 155, 2011)

Convém, então, ressaltar que ao final dos anos 1960 se diferenciam os conceitos de arqueologia industrial e patrimônio industrial os quais estão apresentados, por exemplo, no primeiro livro e primeiro periódico publicados por Kenneth Hudson em

1963, nos quais ainda se cita a Mr. Donald Dudley, professor de latim da Universidade de Birmingham, que utilizava a expressão ‘arqueologia industrial’ em suas palestras (Hudson, 1965, 1979; Trinder, 1992).

Para Lopes Cordeiro (1986), essa diferenciação se acentua nos anos 1970 com o surgimento do conceito específico de patrimônio industrial o qual abarcava temas interdisciplinares, tais como, a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os produtos industriais, a história oral, dentre outros. Essa pluralidade adquirida pelo conceito se faz paralela à própria compreensão do conceito de patrimônio cultural, que tem por especificidade, para o patrimônio industrial, a correlação entre os testemunhos patrimoniais às atividades industriais das sociedades desenvolvidas.

Entretanto, somente em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) apresenta os conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, 2003).

O que se estabelece no documento, a Carta de Nizhny Tagil, é compatível com as ideias apresentadas por Hudson (1965) nas quais o conceito de patrimônio industrial ainda se encontra em construção, pois se baseia, principalmente, em possibilidades interdisciplinares que, muitas vezes, conduziriam a polêmicas e debates. O desenvolvimento da disciplina pode ser considerado a partir da síntese de estudos e pesquisas que tem como ponto de partida os vestígios materiais e imateriais das organizações produtivas a partir de meados do século XVIII. Entretanto, para parte dos especialistas, principalmente arqueológicos e historiadores, deve-se considerar uma corrente que considera empreendimentos produtivos ou mesmo a fabricação de instrumentos, equipamentos e produtos desde o período anterior, mesmo o denominado de protoindustrialização.

Como análise cronológica da evolução do campo teórico e sua estruturação, desde suas primeiras manifestações formais à primeira década do século XXI tem-se a figura 2 a seguir que apresenta o reconhecimento de sua importância para o âmbito cultural, seja pela criação do Comitê Internacional para a Preservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

- TICCIH) e sua inserção como um comitê científico especialista na preservação do patrimônio industrial no ICOMOS (International Council on Monuments and Cities), órgão vinculado à UNESCO (United Nations Organization for Education, Science and Culture).

1896	1950's	1955	1963	1992	1998
ARTIGO "Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos", de Francisco de Souza Viterbo, publicado em "O Arqueólogo Português", Vol. II, n.º 8-9.	AULAS O termo "arqueologia industrial" meio acadêmico: Mr. Donald Dudley, director of the Extra-Mural Department of the University Birgminham.	ARTIGO "The Amateur Historian", by Michael Rix, (teaching with the Workers Educational Association) at Birmingham University	LIVRO "Industrial archaeology: an introduction". Author, Kenneth Hudson. Publisher, J. Baker, 1963. Original from, the University of Michigan.	LIVRO "The blackwell encyclopaedia of industrial archaeology". Barrie Trinder, Londres, Blackwell.,	LIVRO "Industrial archaeology: principles and practice". Marilyn Palmer; Peter Neaverson. Londres: Routledge.
1968	1973	1978	1997	2003	2004
International Committee for the History of Technology (ICOHTEC)	Association for Industrial Archaeology (AIA) / I Conferência Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial	The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)	Associação Portuguesa para a Património Industrial (APPI)	Carta de Nizhny Tagil – Princípios do Patrimônio Industrial (TICCIH)	Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil)
1971 Society for Industrial Archeology (SIA)					Principles de Dublin – Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes (ICOMOS/TICCIH)

Figura 1 – Cronologia – Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Estes conceitos estão compartilhados por Castillo (1994) que apresenta a arqueologia industrial como estudos do passado das indústrias e dos diversos processos industriais a partir dos restos físicos da atividade produtiva com o objetivo de uma reconstrução deles. O registro destes processos permite definir as etapas de vida das empresas, segundo os vestígios estudados e as informações obtidas junto às fontes escritas, materiais e humanas que proporcionam uma reconstrução do processo industrial pré-existente.

Os movimentos de construção dos conceitos e o campo da arqueologia industrial encontram-se intimamente ligados aos processos de preservação e conservação, inventário, documentação, investigação e valorização do patrimônio industrial. Além destas maneiras, se tem o fomento ao ensino destes aspectos como um objetivo a despertar as pessoas as organizações para a importância e revalorização do patrimônio industrial, suas implicações nos processos de vida do homem e de sua importância para a construção do atual estado da sociedade (Dorel-Ferré, 1995; Bergeron e Dorel-Ferré, 1996).

A (re)construção da memória industrial, a partir de sua importância percebida por empresas, órgãos de governo e sociedade, permite trazer ao presente a história de organizações produtivas e seus processos. A descoberta das relações entre empresa

e sociedade permite o resgate de práticas do passado que compõem em parte a vida de diferentes gerações de pessoas e representam a vida social das comunidades integradas aos fatores de produção. Ao recordar os elementos sociais gerados pelas empresas, é possível (re)vivenciar experiências individuais e coletivas de grupos de populações industriais (Alfrey e Putnam, 1992).

Com isso, estas atividades passam a representar situações de trabalho e contextos socioeconômicos nos quais se desenvolveram as atividades organizacionais, sejam produtivas ou sociais, e permitem recuperar a memória histórica por meio da contextualização das práticas de gestão, os métodos de valorização e, mesmo, de exploração do trabalho. Seus tipos de desenvolvimento ou de expressão das atividades empresariais são extremamente variáveis e o equilíbrio entre empresa-sociedade se encontra em conformidade com as possibilidades, garantias e condições locais, principalmente, aqueles relacionados aos contextos sócio-políticos, econômicos e culturais.

Para Castillo et al (1999), o conhecimento inédito e sistemático da zona de estudo que possibilita o desenvolvimento da arqueologia industrial abre novas vias de pesquisa e oferece critérios e sugestões à hora de (re)construir atuações de recuperação e (re)utilização do patrimônio, não somente econômicas e industrial, como sócio-culturais. A importância da arqueologia industrial surge, assim, segundo um momento em que a sociedade pós-industrial, ou da informação, passa por mudanças que determinam novos paradigmas de estudo dominados pela automatização, pela importância central dada aos processos informacionais. Define uma nova era “neoindustrial” na qual é necessário ter presente o passado mais próximo para compreender melhor o futuro e conformar com isso a imagem e a pessoalidade do lugar em que se vive (López García, 1992).

Essa diferenciação entre a sociedade industrial e a pós-industrial (ou neo-industrial ou da informação) estáposta por um processo de mundialização das relações organizacionais em que há uma necessidade crescente de acesso à informação. A transformação do conhecimento em novas tecnologias – de gestão, de processo e de produtos e serviços – se adequa às demandas específicas de cada mercado, quer sejam locais, regionais ou globais e exige uma certa relação de sincronia entre empresas, mercado e sociedade cujas demandas e necessidades se complementam e se desenvolvem.

Entretanto, percebe-se que estas novas tecnologias não significam potencialmente revoluções produtivas e organizacionais a serem impostas ou implementadas, pois se atrelam a condicionantes organizacionais e mercadológicas internas e externas, que estão complementadas por restrições e determinações dos diferentes sistemas sócio-econômico-político-culturais em que se inserem. Dessa maneira, nesta sociedade complexa, em que se tem nichos de pré-industrialização, industrialização e desindustrialização, se inserem os conceitos de arqueologia industrial superam aqueles percebidos pela maioria das pessoas, de uma ciência que possui uma conceituação

caracterizada por uma metodologia específica, centrada nos problemas históricos ou sociedades industrializadas.

Para Gutiérrez Lloret (1995) não se pode constituir um conceito único para uma arqueologia genérica, e sim, deve-se desenvolver várias articulações que deem conta dos temas englobados pelo termo e que têm como propósito o desenvolvimento do próprio conceito. A arqueologia industrial encontra-se, então, imbricada ao desenvolvimento das sociedades capitalistas ou industriais em que constituem as atividades caracterizadoras de uma nova estrutura econômica das sociedades contemporâneas. Complementando, a perspectiva de conceitualização do campo de atuação da arqueologia industrial tem na análise de Santacreu Soler (1992) sua centralidade na ideia de uma construção fatorial dos conhecimentos aplicada aos fatores de produção em direção a uma orientação mais social. Ela se compõe de empresários e de funcionários protagonistas dos processos de produção ou de técnicos administrativos e de gestão.

Assim, o campo de atuação envolve uma gestão compartilhada e multifacetada, com diferentes profissionais que compreendam as múltiplas relações estabelecidas nos processos de estabelecimento de entornos industriais e sua (re)construção histórica, para além da utilização de métodos e técnicas de arqueologia aplicados aos vestígios materiais das sociedades industriais, ou de análises socioeconômicas. A instrumentalização do processo arqueológico e demais elementos deve comportar diferentes campos que incluem desde a construção da memória dos meios de produção (patrimônio imaterial) centrados no patrimônio industrial até as manifestações da cultura material (patrimônio material) das sociedades industriais (Gutiérrez Lloret, 1995).

Segundo López Garcia (1992), as transformações provocadas pela inserção de empresas e/ou indústrias em um dado momento da vida social de um determinado espaço ou lugar, além de suas características, tendem a transformá-las ou modificá-las de alguma forma. As mudanças estruturais das organizações são elementos de transformação de uma instalação industrial, seja a respeito da história do trabalho ou das técnicas adotadas em um certo espaço de tempo. O estudo dos impactos sociais da indústria em um determinado lugar pode ser determinante para a construção de uma história social que envolva desde a busca da harmonia até a da contradição quanto aos espaços pré-existentes.

A partir do delineamento do campo da arqueologia industrial entende-se que a sua construção e delimitação estão interligadas aos processos de promoção e conservação das mais diversas formas de inventariança e documentação. A existência de instrumentos documentais e registros das mais diversas formas de manifestação do patrimônio cultural, de maneira geral, permitem sua aplicação ao patrimônio industrial, de maneira particular. A manutenção e preservação da memória e da história se fazem por meio da conservação de registros escritos e iconográficos, imagens e símbolos que, se não existentes, reafirmam as possibilidades de desaparecimento do patrimônio e consequentemente da própria memória individual, institucional e social

(Oliveira, 2008).

Assim, podem-se diferenciar os conceitos de patrimônio industrial – mais concentrado nas atividades de conservação do patrimônio – e de arqueologia industrial que contém o primeiro e o utiliza como fonte de pesquisa e constructo para uma planificação, orientação, organização e salvaguarda dos conteúdos históricos das indústrias e demais organizações. O patrimônio industrial se refere de maneira mais direta à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico, que busca sua conservação em um sentido mais amplo do termo. Este envolve princípios de proteção, reutilização, museística, etc. com vistas a uma orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de órgãos gestores administrativos dos restos industriais ou de particulares responsáveis por ele (Santacreu Soler, 1992).

A arqueologia industrial, preliminarmente pode ser entendida a partir de uma perspectiva metodológica em que se tem como estratégia de investigação, a escavação arqueológica. Dessa maneira tem-se sua análise realizada a partir do contexto geral em que se encontram os conjuntos ou elementos patrimoniais e não uma visão particularizada e isolada de suas características sem a devida contextualização. A escavação arqueológica permite conhecer o contexto em que se encontra o objeto estudado e considera seus significados sob diferentes perspectivas, sejam elas locais, regionais ou globais. Permite ainda considerar diversos aspectos, desde aqueles considerados materiais, como tecnológicos e materiais, aos conteúdos imateriais presentes, segundo os significados humano, econômico e simbólicos existentes nos vestígios (Palmer, 1993).

Tem-se ainda, outras formas de reconhecimento da memória industrial, seja através, e a partir, do conceito de patrimônio ou segundo outras perspectivas de se percebê-lo. Uma perspectiva de análise envolve a interpretação dos processos e estrutura industriais, sejam eles internos ou externos à mesma, ou a proteção e uso dos “restos” do processo da industrialização. Uma das principais finalidades consiste em inventariar e analisar as estruturas e os arquivos oficiais das sociedades industriais.

A busca pelos vestígios industriais traspassa as análises de registro material, do trabalho e das relações sociais, pois envolve desde as matérias primas aos meios de produção e os meios de vida ou consumo. Busca-se um olhar histórico-cultural que envolva traços de uma estrutura administrativa, econômica e política e que contenha, também, uma dimensão humana do fenômeno global da industrialização (Burke, 2005; Candela Soto, 2000; Candela Soto et al, 2002).

Com isso, a arqueologia industrial incorpora uma transdisciplinaridade à estrutura e aos estudos das organizações (e particularmente às indústrias), pois incorpora a noção de patrimônio industrial como uma das formas de interpretação dos locais de trabalho em que se encontram imbricados de valores históricos, econômicos, sociológicos, empresariais, sociais etc. A conjunção das diversas campos do conhecimento propõe um repensar dos processos históricos da modernidade industrial e capitalista a partir da cultura material, da história do trabalho e das empresas, sob perspectivas integradas

à sociologia industrial, à geografia das ocupações, à construção social dos espaços de trabalho e de vida, à recuperação dos entornos produtivos, ao desenvolvimento local, à memória do trabalho, à conservação, ao turismo, à museística, dentre outros campos e aspectos interdisciplinares, conforme apresentado na figura 2 a seguir.

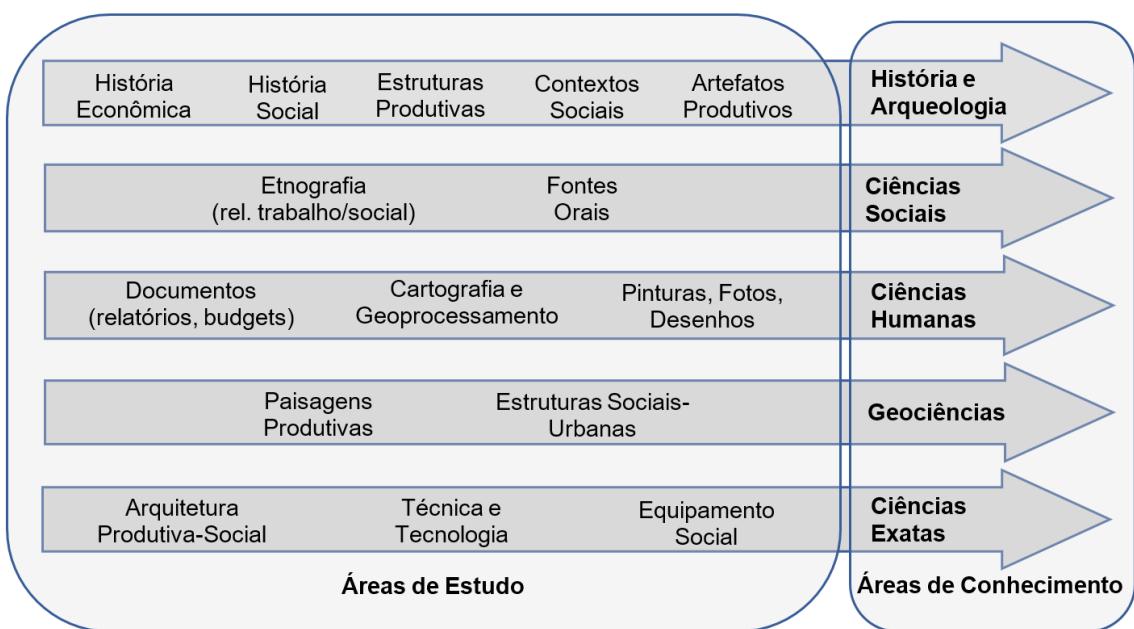


Figura 2 – Arqueologia Industrial – Áreas de Conhecimento e de Estudo

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

As preocupações históricas e sociais da arqueologia industrial apresentam confluências que direcionam para uma interdisciplinaridade entre as ciências humanas e sociais aplicadas. A inserção cultural e socioeconômica tem um particular significado a partir das interpretações das influências exercidas pelos atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente nos processos industriais. Esta participação dos diversos atores organizacionais e sociais determina interpretações diferenciadas a partir das atividades por eles exercidas que os afeta e interfere nas decisões e resultados pessoais, organizacionais e sociais. Desde os processos de participação e internalização de propostas, àqueles definidos segundo as políticas empresariais e sociais de desenvolvimento há uma percepção, ou não, da invisibilidade dos processos de afetação das pessoas quanto ao entorno da empresa e da sociedade que a engloba.

Podem-se definir, assim, dois eixos motores para os estudos relativos ao patrimônio e à arqueologia industrial os quais buscam a reconstituição do contexto material da atividade produtiva e o desvelar dos laços existentes entre os atores sociais implicados neste contexto, com uma busca das imbricações obtidas entre a fusão dos problemas e questões empresariais e sociais (foco histórico-sociológico-cultural); e, a avaliação e análise das influências dos processos industriais dentro e fora das empresas segundo a organização do trabalho e suas implicações com o entorno empresarial e industrial (foco econômico-financeiro-mercadológico).

Estes conceitos e demais princípios apresentam-se relacionados àqueles

definidos para o patrimônio industrial que estão reafirmados na 17^a Assembleia Geral do ICOMOS em novembro de 2011. Estabelecem-se, assim, os Princípios de Dublin que definem parâmetros para documentar e compreender as estruturas de patrimônio industrial, bem como os sítios, áreas e paisagens industriais, incluindo-se seus valores diversos que estão presentes em suas mais diferentes formas de manifestação. (TICCIH, 2011).

Inclui-se ainda a proposição em assegurar proteção eficaz e preservação dos elementos de patrimônio industrial, sua conservação e manutenção, além de apresentar as dimensões e valores patrimoniais das estruturas industriais e seu entorno com o propósito de incentivar e fomentar a consciência pública e corporativa para apoio, formação profissional e pesquisa próprios à preservação do patrimônio industrial.

Para Alonso Ibañez (2002), a particularidade do patrimônio industrial, em alguns casos, requer uma preocupação que se expande para além das atividades econômicas e setoriais a ele específicas. Os elementos patrimoniais se encontram em um contexto mais amplo cuja imersão está definida por uma dimensão macro, em que se considera a paisagem cultural que define uma análise quanto as funções por ele exercida diante do contexto em que se encontra. A significância do patrimônio industrial se faz pela interação existente com o entorno em que se encontra e pela relação a partir do seu significado e da percepção e identificação dadas pelas componentes humanas e sociais em que se encontra integrado.

4 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma classificação restrita a edifícios ou aos aspectos arquitetônicos não permite abarcar as infinitas possibilidades de identificação do patrimônio industrial, uma vez que se pode considerar que todo o território de influência das organizações – sejam industriais, comerciais ou de serviços, sejam urbanas ou rurais – possui formas de expressão materiais e imateriais que remetem ao patrimônio industrial. Assim, deve-se considerar a expressão imaterial, como savoir-faire, e a evolução da técnica e da tecnologia que se baseiam em conhecimentos e se expressam de maneira não-material (Choay, 2001, 2011).

Há diferentes maneiras para se articular atores sociais e áreas do conhecimento que determinam infinitas possibilidade para reescrever um passado (e mesmo presente, muitas vezes recente, mas esquecido), além de definir novas maneiras de se enxergar fronteiras e articulações que identifiquem uma linguagem própria e uma identidade e memória sociais muitas vezes significativas cujas questões inquietam estudiosos e apaixonados pela memória industrial e cultural (Ferreira e Orrico, 2002).

Pode-se afirmar que o patrimônio industrial possui características peculiares que lhe garantem certa particularidade quando destacado em relação ao patrimônio cultural. A natureza e a escala diferenciadas determinam uma maneira única ao se

tratar sua definição e sua identificação e identidade.

As idéias propostas na Carta de Nizhny Tagil, apresentadas por Dorel-Ferré (1995), propõem estudos de arqueologia e patrimônio industrial como fonte de contribuição em que o papel do profissional de arqueologia encontra-se complementado ao daquele desenvolvidos por outras ciências humanas e sociais cuja análise dos pesquisadores permitem a observação de um contexto global de seu objeto de estudo. A característica da interdisciplinaridade da arqueologia industrial compreende uma variação da percepção do patrimônio arqueológico, sob a perspectiva da arqueologia industrial em que o desenvolvimento de um trabalho de reconhecimento e valorização como patrimônio cultural e industrial deve recorrer às técnicas de investigação e à curiosidade investigativa. Sua compreensão interdisciplinar reside na absorção de conhecimentos próprios de geógrafos, arquitetos, historiadores e demais profissionais que se utilizam da documentação, dos “vestígios materiais e imateriais” para a reconstrução/restauração/reestruturação de processos que compõem não somente a história das organizações, mas da própria sociedade em que estão inseridas e buscam compreender as relações laborais e sociais dos processos industriais e seu entorno, para além das relações sociais nos lugares de trabalho.

Por fim, tem-se que os campos de pesquisa em arqueologia industrial e patrimônio industrial exigem uma análise interdisciplinar que venha abranger as diversas áreas de conhecimento, de maneira interdisciplinar e que determine diferentes possibilidades para interpretar o entorno industrial. Ao escolher uma ou mais das diferentes interpretações dos elementos patrimoniais em análise tem-se definidos os diversos campos de atuação para a arqueologia industrial a partir das realidades materiais e imateriais dos processos organizacionais com que pretende trabalhar. Especificamente, pode-se atuar nas relações existentes entre organização e indivíduo nas quais há reflexos na formação cultural e social das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ALFREY, J.; PUTNAM, T. **Industrial heritage**: managing resources and uses. London: Routledge. 1992.
- ALONSO IBAÑEZ, M.R. Aspectos normativos del patrimonio industrial. La Ley del Principado de Asturias 1/2001, de 6 de marzo de Patrimonio Cultural. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coord.). **Patrimonio Industrial**: Lugares de la Memoria. Gijón: INCUNA, p. 109-128, 2002.
- BELL, D.. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix. 1974.
- BERGERON, L.; DOREL-FERRÉ, G. **Le patrimoine industriel**. Un nouveau territoire. Paris: Liris. 1996.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio imaterial**. Brasília: IPHAN.

s/d. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDELA SOTO, P. Arqueología del trabajo en Madrid: la azucarera de Aranjuez, 1898-1950. **Historia Social**, nº 37, 2000. p. 27-52.

CANDELA SOTO, P.; CASTILLO, J.J.; LÓPEZ GARCÍA, M.. **Arqueología industrial y memoria del trabajo: el patrimonio industrial del sudeste madrileño, 1905-1950**. Aranjuez: Doce Calles, 2002.

CASTILLO, J.J. El taylorismo hoy: ¿Arqueología Industrial? In: _____. **El trabajo del sociólogo**. Madrid: Complutense, 1994, p. 59-76.

CASTILLO, J.J.; CANDELA SOTO, P.; LÓPEZ GARCIA, M. Arqueología industrial en Madrid: un programa de investigación en las Ciencias Sociales del trabajo. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, ano 5, nº 9, p. 173-189, 1999.

CASTRIOTA, L.B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, F. **O Patrimônio em questão**: Antologia para um combate. São Paulo: Fino Traço, 2011.

CHUVA, M.; NOGUEIRA, A.G.R. (orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MauadX, 2012.

DOREL-FERRÉ, G. Arqueología industrial, pasado y presente. Entrevista a Louis Bergeron, presidente del International Committee for Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). **Revista de Historia Industrial**, nº 7, p.169-195, 1995.

FERREIRA, L.M.A.; ORRICO, E.G.D. Prefácio. In: _____. **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-12.

FUNARI, P.P.A.; PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNARI, P.P.A. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis Editora, 2007.

GUTIÉRREZ LLORET, S. La arqueología después de la Edad Media: El registro arqueológico en la Historia Moderna y Contemporánea. In: JORNADAS DE ARQUEOLOGÍA VALENCIANA, 1994, L'Alfàs del Pi. **Actas...** Alicante, 1995.

HUDSON, K. **Industrial Archaeology**. London: Methuen; University Paperbacks, 1965.

LOPES CORDEIRO, J.M. Algumas Questões para a Salvaguarda do Patrimônio Industrial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1º., 1986, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1986.

LOPES CORDEIRO, J.M. Desindustrialização e Salvaguarda do Patrimônio Industrial: Problema ou Oportunidade? **Oculum Ensaios**, nº 13, jan/jun, 2011.

LÓPEZ GARCIA, M. El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del hogar. In FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, M. A. (coords.) **Arqueología Industrial**. Ábaco Revista de Cultura e **Ciencias Sociales**. Gijón: Nova Época, nº 1, p. 9-12, 1992.

MINCHINTON, W. World Industrial Archaeology: A Survey. IN: **World Archaeology**, vol. 15, nº 2, p. 125-136, 1983.

OLIVEIRA, M.M. de. **A documentação como ferramenta da preservação da memória**: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Programa Monumenta. Cadernos Técnicos nº 7. Brasília: IPHAN, 2008.

PALMER, M. A arqueologia industrial como arqueologia histórica. **Arqueología Industrial**, 2^a série, I (1-2), p. 67-71, 1993.

PALMER, M.; NEAVERSON, P. **Industrial archaeology**: principles and practice. Londres: Routledge. 1998.

SANTACREU SOLER, J.M. Una visión global de la arqueología industrial en Europa. Casos concretos en regiones concretas. In FERNANDEZ GARCIA, A. e ALVAREZ ECES, M.A. (coords.) Arqueología Industrial. Ábaco Revista de Cultura e Ciencias Sociales. Gijón: Nova Época, nº 1,, p. 13-28, 1992.

THE INTERNATIONAL COMMITTE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HARITAGE. **Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial**, jul. 2003. Houghton: s/d. Disponível em: <<http://tccih.org/about/charter/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

THE INTERNATIONAL COMMITTE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HARITAGE. **Princípios de Dublin**, 17th. ICOMOS General Assembly, 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://tccih.org/about/about-tccih/dublin-principles/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

TRINDER, B. **The Blackwell Encyclopaedia of industrial archaeology**. Londres: Blackwell, 1992.

VITERBO, F. de S. Arqueologia industrial portuguesa: os moinhos. In **O Arqueólogo Português**, vol. II, nº 8-9, p. 193-204, 1896.

CAPÍTULO 11

FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE¹

Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque

Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de História, Laboratório de
Arqueologia
Recife, Pernambuco

Veleda Christina Lucena de Albuquerque

Arqueolog Pesquisas
Recife-Pernambuco

RESUMO:Uma tocha, uma paliçada, uma trincheira, um fosso, uma bateria, um fortim, um forte, uma fortaleza, se confunde de diferentes modos com a própria história da humanidade. Desde seus primórdios, em qualquer organização humana, o subsistema de defesa integrou, e ainda integra, os sistemas básicos de qualquer sociedade. Integração esta que se relaciona ainda ao sistema endócrino dos seres vivos, que tem como objetivo primordial a perpetuação das espécies.

Entender, o processo defensivo de qualquer sociedade é entender a própria sociedade nos seus diferentes vieses. Uma unidade de defesa, jamais seria construída se não houvesse nada a defender. E esta defesa poderia se relacionar com a garantia de um território, de uma economia, de uma crença, de um povo. Cada

posição fortificada, independentemente de sua magnitude, guarda em suas entranhas parte da história da própria humanidade. Teorias de defesa, explicitada pelos vários tratadistas, técnicas construtivas, artefatos bélicos, contam parte da história dos povos, e grande parte destes remanescentes já desapareceu enquanto outros se encontram em fase de sucumbir ao avanço desenfreado da sociedade moderna.

Parte desta memoria se encontra registrada em documentos coevos, uma outra parcela destas informações é retrabalhada pela história, entretanto uma história “oculta” destas unidades de defesa, apenas são acessadas pela arqueologia. A nossa experiencia com arqueologia histórica, desde a década de 60, tem sido suficiente para demonstrar que os passos subsequentes a descoberta não tem sido, em sua maioria, compatíveis com a dimensão do achado. Fortificações em terra que se encontravam completamente soterradas, paliçada em madeira de uma das cidades mais antigas das Américas encontram-se cobertas de asfalto, e mais algumas dezenas de exemplos, que poderiam ser citados, demonstra a desconexão entre os processos de descoberta, interpretação, restauração, preservação, e apropriação pela sociedade. Urge, portanto,

1- Publicado em: AN532 Anais do Simpósio Científico 2017 - ICOMOS BRASIL. Anais...Belo Horizonte(MG) Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2017 Disponível em <www.even3.com.br/anais/eventosicomas> ISBN: 978-85-5722-038-6

providencias imediatas no sentido de integrar estes diferentes segmentos do conhecimento, inclusive repensando as teorias voltadas para a restauração de monumentos que balizam as diferentes Cartas Patrimoniais.

Mesmo que nada mais reste de uma unidade de defesa, uma simples placa poderá integrar um roteiro turístico, pois neste local houve objetivo, tensão, medo, heroísmo, de antepassados que de uma forma ou de outra forjou a sociedade do hoje. Ocorre que se não preservarmos o ontem de hoje apagaremos da memória o hoje do amanhã.

PALAVRAS CHAVE: Arqueologia militar. Preservação do patrimônio. Cidadania

O relacionamento entre o observado e o observador poderá alterar de forma substantiva a visão, e consequentemente o entendimento do objeto em pauta. Diferente perspectiva observacional pode alterar de forma significativa a percepção do objeto por parte do seu observador. Não seria diferente na observação, e mesmo no entendimento, de uma fortificação. O mesmo elemento, ou seja, uma fortificação, pode, a depender de seu observador, ser vista sob uma ótica estética, funcional, turística, da história da arte, como ainda penetrar em seu âmago mais profundo e atingir uma dimensão interpretativa da sociedade que a construiu.

Procuraremos, neste trabalho, nos posicionar fundamentalmente balizados por uma ótica sistêmica. Consoante esta perspectiva teórica, jamais uma fortificação seria vista, ou observada, desconectada de seu contexto mais amplo, ou seja, da sociedade que a construiu, dos conhecimentos coevos, e dos seus relacionamentos com um universo mais amplo. Procuraremos agora explicitar um pouco mais a nossa perspectiva de observação com a finalidade de tornar mais claro o nosso posicionamento quanto ao tema em pauta.

De acordo com esta perspectiva sistêmica, acreditamos que qualquer sociedade é constituída por um sistema complexo, composto por subsistemas básicos, e que por sua vez se relaciona com outros sistemas conectados com o meio ambiente do sistema em questão.

Podemos partir do princípio que qualquer sociedade, da mais simples a mais complexa, come, se abriga, se reproduz, tanto culturalmente como biologicamente, acredita em algo, se comunica, se trata, e se defende. Esta trama de procedimentos ocorre tanto em uma sociedade de caçadores e coletores, na sociedade grega, e também na sociedade atual. O modus operandi de cada sociedade constitui-se no diferencial que a torna única, embora, em alguns casos, possa haver paralelismos culturais. O entendimento destes procedimentos é o que permite ao observador/pesquisador se aproximar do entendimento da sociedade em estudo. Que toda sociedade se alimenta é o óbvio. Entretanto, saber como adquire o alimento, como armazena, como o prepara, como o consome, com que artefatos o fazem, etc., permite um nível de aproximação com a particularidade desta sociedade, o mesmo ocorrendo com os demais subsistemas da sociedade em estudo. Para sintetizar o exposto até o momento, poderemos considerar que qualquer sociedade possui como subsistemas

básicos o alimentar, o abrigo, o reprodutivo, este se subdividindo entre o biológico e o cultural, o ideológico, o da saúde, o de comunicação, e o de defesa.

Embora saibamos, e defendamos, que todos estes subsistemas interajam entre si, e que não possuam prioridade hierárquica, trataremos neste trabalho mais especificamente do sistema de defesa. Sistema este que, mesmo tratado como um corte temático, não deixa de se relacionar com os demais subsistemas que integra o sistema cultural no qual se encontra inserido.

O processo defensivo em qualquer sociedade, seja humana ou animal, é motivada por uma série de mecanismos biológicos que são disparados no momento em que o indivíduo, ou a sociedade, se encontra em situação de perigo. Processos endócrinos encontram-se sempre em situação de alerta. Estes complexos processos já foram temas de inúmeros trabalhos e que lamentavelmente não cabe explorá-los no momento. Entretanto, restringindo o tema apenas a sociedade humana, não temos dúvida que além dos processos apenas biológicos, existem outros de natureza cultural que variam de acordo com o grau de complexidade da sociedade em questão. Ao admitirmos a classificação de Service para a sociedade humana, existem outras tão validas e complexas, teríamos a sociedade humana dividida em Bandos, Tribos, Chefias, Estados Antigos e Estados Modernos.

Em consonância com a classificação de Service, daremos ênfase apenas ao sistema defensivo destas sociedades. Os grupos a nível de Bando não possuíam líderes formais. Destacavam-se os membros do bando que tivessem mais aptidão para o desempenho da tarefa do momento. No caso de um ataque ao grupo, os mais habilidosos na arte da defesa assumiriam a liderança. Todos os aptos participavam em prol da defesa do bem comum. Já a nível de tribo, constituída por um maior número de integrantes, já havia lideranças específicas, tanto religiosa como para outras atividades como a guerra. Havia guerreiros, porém não exército. Já, quando a sociedade se torna mais complexa, com um maior número de membros, sedentária, e mais algumas características, Service a denomina de Chefia. Seria o caso de algumas populações andinas, por exemplo. Nestas sociedades já há o chefe formal, o sacerdote, e os guerreiros, estes que viriam a ser o germe bem desenvolvido de um exército. O passo adiante, ainda de acordo com Service, seria o estado antigo que poderia ser exemplificado por Roma, Grécia, Egito, dentre outros. Nesta conjuntura já se tinha efetivamente um exército formal. Exército não apenas defensivo, mas também voltado ao expansionismo, muito característico deste período da história humana. Em seguida a este período viria a sociedade moderna. Em todas estas etapas da humanidade o sistema de defesa esteve presente, mesmo que apresentando diferentes expressões e sempre refletindo a tecnologia de sua época correspondente. O estudo e a preservação deste sistema, permite o acompanhamento e parte do entendimento destas diferentes etapas da humanidade. O que se tinha a defender, como se defendia, quais as técnicas que foram utilizadas ao longo desta longa caminhada da humanidade.

Partindo do pressuposto de que estamos de acordo com estas afirmações, nos

deparamos com uma outra gama de questionamentos, afirmações e dúvidas. Entender e preservar este patrimônio a quem interessa realmente? E, mesmo que a afirmativa seja positiva, a quem realmente compete esta responsabilidade? Estas duas questões, aparentemente simples, são de um grande complexidade e sobretudo operacionalidade. Não nos parece producente a restauração ou manutenção de um patrimônio como uma fortificação, por exemplo, sem que haja uma apropriação da mesma pela sociedade na qual se encontra inserida. O primeiro passo que nos parece primordial constitui-se em um intenso programa de educação patrimonial, contínuo e direcionado a todas as faixas etárias, com ênfase para a mais tenra idade. Na oportunidade em que a sociedade realmente se apropriar do monumento, independentemente de ações do Estado, estará assegurada a sua preservação, e qualquer negligência com a mesma será imediatamente cobrada dos órgãos responsáveis para tal. A sociedade precisa entender e introjetar que esta fortificação é parte de sua história. Que ao contempla-la, veja nela seus antepassados envolvidos com a defesa de algo, que por consequência é o hoje que ele vivênciia. Na oportunidade em que esta etapa for realmente vencida, torna-se mais simples a conquista da batalha seguinte, ou seja, a cobrança das instituições a quem por sua origem e finalidade cabe esta responsabilidade.

Esta segunda batalha, entretanto, ao nosso ver, se depara com vários óbices a nível internacional. Por uma questão de objetividade fecharemos o zoom a nível de Brasil, não impedindo que seja pensado oportunamente para outros países que possuem também uma legislação específica para o tema. Em um patamar mais elevado temos no Brasil o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Este Órgão possui superintendências em todos os estados da federação, que se pautam pela Legislação Federal vigente, e por portarias e normativas internas. Alguns estados, e mesmo alguns municípios, possuem órgãos responsáveis pelo patrimônio no âmbito de suas áreas de abrangência sem que possam ferir a legislação maior. A legislação, entretanto, que rege o patrimônio nacional não chega, nem deveria chegar a minudências operacionais quanto a procedimentos técnicos. Valem-se, portanto, de teóricos que se dedicaram ao tema e das Cartas Patrimoniais. Este suporte teórico/metodológico, entretanto, nem sempre, ao nosso ver, corresponde as diferenças regionais com suas peculiaridades intrínsecas.

Desenvolvemos o maior respeito e admiração por autores como Camillo Boito, Cesari Brandi, John Ruskin, Viollet-Le Duc e tantos outros, que não apenas se preocuparam como produziram obras fantásticas voltadas a preservação dos monumentos. Preservação esta que tem como um dos objetivos lapidares a preservação da memória para com as gerações futuras. Ora, nós, do hoje, somos a “geração futura” do ontem. Vivenciamos o presente, e devemos nos preocupar com a preservação da memória para os de amanhã. Se nos balizarmos por muitos dos conceitos preconizados, sobretudo pelos autores acima citados, deixaremos para o futuro apenas esta memória construída no passado sobre a forma de pó. Será que já não é tempo de repensarmos certos conceitos e adaptarmos a um novo tempo? Os

conceitos destes autores permeiam a mente da maioria dos restauradores e dos órgãos responsáveis pela preservação da memória, de forma que chega a se assemelhar a uma lógica religiosa, dogmática. Quase sempre quando tomam uma decisão, ou não tomam, procuram frequentemente justificar suas posições, balizados nestes conceitos e na Carta de Veneza. Carta esta, bem elaborada e com bastantes tópicos com os quais concordamos. Temos que admitir que o conhecimento humano seguiu, a princípio, a seguinte ordem cronológica; o conhecimento popular, acumulado desde a origem do gênero Homo, seguido do religioso, do filosófico, e por último do científico. Para não nos determos neste assunto, consideraremos neste momento apenas o conhecimento religioso e o científico. Para o conhecimento religioso temos, concordemos ou não, de admitir que o mesmo é verdadeiro, pleno, finito, e não carece de adendos. Não se poderia cogitar, para o cristianismo por exemplo, que alguém pensasse em escrever o Novíssimo Testamento. As verdades contidas no Novo Testamento são suficientes e não questionáveis para os cristãos. O mesmo não ocorre com o conhecimento científico. Este, que para um número considerável de pessoas é verdadeiro, é o que mais dúvidas apresenta. Se não houver dúvidas não é ciência. O crescimento do conhecimento científico deve-se a consciência de que há a necessidade de se aproximar da verdade, ao mesmo tempo em que há a consciência de que a mesma nunca será alcançada, mas sempre aproximada. Quando foi afirmado, por exemplo, que a água entrava em ebulação a 100°C, verdade momentânea, logo em seguida foi constatado que não era qualquer água, que não seria a qualquer altitude, etc., ou seja, sempre o conhecimento foi ampliado. Ora, se pensarmos desta forma, temos que admitir que o mesmo tipo de procedimento deva ser aplicado as teorias de restauração. Temos, ao nosso ver, também que pensar que o homem desenvolveu uma percepção tridimensional da realidade que o cerca. Ele precisa de forma. Para um arquiteto, por exemplo, não é difícil imaginar algumas paredes de uma ruina como o imóvel integral, porém, o mesmo não ocorre com a população em geral que necessita de forma. A preservação da memória, tão decantada entre os teóricos, é para uma minoria de técnicos ou para a sociedade como um todo? O que deveria ter sido feito com os monumentos de alguns países europeus após a II guerra mundial? Justo que fosse preservado alguns escombros como memória da destruição, mas todos? Acredito que não seria esta a expectativa da sociedade do hoje que é a sociedade do ontem que vivenciou a guerra.

Acreditamos que nos encontramos em um momento oportuno para uma profunda reflexão sobre o tema. Não que abandonemos o que já foi produzido, muito pelo contrário, mas que produzamos algo que não apenas sintetize a produção sobre o tema, mas que avance do ponto de vista epistemológico. Sabemos que é uma tarefa árdua, incomoda até, porém necessária a todos que de alguma forma se encontram vinculados ao tema. Deve-se entrar em uma outra era de procedimentos e eliminar os “complexos de culpa” e de desculpas. É frequente entre os restauradores, mesmo dos órgãos oficiais, afirmações tipo não podemos realizar isto porque Brandi, ou

outro autor, inviabiliza esta possibilidade. Ou de outra forma, adota-se uma postura considerada mais oportuna e justifica-se “embora tal autor seja contra, tivemos que adotar”. Temos que admitir, no entanto, que não somos os únicos que se preocupam com o tema. Vários autores e restauradores já tem se manifestado contrários a uma postura dogmática com relação a esta temática. Não faltam exemplos no Brasil relativos a esta afirmativa. Por que não assumimos que apenas a manutenção, extremamente necessária, não é suficiente para a preservação desta memória para as gerações futuras. Temos que pensar, questionar, avançar. Existem fórum para estas discussões, como também pensadores para romper estas posturas “religiosas”. Não estamos tratando de dogmas, e sim de posturas relacionadas com a preservação de uma memória factível de uma destruição por diferentes agentes tanto naturais como antrópicos. No caso do Brasil temos o IPHAN, e a nível internacional o ICOFORT, o ICOMOS e a UNESCO. Estes organismos e mais alguns pensadores, que não se encontram associados aos mesmos, possuem condições de produzirem uma síntese do que já foi realizado e um documento mais apropriado aos dias atuais. Documento que seja ético, moral, técnico, científico e contemporâneo.

Um outro aspecto digno de nota, é a postura destes organismos diante da prática da arqueologia histórica. Ao nosso ver é inadmissível a realização de uma restauração sem que haja uma pesquisa arqueológica previa. Se o problema defendido é a preservação da memória, porque ocultar aspectos significativos para o entendimento desta memória que não foi registrada pela documentação histórica? A arqueologia não busca o diferente que normalmente é registrado pela documentação, e sim por aspectos do quotidiano que passou desapercebido aos responsáveis pelo registro dos acontecimentos. A realização da pesquisa arqueológica é privilegiada na Carta de Veneza, embora muitas restaurações lacraram para sempre um passado que, se revelado, traria muitas informações que favoreceriam um melhor entendimento do monumento. Um outro aspecto que nos parece existir, consiste no conhecimento inabalável de alguns, embora poucos, restauradores que acreditam que seus conhecimentos de História da Arte são suficientes para restaurar um monumento, o que a pesquisa arqueológica tem demonstrado o contrário. Cada monumento possui uma história própria e única e a arqueologia contribui para o seu resgate. Parece-nos que seria oportuno a execução de um trabalho de restauração no qual houvesse uma conjugação de saberes.

A nossa experiência com arqueologia militar por mais de 50 anos nos tem permitido vivenciar as dúvidas acima expostas além de erros e acertos. Portanto, os comentários expostos até o momento não são baseados em vãs divagações, e sim fundamentados em uma experiência vivenciada. Vivenciada inclusive com a participação da sociedade atual que procura referências da sociedade passada. Todas as nossas pesquisas arqueológicas foram e são abertas ao público e guiadas por pessoas treinadas para a educação patrimonial. Na escavação do Forte de Orange, por exemplo, recebemos a média de 1232 pessoas/dia. Tínhamos 20 técnicos destinados ao acompanhamento

dos visitantes. Sempre procurávamos saber o que pensavam a respeito, e o que esperavam da finalização do trabalho. Destes questionamentos com a sociedade do presente, podemos afirmar que a quase totalidade não pensa em consonância com os teóricos da restauração. A memória não deverá ser preservada para a Sociedade do futuro? E estes não constituem a sociedade do futuro em relação ao que construíram o monumento? Em nenhum momento pensamos que estamos com a verdade, apenas temos certeza de que o tema deve ser seriamente discutido de forma a permitir o objetivo de todos que é o de preservar estes monumentos tanto para a sociedade atual como para as que virão.

A nossa trajetória em arqueologia militar nos permitiu a interação com a maioria dos temas propostos para este encontro do ICOMOS, como arquitetura de terra, em pedra, e em madeira. Escavamos o reduto de Tejucupapo, fortificação em terra e paliçada, no qual houve um combate, sobretudo de mulheres contra uma tropa holandesa. Este reduto teve seu fosso completamente aberto pela pesquisa arqueológica. Lamentavelmente não houve a devida proteção a este monumento de grande significação para a história da guerra holandesa no nordeste do Brasil e que atualmente se encontra bastante assoreado. A arqueologia revelou o monumento e a preservação foi negligenciada. Ainda em fortificação de terra localizamos e escavamos parte do fosso que circundava o Forte Real do Bom Jesus. Esta fortificação em terra foi um dos mais significativos pontos de resistência à ocupação holandesa. Na oportunidade que os holandeses o tomaram, depois de 5 anos de resistência, o mesmo foi destruído. O seu fosso se encontrava completamente soterrado e ao nível do terreno geral. A diferença estratigráfica permitiu, com precisão, se determinar o seu entulho, inclusive com material arqueológico em seu interior, bem como a sua escarpa e contra escarpa. Durante anos a sua manutenção foi precária, apenas houve um desvio das águas pluviais realizada ainda pela pesquisa arqueológica. Durante anos cresceu uma vegetação em seu interior que chegou a prejudicar a sua integridade. Recentemente todo o seu interior foi revestido de grama esmeralda, que parece ser uma boa forma de preservação de monumentos de terra em quotas negativas. Vários monumentos em terra nos quais realizamos um reconhecimento arqueológico encontra-se em situação precária. Alguns dos quais sem que a população envolvente saiba de que se trata.

Já trabalhamos também em fortificações em pedra, e constatamos que vários aspectos são de suma importância para a sua preservação. Um dos maiores fatores para a sua degradação constitui-se no crescimento de vegetais em suas frestas. Estes vegetais, que nascem de uma semente, crescem, e chegam a danificar toda a sua estrutura com seu sistema radicular. Existem monumentos em que, por paradoxal que pareça, as suas paredes estão seguras por este sistema radicular. Ao se considerar que o monumento chegou a este ponto temos necessariamente que admitir que os órgãos responsáveis pela sua manutenção foram no mínimo negligentes. Não podemos nos esquecer que, na oportunidade em que uma semente germe, até uma criança poderia extirpa-la. Porem no estágio em que toda a parede se encontre

sustentada pelo sistema radicular, o monumento para ser restaurado necessita de um complexo trabalho de engenharia. Pois, caso as raízes sejam extirpadas a parede ruirá. Que memória estamos preservando? Que exemplo estamos transmitindo para a sociedade? Do ponto de vista psicossocial estamos “informando” a sociedade que o monumento não tem valor, e não necessita de preservação. Será que não estamos na contramão da educação patrimonial?

Já realizamos pesquisa arqueológica em fortificações de pedra que se encontravam totalmente rebocadas, parcialmente rebocadas, e sem reboco. Na maioria delas, mesmo que não estivessem rebocadas, encontramos vestígios arqueológicos de reboco, ou seja, testemunhos de que devem ter sido rebocadas e por alguma razão perderam este revestimento. A presença do reboco em uma fortificação não se constitui apenas em um elemento estético, mas sobretudo funcional. A sua presença dificulta o inimigo na tentativa de uma escalada. Ainda a presença do reboco praticamente inviabiliza o crescimento de vegetação em suas frestas. Participamos de diversas discussões com especialistas em restauração, inclusive de órgãos oficiais, sobre a reposição do reboco na restauração do monumento. Podemos afirmar que não há unanimidade consensual sobre o assunto. E por incrível que pareça, muitas destas duvidas por parte dos técnicos não são em função dos teóricos acima referidos, e sim da sociedade enquanto usuária do monumento. Como já foi explicitado em parágrafos anteriores, todos os nossos trabalhos de pesquisa arqueológica são abertos ao público, com extraordinário retorno no tocante a educação patrimonial. E, neste contato durante toda a escavação, procuramos ouvir os visitantes que, quase de forma unanime, defendem que o forte não deve ser rebocado, que “é mais simpáticovê-lo em pedra”

Fortificações e estruturas fortificadas em madeira também já foram objeto de nossas pesquisas. Embora a descoberta tenha tido grande repercussão popular, histórica e arqueológica, a sua manutenção não foi, a nosso ver, das mais adequadas. As mesmas foram “escondidas”. Ora, será que não há uma incoerência teórica neste procedimento? A sociedade passada a construiu, e dela fez uso. A sociedade do futuro poderá vir a descobri-las novamente. E a sociedade do presente, que somos a sociedade do futuro da sociedade que a construiu, se encontra privada de dela se apropriar. Como exemplo poderíamos dizer que descobrimos a paliçada em madeira de uma das cidades coloniais mais antigas das Américas, e que a mesma se encontra coberta por asfalto. Como poderá haver a apropriação do Bem? Como poderemos aproveitar estas descobertas como roteiro de um turismo cultural, um dos temas deste encontro. Mais uma vez reforçando o enfoque Brasil, apenas lamentamos a profunda desconexão entre os órgãos e pessoas de áreas como pesquisa, restauração, preservação, turismo, transporte, e tantos outros setores, que observamos integrados em alguns países, e que o Brasil ainda não conseguiu se conectar.

O turismo e o estabelecimento de rotas culturais ainda se constituem em uma grande falha do setor. As fortificações frequentemente foram edificadas em locais estratégicos e atraentes para os dias atuais. Temos, no caso brasileiro, fortificações da

Amazônia ao Rio Grande do Sul. Caso houvesse integração entre os órgãos oficiais e o setor privado como os profissionais do turismo, instituições, o setor hoteleiro, e demais áreas envolvidas com a atividade turística, teríamos educação patrimonial, lazer, emprego e renda. Por que não utilizamos este potencial que já existe? A Amazônia é um atrativo mundial, as praias idem. Este pacote turístico poderia ser segmentado, ou seja, os turistas que preferissem selva viriam os fortes da Amazônia, teriam uma explicação in loco, comprariam réplicas de peças, navegariam no Amazonas, degustariam as iguarias locais, e conheceriam vários aspectos da cultura amazônica. Poderia haver um outro pacote para o nordeste, outro para o sul, ou um maior ainda que abrangesse todo o conjunto. Isto poderia ser feito de navio, avião e outros meios de transporte. Poderia ser chamado de “círculo dos fortes”, como existe em vários países como a Holanda. O uso seria uma das melhores formas de proteção do monumento. Claro que estamos admitindo que haveria guias treinados na história do forte, e que realmente conseguissem transmitir de forma atraente e compatível com a faixa etária, o porquê deste monumento. Esta atividade ocuparia artesãos que reproduzissem peças com o aval de uma instituição de pesquisa, uma interpretação e sinalização do monumento compatível com a expectativa dos visitantes. Isto teria que ser inserido em um projeto de Estado, independente de facções político/partidária. Temos no Brasil fortificações desde o início da colonização até a II Guerra Mundial. A pergunta que não cala: Por que não acontece. Isto vem responder, em parte, a uma questão acima referida: a quem cabe a responsabilidade?

A pesquisa arqueológica apresenta um grande potencial tanto para a localização da fortificação, interpretação, e restauração das fortificações que se encontram no território nacional, considerando apenas o Brasil em função dos objetivos deste oportuno encontro.

Em função do desgaste pelo tempo, da matéria prima utilizada na edificação, da negligência institucional, da falta de um eficaz plano de utilização, as fortificações encontradas do Brasil se apresentam de diferentes aspectos, vendo-as como potencial arqueológico.

Fortificações preservadas. Estas, embora raras, oferecem ao observador condições de pelo menos serem identificadas pela sociedade como sendo um forte. Uma pesquisa arqueológica traria informações novas que se encontram em seu amago, e que não foram registradas pela historiografia.

Fortificações superpostas. Em decorrência da essência de uma fortificação, muitas delas trocaram de bandeira, ou mesmo sofreram alterações pelo mesmo grupo cultural. Como normalmente a escolha do local a ser fortificado baseia-se em critérios operacionais, muitas fortificações de outros grupos são edificadas sobre a anterior. A pesquisa arqueológica realizada na Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Itamaracá, encontrou o Forte de Orange a 4 metros de profundidade, ou seja, duas fortificações distintas na mesma coordenada geográfica. A inferior de construção holandesa e a subsequente de construção portuguesa.

Fortificações abandonadas e conhecidas pela população local sob forma de ruina. O estudo arqueológico desta categoria de fortificação além de trazer a luz as suas subunidades funcionais que permitirão uma restauração, resgatará muitos aspectos do cotidiano de seus ocupantes.

Fortificações desaparecidas e soterradas por edificações recentes. Esta categoria de fortificação, do ponto de vista arqueológico, apresenta uma complexidade operacional mais diferenciada, porém não exequível. Caso haja interesse em recuperar sua localização poder-se-ia utilizar de recursos de georreferenciamento projetivo, como utilizamos na localização do Forte Mauricio, em Penedo, no estado de Alagoas. No caso de se ter sobre a fortificação edificações recentes em que não haja interesse em demoli-las, deve-se, depois da localização ser exitosa, utilizar o radar de solo com o objetivo de resgate imagético de suas estruturas interiores. Casos semelhantes não impediria que após a localização do forte que se enquadrasse nestas condições, que fosse aposto um totem explicativo e que, em um roteiro turístico/cultural, o mesmo não fosse visitado de forma a integrar esta localização no entendimento do sistema de defesa pretérito.

Fortificações parcialmente desaparecidas. Existem fortificações que não mantêm mais uma morfológica que permita a sua identificação como tal. Muitas vezes são vestígios aparentes, mas que teve sua identidade perdida na memória da população local. A prática da pesquisa arqueológica não apenas trará à tona a unidade de defesa, como tirará a população local do estado de amnesia coletiva.

Fortificações desaparecidas e a área retrabalhada por agentes naturais (abandonada). No caso de fortões que se encontram nesta situação, a pesquisa arqueológica deverá se antecedida por um trabalho prospectivo. Não será, como em outras situações, desenvolvido de imediato um projeto de pesquisa na fortificação, e sim uma prospecção intensiva na área para a identificação da fortificação que não se encontra registrada na memória oral da sociedade envolvente. Este foi o caso do Forte Real do Bom Jesus, cujos vestígios foram procurados pelo imperador D. Pedro, que relatou em seu minucioso diário que “não havia mais vestígios do mesmo”. Foi nesta situação que desenvolvemos um trabalho prospectivo na área e localizamos o seu fosso.

Dado a natureza deste encontro e sua temática central, demos uma maior ênfase a exemplos brasileiros, embora tenhamos também alguma experiência com o tema no exterior. Não nos detivemos a exemplos do sistema de defesa de grupos pré-históricos cujo entendimento são de suma importância para o entendimento da sobrevivência de nossos antepassados mais remotos. A mesma omissão intencional refere-se a II Guerra Mundial, da qual já temos vários vestígios prospectados. Esperamos que em um outro encontro, a nível nacional ou internacional, possamos nos debruçar sobre muitos dos temas aqui abordados e romper alguns dogmas de modo a permitir que realmente as sociedades que nos sucederão venham a ter a chance de conhecer a sua história através das fortificações, que de alguma forma defenderam crenças,

conquistas, esperanças, medos, enfim, a história da própria humanidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. **Fortes de Pernambuco**. 1. ed. Recife: GRAFTORRE LTDA., 1999. v. 1. 204p.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. **Arraial Novo do Bom Jesus - Consolidando Um Processo, Iniciando Um Futuro**. 1. ed. RECIFE: GRAFTORRE, 1997. v. 1000. 225p.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Arqueologia de Unidades de Defesa. In: Fernanda Codevilla Soares. (Org.). **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. 1ed. Florianópolis: Lagoa, 2015, v., p. 9-37.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Velhos e Novos Mundos em uma perspectiva arqueológica. In: TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António. (Org.). **Velhos e Novos Mundos. Estudos de arqueología moderna (Old and New Worlds. Studies on early modern archaeology)**. 1ed. Lisboa: , 2012, v. 1, p. 5-.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Holandeses en Pernambuco. Rescate material de la Historia. In: PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George F. Cabral de (Editores). (Org.). **El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII** - Salamanca. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, v. , p. 107-160.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; **Contacts Between the Portuguese and Indians on Brazilian Coast, circa 1516**. Paper presented at the 1993 Society for Historical Archaeology 26th Meeting of the Conference on Historical and Underwater Archaeology, Kansas City, Missouri, January 6-10.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, Veleda. -Arqueologia Histórica e restauração de monumentos. **Boletim do Departamento de História da UFPE**, vol. 1, n. 1. Recife, p. 58-61.1976
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, Veleda. **Forte Real do Bom Jesus - Resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife, Cia. Ed. de Pernambuco, 72 p.1988.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Arqueologia do Forte dos Reis Magos em Natal, in: **Revista DaCultura**, p. 22-31, Ano XIII, no. 24, FUNCEB, 2014
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Fernando de Noronha: uma ilha de defesa e a defesa da Ilha, in: **Revista DaCultura**, p. 34-48, Ano XII, no. 21, FUNCEB, 2013.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia - Forte Orange e seu cotidiano material, in: **Revista DaCultura**, p. 26-35, Ano XII, no. 19, FUNCEB, 2012
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; e LUCENA, Veleda. Arqueologia Amazônica: O potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras, in: **Arqueologia Amazônica 2 /** Organizado por Edithe Pereira e Vera Guapindaia, p. 968-1019. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, 2010
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia do Forte Orange II, in: **Revista DaCultura**, p. 44-51, Ano X, no. 16, FUNCEB, 2010.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia do Forte Orange. **Revista DaCultura**. Rio de Janeiro, n. 15, ano IX, p 37-47, Jun./2009
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia da Fortaleza São José de Macapá. **Revista DaCultura**. Rio de Janeiro, n. 14, ano VIII, p 41-46, Jun./2008

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia - O Forte do Brum. **Revista DaCultura**. Rio de Janeiro, n. 13, ano VII, p 43-50, Dez./2007

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. As escavações arqueológicas no Forte de Orange. **ARC - Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, Olinda, v.1, n. 2, p. 51-55, 2007. Número dedicado aos trabalhos do III Simpósio de técnicas avançadas em conservação de bens culturais, Olinda, 2006.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá. **ARC - Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, Olinda, v.1, n. 6, p. 313-319, 2007. Número dedicado aos trabalhos do III Simpósio de técnicas avançadas em conservação de bens culturais, Olinda, 2006.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Forte do Brum. In: **Museu Militar do Forte do Brum**. Recife: Museu Militar do Forte do Brum, [2000].

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Assentamientos militares: Una perspectiva en abordagem. **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA AMERICANA**, 2, 1995, Santa Fé, Argentina. Atas I... Columbia-USA: University of South Carolina. 1995, V. 14, p. 19-38

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Arqueologia Histórica do Amapá: limites e possibilidades. **CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E TURISMO**, 13., 2005, Campo Grande. Resumos.. Campo Grande: Edelbra, 2005. p. 17

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. **CLIO**, n.8, p. 131-151, 1992.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Escavações Arqueológicas Realizadas Na Igreja Quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, Em Olinda. **CLIO**, n.3, p. 89-90, 1980. (1º Quartel General das Tropas holandesas em Pernambuco)

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Cidades Pombalinas na Amazônia. In: I Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana, 2006, Salvador - Bahia. **I Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana - Resumos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. O Forte de Orange. In: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia - Nação e Cidadania, 2004, Olinda. **Anais da XXIV Reunião Brasileira de Antropologia - Nação e Cidadania**, 2004. v. 1.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. O Forte Orange. In: **REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA: NAÇÃO E CIDADANIA**, 24., 2004, Olinda. Resumos. Recife: Associação Brasileira de Antropologia, 2004. p. 73

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. Projeto Arqueológico Forte Orange, Itamaracá-PE - Resumo dos resultados referentes a escavação arqueológica. In: **XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia da América Latina**, 2003, São Paulo. Resumos do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia da América Latina. São Paulo: All Print Produções, 2003. v. 1. p. 172-172.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. 500 Anos de Implantação do sistema Colonial Português no Nordeste do Brasil - A contribuição da Arqueologia Histórica. In: **X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Recife, 1999. v. 1.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. *A cidade do pensamento único: desmascarando consensos*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARRETO, Annibal, Cel. **Fortificações do Brasil (resumo histórico)**. S. I. Biblioteca do Exército. 1958

BOITO, Camillo. **Os restauradores**; trad. Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDI, Cesare. "Theory of Restoration I", in: **Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage**. Los Angeles: GCI, 1996.p. 230-235.

BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977.

CAMPELLO, Glauco. A Restauração do Paço: revendo 240 de transformações. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n.º 20, p. 139-151, 1984.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Forte dos Reis Magos, Subsídios para a Restauração**.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2003.

CURY, ISABELLE; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2004. 3.ed., rev. e aum. p. 13.

DANTAS, E. R. **Cantaria: arte no corte da pedra**. Natal: Fundação Hélio Galvão, Galante, nº 5, ano 03, volume 11, Out., 2001.

FRANCE-LANORD, Albert. "Knowing How to 'Question' the Object before Restoring it", in: **Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage**. Los Angeles: GCI, 1996.p. 244-247.

LYRA, Cyro Corrêa. O Novo Paço: uma obra para debates. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n.º 20, p. 152- 154, 1984.

OLIVEIRA, Raquel Diniz. **TEORIA E PRÁTICA DA RESTAURAÇÃO Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 7, jul.-ago.-set./2009, p. 75-91

RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. London: 1901.

SERVICE, Elman R. **Primitive Social Organization; an Evolutionary Perspective**, 2^a edição. New York, Random House, 1971, 221 p.

VELLOZO, D.S. **Arquitetura Militar ou Fortificação Moderna**. [online]. Transcrição e comentários de Mário Mendonça de Oliveira. Salvador: EDUFBA,2005. 370 p. ISBN: 85- 232-0373-7

VIOLLET –LE-DUC *et alli*. "V – Restoration and Anti-Restitution, in: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p: 47-55.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-Sistem: Capitalist Agriculture and the Origins of the Europeans World-Economy in the Sixteenth Century**. New York, Academic Press. 1979

ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO¹

Elis Regina Barbosa Angelo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Departamento de Administração e Turismo; Programa de Pós Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Nova Iguaçu– RJ

RESUMO: Partindo do princípio de que o patrimônio cultural se forma a partir de conceitos como memória, identidade, tempo histórico e documento, situa-se, a partir do modo como lugares e temporalidades de uma realidade social se constitui e é pensado, criado e definido a partir do valor a ele atribuído. O patrimônio construído no conceito histórico moderno parte do estabelecimento de discursos produzidos a partir do Estado-nação, no qual a retórica da perda é uma articulação entre o domínio/Estado e o coletivo/contraponto em forma dialética. Esse Estado, na busca pela salvaguarda do povo no território e no tempo sobressalta a visão de manutenção da memória coletiva pela representatividade histórica do monumento no tempo. Essa perspectiva que discute a necessidade de manutenção de uma memória coletiva é um símbolo do que está em perigo e necessita de salvaguarda, embate na concepção de que o patrimônio é a valorização temporal de lugares e sujeitos perante a sociedade. Esse trabalho busca

compreender em que medida a religiosidade se (re)constrói simbolicamente num “lugar de memória” recriado e transformado na Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Como metodologia foi elaborada pesquisa qualitativa e quantitativa, mensurando dados sobre “quem são” os nordestinos no Rio de Janeiro e como se comportam frente ao tema, além de entrevistas a sujeitos que criaram essa interface na localidade. Como resultados identificam-se simbolicamente sujeitos e histórias comuns a outras que se revelam memórias de temas correlatos à religiosidade como migrações, territórios e narrativas simbólicas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Religiosidade, Feira de São Cristóvão.

1 | AS CONCEPÇÕES DO TERRITÓRIO NORDESTINO

A concentração de nordestinos no Rio de Janeiro foi o ponto de partida para a formação de alguns lugares que identificam os sujeitos sociais de territórios distintos. Nove estados configuravam-se numa denominação “nordestino”, concretamente no processo migratório para o sudeste, entre ele, a cidade do Rio de Janeiro.

Essa relação de experiências foi

1- Artigo apresentado no Simpósio do ICOMOS BRASIL, 2017.

paulatinamente fortalecendo não apenas o bairro de São Cristóvão, - um dos redutos da migração nordestina, chegada dos “paus de arara” pelo bairro imperial -, mas o território de tradições e identificações dos nordestinos com a cidade, pois ali se concentrava simbolicamente a chegada do nordestino na cidade do Rio de Janeiro. Ao relacionar as representações provenientes da feira estabelece-se também um elo com conceitos arraigados entre os nordestinos que formaram esse território, pois, “A questão do território como constitutivo fundamental da identidade de um povo faz parte da própria história da humanidade.” (MUNAGA, 2012, p.18)

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50) e ainda, O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “ prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 50.)

Dessas representações culturais, pode-se dizer que, tanto a religiosidade popular quanto a gastronomia com os sabores e cheiros do Nordeste às expressões e saberes, vão delineando as relações dos sujeitos com o espaço e a ideia de formação de um território de sentidos.

Essa perspectiva de reconhecimento dos sentidos que os objetos e instrumentos de memória possuem para a história foram fundamentais para os objetivos desse projeto, pois, ao considerar que os objetos de memória fazem parte da formação dos sujeitos na história, busca-se entender como os sujeitos inscritos nesse novo espaço/território tratam as questões da memória, do passado, presente e futuro das representações como a figura/imagem e fé.

Para Pierre Nora, os lugares se formam tanto da intenção em manter viva a imagem quanto da seleção de uma organização voluntária, intencional e seletiva. A memória só vive por meio dos objetos que a referencia (NORA, 1993). Os lugares de memória nascem de um sentido formado a partir do conceito de que não há memória espontânea, considerando a necessidade que se têm em acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, entre muitos outros elementos capazes de formar provas e registros do passado.

Neste caso, a feira de São Cristóvão se apóia na ideia de que enquanto instituição que tem também um cunho museológico, com arquivos, biblioteca, objetos e instrumentos que de certo modo tem a missão de salvaguardar a memória, passou de múltipla e coletiva, para única e sagrada. O museu como uma construção social, se enquadra na formação do sentido de memória, onde os objetos são meios de voltar a um tempo/espaço “(...) propícios à pesquisa histórica, (...), aptos em inserir os objetos em seu contexto de produção e significação social” (JULIÃO, 2006, p.95).

Essa aptidão do museu volta a fornecer a imagem do objeto tanto no contexto em que foi criado (passado) quanto no atual e futuro, revelando os sentidos criados e recriados em outros territórios, como é o caso da feira de São Cristóvão. Nora

esclarece que a memória produzida nesses lugares é voluntária e seletiva, ao passo que ela foi incorporada com uma finalidade também específica: valorizar aspectos na feira, como expressões do povo.

Esse lugar de memória que é o museu passou a ter a ideia de reivindicação do direito de “cultivar” suas memórias (RIOS; RAMOS, 2010). Nesse caso, a necessidade de mostrar aos “seus”, quem é ou quem “são” os símbolos, imagens, pessoas e lugares que identificam a cultura nordestina.

No caso dos outros territórios, a cidade mantém um elo de pertencimento e identificação com as cidades que fazem parte do universo simbólico nordestino, pois, “(...) para além dos objetos em si, com vistas a inseri-los no mundo que os cercam, reconhecendo sua historicidade, suas relações com contextos sociais específicos” (JULIÃO, 2006, p.95).

Essa escolha de objetos de memória não encerra sua contextualização e as experiências postuladas no universo de símbolos agregados à ideia do mentor de inúmeras pessoas que corroboram com os milagres do padre, com as suas idas e vindas na Igreja e recentemente com a acolhida pelo Vaticano. Na atual conjuntura, os objetos passam a ter uma valorização diferente, a ser parte de um acervo aceito e dignificado por autoridades eclesiásticas, ou seja, o valor atribuído aos objetos muda de figura. Como mencionado por Bourdieu (1998), a simbologia depende de quem lhe atribui o valor.

No contexto das representações culturais, no qual a memória está ligada, percebe-se que a valorização das imagens do passado tem sido atribuída à memória coletiva dos grupos, dentro dos quais os indivíduos se mantêm unidos por lembranças, histórias ou tempos que lhes são particulares ou de alguma forma foram relevantes às suas origens e também responsáveis quando, pensadas em comum, preservar a identidade desse grupo, ainda que seja fora do seu território, como o Rio de Janeiro enquanto expressão desse sentimento.

Ao considerar essa memória focalizada na imagem e representação, é possível que ela seja preservada em “lugares”, como museus, mas também nas narrativas, nas histórias, de sujeitos que possuem elo com essa representação de sentidos. Nesta abordagem adotada, memória, história e pertencimento serão analisados como distintas, mas sempre dialogando como protagonistas de sentido, ou seja, como os sujeitos a percebem.

Os bens culturais imateriais conforme proposta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006, p.22) organizam as expressões mais significativas desse território e englobam:

Os distintos Livros do Registro: 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. 4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Desses bens se destacam a culinária típica, o artesanato, os sabores, cores e odores produzidos no espaço e que fomentam a vinda de visitantes ao local. Na formação desse território se condensam sujeitos e moradores do bairro que de certa forma mantém um elo com o nordeste e todo o seu povo e a gastronomia e os saberes populares dialogam com a formação do conceito de feira, troca entre os seus pares traduzidos na localidade, enquanto um atrativo turístico que demanda objetos, instrumentos, saberes e sabores das regiões nordestinas, apropriadas pelos sentidos de pertencer, de apreço ou ainda de curiosidade.

A salvaguarda do povo no território e no tempo sobressalta a visão de manutenção da memória coletiva pela representatividade histórica do monumento no tempo. Essa perspectiva que discute a necessidade de manutenção de uma memória coletiva é um símbolo do que está em perigo e necessita de salvaguarda, embate na concepção de que o patrimônio é a valorização temporal de lugares e sujeitos perante a sociedade, a feira em si e seus símbolos representam a memória coletiva do “Nordeste” e do “nordestino”, ao formar-se enquanto um território físico e simbólico de representações da cultura de seus estados como representações e elos com o passado migrante.

Dessa concepção, e a partir dessa perspectiva, pode-se dizer que a feira forma o patrimônio cultural do povo nordestino fora do Nordeste, não como um conceito isolado, mas como uma interação entre sujeitos, lugar, história e memórias da terra natal, assim como a interlocução com o passado e a formação de simbologias e sentidos nesse território cultural que é a feira de São Cristóvão, pois:

O património cultural gera e fomenta uma solidariedade orgânica entre os membros do corpo social, uma coesão ou convergência mental traduzida no sentimento de pertença a uma mesma comunidade – comunidade de origem, comunidade de destino. Acontece assim porque o património cultural representa (sim, representa, torna presente) a persistência desse agregado humano ao longo do tempo, comprovadamente lhe permitindo que seja o mesmo (*idem*, em latim, donde identidade) através e apesar das mudanças. Estabilidade e mobilidade, continuidade e variabilidade: *eadem sed aliter*, “o mesmo mas de outra maneira”, diziam também os latinos, de quem sempre aprendemos. (MENDES, 2012, p. 17)

Essa construção define exatamente o que a mudança de espaço e a construção de um novo alinharam na realização do pertencer. *Eadem sed aliter*, ao concentrar a realidade em outro território, mais ou menos aquele, torna-se uma identificação, da herança temporal e física deixada por si ou pelos seus antepassados.

Para Mendes (2012, p.43) a relação do patrimônio com o passado e o presente, forma uma linha tênue e significativa que responde ao que se pode chamar de patrimônio cultural, no qual, o passado não é um fim em si mesmo, mas uma forma de exercer algo para o futuro, pois, “a visão do passado fornece, no presente, como um radiar de promessas, a inspiração, o estímulo, o acicate de novas energias criadoras e de novas experiências vitais no futuro. Assim o patrimônio cultural.”

Nessa relação com as experiências, os sujeitos, o lugar e o território se formam do contato e da necessidade de ter como representante físico algo que demonstre

o ter, ser e pertencer, vital ao futuro, onde a construção exerce os sentidos de estabelecer contato e permanência das tradições, dos saberes e sabores da terra natal. Reinventado e reestruturado, mas com a raiz que comporta a essência do ser nordestino fora do Nordeste.

Na obra de Euclides da Cunha, em *Os Sertões* há uma menção ao biótipo do homem sertanejo, com definições similares e jeitos concretizados nas feições de sujeitos da terra, do meio rural ao urbano, constroem-se enquanto figuras da região, pois, parece ser esse o homem feito por um molde de caracteres físicos que os identificam “a mesma tez, variando brevemente do mamaluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondeado; a mesma envergadura atlética e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes.” (CUNHA, 1984, p.48.)

As características fazem parte do processo identitário, os sujeitos se reconhecem mediante feições, jeitos e traços culturais, nessa análise as questões que referenciam e formam tanto as identidades quanto os processos identitários será palco de indagações. E a cidade sugere a formação das características que referenciam os sujeitos nos seus lugares de produção de sentidos.

A cidade, os espaços, transformados em territórios compõe a vida cotidiana dos sujeitos sociais que a transformam em espaço vivido e experienciado, cujas características vão além das identidades, pois, conferem ao lugar um papel actancial cujo valor atribuído depende das aceitações e subjetividades que atentam para uma caracterização muitas vezes forjada, privilegiando aspectos que fornecem dados de uma leitura sobre o lugar.

Esse aspecto, do sujeito que produz sentidos e confere ao território seus critérios, tradições, jeitos e costumes, vai delineando a “cara” do lugar, esse por sinal carrega informações imprescindíveis para a interpretação da vida e da configuração aceita pela sociedade e pelos próprios grupos que a formam. Nessa concepção de sujeitos e lugares em formação está o migrante, que ora desconstrói o espaço, ora o reconstrói por meio dos sentidos dados por suas concepções, experiências e escolhas. Assim, ao tentar compreender a formação da vida e do território na cidade, algumas concepções parecem ser a base de referências acerca do processo a ser desvendado.

Na formação do Brasil que desconstrói o Nordeste com as migrações ora fortalecidas na estruturação das cidades em termos desenvolvimentistas, está à cidade do Rio de Janeiro, uma das mais procuradas para os “novos nordestes” que se criam fora do espaço geograficamente constituído, que teve o maior número de deslocamentos que marcaram o êxodo rural nordestino. Especialmente nas décadas de 30,40 e 50, os movimentos de atração da região sudeste, com a industrialização das cidades e os movimentos de repulsão, com as secas e seus desdobramentos, foram cenários responsáveis pelos deslocamentos de contingentes expressivos, VALIM (1996) destaca o êxodo de forma significativa para a formação de novos territórios a partir desse movimento.

Alguns autores destacam as camadas migrantes responsáveis pelos movimentos orientados por etapas, consideradas estágios de fixação dos indivíduos progressivamente, seja pela necessidade de mão de obra como atração dos lugares em pleno desenvolvimento, seja pela adaptação em contingentes distintos, conforma aponta Martine (1978).

As características que fizeram mudanças significativas no cenário urbano-rural demonstram uma saída de 43 milhões de pessoas, somente entre os anos de 1960 e 1980 e, o Nordeste foi a origem da grande maioria dos migrantes formando significativa parcela da população fluminense na reconfiguração do espaço urbano. (Brito, 2006)

Nessa formação de territórios nordestinos fora do Nordeste, está a relação urbano-rural além da necessidade de formação das identidades, seja, ela recriadas, inventadas ou mesmo concebidas como lutas pela afirmação dos sujeitos na sociedade. As identidades que ora corroboram com a formação de novos espaços vai sendo pensada na sua diversidade conceitual, que abrange não apenas a luta e a saudade, mas também um descompasso, que traduz para alguns apenas um discurso produzido dentro do âmbito da esfera mercantil da cultura, como vividos, visitados e representações do grupo. (ANJOS, 2005)

As trocas efetuadas nesse cenário rural-urbano cumpre nos moldes ainda nordestinos as relações de trocas e sobrevivência por meio da feira. Conforme brilhantemente define Luitgarde Cavalcanti Barros, a feira identifica o povo sertanejo, demonstrando suas formas, rituais e amplitude de significados e sentidos. Essa concepção vem com o migrante para a cidade do Rio de Janeiro, no campo de São Cristóvão, chegada dos paus de arara vão sendo formadas as trocas, o espaço de luta e de assentamento daqueles que encontraram nessa cidade uma nova relação com a terra, os saberes e as identidades.

Elemento de maior importância para a vida econômica do sertão do século XIX foi a feira. Na feira, o sertanejo vivia sua prática quase autárquica, dada a estreiteza de seus costumes de consumo. A roupa que o sertanejo pobre vestia era feita de algodão da terra, por suas mulheres, em teares primitivos. Esse era o tipo de tecido que se comercializava nas feiras. A feira era o empório onde o matuto vendia diretamente ao consumidor seus produtos desde os legumes e cereais, até as frutas: banana, melancia, abacaxi, laranja, etc. Ao lado dos agricultores, os artesãos sertanejos expunham sua produção: redes de algodão, instrumentos de couro, louças (cerâmica), chocalhos, urupemas, balaios, facas de ponta, cordas (de malva, caroá, cabelo, agave), brinquedos de algodão seda, mobília de arame, vassouras, chapéus de palha, facões, artigos de funilaria. (BARROS, 2014, p.106)

Talvez os sentidos estejam sendo adaptados, mas, sem dúvida, descrevem as formas de interrelações oriundas da terra natal, pois, muitos percalços traduzem a vida cotidiana dos protagonistas dessa história que evidencia a origem e a transformação da feira e do bairro. Em depoimento, Maria do Socorro narra sua história cruzada com a da feira:

Minha vinda pra cá, nós vimos, não foi só eu, né? Foi a família toda, meu pai, veio pra cá nós tínhamos 4 anos, depois a gente voltou ao Nordeste, e na verdade

meu pai vinha no pau-de-arara, foi ele que trazia “o nordestino” aqui para o Rio de Janeiro, né? A Rodoviária era aqui fora, na rua Senador de Alencar, do lado de fora da Feira, né? Iah ele trazia pessoas para cá, pau-de-arara como falei. O que acontece, ele chegava aqui e não tinha o mesmo alimento que tinha no Nordeste, o que ele passou a fazer? Além de ele trazer as pessoas, depois que ele trazia as pessoas ele passou a trazer alimentos, que era o feijão, a carne-de-sol, tudo o que tinha no Nordeste ele começou a trazer, assim que começou um pouco da feira, sabe? Aqui ele viu que tinha muito nordestino, mas não tinha a comida do nordestino, então todo o processo foi feito dessa forma naquela época, meu pai era analfabeto, na verdade ele é um dos propulsores da feira, do lado de fora, não é essa feira que a gente vive agora, é uma feira de rua que durou muitos e muitos anos. (SEVERIANO, 2017)

Como cenário dessa correlação está Feira de São Cristóvão, espaço de luta, de inserção social e também de afirmação das identidades, subjetivadas por meio desse lugar que condensa memórias, trajetórias e histórias que fomentam o olhar para o nordestino da cidade. Alguns autores tratam da Feira de São Cristóvão para falar da migração nordestina no Rio de Janeiro e, dessa forma, escrevem a história dos migrantes de forma secundária. A história desses migrantes é que possibilita qualquer formação de territórios tradicionais e mesmo de fixação ou de identidades. As histórias comuns são caminhos para reflexões acerca dos percalços e trajetórias de luta e assentamentos em terras fluminenses.

Com toda sua produção cultural, identidades e traços da cultura nordestina e sertaneja, a feira, além de um reduto do Nordeste no Rio de Janeiro, também se tornou um dos atrativos turísticos mais visitados da cidade.

A concentração de nordestinos no Rio de Janeiro foi o ponto de partida para a formação de alguns lugares que identificavam os sujeitos sociais de territórios distintos. Nove estados configuravam-se em uma denominação “nordestino”, concretamente no processo migratório para o sudeste. Essa relação de experiências foi paulatinamente fortalecendo não apenas o bairro de São Cristóvão, mas o território de tradições e identificações dos nordestinos com a cidade. Ao relacionar as representações provenientes da feira estabelece-se também um elo com conceitos arraigados entre os nordestinos que formaram esse território.

2 | AS RELAÇÕES DOS SUJEITOS COM A FEIRA E COM O TERRITÓRIO

Os sujeitos que cotidianamente convivem na feira possuem elos de cordialidade, convivência, amizade e luta pelo espaço, pela sobrevivência e pelas causas comuns, advindas das relações sociais, econômicas e afetivas com a formação desse lugar enquanto um território nordestino. Desde sua formação no pavilhão alguns ajustes foram feitos, segundo os feirantes para melhor em termos logísticos. Dessas relações alguns elementos simbólicos vão sendo registrados, como a inserção e mudanças, inclusive de gostos para adaptação ao lugar.

Francisca Alda Hortência Dias, conhecida como *Chiquita*, é proprietária do Restaurante “Barraca da Chiquita” na Feira de São Cristóvão e trabalhou na feira

antes de existir o pavilhão, nos anos de 1979. Nascida no sertão do Ceará, contou um pouco sobre a sua vinda e as transformações da feira durante sua vida:

Quando eu comecei na feira, a feira era só aos domingos e a feira quem mais frequentava a feira era o pessoal da construção civil, sendo que com o passar dos anos vieram aqueles planos que mexeram tanto na economia, nem lembro, o cruzado novo, não sei, só sei que aqueles planos fizeram com que aquelas pessoas tivessem pouco dinheiro e a feira passou a ser uma fonte de lazer. E o mundo se acabando em crise e a feira crescendo, crescendo porque era uma opção barata. Você entendeu? Ai foi uma mudança, ai você teve umas pessoas que eram da construção, que vem comprar material de carpintaria, de pedreiro, e ele muda, o carioca focado na gastronomia e na música, a música já foi uma mudança enorme, da para frente não parou de mudar, é tanto que quando nós passamos para a parte interna do pavilhão havia muito receio de que não ia ser legal né? Porque ia mudar muito, depois que nós passamos para a parte interna do pavilhão, passou a ter estacionamento, passou a ter banheiro, e isso a gente teve um público melhor, então essa coisa de dizer que não foi coisa boa é absurdo, tá? (DIAS, 2017)

As mudanças observadas para adaptação ao gosto do turista corroboram com a transformação do território dentro da dinâmica cultural. As mudanças causavam medo, insegurança, muitos acabaram vendendo seus espaços e mudaram de vida depois da entrada ao pavilhão.

Outro depoimento diz respeito à “evolução” da feira depois da entrada ao pavilhão, existe uma consciência de melhorias na qualidade de vida dos feirantes e a oportunidade de mudança para a vida cotidiana desses sujeitos que fizeram e fazem a história nesse território nordestino.

É na verdade a feira lá fora era no calçadão de barro, né? as barracas eram cobertas por lonas, amarradas nas árvores, tinha aquele sofrimento danado de montar e desmontar, carregar comida de onde a gente morava até onde a gente come. Então era terrível, então teve uma evolução, que você hoje tem mais higiene, tem mais uma estrutura melhor para atender o público, e o turista. Com relação lá fora, aqui tem uma estrutura muito melhor. (DIAS, LEONEL, 2017)

A melhoria refere-se à entrada no pavilhão, não apenas pela estrutura, mas pela conquista do território, isso contempla a base econômica, a relação de afetividade e as sensibilidades com o lugar que se transformou na história da migração nordestina para o Rio de Janeiro: São Cristóvão.

Nesse contexto, encontra-se a idéia do legado trazido pelos sujeitos históricos à cidade, dando a ela novas “identidades” e, construindo seu patrimônio cultural nordestino nesse novo território de expressões diversas e múltiplas que também se configura enquanto nordestino.

Considerando o patrimônio a partir de conceitos como memória, identidade, território, e partindo da premissa dos lugares, territórios e espaços se constituírem por momentos de uma realidade social e como ela é pensada, criada e definida a partir do valor a ela atribuído (CHARTIER, 1990), forma uma indumentária de sentidos que coletivamente creditam à cultura o poder de herança e legado social.

O patrimônio construído no conceito histórico moderno parte do que Hobsbawm chama de Estado-nação, no qual a retórica da perda é uma articulação entre o domínio/

Estado e o coletivo/contraponto e reticência. Esse estado, na busca pela salvaguarda do povo no território e no tempo sobressalta a visão de Choay (2001) ao buscar a manutenção da memória coletiva pela representatividade histórica do monumento no tempo.

Essa perspectiva que discute a necessidade de manutenção de uma memória coletiva é um símbolo do que está em perigo e necessita de salvaguarda, daí a concepção de que o patrimônio é a valorização do passado por meio de sua história cristalizada no tempo, especialmente por meio do monumento/documento, ou pela ideia de alegoria. Essa ideia, por sinal, parte do princípio de que o patrimônio representa algo fora do seu tempo, ou seja, representa algo cujo sentido é significado como outro em temporalidade distinta. (GONÇALVEZ, 2002).

A percepção da apropriação da identidade pelo patrimônio passa pelo processo de representação cultural. Chartier, ao abordar conceitos como cultura, parte do princípio de que é necessário pensar sobre essa categoria com especial atenção à base conceitual própria de um tempo e de um espaço para poder comprehendê-la enquanto um processo. (CHARTIER, 1990)

A feira se forma a partir das correlações de dar sentido ao território, como um viés político de reivindicação, de apropriação e de reinvenção. Essa premissa verticaliza o sentido de apropriação e pertencimento ao território criado e planejado para simbolicamente ser o “Nordeste” na cidade do Rio de Janeiro.

As suas funções extrapolam a formação de um atrativo turístico, faz parte de uma herança da migração nordestina para o sudeste do país e substancialmente para o Rio. Esboçando um lugar de memória corrobora também para rememoração de sujeitos e símbolos da terra e, aprimorando o conceito de pertencer, dialoga com o passado e com as representações que esse passado reinventa nesse território de saberes e sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar as representações culturais de fé e devoção da cidade de Juazeiro do Norte, por meio da imagem de padre Cícero, diversas inquietações surgiram, nas quais sua vida e obra vão postulando novas direções, em especial, a cultural, social, política e religiosa, num novo rumo à sua história, agora aceita pela Igreja.

Especialmente por conta de sua conversão em importante líder religioso e, consequentemente, num santo de devoção popular, promotor de diversas inquietações no meio acadêmico e religioso, tornou tanto uma imagem/objeto de devoção quanto de peregrinação, na qual a cidade de Juazeiro do Norte passa a ser significativo centro de visitações turísticas de cunho religioso e da cultura popular além de favorecer a criação de outros territórios de relevância sociocultural.

Neste contexto de multiplicação da história e memória do padre fora do seu espaço de existência, a elocução pode ser considerada relevante exposição do Brasil e a

primeira maior fora do nordeste, pois, a concentração de nordestinos no Rio de Janeiro se fortalece não apenas com o entorno, no bairro de São Cristóvão, mas por conta de inúmeros turistas que também visitam a feira pela identificação e pertencimento dos migrantes que saíram de sua terra em busca de novas oportunidades pelo Brasil.

Esses visitantes, entre turistas e moradores da cidade e região, ao entenderem sua aproximação com a memória efetivada nos recantos da feira, possuem de certa forma, uma ligação com a história de uma figura emblemática da história. A priori esta ação *in memoriam* ao padre Cícero traz consigo um olhar para as representações simbólicas do povo nordestino, com especial atenção às questões populares. Também demonstram simpatia e identificação com tudo que referencia a história do nordeste, dos sabores, imagens, símbolos, sentidos e saberes à relação dos espaços e fronteiras do sagrado e do profano da vida cotidiana, pois, este espaço corrobora com o sentido de pertencer a uma terra, uma gente e uma sintonia que somente os “seus” poderiam entender.

Os lugares de memória nascem de um sentido formado a partir do conceito de que não há memória espontânea, considerando a necessidade que se têm em acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, entre muitos outros elementos capazes de formar provas e registros do passado. Neste caso, a feira de São Cristóvão se apóia na ideia de que enquanto instituição que tem também um cunho museológico, com arquivos, biblioteca, objetos e instrumentos que de certo modo tem a missão de salvaguardar a memória, passou de múltipla e coletiva, para única e sagrada.

No caso do sentido de outro território, a cidade mantém um elo de pertencimento e identificação com as cidades que fazem parte do universo simbólico nordestino, pois, “(...) para além dos objetos em si, com vistas a inseri-los no mundo que os cercam, reconhecendo sua historicidade, suas relações com contextos sociais específicos” (JULIÃO, 2006, p.95). Essa perspectiva diz respeito à função do passado e dos espaços e territórios passados em conformidade com o presente, ressignificado no território.

Essa escolha de objetos de memória não encerra sua contextualização e as experiências postuladas no universo de símbolos agregados à ideia do mentor de inúmeras pessoas que corroboram com os milagres do padre, com as suas idas e vindas na Igreja e recentemente com a acolhida pelo Vaticano, mas com uma nova significância agora aceita e regrada pelo sentido sagrado, pois, esses possuem uma valorização diferente, além de ser parte de um acervo aceito e dignificado por autoridades eclesiásticas, o seu valor mudou de figura, pois, conformou-se a eles uma condução da fé, agora aceita pelos dogmas da Igreja. Como mencionado por Bourdieu (1998), a simbologia depende de quem lhe atribui o valor e, esse valor é definido pelos sujeitos que produzem os significados ao território.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **A invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 1999.
- ANJOS, Moacir dos. **Local/Global: Arte em trânsito.** Rio de Janeiro. Arte, Jorge Zahar Editor, 2005.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Juazeiro do Padre Cícero:** A Terra da mãe de Deus. 3^a edição. Fortaleza: IMEPH, 2014.
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Revista Estudos Avançados**, 20, N° 57, maio/agosto. São Paulo: IEA, 2006. pp.221-236.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** Entre práticas e Memórias. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Três, 1984.
- DIARIO DO NORDESTE. **Juazeiro.** Contemporâneos relembram convivência. Fortaleza, Ceará, 24 de marco de 1994. Pág. 04, Caderno Especial.
- GONÇALVES, Reginaldo. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nação e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IPHAN. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos / texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2006.
- JULIÃO, Letícia. **A pesquisa histórica no museu.** In: CADERNO de Diretrizes Museológicas I. 2^a edição. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006, p. 93-105.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Paris: Anthropos, 1986.
- LEMOS, André. **Mídia Locativa e Território Informacional.** In Estéticas Tecnológicas. Novos Modos de Sentir, organizado por Priscila Arantes e Lúcia Santaella. Editora EDUC/SP, 2008. Acessado em 10/11/2012, <http://www.andrelemos.info/artigos/midia_locativa.pdf>.
- MARTINE, José Carlos P. Peliano. **Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano.** 1^a Ed. Brasília: IPEA, 1978.
- MENDES, António Rosa. **O que é patrimônio cultural.** Olhão: Gente Singular Editora, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Território e Territorialidade como Fatores Constitutivos das Identidades Comunitárias no Brasil: Caso das Comunidades Quilombolas. In: NOGUEIRA, João Carlos. NASCIMENTO, Tânia Tomázia do. **Patrimônio Cultural,Territórios e Identidades.** Florianópolis : Atilende, 2012.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIOS, Kênia Sousa; RAMOS, F. Régis Lopes. **O cultivo da lembrança no multiculturalismo: além da memória, mas aquém da história**. In: África, Brasil, Portugal: História e ensino de História. (org) FUNES, Eurípedes; LOPES, Francisco Régis; RIOS, Kênia Sousa; RIBARD, Franck. Fortaleza, Editora UFC/ Expressão Gráfica e Editora. 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TITO, Cléber. Feira de São Cristóvão completou 69 anos com muita alegria e novos projetos. 07/10/2014. Disponível em: <<https://clebertito.wordpress.com/2014/10/07/feira-de-sao-cristovao-69-anos-com-muita-alegria-e-novos-projeto/>>. acesso em: 21/09/2015.

VALIM, Ana. **Migrações: Da Perda da Terra à Exclusão Social**. 2^a Ed. São Paulo: Atual, 1996.

VALVERDE. Rodrigo Ramos Hospodar Felippe. **Transformações da feira de São Cristóvão: recriando o lugar do migrante**. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 81-90, jan./abr. 2011.

Entrevistas

Antonia Lucinda Soares – Feirante entrevista concedida em 10/03/2017.

Francisca Alda Hortêncio Dias – Feirante entrevista concedida em 10/03/2017.

Leonel Hortêncio Dias - Feirante entrevista concedida em 10/03/2017.

A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES

Maísa Fávero Costa

Faculdade Vale do Cricaré

São Mateus, ES

RESUMO: A evolução do conceito de patrimônio cultural culminou na evolução dos instrumentos que preservam e se relacionam com esse patrimônio. Uma visão contemporânea de instrumentos de preservação do patrimônio que será considerada neste artigo é a Rota Patrimonial, uma compilação de recursos patrimoniais semelhantes ou que tenham algum elemento em comum de forma a possuírem uma unidade de significado. O conceito de “rota patrimonial” reflete uma visão contemporânea da preservação de patrimônios culturais que difere das formas tradicionais de inventários, pois busca entender a relação entre homem e território. A cidade de Conceição de Barra, situada no litoral norte do Espírito Santo possui além de um rico acervo arquitetônico e urbanístico, recursos naturais e manifestações culturais populares de suma importância para a formação da identidade barrense. Não obstante a riqueza cultural, pouco dessa riqueza é reconhecida, seja pela própria população local e espírito-santense, seja pelas instituições públicas. Nesse sentido, este trabalho possui como objetivo geral identificar, documentar e reunir a identidade cultural local através do

estudo e proposição de uma “rota patrimonial” como instrumento de preservação e valorização do território a partir da relação dos bens materiais (naturais e construídos) e imateriais (que incluem ofícios, tradições, aspectos do cotidiano e memória coletiva), e dos espaços por estes apropriados, vividos ou percorridos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Rota Patrimonial; Identidade Cultural; Conceição da Barra.

ABSTRACT: The evolution of the concept of cultural heritage culminated in the evolution of the instruments that preserve and relate to this patrimony. A contemporary view of heritage preservation tools to be considered in this article is the Patrimonial Route, a compilation of similar patrimonial resources or that have some element in common in order to have a unit of meaning. The concept of “patrimonial route” reflects a contemporary view of the preservation of cultural heritage that differs from traditional forms of inventories, since it seeks to understand the relationship between man and territory. The city of Conceição de Barra, located on the north coast of Espírito Santo has a rich architectural and urbanistic collection, natural resources and popular cultural manifestations of great importance for the formation of Barrense identity. Notwithstanding the cultural richness, little of this wealth is recognized, either by the

local population and Espírito Santo, or by public institutions. In this sense, this work aims to identify, document and gather the local cultural identity through the study and proposition of a “patrimonial route” as an instrument of preservation and valorization of the territory from the relation of material goods (natural and constructed) and (including crafts, traditions, aspects of everyday life and collective memory), and of the spaces they have appropriated, experienced or traveled.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Patrimonial Route; Cultural identity; Conceição da Barra.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho busca a identificação, documentação e preservação do patrimônio cultural e natural da sede do município de Conceição da Barra/ES através do conceito de “rota patrimonial”, com a finalidade de reunir movimentos de pessoas, de bens, ideias e valores e os integrar com bens patrimoniais tangíveis de forma que efetivem sua existência.

Dessa forma, a rota proposta é fundamental no sentido de possibilitar a interconexão das estruturas, espaços ou manifestações atribuídas de valor histórico-cultural. O objetivo é ampliar o olhar sugerindo uma nova abordagem do espaço físico-cultural preservando e respeitando o valor de cada elemento, identificando-os e considerando os valores históricos (materiais e imateriais) existentes.

A Rota Patrimonial busca compreender o patrimônio territorial e a identidade do lugar objetivando a autonomia e valorização do território. Valorizar, preservar e reutilizar monumentos deve ser objeto de um estudo especial, pois “[...] deriva do bom senso mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que por isso, variam de país para país.” (CHOAY, 2005 p 222). É preciso que em cada lugar o patrimônio seja tratado de acordo com as particularidades existentes, ressaltando-as e não anulando.

O objetivo é identificar e rearticular os recursos patrimoniais existentes na sede do município de Conceição da Barra que possuem um forte apelo cultural (através de expressões culturais) e variedades de patrimônios arquitetônicos remetentes da época do surgimento da cidade. Devido a sua formação territorial ligada ao Porto de São Mateus e de um segmento da economia local ser a pesca, a região mais significativa para o estudo foi o cais e seus arredores englobando a Igreja da padroeira da cidade - Nossa Senhora da Conceição e outros imóveis considerados de valor arquitetônico, tendo o rio como recurso principal. É possível notar, devido a esses fatores, que essas unidades arquitetônicas se comunicam com a cidade e a população. O papel aqui será identificar e fortalecer esses laços.

Metodologicamente, o município será introduzido através de um breve diagnóstico histórico, econômico e local. Serão elencadas as transformações urbanísticas ocorridas ao longo dos anos e após isso será feita a proposição da Rota Patrimonial identificando

os bens de valor cultural, além de estudar e analisar as relações que eles estabelecem ou estabeleceram com o território. Serão identificados os recursos patrimoniais e através da interpretação deles serão estabelecidas unidades de paisagem para proposição final da Rota Patrimonial de modo que os recursos se relacionem entre si e entre o território.

2 | A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

A evolução do conceito de patrimônio cultural culminou na evolução dos instrumentos que preservam e se relacionam com esse patrimônio.

Uma visão contemporânea de instrumentos de preservação do patrimônio que será considerada neste artigo é a Rota Patrimonial, uma compilação de recursos patrimoniais semelhantes ou que tenham algum elemento em comum de forma a possuírem uma unidade de significado.

Entende-se por recursos “A terra, o rio, o entorno construído, as pessoas e a história. (...) os recursos podem ser naturais, recreativos, culturais e infra estruturais.” (SCHUSTER apud ANDRADE, 2012). Tudo o que se entende como elemento importante para a sociedade local, responsável por contextos históricos, econômicos ou de desenvolvimento local é classificado como recurso.

Dessa forma os recursos patrimoniais devem ser “conservados, revalorizados, estruturados e apropriados ao projeto territorial”. (SABATÉ apud ANDRADE, 2012).

Este trabalho utilizará o termo “recursos patrimoniais” para identificar elementos (materiais e imateriais) importantes no recorte territorial da sede do município de Conceição da Barra.

Significado semelhante à Rota Patrimonial é encontrado no conceito da UNESCO de Rota Cultural que foi apresentado e debatido pela primeira vez quando a Rota dos Peregrinos para Santiago de Compostela foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial em 1993, em Cartagena, Espanha” (CARDOSO; CASTRIOTA, 2012). Esse fato fez com que os órgãos do Comitê Internacional incluíssem a Rota nas discussões e se aprofundassem no tema.

O Comitê do Patrimônio Mundial dispôs que as Rotas Culturais fazem parte do nosso Patrimônio Cultural trazendo o conceito de Rota do Patrimônio que se mostra como rico e fértil “trazendo boas contribuições para o estudo do patrimônio, permitindo que se estabeleçam diretrizes que dialogam de forma complementar em uma abordagem plural da história e da cultura” (CARDOSO; CASTRIOTA, 2012. P. 8).

Segundo Cardoso e Castriota (2012), a base conceitual da Rota do Patrimônio é exposta como uma estrutura aberta, dinâmica e que invoca a lembrança, reconhecendo os diferentes valores e dimensões que envolvem o patrimônio “econômico, social, simbólico, filosófico” (CARDOSO; CASTRIOTA, 2012 p, 8), e as interações e seus significados dos processos dinâmicos e evolutivos entre o homem e a natureza.

Para as definições da UNESCO, a Rota Cultural se encontra na lista de categorias

junto com paisagens culturais e centros históricos, de bens que possuem algum valor cultural ou natural. Para se encaixar na categoria de Rota Cultural, o bem deve possuir um dinamismo da rota em relação ao espaço e tempo, intercâmbio cultural e a identificação dos elementos (recursos) importantes e pertinentes aos princípios da autenticidade local. O valor da Rota deve ser superior ao valor dos elementos patrimoniais que dão a sua importância cultural e realça o intercâmbio entre regiões.

Portanto, os conceitos apresentados serão analisados no local de estudo para possibilitar a proposta do artigo: Uma Rota Patrimonial para o município de Conceição da Barra.

3 | IDENTIFICANDO OS RECURSOS PATRIMONIAIS

3.1 Histórico do Local

A ocupação territorial do norte do Espírito Santo, principalmente da região de Conceição da Barra e de São Mateus, ocorreu inicialmente por grupos indígenas, remontando ao período de colonização quinhentista (HACON, 2011). Até 1891, Conceição da Barra pertenceu, segundo Russo (2007), à cidade de São Mateus, e sua colonização se deu após a chegada de navios, que vieram pelo Oceano Atlântico e atracaram às margens do Rio São Mateus (antigo Rio Cricaré). Na margem esquerda, surgiu a povoação que hoje é conhecida como São Mateus e, na margem direita, Conceição da Barra. A data precisa da chegada desses colonizadores é incerta, mas, tal como dito, remonta ao Brasil quinhentista (LIMA, 1995).

A região em questão era povoadas por um grande número de índios, sendo palco de uma famosa batalha entre brancos e nativos: a Batalha do Cricaré. Segundo Russo (2007), a batalha consistiu em um conflito entre os índios que ali viviam (da tribo Botocudos) e os portugueses colonizadores, em 1558. O Governador-Geral do Brasil na época, Mem de Sá, enviou seu filho e outros portugueses para conter as desordens indígenas contra a dominação portuguesa nas terras capixabas. Após a derrota, Mem de Sá organizou uma expedição que exterminou os nativos da região. O episódio ficou conhecido como primeira vitória dos portugueses contra os índios.

Ainda segundo Russo (2007), Conceição da Barra pertenceu à comarca de Porto Seguro por 59 anos (de 1764 a 1823). Isso certamente distanciou econômica e culturalmente a região da Província do Espírito Santo. Essa proximidade com a Bahia ajudou a região a prosperar através do mercado de trocas de manufaturas e tráfego de navios. Além disso, escravos fugitivos da Bahia acharam na região um local para se esconder e formar seus quilombos, tornando São Mateus e Conceição da Barra as cidades com maior número de comunidades de escravos no Espírito Santo.

Essa influência de modos de vida dos índios, negros e brancos e o relativo afastamento das capitâncias do Espírito Santo e Bahia fizeram com que as características

culturais locais fossem conservadas, possibilitando o intercâmbio cultural marcado pelas diversas manifestações e modos de vida que existem até hoje. Esse distanciamento também favoreceu a autonomia do uso do território, desenvolvendo um modo de vida particular, “[...] baseado no trabalho familiar e no uso predominantemente extrativista e comunal do meio natural coberto pela farta floresta tropical [...] e na disponibilidade de terras que permita o cultivo dos roçados” (FERREIRA, apud HACON, 2011).

Em 1596, após a visita do Padre José de Anchieta, o Rio e o Povoado passaram a se chamar São Mateus, e a antiga “Barra” se tornou Barra de São Mateus. (VARGAS, 2006). Em 1833, a povoação foi elevada à categoria de Vila, passando a se chamar Vila da Barra de São Mateus, (RUSSO, 2007). Somente quando se emancipou politicamente de São Mateus, em 1891, que o nome passou a ser Conceição da Barra: o primeiro em referência à padroeira da cidade e o segundo à primeira denominação do povoado.

O desenvolvimento da região foi estimulado pelo porto e pela boa navegabilidade. O porto de Conceição da Barra recebia embarcações de grande porte – fato que foi estimulado em 1870 com a construção do cais –, e o porto de São Mateus, fluvial, fez com que os dois portos se complementassem principalmente “[...] com comércio de farinha de mandioca, abóbora e escravos, até o final do século XIX” (VARGAS, 2006).

A distribuição espacial da cidade se dava com os negros vivendo na zona rural (mais afastados) e os brancos vivendo na cidade. Essa conformação espacial se deu até aproximadamente a abolição da escravatura em 1888, quando “outro comércio lucrativo surgiu, a extração de madeira da Mata Atlântica.” (VARGAS, 2006).

A madeira era retirada dos municípios do norte do Estado e escoada através do Porto de Conceição da Barra, impulsionando a economia da região, sendo complementada pela pesca e venda de pescados que, segundo Vargas (2006), teve seu auge nas décadas de 70 e 80.

Entretanto, no início dos anos 80, a produção de eucalipto e cana de açúcar ganhou destaque na economia local, ocupando as antigas roças dos negros que “frente à fascinação do dinheiro proposto pelas indústrias, venderam suas roças, em que predominava o plantio de mandioca e cereais de subsistência para que fossem substituídas por plantações de eucalipto e cana de açúcar.” (LIMA, 1995). Esses negros, atualmente moram na periferia da cidade e a maior parte deles trabalham nas indústrias de cana de açúcar e eucalipto.

A transformação que a economia sofreu devido à diminuição do comércio pesqueiro e o crescimento urbano levou o centro da cidade a se transformar em espaço residencial.

A partir da década de 1930, as ruas do núcleo central (que ainda hoje é demarcado pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição) começam a ser delimitadas por meio fio e calçadas. Neste núcleo, havia, primordialmente, 4 (quatro) ruas principais: A Rua Direita ou Rua Grande (Atual Rua Coronel Oliveira Filho), a Rua do Comércio (atual Capitão Antero Faria), a Rua do Canto ou Mundo Novo (atual Rua Muniz Freire) e a

Rua da Praia (atual 13 de Maio). Casas foram construídas ao lado umas das outras, sem nenhum tipo de afastamento frontal ou lateral, de características remanescentes do período colonial, sendo “suportes especiais bem delimitados que fortaleciam a existência e integração dos moradores naquele local.” (LIMA, 1995).

A cidade, aos poucos foi incorporando particularidades urbanas, ao passo que o progresso chegava. O coreto foi responsável pela agitação da vida social. Era ali que as pessoas se reuniam para conversar, namorar e onde a Banda Musical Oliveira Filho, que existe até hoje, se apresentava em dias de festa. “O espaço concreto torna-se, então, o espaço social, que em conjunto com a natureza revela a existência de uma sociedade que surge com suas relações e atividades peculiares a cada grupo humano.” (LIMA, 1995).

Outro exemplo de progresso foi a iluminação pública que substituiu as lamparinas, velas e lampiões pela energia elétrica, a princípio movida por caldeira a lenha e depois passando a ser movida por motor a óleo.

A Igreja, como em qualquer núcleo de características coloniais, era o centro da vida e da comunidade. Na sua frente existia um largo que servia de extensão do espaço religioso e de ponto de encontro da população. Permaneceu assim por mais de um século, até a década de 30, quando foi transformado em praça, no contexto de embelezamento das cidades. Com canteiros que convergiam para o coreto, no centro, a praça, passou por várias modificações ao longo dos anos para se adaptar ao progresso e à época, mas nunca perdeu seu símbolo de lazer e convivência das pessoas.

Sabe-se que a Praça, hoje denominada Praça Prefeito José Luiz da Costa, passou por várias transformações de paisagismo, desenho dos canteiros bem como o coreto, ao longo dos anos, até chegar às características atuais. Porém ela não perdeu suas características enquanto espaço público de encontro. Em 2012, a população entrou com um pedido de reconhecimento do patrimônio na Secretaria de Estado da Cultura, levando ao tombamento a nível Estadual da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e proteção do entorno existente, incluindo praça e casarios, através da Resolução 003/2013.

Além das praias e do Parque Estadual de Itaúnas o município de Conceição da Barra é marcado pela força da cultura através de manifestações folclóricas como o Ticumbí, as Pastorinhas, o Rei de Bois e o Alardo de São Sebastião. De acordo com Vargas (2006), o município chega a receber até 100 mil pessoas durante a alta temporada.

Atualmente, a cidade é dividida da seguinte maneira: no litoral, há a presença de atividades de pesca e turismo que, segundo Vargas (2006) teve crescimento acentuado nos últimos anos devido à popularidade dos carnavales de rua e do reconhecimento do distrito de Itaúnas em nível nacional como a Capital do Forró. E no interior do município há a presença de agricultura empresarial.

3.2 Diagnóstico local

A cidade é marcada pela tradição e fidelidade dos turistas que a frequentam o que é visto como potencial, afinal, é possível encontrar famílias inteiras de turistas que estão na cidade todos os verões e participam da vida do município movimentando, principalmente o comércio local.

Outro potencial encontrado é a presença de manifestações culturais marcantes. O Ticumbi, Alardo de São Sebastião, Reis de Boi e As Pastorinhas fazem parte das tradições religiosas, que encontram algumas dificuldades em se perpetuarem. Por serem manifestações culturais, sua perpetuação se dá através de uma geração passar para a outra o que sabe, ensinando e estimulando a próxima geração para que prossiga fazendo as mesmas coisas.

Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente, há um projeto de implementação dessas manifestações nas escolas para que as crianças cresçam conhecendo a cultura local, e se interessem em seu desenvolvimento. Porém, a mesma Secretaria informou que há bastante dificuldade em incluir essas atividades nos currículos escolares uma vez que são todas manifestações religiosas (todas homenageiam santos – São Benedito, São Sebastião, a Sagrada Família e o nascimento de Jesus) e algumas denominações religiosas não aceitam esse tipo de projeto. Esse impasse impede a propagação e permanência das manifestações, que, acima de tudo são manifestações culturais identitárias.

Além das manifestações religiosas citadas acima, o carnaval é uma presença forte no município. O livro editado pela prefeitura: “Conceição da Barra 110 anos de Emancipação Política” discorre sobre o carnaval na cidade pontuando que esta manifestação sempre foi forte. Havia apresentação e desfiles de blocos e fantasias nos clubes da cidade e aos domingos acontecia o desfile dos corsos: dezenas de carros cheios de gente com uma banda tocando. Comum também era o desfile de carros alegóricos enfeitados com confetes e serpentinas que percorriam as ruas da cidade. A partir dos anos 60 os bailes passaram a ser realizados nos Clubes mas a rua não perdeu espaço e os desfiles de blocos também continuaram. A partir dos anos 80 com a introdução dos trios elétricos e do axé (influência da Bahia), a população e os turistas aderiram totalmente a esse modelo de festa, levando o fechamento dos clubes, época em que a Prefeitura passou a financiar o carnaval.

A gratuidade da festa marcou o início da popularidade nacional do Carnaval de rua de Conceição da Barra que antes tinha como principais turistas diversas famílias, agora passa a receber milhares de pessoas (na sua maioria jovens) em busca de diversão e folia. Apesar de superlotada, a cidade não possui serviços de infraestrutura (como supermercado, lojas e farmácias) capaz de atender a quantidade de gente que visita o município nesta época. Embora famoso e divertido, esse tipo de turismo é sazonal e não garante a sustentabilidade do comércio durante o ano todo.

4 | PROPOSTA DA ROTA PATRIMONIAL

A proposta do trabalho é o estudo de uma Rota Patrimonial com recorte territorial da sede do município de Conceição da Barra. Para isso, o primeiro passo metodológico, após o estudo histórico, econômico e social do lugar foi a identificação dos recursos patrimoniais (naturais, culturais, arquitetônicos e apropriação do espaço) importantes historicamente para a população. Destes recursos, foram inventariados os arquitetônicos e manifestações culturais, e identificados os naturais (mangue e rio) os quais foram localizados geograficamente.

O segundo passo foi a interpretação e compilação de dados desses recursos, buscando compreender as relações que estes guardam entre si e com o território. Na sequência, foram identificadas as diferentes unidades de paisagens do território, definidas de acordo com os inventários e interpretação dos recursos, como unidades de paisagem natural ou construída. O quarto e último item foi a definição da Rota Patrimonial, uma conexão das unidades de paisagem e dos recursos patrimoniais encontrados.

Os recursos patrimoniais encontrados não estão restritos ao patrimônio arquitetônico, mas incluem também as formas de expressão e relação entre o homem e o território. Nesses recursos incluem a arquitetura, configurações urbanísticas da cidade, festividades tradicionais, patrimônio natural e paisagem (abrangendo toda a área do cais e do rio, principalmente).

Seguindo a metodologia adotada, foi feito a identificação e análise dos recursos patrimoniais histórico-arquitetônico separadamente, através de inventários próprios, identificando uso, localização, estado de conservação e descrição.

Os recursos patrimoniais de natureza imaterial também identificados e inventariados, onde foi identificado o tipo de manifestação, a descrição de suas atividades, etapas e ritos, o período do ano que ocorre, bem como outros elementos essenciais à sua realização, como as indumentária e instrumentos usados. No exemplo do Ticumbi, foi feito um mapeamento do percurso e os locais de apropriação do espaço urbano. Coincidemente, esse percurso abrange espaços já pré-identificados como importantes (Igreja, praça, ruas que ligam Igreja e Cais).

Além dos recursos históricos arquitetônicos, foram também identificados espaços apropriados pela coletividade, a partir de práticas cotidianas como a região do cais, que agrega elementos ligados à prática tradicional da pesca (estaleiro e peixarias).

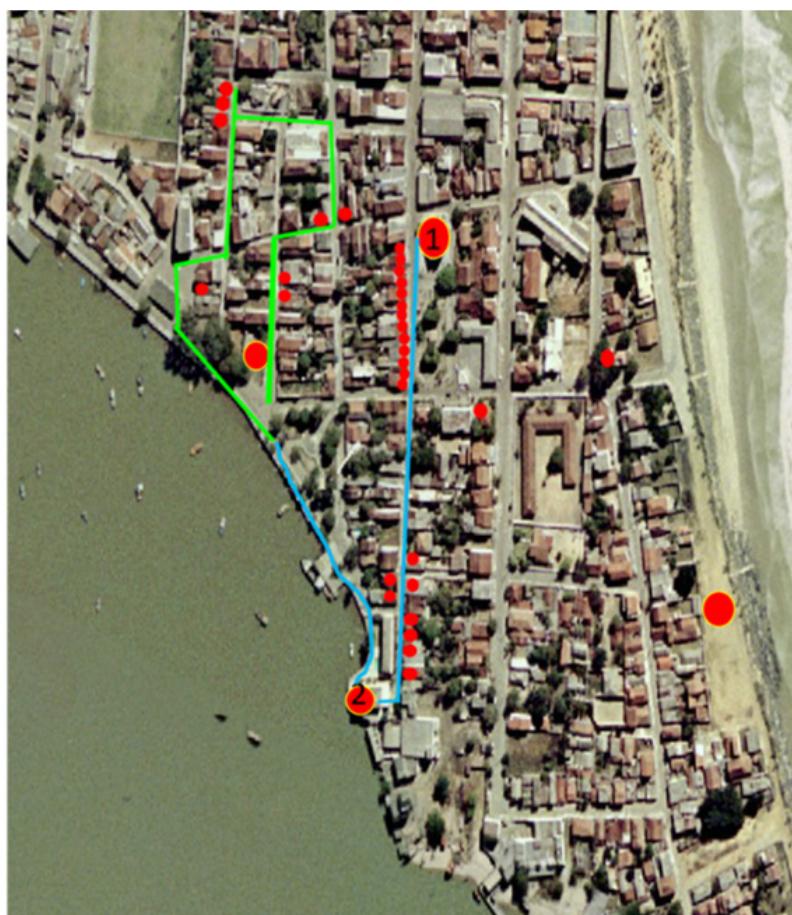
Os recursos histórico-arquitetônicos consistem em 35 imóveis de interesse de preservação sendo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição já tombada pelo Conselho Estadual de Cultura. Os recursos de atividades de pesca incluem o estaleiro (local que fabrica e conserta barcos) e peixarias dispostas na Avenida Cricaré (do cais), e ruas laterais próximas.

Os recursos inventariados foram mapeados, onde é possível fazer a identificação de 3 unidades de paisagem: manifestações culturais, histórico-arquitetônico e o de

elementos ligados a pesca.

Buscando atingir o objetivo deste trabalho que é identificar os recursos patrimoniais e propor uma Rota Patrimonial para a sede do município de Conceição da Barra pretende-se garantir a preservação dos recursos que possuem ligação histórica, fortalecer as atividades pesqueiras no cais e ao longo do rio São Mateus, fortalecer movimentos que já acontecem entre a população-rio, população-religião, população-população, e aumentar a autoestima das comunidades locais valorizando sua identidade cultural.

A Rota foi elaborada através da ampliação do olhar para a cidade e suas relações com a população, identificando os recursos que são fortes no município (manifestações culturais, arquitetura da Igreja, por exemplo) e compilando esses recursos, foram definidas duas Rotas: Uma Rota Histórico-arquitetônico envolvendo os recursos arquitetônicos de maior valor: Igreja Nossa Senhora da Conceição e Trapiche. E a segunda Rota envolvendo a paisagem do cais e arquitetura civil. Segue mapa das rotas.



Legenda

- Rota 1: Histórico – arquitetônico (Igreja - Trapiche)
- Rota 2: Arquitetônico – paisagístico (Arquitetura civil – Cais)

Figura 15: Rotas Patrimoniais.

Fonte: GEOBASES modificado pela autora

Rota 1: Histórico Arquitetônico. Percorre a Rua Coronel Oliveira Filho (Antiga Rua da Direita) que possui 13 imóveis identificados de arquitetura remanescente do período de primeira ocupação da cidade e tem início na Igreja Nossa Senhora da Conceição (tombada pelo Conselho Estadual de Cultura) e final no Hotel Marina da Barra (antigo Trapiche).



Figura 12: Imagens da Rota 1.

Fonte: COSTA (2011) e (2013)

A Rota 2: Natural-Arquitetônico: Para esta rota, compilou-se as edificações arquitetônicas de caráter mais simples dispostas em ruas estreitas e menos movimentadas. Com início no casarão do cais, ela segue por um pedaço da Rua do Laboratório, e termina na praça de São Pedro, praça onde está concentrado peixarias e o mercado Municipal. O final essa rota apropria-se do elemento principal: o rio e suas relações com a população.

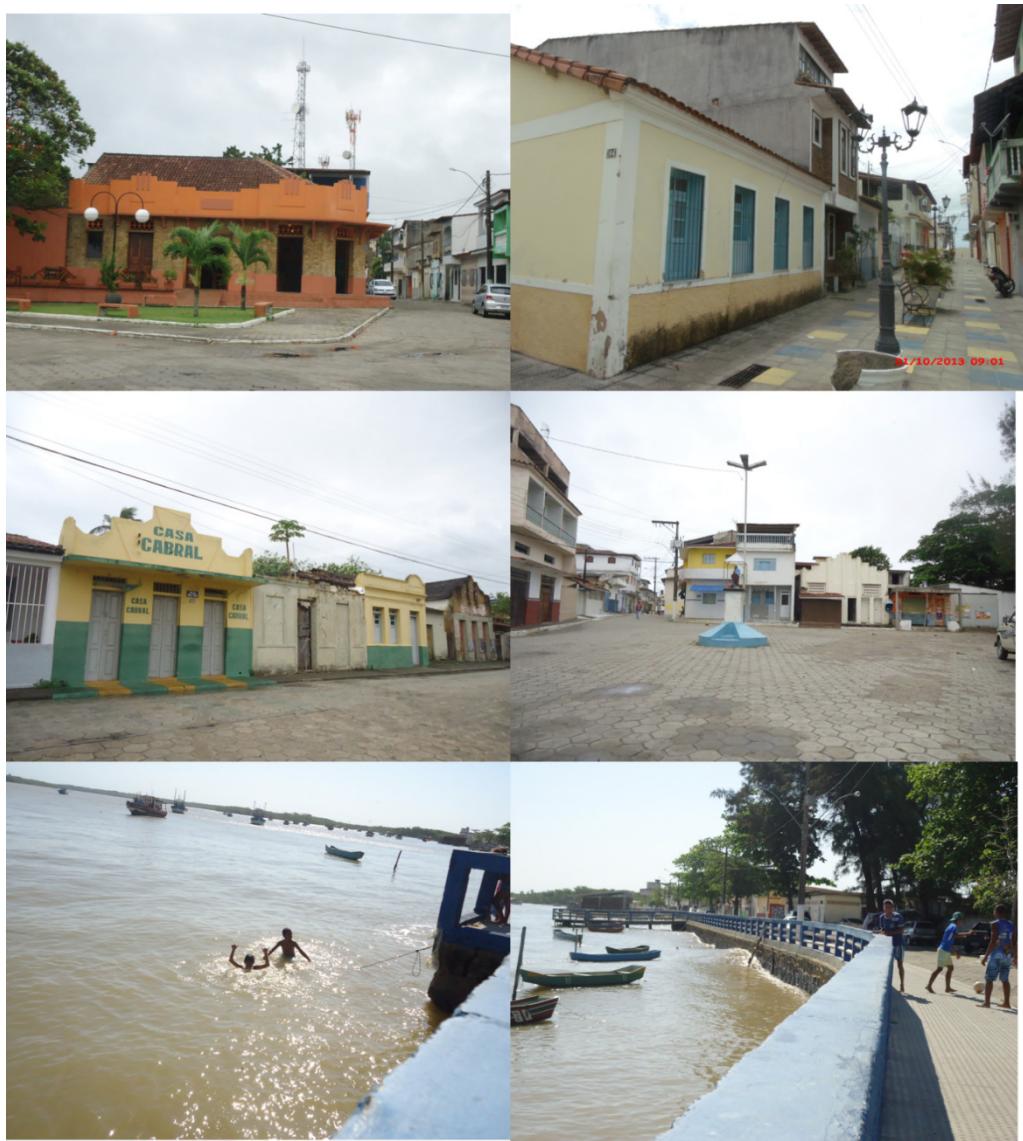


Figura13: Imagens da Rota 2

Fonte: COSTA (2011 e 2013)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de ampliar o olhar sobre o patrimônio cultural fez com que novos instrumentos de preservação surgissem e efetivassem a salvaguarda desse patrimônio. Com isso, o olhar saiu do objeto isolado e conquistou a paisagem, conjuntos arquitetônicos, traçado urbano e as formas como a população se envolve, trabalha e vive.

Através desse estudo teórico, é desenvolvida a “patrimonialidade” definida por Costa (2012) como sendo uma conexão com a sensibilidade estimulada por um objeto ou lugar que possuam as “marcas do passado” (REIGL 1989 apud Costa 2012), e que vinculado com a identidade é capaz de lhe atribuir autenticidade.

O trabalho teve esse objetivo: o de olhar com mais cuidado e atenção para o que é intangível: comunidades de pescadores, manifestações culturais e como eles se relacionam com o patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico. A identificação

desses recursos importantes para a comunidade e a sua documentação é uma forma de materializar sua importância para a cidade, para isso, usou-se instrumentos ainda novos que tratam do patrimônio de forma mais ampla e abrangente. Por serem instrumentos recentes, ainda há muito o que estudar para adequá-lo a fim de se tornarem projetos futuros bem-sucedidos.

Conceição da Barra possui um forte apelo cultural, recursos patrimoniais arquitetônicos, manifestações folclóricas, e o mais importante: o sentimento que a população tem de pertencimento e o orgulho de ser barrense.

Este estudo, portanto, pretende provocar reflexões dos grupos inseridos no território: gestores públicos e particulares e atores locais de forma a reterritorializar os recursos articulados pelas rotas transformando assim, a auto estima da comunidade promovendo, consequentemente, a preservação desses recursos.

Para isso, é necessário não apenas a indicação e criação da Rota Patrimonial, mas uma série de diretrizes de atuação que envolvam todos os atores, para a efetiva preservação dos recursos. Tais como: Revitalização da área do cais, com mobiliário e equipamentos que incentivem a permanência da população; políticas de controle de ocupação sobre os recursos naturais (rio e mangue); sinalização educativa/informativa das edificações identificadas nos inventários e do espaço urbano; estudo de local (possível mercado) que reúna peixarias, artigos para pesca e artesanato na área do cais; estabelecimento de políticas que visem a preservação do patrimônio cultural da cidade e estudo de formas de incentivo para perpetuação das manifestações culturais.

Ressalta-se, portanto, a necessidade de uma investigação multidisciplinar para a compreensão das complexas questões inerentes à compreensão do território em suas diferentes escalas. Não obstante as conscientes limitações que permeiam o trabalho acadêmico em questão, procura-se, ao menos sob o olhar do arquiteto, apontar os entendimentos iniciais da área escolhida para investigação tendo como objeto principal o patrimônio ambiental urbano em suas variadas manifestações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bruno Amaral de. **Uma rota Patrimonial para o baixo Rio Santa Maria da Vitória [ES]**. Instrumento de conservação, valorização, requalificação e/ou transformação do Patrimônio Territorial. Projeto de Graduação. UFES, 2012.

ANDRADE, Bruno Amaral de. ALMEIDA, Renata Hermann de. **O patrimônio territorial de Santa Leopoldina [es] como Pretexto para a proposição de uma rota patrimonial**. Revista Fórum Patrimônio. V.5, n.2, 2012.

CARDOSO, Flavia M. POSSATO; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **O itinerário enquanto instrumento de preservação. Do patrimônio cultural: o caso da estrada real**. Revista Fórum Patrimônio. V.5, n.2, 2012.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Editora Unesp, 2001.

COSTA, Maritsa Sá Freire. **A estrada real: um projeto memorial mineiro**. MICHELON, F. F. (Org.);

MACHADO JÚNIOR, C. S. (Org.); SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

LIMA, Rita de Cassia Bóbbio. **Relatos e Retratos de Conceição da Barra**. Editora EDUFES. 1995

LIMA JUNIOR, Carlos Benevides; LIMA, Rita de Cássia Bóbbio; BONICENHA, Wallace. **Conceição da Barra: 110 anos de Emancipação Política**. Editora Multiplicidade. 2001.

MARTINS, Nuno. COSTA, Claudia. **Património, Paisagens culturais, turismo, lazer e desenvolvimento sustentável. Parques Temáticos vs Parques Patrimoniais**. 2009.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira, **Cultura Política e Relações de Poder na Região de São Mateus: o papel da câmara municipal (1848/1889)**. Mestrado em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.

VARGAS, Paulo Sergio de Paula, **Avaliação do Plano Diretor de Conceição da Barra**, 2006

PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR

Paulo José Lisboa Nobre

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Departamento de Arquitetura. Natal – RN.

Isaías da Silva Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Departamento de Engenharia Civil. Natal – RN.

RESUMO: As Praças Históricas de Natal apresentam acelerado processo de descaracterização, embora inseridas no “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal”, tombado em 2014 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O processo de salvaguarda iniciou em 2008, reconhecendo marcos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos nos bairros da Cidade Alta e Ribeira, os mais antigos da cidade. No entanto, para que esse conjunto se torne de fato um patrimônio, é necessário que os habitantes o reconheçam e desenvolvam um sentimento de pertencimento. Assim, é fundamental informar a população, chamando atenção para a necessidade de preservar a ambiência e atributos paisagísticos do conjunto tombado. Esta ideia motivou a pesquisa “Paisagens da Memória: em busca do passado nos jardins natalenses”, desenvolvida no Departamento de Arquitetura da UFRN entre 2013 e 2016. Este artigo resulta do esforço dos pesquisadores para a divulgação do material

produzido na pesquisa, um inventário que registra as transformações ocorridas nesses locais e reconstrói em realidade virtual os vários aspectos desse Conjunto ao longo do tempo. Para tanto, foi construído um sítio eletrônico na rede mundial de computadores internet, que permite divulgar o acervo e incorporar novos dados. Assim, se pretende informar a população sobre o passado e o presente, principalmente dos espaços livres inseridos no conjunto tombado, bem como abrir um canal de comunicação com os visitantes, pesquisadores e demais interessados. A realidade virtual permite mergulhar na história e favorece a preservação da memória urbana, o que pode significar uma oportunidade a mais dos bens patrimoniais serem preservados.

PALAVRAS-CHAVE: Tombamento; Educação Patrimonial; Realidade Virtual.

ABSTRACT: The Historical Squares of Natal present an accelerated process of decharacterization, although inserted in the “Architectural, Urban and Landscape Set of Natal”, registered in 2014 by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN). The safeguard process began in 2008, recognizing architectural, urban and landscape landmarks in the upper and lower parts of Cidade Alta and Ribeira neighborhoods. However, for this group to become in fact an

asset, it is necessary that the inhabitants recognize it and develop a sense of belonging. So, it is fundamental to inform the population, calling attention to the need to preserve the ambience and landscape attributes of the listed structure. This idea motivated the research “Landscapes of Memory: searching for the past in natal gardens”, developed in the Department of Architecture of UFRN between 2013 and 2016. This article results from the researcher’s efforts to disseminate the material produced in the research, an inventory that register the transformations occurring in these places and reconstructs in virtual reality the various aspects of this set along the time. In order, an electronic website has been built on the worldwide internet computer network, which allows the dissemination of the collection and the incorporation of new data. This way this work aims to inform the population about the past and the present, especially of the free spaces inserted in the listed set, as well as open a channel of communication with visitors, researchers and other interested people. Virtual reality allows us to immerse ourselves in history and favors the preservation of urban memory, which can mean an additional opportunity for patrimonial assets to be preserved.

KEY WORDS: Preservation; Patrimonial Education; Virtual Reality.

1 | INTRODUÇÃO

O título deste artigo – Paisagens da Memória, remete ao fato de que, no meio urbano, as marcas do passado são apagadas continuamente, num processo constante de transformação inerente às demandas sociais crescentes. Atualmente, com a ampliação da noção de patrimônio cultural, se faz necessário implementar programas de educação patrimonial e informar a população sobre a necessidade de preservar a memória de épocas passadas.

Um caminho possível é proteger a ambiência das áreas históricas, não apenas os edifícios e monumentos, mas também as praças e jardins públicos, que se destacam como elementos importantes, uma vez que são palcos privilegiados do cotidiano das cidades e seus cidadãos. No entanto, no que se refere mais especificamente aos jardins públicos, estes espaços têm pouca permanência no tempo, pois os equipamentos públicos requerem constante manutenção, enquanto que o trato com a vegetação requer cuidados e conhecimentos adequados, sem os quais a composição paisagística resulta em formas perecíveis e fugazes.

No caso do Centro Histórico de Natal, as praças e os demais espaços livres apresentam lamentável estado de conservação e acelerado processo de descaracterização, embora inseridos no “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal”, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os estudos para o tombamento tiveram início em 2008, sendo a proteção definitivamente instituída em 2014, através da Portaria nº 72 (BRASIL, 2014). O reconhecimento de valores materiais e imateriais foi um passo importante para a preservação da memória e da identidade local, porém, ao observar o estado atual

de conservação desses espaços livres e suas relações com a paisagem, é possível notar que o tombamento não foi suficiente para evitar a degradação e o esquecimento desses bens patrimoniais.

No momento que se procede ao tombamento de um conjunto urbano pelo IPHAN, este se torna patrimônio histórico, artístico e cultural nacional. No entanto, para esse conjunto se torne de fato um patrimônio, é necessário que os habitantes o reconheçam como tal e desenvolva o sentimento de pertencimento.

Apesar do Tombamento a situação é preocupante, a sensação de quem caminha pelas ruas e praças do Centro Histórico é de total abandono. A legislação avançou ao reconhecer o valor patrimonial dessa área da cidade, porém não tem sido suficiente para garantir sua proteção e evitar a perda da identidade. Falta fiscalização e regulamentação, para que seja possível disciplinar o uso e a gestão dos bens tombados.



Figura 01: Denúncia em Jornal Local, um ano após o Tombamento.

Fonte: O Jornal de Hoje, 26/02/2015.

Diante desse contexto, buscamos contribuir para a sobrevivência da memória das nossas Praças Históricas, divulgando, através da criação e manutenção de um sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), os resultados de uma pesquisa desenvolvida no Departamento de Arquitetura da UFRN, no período de 2013 a 2016. O principal objetivo deste projeto é contribuir para a preservação do patrimônio cultural e da história urbana de Natal. O material disponibilizado no referido sítio eletrônico consiste no inventário das Praças Históricas localizadas no Centro Histórico de Natal, mais especificamente aquelas inseridas no Conjunto tombado pelo IPHAN.

Pretende-se assim buscar outras formas de preservação do patrimônio cultural

e da memória. Para tanto, divulgamos o acervo referente a esses locais, textual e gráfico, composto tanto por fotografias e similares quanto por imagens produzidas em realidade virtual, que representam as modificações mais significativas ocorridas nesses espaços ao longo do tempo. Esse recurso possibilita vivenciar o passado, experimentar sensações e melhor compreender as relações estabelecidas no processo de construção da paisagem cultural, uma vez que aqueles lugares sofreram drásticas intervenções espaciais ao longo do tempo. Tendo em vista que a cidade de Natal não reconhece nem preserva as suas Praças Históricas, a reconstituição virtual do passado, utilizando softwares de modelagem 3D, se constitui num instrumento importante para chamar a atenção sobre a descaracterização desses espaços na atualidade.

Lançando mão desse importante recurso didático, procura-se resgatar do esquecimento e alertar a população sobre a importância desses lugares na memória da cidade; assim como apontar aos gestores novos caminhos para a gestão das áreas históricas da cidade, de forma a evitar futuras descaracterizações. Assim, pretende-se contribuir para que esse patrimônio seja preservado para além do Tombamento, respeitando os seus atributos paisagísticos e a ambiência histórica.

2 | AS PRAÇAS HISTÓRICAS DE NATAL

Em sua *Acta Diurna*, crônica publicada no Diário de Natal em 10 de junho de 1949, o historiador Luís da Câmara Cascudo definia Natal como uma “Cidade Sempre Nova”. O célebre autor explicava que, por serem construídas com materiais pouco duráveis, as construções da cidade foram se “derruindo” e Natal foi desaparecendo na sua fisionomia antiga. Em seguida acrescenta que do ponto de vista moderno esse desgaste foi um benefício:

Natal é uma cidade sempre nova, sem casario triste e sujo, sem os sobradões lúgubres que ainda o Recife é obrigado a manter. Cidade pequena e pobre teve a recompensa da sua pequenez e humildade, não dando problemas maiores aos seus futuros administradores (CASCUDO, 1949).

Essa ideia de que o novo é sempre melhor, essa paixão pelo que é moderno, parece explicar o destino das nossas Praças Históricas, que foram refeitas sucessivamente ao longo dos anos. Constatase que as praças de Natal sofreram diversas alterações morfológicas, principalmente em seu traçado. É possível supor que esse é o resultado de uma busca constante pela renovação urbana, empreendida pelos gestores municipais sem levar em conta valores históricos e culturais.

Ademais, o século XX em Natal trouxe uma nova relação das pessoas com o espaço público. É um período em que os desejos das elites eram mudar a fisionomia da cidade, o que acabou acontecendo, mesmo que de maneira tímida. Para Marcia Marinho (2011), os espaços urbanos podem ser lidos como a expressão dos anseios das elites de construir uma imagem da modernidade para a cidade e para si própria.

Esta é uma das dificuldades que se impõem para a preservação da memória

urbana, no que se referem às citadas praças. Uma vez que os espaços livres e jardins públicos do Centro Histórico se encontram em lastimável estado de conservação, a população e os visitantes não se sentem atraídos nem se identificam com esses locais, que transmitem uma sensação de abandono e insegurança. Portanto, se faz necessário divulgar o passado esquecido desses espaços e ressaltar sua importância no cotidiano da cidade.



Figura 02: Material de Campanha Política.

Fonte: Folder (distribuição gratuita).

A denominação “Praça Histórica” foi adotada pelo IPHAN/RN ainda no Estudo de Tombamento do Centro Histórico de Natal (2008), o termo designa um local destinado ao lazer e ao convívio da população, mas que carrega um significado histórico para a evolução da cidade. No Centro Histórico de Natal, a mais importante é a Praça André de Albuquerque, local de fundação da cidade, ocorrida em 1599, segundo o livro “História da Cidade do Natal” (CASCUDO, 1980), além de ser o lugar em que se localizou o Pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia (demolida em 1911).

O caráter simbólico da Praça é reforçado pelo fato de que em seu entorno se concentram edifícios de grande representatividade histórica e patrimonial, tais como a Igreja Matriz, o antigo Palácio do Governo (atual Pinacoteca do Estado) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A história dessa praça, assim como das outras Praças Históricas de Natal, tem como característica principal o seu constante redesenho, o que dificulta o entendimento do valor patrimonial contido nesses espaços.

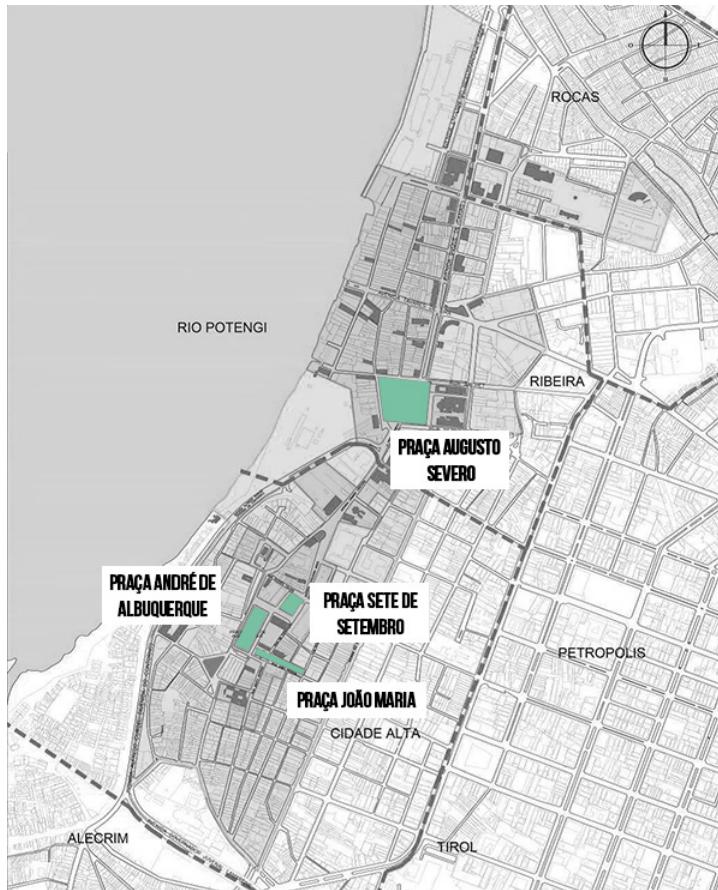


Figura 03 – Localização das Praças Históricas estudadas.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Segundo Leonardo Castriota (2009), ao falarmos de patrimônio cultural, estamos apontando para um conjunto muito mais amplo, que inclui nossa cultura e herança coletiva, estamos indicando um sujeito coletivo. Para o autor, o patrimônio cristaliza em suas manifestações as especialidades de uma cultura, a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim, sua maneira de viver. Portanto, o que se considera patrimônio cultural de um povo não vai ser algo dado, mas sempre o produto de uma escolha – a escolha do que é significativo para aquele povo, nunca se deve esquecer que vão ser os valores atribuídos às coisas e lugares que vão dar-lhes significado e transformá-los em patrimônio.

No entanto, o processo ocorrido no Centro Histórico de Natal, visando a salvaguarda desses bens, se deu de forma diferenciada do que tem ocorrido em outras cidades, pois o tombamento precedeu a realização de inventários. Tal constatação toma como exemplo a cidade de Recife (PE), na qual o procedimento para o tombamento dos Jardins Históricos projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx teve como ponto de partida a realização de inventários. Diante disso, atribui-se a esse fato algumas dificuldades que se impõem para a preservação dos bens protegidos. Uma vez que não há registros precisos sobre a configuração morfológica e o estado de conservação das praças, espaços livres e jardins públicos na ocasião do tombamento.

Nesse sentido, Marilia Rangel Machado (2009), explica que o tombamento é o

instrumento jurídico para a proteção dos bens culturais de natureza material, enquanto que o inventário é um instrumento de proteção dos bens culturais de qualquer natureza, que pode ter como finalidade subsidiar as ações de educação patrimonial e as políticas públicas de preservação; divulgar e valorizar o patrimônio cultural; e mobilizar e apoiar a sociedade civil. A autora acrescenta ainda que dar publicidade ao inventário é etapa importante para alcançar a proteção do bem cultural inventariado.

Estas ideias ajudaram a entender a necessidade de proceder ao inventário, bem como da urgência em divulgar os dados coletados e os resultados desse trabalho. Assim, surgiu a pretensão de proceder a uma ação de Educação Patrimonial, tendo em conta as discussões que se desenvolvem em torno desse tema, pois sem as quais de nada adianta o tombamento, uma vez que a preservação da memória não se faz por força da lei.

Para Átila Tolentino (2008), a ideia de que é preciso conhecer para preservar é uma falácia da Educação Patrimonial. Segundo o autor, propagou-se a máxima de que é preciso conhecer para preservar, mas conhecer, por si só, não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais, é necessário mais que conhecer para preservar. Tolentino afirma ainda que a educação patrimonial, para que possa ser efetiva, implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a reflexão crítica e, a partir dessa reflexão, buscar a transformação da realidade. Nesse sentido, apontam-se as seguintes ações como exemplo:

- Construir junto com a comunidade o entendimento e o reconhecimento do patrimônio cultural compreendido no Centro Histórico de Natal;
- Criar possibilidades para o diálogo e a troca de informações sobre os bens culturais, abrindo um canal de negociação que possa, ao mesmo tempo, alimentar e complementar a base de dados e melhor entender o lugar, ouvir a voz dos seus usuários, suas necessidades e conflitos;
- Difundir os dados produzidos pelo estudo: inventários, reconstituição do passado em realidade virtual, acervo de fotos e material gráfico, projetos, etc. buscando o conhecimento como alternativa para a preservação dos bens culturais;
- Fortalecer a noção de pertencimento ao lugar, buscando identificar a real comunidade usuária e apontando possibilidades para seu envolvimento nas ações de preservação.

Assim, pretende-se aplicar ao projeto entendimentos e concepções mais abrangentes da Educação patrimonial.

3 I DA PESQUISA À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O Projeto Paisagens da Memória teve inicio como atividade de pesquisa (2013-2016), passando a ser uma ação de extensão universitária em 2017. Dedica-se ao estudo das Praças Históricas de Natal, inseridas no Conjunto tombado pelo IPHAN, e pretende chamar a atenção para a importância desses lugares, inventariando e

reconstruindo o passado através da Realidade Virtual. Como foi dito anteriormente, tendo em conta o constante processo de transformação urbana, é preciso proteger as marcas do passado e a ambiência das áreas históricas, não apenas os edifícios e monumentos, mas também as praças, os jardins públicos e suas relações com a paisagem. Para preservar esse patrimônio é fundamental o apoio da população, que deve reconhecê-lo e dele se apropriar.

Portanto, o projeto procura contribuir para informar sobre a memória dessa parte da cidade de Natal, chamando atenção para a necessidade de preservar seus atributos paisagísticos. Esta ideia vem sendo posta em prática desde 2013, quando foi iniciado o inventário, que coletou e produziu um acervo de dados ainda inédito. A construção de um sitio na internet se mostrou como o meio mais eficiente para a divulgação de todo o material produzido, incluindo as imagens em realidade virtual, que procuram reconstruir os vários aspectos morfológicos que alguns desses espaços livres experimentaram ao longo do tempo.

As ações do projeto promovem o acesso a um patrimônio arquitetônico e urbanístico que é testemunho da produção de espaços urbanos para o uso e convívio na cidade, como um meio de guardar a memória destes locais. O projeto se justifica pela importância histórica, documental e acadêmica do recorte em estudo e se alinha com o Plano de Cultura da UFRN, no âmbito do Programa Mais Cultura nas Universidades, que objetiva “fortalecer, criar e implementar diretrizes, metas e ações acadêmicas no campo das artes e cultura na UFRN, de modo a incluir, respeitar e fortalecer a diversidade cultural potiguar, nordestina (PLANO DE CULTURA DA UFRN, 2015). Desta maneira, além do envolvimento do projeto com a cultura local adiciona-se o seu caráter preservacionista, contribuindo também como fonte acadêmica para o ensino, a pesquisa e extensão universitária.

Para melhor compreender a função das praças na dinâmica da evolução urbana é fundamental o estudo de autores que, ao pensaram a historiografia de Natal, dedicaram atenção ao seu sistema de espaços livres público. O desenvolvimento da pesquisa também permitiu uma compreensão mais abrangente do Paisagismo e sua história a partir das Cartas Patrimoniais da UNESCO e do IPHAN, especialmente a Carta de Florença (ICOMOS, 1982), documento que rege o tombamento e a conservação dos Jardins Históricos, definindo-os como objetos artísticos e assegurando sua preservação. Outra referencia importante é o Manual de Intervenção em Jardins Históricos (DELPHIN, 2005), editado pelo IPHAN com o apoio do Programa Monumenta, além de outros autores que discorrem sobre o paisagismo e a paisagem.

O inventário iniciou-se com a elaboração de linhas do tempo para cada praça, pontuando as mudanças sofridas ao longo do tempo, para que fosse possível a identificação de configurações morfológicas distintas. Essas fases representam as mudanças mais drásticas ocorridas em cada lugar, que também correspondem às mudanças políticas mais significativas registradas na historiografia local.

PESQUISA PAISAGENS DA MEMÓRIA: Em busca do passado nos jardins natalenses



Figura 04 – Ficha de Inventário (recorte) da Praça André de Albuquerque.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

A partir daí, foi possível confeccionar maquetes virtuais, partindo de desenhos 2D elaborados no *software AutoCAD* e transformando-os em objetos 3D no *software Sketchup*, inserindo detalhes como as edificações lindeiras, monumentos e o mobiliário urbano. Ao final, utilizou-se o *software Lumion* para inserir a vegetação, bem como as texturas correspondentes de cada material. A construção do espaço em realidade virtual pode se referir a um objeto que já existiu e foi destruído, que desapareceu por alguma circunstância imprevista ou por aspectos de segurança ou modernização.

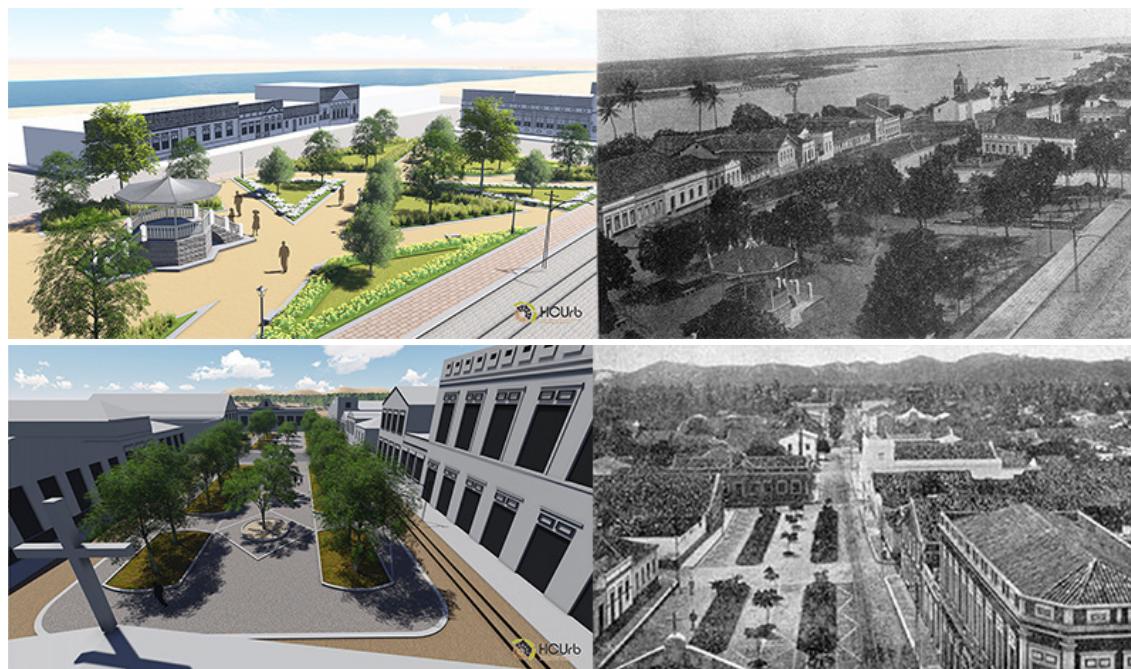


Figura 05 – Praças André de Albuquerque (acima) e Padre João Maria (abaixo) no início do séc. XX, em imagem digital (à esquerda) e Fotografia (à direita).

Fonte: Acervo da Pesquisa.

A divulgação dessa produção vai permitir aos usuários mergulhar na história do local, buscar dados históricos e cotidianos. Vale salientar que a realidade virtual é geradora de novos registros, permitindo uma imersão virtual nas sensações experimentadas no espaço recriado, bem como a manipulação volumétrica que favorece a sensibilização do usuário e, consequentemente, a preservação da memória urbana. A oportunidade que se tem de reconstruir virtualmente, em diversas épocas um bem patrimonial significa uma oportunidade a mais desse bem ser preservado. Esse é um aspecto positivo para o campo de pesquisa da história da arquitetura, especialmente do paisagismo.

Este é precisamente o maior interesse deste projeto, pois se espera que, à medida em que seja essa produção seja divulgada, cresça o interesse por esses espaços e que possa inspirar futuras restaurações. O Inventário comprehende todo o processo da pesquisa, desde a revisão bibliográfica até a conclusão das maquetes virtuais. As Fichas de Inventário podem ser atualizadas conforme surjam novos elementos para o estudo, como o levantamento botânico da cobertura vegetal existente, além de outras informações que podem vir a ser compartilhadas pelos usuários a partir do diálogo que será estabelecido.

4 | INFORMAR PARA PRESERVAR

A rede mundial de computadores (internet) se apresenta como o meio mais eficaz para a divulgação e troca de informações, inclusive como ferramenta para a educação patrimonial, sendo este o caminho apontado para divulgar o inventário das Praças Históricas de Natal. Pretende-se assim buscar outras formas de preservação do patrimônio cultural e da memória da cidade, chamando a atenção da população para a importância desses lugares e para a necessidade de preservá-los, uma vez que está em curso um acelerado processo de deterioração, mesmo estando legalmente protegidos. Por outro lado, vale salientar que o acesso a essas informações se dará de forma discriminada e talvez não alcance a comunidade dos reais usuários, composta em grande parte de pessoas de baixo ou nenhum poder aquisitivo.



Figura 06: Identidade Visual do Sítio Eletrônico.

Fonte: <https://www.paisagensdamemoria.ct.ufrn.br>

No entanto, a criação de um sítio eletrônico na rede mundial de computadores, além de divulgar o acervo, poderá abrir um canal de comunicação com os usuários desses locais, pesquisadores e demais interessados no assunto. A proposta toma como referência experiências em curso em outras cidades, como o Projeto Memória João Pessoa – vinculado ao Laboratório de Pesquisa, Projeto e Memória e ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba – no qual o meio eletrônico vem sendo utilizado como ferramenta de educação patrimonial (SZILAGYI *et al*, 2011).

Nesse sentido, pretende-se também contribuir para a formação acadêmica no âmbito da extensão universitária na UFRN e contribuir para o aprofundamento do conhecimento multidisciplinar no campo do paisagismo e da computação gráfica, enfrentando os desafios inerentes à conservação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental, com interface no ensino e pesquisa no âmbito da graduação e pós-graduação. A aproximação com essa problemática favorece o entendimento das Praças como objetos artísticos e patrimoniais.

As tecnologias digitais, cada vez mais desenvolvidas no campo da arquitetura e urbanismo, se mostram como ferramentas importantes para a concepção do projeto, tornando-o mais rápido, detalhado e interativo. Lançando mão do didatismo desses recursos, pretende-se alertar a população e apontar novos caminhos para a administração das áreas patrimoniais da cidade, de forma a evitar futuras descaracterizações.

A preocupação em evitar novas descaracterizações no conjunto tombado se justifica no momento atual, quando a Secretaria Estadual do Turismo informa que iniciou obras de requalificação em onze praças de Natal. Dentre as praças contempladas

com verbas oriundas do PAC das Cidades Históricas, estão citadas as cinco Praças Históricas tombadas. No entanto, em nenhum momento tal fato é considerado, o que denota uma grande irresponsabilidade por parte dos gestores urbanos, bem como uma total falta de interesse pela memória e cultura local.



Figura 07: Artigo sobre a Requalificação de Praças Históricas de Natal.

Fonte: NOVO Jornal, 15/06/2017.

O período de desenvolvimento da pesquisa foi marcado por diferentes fases complementares. A primeira foi constituída pela identificação das transformações morfológicas dos jardins históricos, categorização dessas informações em Fases e elaboração de uma linha do tempo, como já citado anteriormente. A fase seguinte foi marcada pela representação dessas informações em objetos 3D, sendo inseridos detalhes, como as edificações lindeiras, monumentos, o mobiliário urbano e a vegetação. A partir do processamento digital foi possível a captura de imagens e vídeos e, por fim, o posterior tratamento em edição visual.

É notável a possibilidade que o uso da realidade virtual proporciona para reconstruir um objeto que já existiu e foi destruído, que desapareceu por alguma circunstância imprevista ou por aspectos de modernização. Essas informações são dotadas de valor, tanto para compor um banco de dados que poderá vir a contribuir com outras pesquisas, como um meio de guardar a memória destes locais. A divulgação dessa produção, a partir da criação do sítio eletrônico (www.paisagensdamedoria.ct.ufrn) vai permitir aos usuários mergulhar na história do local e buscar dados históricos e cotidianos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal resultado esperado, é que o Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal seja reconhecido pela população e assim seja possível evitar que os bens patrimoniais e culturais contidos no Centro Histórico de Natal, em especial as praças, continuem a sofrer depredações. Além disso, espera-se reverter a prática de intervenções sem critérios técnicos, mesmo que na forma de pequenas intervenções, como a pintura de monumentos, que acabaram por descharacterizar mais ainda o patrimônio em questão. Nesse sentido, espera-se contribuir para a elaboração de Regulamentação específica, capaz de facilitar a conservação dos bens tombados.

Espera-se também que os usuários do sítio eletrônico possam mergulhar na história do local, buscar e compartilhar as informações. Num cenário futuro mais favorável, uma vez reconhecida a importância desses espaços na história cotidiana da cidade, a população possa se interessar pela história e cultura local, assim contribuindo para a sua proteção.

Por fim, almeja-se que a divulgação do inventário das Praças Históricas de Natal possa contribuir para que esse conjunto se torne de fato um patrimônio, reconhecido pelos habitantes e favorecendo o sentimento de pertencimento. No âmbito da extensão universitário, espera-se que este projeto desperte o interesse de docentes e discentes, alimentando e gerando novas pesquisas e artigos científicos, contribuindo para outros estudos sobre objetos patrimoniais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria n.º 72**, de 16 de julho de 2014, Diário Oficial da União n.º 136. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/73210041/dou-secao-1-18-07-2014-pg-11/pdfView>.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Natal, cidade sempre nova**. Diário de Natal, 10 de junho de 1949. Disponível em: <http://actas.memoriaviva.com.br/2009/10/21/natal-cidade-sempre-nova/>, acesso em 31/01/2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza et al. **Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p.41-47.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em Jardins Históricos: Manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Florença**. 1981. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>, acesso em: 01/02/2017.

MACHADO, Marilia Rangel. O Tombamento e o Inventário como formas de acautelamento. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza et al. **Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p.49-55.

MARINHO, Márcia. **Natal Também Civiliza-se: Sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense**. Natal: EDUFRN, 2011.

SZILAGYI, Emmanuel B. Von; OLIVEIRA, Fernanda R; MONTEIRO, Gabriela P; MOURA FILHA, Maria Berthilde. Informando e brincando queremos preservar o patrimônio: uma ação de educação patrimonial para a cidade de João Pessoa. In: **III Forum Mestres e Conselheiros**, 2011, Belo Horizonte. III Mestres e Conselheiros Anais. Belo Horizonte: IEDS, 2011.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácia sobre seu conceito e sua prática. In: SANTOS, Maria C. T. M. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

UFRN. **Plano de Cultura da UFRN** / Edital Mais Cultura nas Universidades. PROEX/ NAC /UFRN. Natal. 2014.

A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL

Larissa Gabe

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Ibirubá – RS

Mariela Camargo Masutti

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Cruz Alta – RS

Maria Aparecida Santana Camargo

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Cruz Alta – RS

é imprescindível para tais estudos, pois os lugares onde esses grafismos se encontram são considerados lugares de memória, onde as pessoas se identificam e se apoderam desta significação, que as faz ter uma sensação de pertencimento. Deste modo, o patrimônio busca valorizar aquilo que é importante para a humanidade, aquilo que pode ser visto como uma herança histórica, algo que nos pertence, e que pode contribuir com diversas áreas de estudo relacionadas à história e às artes, no estudo do surgimento da humanidade, de quem somos e como nos desenvolvemos.

PALAVRAS-CHAVE: Arte. Cultura. Humanidade.

ABSTRACT: The present research, of bibliographic character and qualitative character, deals with the mural paintings, artistic genre that arose in prehistory, where the man portrayed in the caves facts of his daily life. Later, these graphics were called rock art. In this sense, this study seeks to deepen knowledge about this type of art that reveals the way of life and the thinking of our predecessors. Art was transformed at the same time as man, so that in each period, new techniques were discovered, and new characteristics were appearing. It is possible to observe that these mural drawings are part of the history of each civilization, they are able to inform us the way of life, the way

RESUMO: A presente pesquisa, de cunho bibliográfico e caráter qualitativo, trata das pinturas murais, gênero artístico que surgiu na pré-história, onde o homem retratava nas cavernas fatos do seu cotidiano. Mais tarde, esses grafismos foram denominados de arte rupestre. Nesse sentido, este estudo busca aprofundar conhecimentos sobre este tipo de arte que revela o modo de vida e o pensamento de nossos antecessores. A arte foi se transformando ao mesmo tempo que o homem, de modo que, em cada período, foram se descobrindo novas técnicas, e novas características foram aparecendo. É possível observar que esses grafismos murais fazem parte da história de cada civilização, elas são capazes de nos informar o modo de vida, a maneira de pensar, a organização da sociedade, dentre tantos outros fatos relevantes para o estudo da humanidade. Sua preservação

of thinking, the organization of society, among many other facts relevant to the study of humanity. Its preservation is indispensable for such studies, because the places where these graphs are found are considered places of memory, where people identify and take possession of this meaning, which makes them have a sense of belonging. In this way, heritage seeks to value what is important to humanity, what can be seen as a historical heritage, something that belongs to us, and which can contribute to several areas of study related to history and the arts, in the study of the emergence of humanity, of who we are and how we develop.

KEYWORDS: Art. Culture. Humanity.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a pré-história o homem sentia necessidade de se comunicar, de se expressar, e o fazia através de pinturas e desenhos nas paredes das cavernas. Esse tipo de manifestação artística é chamada de muralismo e continua presente no cotidiano da sociedade. Hoje, a pintura mural é considerada como uma galeria a céu aberto, pois seu intuito é possibilitar que seja visualizada por todos, não apenas por uma parcela da população que pode entrar em museus e galerias, deselitizando, assim, as artes visuais e promovendo uma verdadeira acessibilidade à cultura. Dessa maneira, as pinturas murais também se estruturam como linguagem e expressão do desenvolvimento social e humanístico ao longo do tempo.

2 | A PINTURA MURAL AO LONGO DO TEMPO

2.1 Pré-História

Antes que fosse escrita uma única palavra, a primeira forma de comunicação que liga a sociedade atual a seus ancestrais pré-históricos é a imagem. E sobre essas imagens gravadas nas paredes das cavernas ainda se conhece muito pouco e sequer sabe-se com certeza de sua função: se ali estavam para educar ou para operar algum tipo de magia que lhe era atribuída. O fato é que elas estão ali, resistiram ao tempo e alcançaram o olhar de outros seres humanos, como certamente tencionaram seus autores. (NOBRE, 2011)

Então, há de se entender que a gravura rupestre não foi somente a primeira forma de pintura mural, mas também a primeira forma de expressão, de comunicação e de registro de memórias. As primeiras pinturas parietais de que se têm conhecimento são as encontradas nas cavernas e rochas datadas do período Paleolítico, há aproximadamente 40.000 anos a.C.. Algumas cavernas ainda possuem traços da pintura parietal, como a Lascaux, na França, a de Altamira, na Espanha, e a Chauvet, na França. Segundo Nobre (2011, p. 16), os registros mais antigos que se conhecem foram feitos em locais longe de onde os povos se fixavam e com difícil acesso. Por

isso parece que essas pinturas estavam relacionadas à crença no poder de imagem. Essa teoria é sustentada por Aguiar (2012, p. 3), ao afirmar que “os símbolos rupestres poderiam ser uma espécie de magia simpática relacionada com caça – onde o caçador primeiro captura a essência do animal cobiçado por meio de sua representação nas paredes de pedra, o que traria êxito na caçada”.

Essas pinturas geralmente consistiam em representações de animais de caças – bisões, cavalos, rinocerontes, ursos, panteras e hienas –, além de figuras humanas, rituais e cenas coletivas do cotidiano, com uma tentativa de dar movimento às imagens. Também pintavam seus desejos, anseios e esperanças.

Pode-se dizer que essas figuras se assemelham, em parte, aos desenhos infantis. O naturalismo era sua forma de representação, pois pintavam as coisas da maneira que as enxergavam, tal qual uma criança traça no papel suas primeiras impressões do mundo. Primeiramente usavam as mãos e os dedos para representações. Depois fizeram pincéis de pelos de animais e penas de aves. Utilizavam materiais disponíveis na época para desenhar, como minerais, além de sangue, ossos, carvão, argila de várias cores, ceras e resinas vegetais, até o surgimento da pigmentação e da tinta, com diferentes técnicas de pintura.

2.2 Egito

No Egito a pintura representava expressões ritualísticas e religiosas, além de desenhos da fauna, da flora, cenas cotidianas da agricultura, caça e pesca, entre outros. Possuíam regras rígidas de representação, como a Lei da Frontalidade onde apenas os olhos e o tronco do ser humano poderiam ser representados de frente, permitindo assim uma melhor visualização. Havia, ainda, uma hierarquia cuja relação era expressa no tamanho das pessoas representadas, onde o faraó era o maior, seguido da rainha, do príncipe, dos sacerdotes, dos servos e do povo, ou seja, o tamanho da figura era proporcional à sua importância.

Os antigos egípcios criaram seus murais a fim de proporcionar aos mortos a passagem da vida terrena para outra vida pós-morte, por isso, sua temática incluía a jornada para o outro mundo ou divindades protetoras que deveriam apresentá-los aos deuses do pós-morte. O que mais importava não era a beleza dos murais, e sim sua plenitude. (GOMBRICH, 2000 *apud* NOBRE, 2011, p. 18) Também foram os primeiros a utilizar a técnica da encáustica – mistura de pó em cor com cera aquecida e derretida, utilizada nos murais, considerada uma das técnicas mais resistentes às intempéries. (ATELIER VIEIRA, 2009)

Ainda utilizavam a técnica do quadriculado, já que as paredes eram compartimentadas de acordo para receber cada cena. No Novo Reino algumas regras mudaram com o rei Amenófis, onde ele e sua esposa foram retratados em cenas domésticas e não mais em solenidades somente, além de ter abolido a regra que dizia que o faraó deveria ser retratado com tamanho maior devido à sua superioridade. O

sucessor do reino continuou com este estilo por algum tempo e depois retomou as antigas crenças.

2.3 Mesopotâmia

A pintura parietal mesopotâmica, de forma geral, tinha o intuito de narrar os feitos históricos e heroicos da sua civilização nas guerras, porém cada dinastia diferia de estilo e temática. Os sumérios contavam suas histórias em linhas horizontais, onde o espectador tem que olhar a obra como um todo. Nas dinastias acádia e persa as imagens ilustravam as vitórias dos reis. Os babilônios tinham preferência por representar divindades e fatos do seu cotidiano. (NOBRE, 2011, p. 20)

2.4 Grécia

A arte tinha um caráter idealista da realidade. As imagens estavam presentes também nas tumbas e em palácios com caráter decorativo.

2.5 Etruscos

Considerada quase que exclusivamente tumular, a pintura Etrusca tinha por objetivo, assim como os egípcios, de confortar o falecido na sua jornada após a vida. Sofreu fortes influências gregas. Retratavam cenas do cotidiano, de danças, esportes, banquetes, entre outros, para transmitir ao morto a força, vitalidade e potência que as imagens possuíam.

2.6 Roma

A pintura mural romana se prestava à exaltação ao representar cenas de combate, cerimônias e desfiles triunfais. O ápice da pintura – Roma Imperial – se destinou à decoração de templos e residências, representando cenas cotidianas. Os artistas, extremamente perfeccionistas, criavam ilusões nas paredes, como janelas abertas onde se enxergavam paisagens que desafiavam e até confundiam o olhar, tamanho o domínio das técnicas de profundidade e perspectiva adotadas por eles. Havia a valorização da delicadeza e dos detalhes, representando fielmente a realidade.

Depois houve a arte paleocristã que, devido à perseguição religiosa, aconteceu nas catacumbas romanas, que eram os pontos de refúgio e culto dos cristãos. Posteriormente integraram-se cenas do Antigo e Novo Testamento, porém de uma maneira que apenas os cristãos pudessem compreender, além de cenas cotidianas do homem comum.

2.7 Arte Bizantina

Foi a que iniciou após os cristãos receberem sua liberdade e proteção pelo Imperador Romano Constantino. Era uma arte puramente cristã que representava cenas da vida de Cristo no intuito de educar religiosamente por meio da linguagem imagética, mais simples de entender, o povo leigo. Tempo depois, incorporou uma

misticidade, preocupando-se em representar mais o espírito do que o material.

2.8 Idade Média

Surgiu após a queda do Império Romano, também conhecida como Idade das Trevas. Nessa época houve uma mistura dos estilos anteriores, surgindo assim o estilo românico, que buscava doutrinar os fiéis sobre os dogmas das igrejas, sendo a arte considerada para os analfabetos o mesmo que a escrita é para os alfabetizados.

Giotto di Bondone (1266 – 1337) é um dos pintores que se destaca, sendo responsável pela difusão da ilusão de perspectiva em suas pinturas, pois até então a arte descrevia os fatos como em uma narrativa, ao passo que o uso da perspectiva causou a impressão de os fatos estarem acontecendo naquele momento em que é visualizada.

2.9 Renascimento

Nesse período houve certo abandono da pintura mural da maneira que era usualmente executada. Mas pode-se dizer que o apogeu técnico da pintura mural se deu no Renascimento, por meio da técnica do afresco, executada com pigmentos aplicados diretamente sobre a argamassa ainda fresca. Consagrado na História da Arte como “mural nobre”, o afresco é assim chamado devido à grande exigência de da técnica e dos materiais por parte do artista. Quanto ao estilo, naturalista, caracterizava-se pela precisão e observação para obter uma representação mais fiel da realidade. Também se estudou a inserção da perspectiva nas imagens através do uso do claro-escuro. O período é marcado pela liberdade e individualismo.

Dentre os artistas que se destacam nesta fase estão Michelangelo Buonarroti, autor do afresco do teto da Capela Sistina, no Vaticano, e Leonardo da Vinci, autor do afresco *A Última Ceia*, encontrado no convento de *Santa Maria delle Grazie*, em Milão. (NOBRE, 2011)



Figura 1. Teto da Capela Sistina.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teto_da_Capela_Sistina#/media/File:Vatican-ChapelleSixtine-Plafond.jpg

2.10 Maneirismo

Este estilo de pintura é marcado por diferentes pontos de vista em uma mesma cena, porém sem obedecer a uma hierarquia no que diz respeito às figuras. Muitas vezes os elementos secundários são privilegiados.

2.11 Barroco

Originou-se na Itália no final do século XVI e difundiu-se por outros países cristãos, o que levou a diferentes características em cada local. O Barroco Europeu refletia o domínio da emoção sobre a razão e a forte influência da Igreja sobre todos os âmbitos da sociedade. Desenvolveu-se primeiro nas artes visuais, mas por conta de sua expressividade e movimento característicos, acabou ecoando, posteriormente na música e no teatro. Apesar de compartilharem dos mesmos temas, diferencia-se do Renascimento por aplicar maior dinamismo, contraste, drama, realismo e exuberância, obtendo um caráter decorativo e fazendo um apelo às emoções (NOBRE, 2011).

2.12 Neoclássico

É uma resposta aos ideais Barrocos, pois tem como base o racionalismo, o aperfeiçoamento e o combate às superstições e dogmas religiosos, promovendo o resgate da arte clássica pura e antropocentrista.

2.13 Romantismo

Movimento artístico, político e filosófico que focalizava o indivíduo como centro do mundo. A arte parietal foi retomada por um grupo chamado Nazarenos, que buscava uma arte mais voltada aos valores espirituais.

O objetivo dos Nazarenos era o de restaurar uma unidade que eles acreditavam que, com o tempo, havia sido perdida. Para tanto, buscavam reconciliar a verdade (ou a fé) e a arte, ideia e experiência, sujeito e objeto, Antigo e Novo Testamento, comunidade e indivíduo, por meio de um resgate das origens culturais alemãs, suas linguagens e temas populares. (GOSSMAN, 2003 *apud* NOBRE, 2011, p. 36) Esses artistas acreditavam que a conversão ao cristianismo, além da mudança do indivíduo e da cultura, abriria caminho para um novo começo, começo esse que para eles era um resgate do passado. Com o tempo perdeu o caráter decorativo e deu lugar a questões ligadas ao social.

2.14 Muralismo Mexicano

Foi o ponto mais forte de retorno da arte muralista, onde a pintura foi usada como instrumento político e de persuasão social. A pintura mural era usada como uma forma de ensinar a população analfabeta do campo sobre a história do seu país de modo a incitá-los a desenvolver um senso de patriotismo, que mais tarde tornou-se uma força na Revolução Mexicana.

O muralismo foi utilizado para representar a importância das classes menos favorecidas no intento de construir uma nova identidade para o país, uma que não negasse o passado, mas que fizesse integrar. O muralismo foi escolhido para essa função por ser uma arte exposta a todos, acessível, que não se encontrasse dentro de uma galeria ou museu.

Diego Rivera (1886-1957) foi um dos grandes nomes do muralismo mexicano, defendendo a arte como um instrumento revolucionário e não-opressor.



Figura 2. Homem, o controlador do Universo. Diego Rivera.

Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/El_hombre_controlador_del_universo#/media/File:Libro_Los_Viejos_Abuelos_Foto_68.png

2.15 Graffiti

Desde muito tempo a pintura mural tem sido usada como uma ferramenta para manifestações políticas e sociais, disseminando assuntos de relevância para a sociedade. Nesse contexto surge o *Graffiti*, uma manifestação de arte que se encaixa na categoria de arte mural que remonta aos antigos romanos, que escreviam manifestações nas paredes de suas construções com carvão. (BRASIL, 2011 *apud* NOBRE, 2011) Essa manifestação artística foi incluída na cultura *hip hop*, disseminando mensagens políticas, sociais e contra a violência. A palavra italiana *graffiti* é o plural de *graffito*, que remete a desenhos realizados de maneira rude. O *grafitti* ou até mesmo a forma abrasileirada e também correta “grafite” é descendente direto do muralismo moderno e da cultura pop, de onde herdou recursos como máscaras, o *stencil* e os *stickers*.

O Muro de Berlim, no lado ocidental, também foi palco de manifestações com grafite. No Brasil, essa corrente artística veio para democratizar a arte, antes restrita aos museus e coleções particulares, e difundir um conhecimento geral para a população sobre essa linguagem.



Figura 3. Grafite de cunho político no muro de Berlim.

Disponível em: http://tapanacara.com.br/blog/2009/11/arte_graffiti_no_muro_de_berli.html

2.16 No Brasil

No Brasil a pintura parietal teve grande desenvolvimento ao ser utilizada em residências do período colonial. Era uma tentativa de buscar de uma identificação com a cultura europeia, para que demonstrassem o status e a individualidade dos nobres fazendeiros.

Há muitos exemplares de pinturas murais de grande importância, como na Fazenda Rialto, na Paraíba, que remontam ao primeiro ciclo do café, cujas paredes construídas possuem representações de paisagens locais, fauna e flora regionais, símbolos de progresso do Segundo Império, como ferrovias, aquedutos e pontes. Somente estas imagens já são grandes motivos para haver um estudo e preservação das mesmas. (TIRELLO, 2005)

O principal artista desta técnica é Portinari, que trabalha com a temática social e com a deformação expressiva.

3 | O PATRIMÔNIO

Patrimônio cultural, segundo Ghirardello e Spisso (2008, p. 13) “é o conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos sociais”. O patrimônio histórico e cultural das cidades representa a historicidade com a qual o cidadão pode se identificar e se reconhecer como membro da comunidade, pois patrimônio são lugares e temporalidades de recordação que servem para compor uma memória coletiva e um senso de pertencimento, levando a uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Esse preservar da memória não está ligado apenas à conservação de relíquias antigas ou edificações, mas também à preservação de toda uma história, todo um caminho percorrido pela sociedade, desde seus tempos mais remotos até aos dias de hoje. (TOMAZ, 2010) Desse modo, a preservação auxilia na compreensão da identidade e desenvolvimento cultural de todas as sociedades.

As obras de pintura parietal se enquadram dentro dos bens materiais, possuindo valores culturais, históricos e artísticos, enquanto que a técnica da pintura mural é considerada um bem imaterial, pois é um modo de fazer, uma técnica, sendo intangível. A preservação desses bens é uma manutenção do estado físico do bem no estado em que o mesmo se encontra, de maneira a desacelerar a sua degradação, prolongando sua existência. (GHIRARDELLO E SPISSO, 2008)

As obras murais no Brasil não obtiveram o grau de importância necessário na época em que foram realizadas para que houvesse a noção de que sua salvaguarda é de extrema importância para o conhecimento histórico tanto da técnica empregada como do povo referente à época. Devido a esse descaso, a maior parte das obras murais, principalmente as encontradas em fazendas, estão em estado de degradação máximo, ou seja, ruínas. A ruína remete à ideia de fratura, destruição e, em consequência, da mais completa interrupção da integridade imagística de qualquer estado originário de um objeto, sendo que nas telas murais a ruína se representa por grandes lacunas e interrupções das imagens, fragmentando a obra. (TIRELLO, 2005) No caso de ruínas, a única intervenção possível é a consolidação do que resta, auxiliando para que a obra restante não seja ainda mais degradada, pois o restauro de uma obra de arte só é possível quando a obra ainda possui uma unidade potencial, e necessita de conhecimento sobre a técnica e materiais empregados para que não haja falso histórico, o que poderia comprometer a autenticidade da obra. É importante lembrar que não somente a pintura em si deve ser preservada, como também o entorno que constitui o conjunto, sendo de vital interesse manter intactas as paredes que levam em sua superfície a pintura.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

As obras parietais são de suma importância para o conhecimento da história da humanidade, pois antes de surgir a escrita, o homem se comunicava através de grafismos e imagens, sendo assim estruturada também como uma forma de linguagem. Além de dotarem um valor histórico, também são testemunhos do modo de vida, dos afazeres, dos costumes e ideias da época a que se referem, tornando-se assim um documento histórico.

Referente à Antiguidade, apesar de não se conhecer o código social dos autores das pinturas que possibilitariam o completo entendimento dessas obras, ainda assim é possível compreender, com estudo, parte da história daqueles povos através da função que a pintura mural desenvolveu em determinada época.

Observando o desenvolvimento da pintura parietal ao longo do tempo é possível também observar o desenvolvimento e crescimento da própria humanidade. Na medida em que o muralismo e a sociedade evoluíam, também sua finalidade era transformada. Iniciando como uma forma de registro, a pintura teve influência na cultura e educação

dos povos, no poder, na economia, na ornamentação dos espaços e, hoje, a pintura além do caráter estético que envolve beleza, apreciação e técnica, possui um papel subjetivo na exposição de ideais e de opiniões, consistindo mais do que nunca, em uma estratégia gráfica de comunicação.

Cabe, por fim, analisar que a pintura é um canal que torna possível legitimar não só a história da arte como também a história de cada povo que a desenvolveu.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rodrigo Simas. **Arte rupestre:** conceitos introdutórios. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/rodrigoaguiar/arterupestre.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

COITINHO, Manuela A. **Pintura mural:** da pré-história à contemporaneidade. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/coitinhom/pintura-mural-16380153>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DAS paredes das cavernas aos muros grafitados. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/ClaudiaBr/arte-mural-do-rupestre-ao-grafite>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

GHIRARDELLO, Nilson *et al.* **Patrimônio histórico:** como e por que preservar. Disponível em: <http://patrimonio.ouropreto.mg.gov.br/uploads/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/Patrimonio%20Historico-como%20e%20por%20que%20preservar.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

GONDIM, Caline Galvão. **Pinturas rupestres:** a representação da imaginação do homem primitivo. Revista Temática, ano VIII, n. 04, abr. 2012. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2012/Abril/pinturas_rupestres_homem.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

GUZZO, Ana Cristina Provin. **A importância do estudo do patrimônio histórico para o resgate da memória.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2512-8.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

HISTÓRIA da arte. Disponível em: <<http://historia-da-arte.info/arte-na-pre-historia.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

NOBRE, Suzy Margaret Damasceno. **Arte revolucionária:** a função social da pintura mural. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais) – Universidade de Brasília, Itapetininga.

PEREIRA, Thiago. **Panorama da arte rupestre brasileira:** o debate interdisciplinar. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2016%20-%20artigo%202.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

PINTURA mural. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/RaphaelLanzillotte/pintura-mural-35028481>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

RESTAURO de pintura mural. Disponível em: <<http://identidadesdopatrimonio.blogspot.com.br/2011/09/restauro-de-pintura-mural.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio:** as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

SANTOS, Vivian Palma Braga dos. **A preservação do patrimônio artístico:** um percurso pelos bens móveis tombados do Modernismo brasileiro. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/lav/noticias1_arquivos/patrimonio>. Acesso em: 30 abr. 2017.

TIRELLO, Regina A. **O caso da destruição das pinturas murais da sede da Fazenda Rialto – Bananal.** Anais do Museu Paulista, v. 13, n. 2, jul/dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000200010>. Acesso em: 30 abr. 2017.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil.** Fenix Revista de História e Estudos Culturais, v. 7, ano VII, n. 2, maio/junho/julho/agosto 2010. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

VIANA, Verônica *et al.* **Arte rupestre.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VERBETE%20ARTE%20RUPESTRE%20-%20pronto%20pdf.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

WILHELM, Vera Regina Barbuy. **A arte mural e a prática da preservação.** Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S^A DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR

Eder Donizeti da Silva

Universidade Federal de Sergipe, Departamento
de Arquitetura e Urbanismo
Aracaju – Sergipe

Adriana Dantas Nogueira

Universidade Federal de Sergipe, Departamento de
Artes Visuais e Design
Aracaju - Sergipe

altar principal pintado sobre madeira da Igreja de N. S^a da Conceição dos Homens Pardos, na cidade de Laranjeiras, Estado de Sergipe, com o intuito de conhecer a produção das cores antigas a base de cal com aditivos minerais, além de sementes e outros elementos que materializam o saber fazer local e a identidade pictórica dos séculos XVIII e XIX em Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Tecnologia; Cor.

RESUMO: Entre as questões a serem tratadas na conservação e restauro dos bens patrimoniais, encontra-se inserido o estudo da cor em superfícies arquiteturais, ou seja, a identificação/análise dos pigmentos e cromatismos presentes nas camadas de pinturas das edificações históricas. Estes pigmentos e cromatismos podem ser encontrados nas superfícies das paredes internas e externas, bem como nos altares, retábulos, esculturas arquiteturais, janelas e portas, em pinturas nos forros de igrejas, etc., ficando comumente conhecidas ao longo da história da Arquitetura como pinturas murais. Este estudo tem como intenção desenvolver, a partir da tecnologia da conservação e restauro, a análise das características dos pigmentos e cromatismos presentes nas camadas de superfícies arquitetônicas de edificações históricas, no caso, a cor das pinturas murais das paredes central e laterais do altar principal e do forro do

ABSTRACT: To study color in the antique architectural surfaces is a content of conservation and restoration area, this paper intends to identify and to analyze pigments and chromaticism present in the layers of paintings of the historical buildings. They can be found on the surfaces of the internal and external walls, as well as in the altars, altarpieces, architectural sculptures, windows and doors, in paintings in the church liners, etc., becoming commonly known as mural paintings throughout the History of architecture. This study is intended to develop the analysis of the characteristics of pigments and chromaticism present in the layers of architectural surfaces of historical buildings, in the case, the color of the mural paintings of the central and lateral walls of the main altar and the lining of the main altar painted on wood of the Church of N.S. da Conceição dos Homens Pardos, in Laranjeiras, state of Sergipe, with

the intention of knowing the production of the old colors with lime base with mineral additives, in addition to seeds and other elements that materialized the local know-how and the pictorial identity of the 18th and 19th centuries in Sergipe

KEYWORDS: Architecture; Technology; Color

1 | INTRODUÇÃO

Entre as questões a serem tratadas na conservação e restauro dos bens patrimoniais, o estudo da cor em superfícies arquiteturais está inserido, ou seja, a identificação/análise dos pigmentos e cromatismos presentes nas camadas de pinturas das edificações históricas; os quais podem ser encontrados nas superfícies das paredes internas e externas, bem como nos altares, retábulos, esculturas arquiteturais, janelas e portas, em pinturas nos forros de igrejas, etc., ficando comumente determinadas ao longo da história da arquitetura como pinturas murais.

No Brasil, nos primeiros trezentos anos depois de 1500, as edificações, em sua grande maioria, empregaram as tintas à base de cal, predominando a cor branca, entretanto, devido a riqueza de minerais e argilas em várias regiões e a influência portuguesa no gosto e uso das cores como no Alentejo, local em que se retiravam os pigmentos diretamente do solo misturando-os a água, estas cores também puderam atender a matizes que vão dos azuis aos amarelos. Atualmente, o estudo da cor na arquitetura tem sido negligenciado ou colocado em segundo plano no concernente ao projeto de edificações, entretanto, é incontestável que na restauração, conservação e prevenção das degradações nas superfícies arquiteturais seja impreterível a necessidade do conhecimento e tratamento dos pigmentos presentes nas camadas parietais das edificações históricas.

Este estudo tem como intenção desenvolver, a partir da Tecnologia da Conservação e Restauro, na área de materiais, a análise das características dos pigmentos e cromatismos presentes nas camadas de superfícies arquitônicas em edificações históricas, no caso, a cor das pinturas murais das paredes central e laterais do altar principal e do forro do altar principal pintado sobre madeira da Igreja de N. S^a da Conceição dos Homens Pardos na Cidade de Laranjeiras, Estado de Sergipe, com o intuito de conhecer a produção das cores antigas a base de cal com aditivos minerais, além de sementes e outros elementos que materializam o saber fazer local e a identidade pictórica do século XVIII e XIX em Sergipe.

A partir da história e teoria da produção das tintas antigas, da observação visual da cor presente no local a partir do uso de tabelas de leitura e técnicas de estudos de mapeamento cromático de identificação e patológico, bem como em ensaios laboratoriais, para a devida caracterização dos pigmentos e componentes presentes nas superfícies arquitônicas da Igreja de N. S^a da Conceição dos Homens Pardos, procura-se conhecer as propriedades e as características dos materiais empregados nas pinturas murais e no forro de madeira desta edificação, propiciando uma adequada

e científica condição de inventariação, registro, prevenção, conservação e restauro.

A possibilidade da investigação da cor e de tintas expressivas antigas poderá ensejar a descoberta de pigmentos de restituição/preservação, ou recuperar o saber fazer antigo, incorporando o conhecimento tradicional à possibilidade de novas rotinas técnicas, contribuindo para a conservação de edificações portadoras de juízo de valor patrimonial e preservação do patrimônio nacional edificado.

2 | A IGREJA DE N. S^A DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS

A cidade de Laranjeiras no Estado de Sergipe, Nordeste brasileiro, dista aproximadamente 35 Km da atual capital Aracaju; sua implantação é tema central no livro *LARANJEIRAS: sua história, sua cultura, sua gente* (2000, p.05), o qual descreve a origem da colonização e das construções do Vale do Cotinguiba iniciada no século XVII com a montagem dos primeiros engenhos de açúcar, devido ao clima favorável e ao solo tipo massapé, do uso da taipa para as paredes e da palha para as coberturas; também ocorre a afirmação que esse povoado surgiu de um laranjal nos arredores do Sítio ou Vale das Laranjeiras pertencente ao Engenho Comandaroba, no qual existe a Igreja de mesmo nome implantada em 1734, como segunda morada dos jesuítas na região.

Mesmo sendo de conhecimento que essas terras já haviam sido palco de tentativas de colonização (NASCIMENTO, 1981, p.19) por parte de missões como as do Padre Gaspar Lourenço, efetivamente a fixação de pessoas no Vale do Cotinguiba, e que dará origem ao povoado de Laranjeiras, só ocorrerá no final do XVII e início do século XVIII no local conhecido como “Retiro”, no qual foi construída a Igreja de Santo Antônio em 1701; portanto, a povoação de Laranjeiras, às margens do Cotinguiba, inicia-se a partir de um porto chamado “Quaresma” e as edificações vindouras receberão influência tardia de uma arquitetura que já havia sido realizada em outras localidades sergipanas entre 1500 e 1800, compostas por questões maneiristas e barrocas (especialmente da Bahia e Pernambuco), mas de forma extremamente abrasileirada, nos materiais, na técnica e no “saber e poder fazer”, inclusive na pintura de suas superfícies parietais.

Apesar de Nascimento (1981, p.15) descrever criteriosamente características arquitetônicas presentes nas Igrejas de Sergipe entre os séculos XVIII e XIX, como: exuberância, naturalismo vigoroso, robustez, dinamismo das curvas e formas; acrescentando-se motivos do mundo vegetal marítimo e terrestre (corais, algas, redes, os cabos, os nós e os flutuadores, espigas de milho, troncos nodosos, raízes de árvores, alcachofras, cachos de uvas, folhas de loureiro, meias esferas, cruz de cristo, iniciais de monarquia, fivelas, cinturões, todos ornando ombreiras e coroamentos, sulcos espirais preenchidos com folhagens, etc.); pouco ou quase nada se fala sobre os pigmentos e cromatismos das superfícies parietais, apenas dissertando sobre o altar-mor da Igreja de N. S^A Divina Pastora do século XVIII:

“...No teto a maior pintura painelista de Sergipe, atribuída ao pintor baiano José Teófilo de Jesus, autor das trinta e seis telas e dos melhores painéis telados da sacristia da Igreja Basílica do Senhor do Bonfim, em Salvador...” (NASCIMENTO, 1981, p.54-56).

Sem sombra de dúvida compartilhamos com Nascimento (1981, p.17) que a palavra chave é “*Recriação*”, uma vez que os modelos que serviram para materializar a arquitetura sergipana estavam distantes e as ideias vinham com a orientação dos “Soldados” Jesuítas, como o Padre João Honorato, na confecção do Altar da Igreja de N. S^a do Socorro de Tomar do Geru do séc. XVII. Apesar das edificações mais antigas de Sergipe, como a Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória de 1608, citadas por Nascimento (1981, p.24) pertencer à cidade de São Cristóvão, reformas nela impostas entre 1837 e 1855 tornam exemplos mais originais do XVIII as Igrejas de Santo Antônio e Comandaroba, na cidade de Laranjeiras.

Outra questão de importância para a construção das edificações em Sergipe neste período é o emprego da pedra calcária, muito abundante na região; Nascimento (1981, p.38) descreve que a utilização da pedra calcária na cidade de Laranjeiras pode ser vista nas estruturas e alvenarias das edificações civis e religiosas; entretanto, não atenta para o uso dessas rochas sedimentares constituídas por carbonato de cálcio nas pinturas das superfícies parietais; bem como, não há descrições de estudos sobre a coloração do calcário e seus cromatismos, que se sabe poder variar do branco ao preto e apresentar tons em cinza, amarelos, vermelhos, azuis ou verdes, dependendo das impurezas que possam neles ser encontradas.

É sob esses ditames que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos foi construída na cidade de Laranjeiras, por volta de 1843, tornando-se centro de devoção a Virgem da Conceição conforme descrição do Vigário Philadelpho Jônathas de Oliveira: “*Toda a Igreja tem cento e trinta e oito palmos de comprimento, quarenta de largura e cinquenta e cinco de altura, sendo o teto bem construído...*” (OLIVEIRA, 1942, p.147). Neste mesmo estudo, Oliveira (1942, p.113) descreve a visita do Imperador D. Pedro II, em 1860, à cidade e a Igreja de N. S^a da Conceição e que este, ao ser requisitado, faz a doação de recursos para a finalização da construção.

Nascimento (1981, p.65) indica que a Igreja de N. S^a da Conceição era a mais utilizada daquele período e que a sua tipologia é caracterizada por um formoso frontispício, uma torre sineira e frontão ondulado, fechado, revestido de azulejos portugueses azuis e brancos, adro e escadaria e que no seu interior merece registro especial o Altar-mor em forma de grande coroa na qual se encontra a belíssima imagem da Santíssima virgem de madeira policromada autoria de Manoel Pereira Leite (Figura 1).

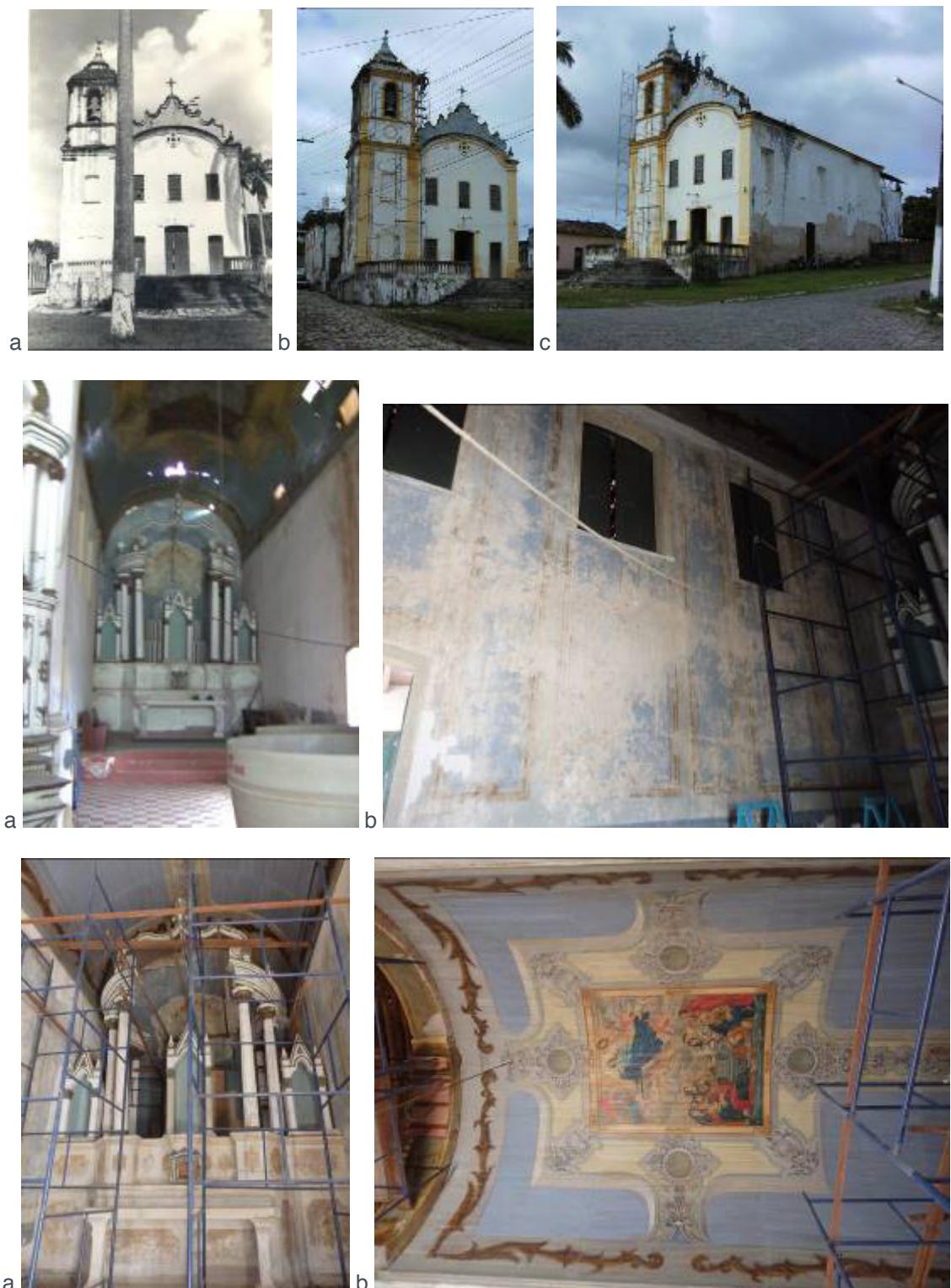


Figura 1 – Acima: a) Fachada principal da Igreja da Conceição em 1970. Fonte: Ficha cadastral do IPHAN/UFBA, Manoel Humberto S. Santos, 1975. b) N. S^a Conceição em 2015. c) N. S^a Conceição em 2015. Fonte: Eder Donizeti, fev. 2015. **Centro:** a) Paredes laterais ainda cobertas por pintura monocromática branca. Foto: Eder Donizeti, abr. 2012. b) Retirada da tinta branca revelando as pinturas parietais. Foto: Eder Donizeti, fev. 2017. **Abaixo:** a) Interior da Capela e detalhe do Altar-mor (a escultura da virgem não mais se encontra no altar). b) Forro restaurado da Capela-mor.

Fonte: Eder Donizeti, fev. 2017.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, de acordo com cadastro de edificações de interesse cultural do IPHAN/SE, vem sofrendo intervenções restauradoras desde 1970; neste cadastro inicial não são citadas ações sobre as superfícies parietais, que

se encontravam ainda encobertas por pintura branca e, tampouco sobre o forro pintado da capela-mor; em 2012, o IPHAN/SE iniciou outra intervenção na edificação, que teve como propósito, junto com a Oficina Escola de Laranjeiras, proceder a restauração das argamassas de revestimento internas e externas, bem como, a recuperação dos altares, das pinturas murais das paredes laterais da capela-mor e de seu forro; neste empreendimento, atualmente, apenas os altares (laterais e principal) e o forro se encontram restaurados, contudo, as superfícies parietais ainda estão em processo de restauração.

Em agosto de 2016, foi iniciada um pesquisa de iniciação científica pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Campus de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe (Edital n.º 02/2016/COPES/POSGRAP/UFS – “*A Cor nas Superfícies Arquitetônicas Patrimoniais: O caso da Igreja de N. Sª da Conceição dos Pardos de Laranjeiras SE/BR*” - PVF4027-2016), tendo sua execução de um ano, sendo esta complementar a uma pesquisa já concluída em 2013/2014 sobre a “*Caracterização de Argamassas de Restauro em Edificações Históricas: O Caso da Igreja de N. Sª da Conceição*” (PVF1086-2013).

Esta investigação atual sobre a cor na Igreja da Conceição enseja a descoberta de pigmentos de restituição/preservação, busca recuperar o saber fazer antigo, incorporando o conhecimento tradicional à possibilidade de novas rotinas técnicas, contribui para a conservação de edificações portadoras de juízo de valor patrimonial e preservação do patrimônio nacional edificado. As práticas e rotinas desenvolvidas junto aos alunos participantes agregam valor ao conceito de formação de agentes difusores do patrimônio (BARROS; BARROS e MARDEN, 2013). Sendo que os objetivos buscados perpassam pelo estudo da história e teoria da cor; mapeamento, inventário e registro da cor; caracterização visual e laboratorial; determinando, especificamente, a matiz, brilho e saturação das cores presentes nas pinturas murais e no forro da capela-mor desta edificação.

3 | ESTUDOS E REGISTROS DA COR EM SUPERFÍCIES PARIETAIS

Existem inúmeras definições para a palavra cor que, em latim (colore), significa a impressão que é produzida na retina após a difusão pelos corpos; esta sensação depende da intensidade que a luz excita cada um dos três tipos de pigmentos (azul, vermelho e verde amarelado – cores puras na Cor-Luz); contudo a cor é subjetiva, pois varia de indivíduo para indivíduo e circunstâncias da observação. Portanto, a cor está relacionada com certa qualidade da mesma luz que a produziu, qualidade esta que pode ser definida por sua composição espectral e pelos materiais dos quais ela é constituída; ou seja, a cor de um material é determinada pelas medidas de frequência de onda que suas moléculas constituintes refletem (PINHAL, 2008, p.03-04).

No estudo da cor, uma das primeiras ações é a observação visual do objeto sob a luz dentro de uma frequência dominante que é chamada MATIZ, que serve para

dar nome a cor; juntamente com a sensação de BRILHO e SATURAÇÃO. O Matiz dá nome a cor, o brilho corresponde ao grau de luminância de uma cor em relação a outra e a saturação trata da pureza aparente da Matiz (PASTOUREAU, 1997). Relacionado ao estudo patrimonial de conjuntos urbanos históricos, pode-se afirmar que a cor é parte integrante de um conjunto de elementos que caracterizam o espaço urbano, tornando-o reconhecível e identificável (AGUIAR, 2002).

Os físicos e químicos definem a cor como a imagem que fica registrada no nosso órgão receptor (olho/cérebro); filósofos e antropólogos afirmam que tudo que fica registrado não é a cor mas sim a luz (FRASER, 2007, p. 10). A cor depende de fatores mais complexos para sua definição, como por exemplo: capacidades visuais, fatores de luminosidade, estímulos, distância entre o observador e o objeto, tipo de superfície onde ela incide e reflete (textura) e a natureza da própria cor, entre outros; no entanto, a edificação patrimonial requer alguns fatores para se fruir a cor, ou seja, depende de como cada povo a assimila e a interpreta de acordo com sua cultura, atribuindo-lhe simbologias e significados próprios; portanto, tudo que existe tem uma cor e ela manifesta-se de diversas formas através de um observador e da cultura na qual ele se está inserido.

Na formulação de tintas expressivas através da história, pesquisadores (MELLO; SUAREZ, 2012) descrevem os principais desenvolvimentos tecnológicos desde a pré-história, as primeiras civilizações, enfatizam a produção da tinta a óleo do século XV, até o surgimento da petroquímica no século XX, o que provocou a revolução no mercado das tintas. Os primeiros relatos do uso de tintas remontam a 30.000 mil anos (pinturas rupestres).

No Brasil, as pinturas rupestres mais antigas são encontradas na Serra da Capivara, no Piauí (PESSIS, 2003); é difícil caracterizar a composição das tintas neste período, acredita-se que o homem pré-histórico usasse como pigmento partículas inorgânicas minerais finamente moídas, por exemplo, para a coloração vermelha era usada a hematita (Fe_2O_3), para a coloração amarelo a Goethita [FeO(OH)], para a coloração branca a caulinita [$\text{Al}_2\text{Si}_2\text{O}_5(\text{OH})_4$] e para a coloração preta a Pirolusita (MnO_2); também se usava o carvão vegetal e o caulim, não descartando, entretanto o uso de corantes (GASPAR, 2003).

No caso do uso de pigmentos nas superfícies arquiteturas das edificações no Brasil, convém identificar a grande influência de Portugal, cujas técnicas de pinturas e fabrico de tintas antigas, desde o final da Idade Média até meados do século XIX, influenciaram a Colônia. Cruz (2009, p. 385-405) relata que, para a preparação das tintas, os pigmentos eram adquiridos em outros locais e moídos nas oficinas de pintores em Lisboa; as tintas tinham como aglutinante geralmente o óleo; apesar da existência de lojas para a venda destes produtos, que seriam os droguistas os principais comerciantes dos pigmentos e aditivos em Portugal.

Estes pigmentos e materiais raramente eram encontrados no Brasil, sendo pertinente a hipótese de produção de tintas locais, a partir de aditivos a base de cal e

minerais das regiões, aliados às lições de mestres religiosos e/ou artistas vindos para esta terra, junto do saber fazer dos nativos, sendo os principais elementos constituintes da produção artesanal das tintas que iriam recobrir as superfícies arquitetônicas brasileiras do século XVI ao XIX.

Uma das questões de maior importância no estudo e registro da cor trata, inicialmente, de uma observação visual minuciosa das superfícies murais, no caso da Igreja de N. S^a da Conceição dos Pardos, constatou-se que a pintura no forro sobre o altar principal tem como tema a Assunção da Virgem N. S^a da Conceição, ocorrendo a predominância dos azuis, vermelhos, carmins, violetas e ocres; na roupagem da Virgem, ladeada por anjos e querubins (a ser coroada pelo anjo da direita com uma coroa de flores), verificam-se os tons azuis, de tom mais claro no véu, o azul intermediário no vestido e o azul escuro no manto; os tons vermelhos nas vestes dos querubins e violetas nas vestes dos anjos, sendo carmim/rosáceo o tom da pele; na parte inferior, as cores são saturadas em intensos azuis escuros, vermelhos, ocres e tons violetas, representando a transição da terra para a atmosfera espiritual dos céus na Assunção da Santa. O detalhe da coroa de flores, tanto no céu quanto na terra, tem as rosas na cor rósea e as folhas em verde escuro, sendo estas as duas tonalidades que fogem a composição geral do painel, que recebe a assinatura de Otávio Santos, datado de 02 de abril de 1947. Este quadro central (painel) é envolto por ornatos pintados em formas florais e estilizadas geometricamente, em que predominam os tons azuis.

Nas superfícies murais, tem-se na parede principal do altar, a continuação do tema do painel do forro de madeira, com anjos posicionados em cântico, flutuando sobre uma nuvem e, acima o céu. Esta pintura parietal tem o papel de transição entre o forro e o altar principal; no entanto, percebe-se a pouca qualidade da pintura em especial no desenho dos anjos e suas fisionomias.

As paredes murais laterais, que por muito tempo estiveram encobertas por camada de revestimento caído branco, após escarificação (técnica de raspagem da superfície parietal para retirada de camadas superiores de tintas ou argamassas), visando a restauração pictórica por parte do IPHAN/SE (2016/2017), revelaram pintura mural de boa qualidade, com temas geométricos, lembrando quadros, na qual as molduras, na cor marrom, enquadraram painéis com fundos azuis e que, possivelmente, poderiam ter abrigado ou sido pintadas com intuito de receber pinturas com temas representativos da vida de N. S^a da Conceição (Figura 2).

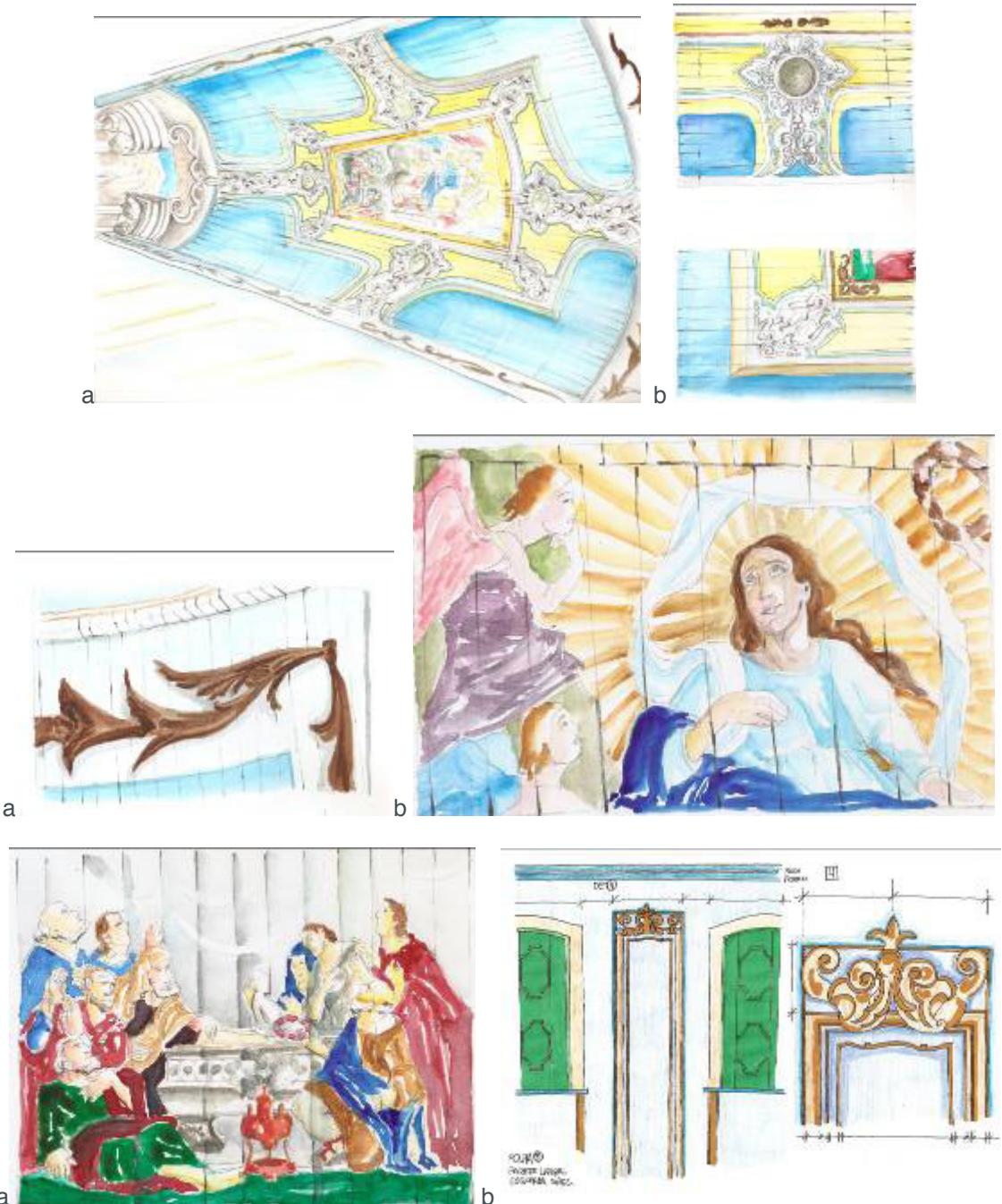


Figura 2 – Acima: a) Forro principal. b) Detalhes do forro principal. Desenhos: Adriana Nogueira, fev. 2017. **Centro – a)** Detalhe do forro principal. b) Nossa Senhora da Conceição – Assunção - tema central do forro. Desenhos: Adriana Nogueira, fev. 2017. **Abaixo – a)** A Virgem sendo velada – tema central do forro. Desenho: Adriana Nogueira, fev. 2017. b) Detalhe das pinturas murais das paredes laterais. Desenho: Eder Donizeti, abr. 2017.

Cabe ainda relatar que a Igreja de N. S^a da Conceição apresenta, como é comum em edificações de “tipologia” Colonial implantadas em regiões com períodos de chuvas intensas e prolongadas, uma série de degradações nos revestimentos que constituem sua alvenaria, normalmente fruto de umidades ascendentes e descendentes, provocadas pelas capilaridades e porosidades dos materiais envolvidos, além da presença marcante de eflorescências salinas, também comuns nas cidades litorâneas ou nas proximidades do mar. Estas degradações provocaram fissuras, rachaduras, descolamentos, manchas, degradações biológicas, nas superfícies murais, bem como produziram nestas tintas: amarelamento, bronzeamento, captação de sujidade,

descoloração, destacamento, eflorescências, empolamentos, pegajosidade, pulverulência, saponificação, perda de brilho, etc.

No estudo e registro da cor em superfícies parietais, deve-se estar atento aos fenômenos ópticos (URLAND e BORRELLI, 1999), sendo possível constatar estas questões na Igreja de Nossa Senhora da Conceição; os tons azuis e marrons parecem semelhantes ao serem observados na pouca incidência de luz, entretanto, ao serem observados com a incidência maior de luz se definem em brilho e saturação, confirmando o efeito chamado de metamerismo; no forro, também se observou um contraste médio nos tons azulados, avermelhados e rosáceos, bem como, no matiz lilás que se harmoniza com estas cores; ocorre também dificuldade grande de adaptação à luz ambiente, uma vez que a região possui alta incidência de luminosidade, entretanto, ocorrem variações expressivas em determinados horários do dia e/ou dias nublados, esses condicionantes são intensificados quando adentra-se ao recinto, fazendo com que o observador demore para se adaptar ao ambiente e às cores existentes nas superfícies parietais.

Outros aspectos ópticos foram observados durante o estudo e registro das cores na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, como alteração no substrato das camadas pictóricas, especificamente na parede central do altar-mor e paredes laterais, devido a retirada da tinta branca que encobria as superfícies murais; ataque pela umidade descendente, fungos e bactérias; além, é claro, do próprio envelhecimento do material da tinta (BEZERRA e NAPPI, 2012, p.75). Foi constatado que o horário mais adequado às observações foi entre as 10h e 14h, quando a incidência lumínica estava intensa e sem a presença de nebulosidade; em horários diferentes a estes, ocorreu o “cansaço” visual, fato relatado pela maioria dos envolvidos no projeto.

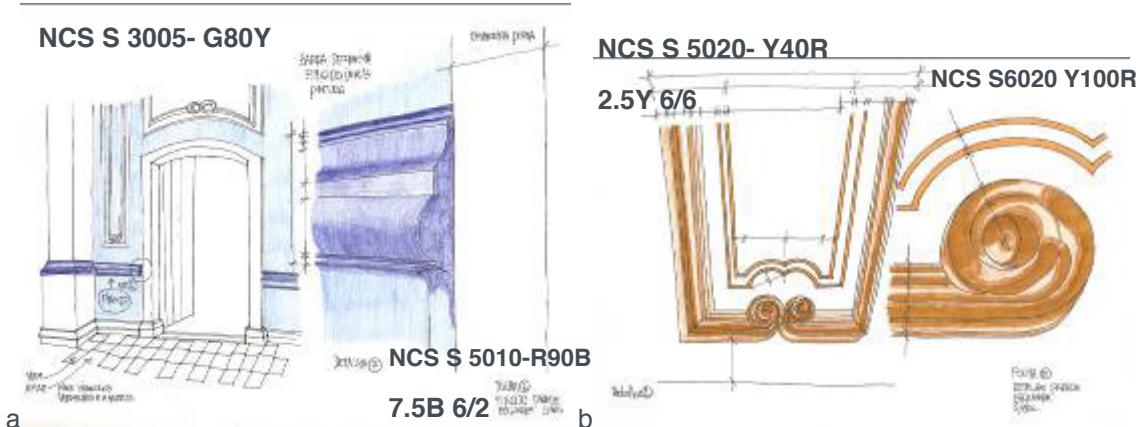
Quanto à investigação da cultura da cor, a Igreja de N. S^a da Conceição de Laranjeiras foi construída a partir de uma grande estratificação étnica, ou seja, índios, brancos portugueses, pardos, negros; mesmo tendo como Irmandade protetora os homens pardos Karasch (2000). Essa diversidade influenciou na escolha das cores aplicadas sobre as superfícies murais. No sincretismo religioso, N. S^a da Conceição é Oxum, orixá das águas doces da religião Axé (Candomblé; Ubanda), as duas possuem as mesmas cores simbólicas: azul e dourado; o primeiro representa a água doce e o segundo as riquezas naturais e a beleza que o Orrixá rege; essas cores, de forma sincrética, podem ser observadas no forro da igreja, pois há predominância de tons azuis (para os católicos – brancos portugueses - o céu) e para os negros (as águas doces), para os pardos, talvez ambos; quanto ao dourado, também presente em tons amarelados, ocres e marrons, para os negros simbolizava a natureza e para os brancos portugueses o Espírito Santo e/ou o ouro buscado no Novo Mundo; para os pardos, talvez, pudesse representar todos esses significados. Também se pode observar nas faixas dos requadros e barramentos das pinturas murais listas douradas e azuis.

4 | IDENTIFICAÇÃO/ANÁLISE DOS PIGMENTOS E CROMATISMOS

Após o entendimento da história/teoria/percepção/cultura da cor, empregar-se-á as investigações *in situ*, ou seja, a identificação/análise da cor utilizando as observações visuais a partir de catálogos de cores (MUNSELL e/ou NCS, colorímetros, etc.) e o mapeamento e identificação das patologias (anomalias) incidentes sobre as pinturas arquiteturais da Igreja de N. S^a da Conceição. Neste contexto, a metodologia de identificação/análise dos pigmentos e cromatismos empregue nesta pesquisa seguiu parâmetros aplicados no estudo desenvolvido por Ramos (2014, p.54).

A identificação/análise dos pigmentos e cromatismos das paredes laterais da capela-mor da Igreja de N. S^a da Conceição apresentou a predominância de matizes com dois azuis, o mais claro NCS S 3005-G80Y e o mais escuro NCS S 5010-R90B, ou seja, uma cor (HUE) verde com 80% de amarelo para o azul mais claro e; um vermelho com 90% de azul (azul acinzentado) para o mais escuro, no qual a luminosidade é de 30% para o primeiro e 50% para o segundo e, a saturação 05% para o primeiro e 10% para o segundo; na voluta da moldura, o resultado apontou para a cor NCS S 5020-Y40R, ou seja, uma cor amarela com 40% de vermelho (marrom amarelado), no qual a luminosidade (VALUE) é de 50% e a saturação (CROMA) de 20%; a linha de ornamentação dentro da moldura apresentou a cor NCS S 6020 Y10R, ou seja, um amarelo com 10% de vermelho (dourado amarronzado); a luminosidade de 60% e a saturação de 20%. O azul mais escuro quando analisado com o sistema Munsell indicou a cor 7.5B 6/2, ou seja, sessão da cor 7.5, matiz Azul, luminosidade 6 e croma ou saturação 2; para a voluta da moldura a cor Munsell encontrada foi 2.5Y 6/6 (marrom amarelado), ou seja, sessão da cor 2.5; HUE amarelo; luminosidade 6 (VALUE) e saturação 6 (CROMA).

Em relação às degradações, nota-se que o descobrimento (retirada da camada de tinta monocromática que recobria a superfície), impôs alto grau de descaracterização as camadas picturais (Figura 3).



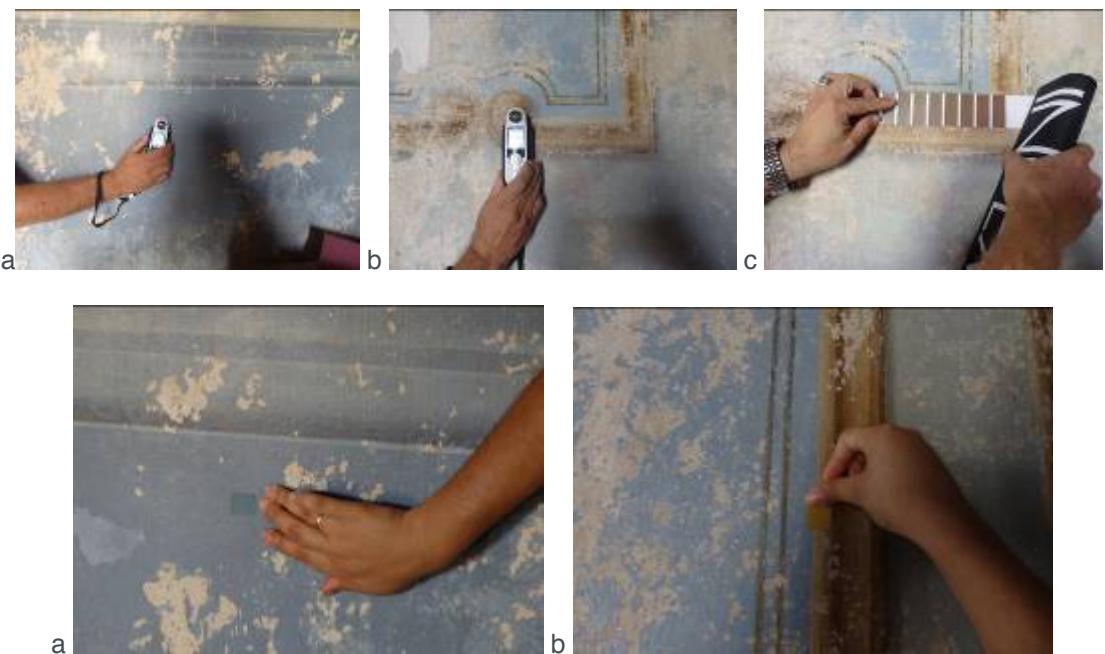


Figura 3 – Acima: a) Parede lateral esquerda. b) Detalhes da moldura e volutas da parede lateral. Desenhos: Eder Donizeti, abr. 2017. **Centro:** a) Medição cor colorímetro digital NCS RM200. b) Medição cor voluta com colorímetro NCS RM200. c) Comparação de resultado colorímetro com tabela NCS INDEX. Fonte: Eder Donizeti, mai. 2017. **Abaixo:** a) Observação visual da cor com tabela Munsell. b) Observação da cor com tabela Munsell.

Fonte: Eder Donizeti, mai. 2017 (obs.: A medição das cores foi reralizada as 11h com o céu nublado).

A parede central da capela-mor, atrás do altar-mor, da Igreja de N. S^a da Conceição ao ser analisada com a paleta INDEX de cores NCS (observação visual) apresentou a predominância de um azul claro com matizes NCS que variam entre o S 1020-B e o S 1040-B10G, entretanto quando analisado com o colorímetro digital *in situ* resultou na cor NCS S 1030-R90B, identificando na parede central uma predominância de uma cor azulada com 10% de vermelho.

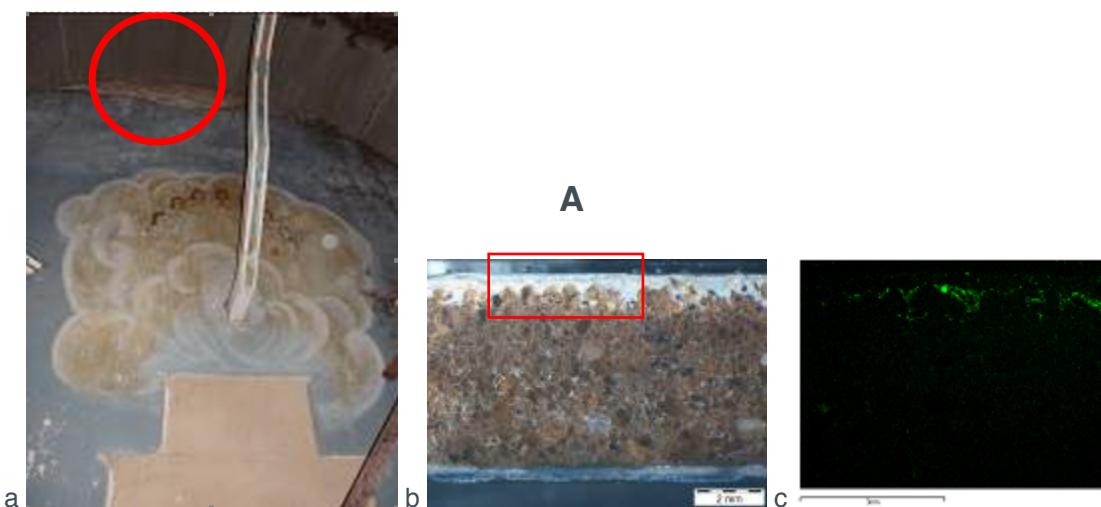
Também foi realizado um MEV (Microscopia Eletrônica de Varredura – aparelho JEOL JSM 6.400) a partir de um fragmento que se descolou da parte superior desta parede do altar (não ocorrendo procedimentos destrutivos); os resultados apontaram na camada de tinta a presença de Bário, Zinco, Titânio, Enxofre e Magnésio; como se sabe, as tintas antigas eram compostas na sua grande maioria por Chumbo (branco); Ferrocianeto (azul da Prússia); Sulfeto de Mercúrio (vermelho); Sulfeto de Arsênio (amarelo ouro); Cobre (verde); Óxido de Ferro (vermelho); Manganês (marrom); Carvão (preto); isto sugere que as tintas utilizadas nesta parede são modernas/ sintéticas, entretanto, esta afirmação requer aprofundamento da pesquisa laboratorial (CRUZ, 2009, p.385-405).

Em relação às anomalias, esta superfície parietal é uma das mais atacadas, nota-se além do grande descolamento do reboco ocorrido na parte superior, expressivo ataque por umidade descendente e formação de fungos e bactérias que já começam a contaminar a pintura do forro em madeira.

A pintura do forro em madeira da Igreja de N. S^a da Conceição dos Pardos

em Laranjeiras, recentemente restaurada pelo IPHAN/SE (2015/2016), portanto, a metodologia para identificação/análise aplicada por esta pesquisa nesta superfície foi a não destrutiva, com o mínimo de intervenção, ou seja, apenas foram feitas medições visuais com o auxílio da paleta de cor NCS e colorímetro digital NCS RM200. Os resultados foram colocados em mapeamento com a identificação da cor (MATIZ, BRILHO e SATURAÇÃO) que compõem as superfícies pictóricas do painel da Assunção da Virgem da Conceição.

A identificação/análise dos pigmentos e cromatismos do forro da capela-mor da Igreja de N. S^a da Conceição apresentou a cor NCS S **8005-B20G** (azul com 20% de verde) brilho 80% e saturação 05% para o manto da Virgem (azul mais escuro); já o rosto (pele) da Virgem apresentou a matiz NCS S **4020-Y50R** (amarelo com 50% de vermelho) brilho 40% e saturação 20%; para a pele da mão da Virgem NCS S **3020-Y20R** (amarelo com 20% de vermelho) brilho 30% e saturação 20%; o matiz para o cabelo da Virgem foi NCS S **7010-Y70R** (amarelo com 70% de vermelho), brilho 70% e saturação 10%; a veste dos anjos NCS S **6010-Y70R** (amarelo com 70% de vermelho), brilho 60% e saturação 10%; as asas dos querubins NCS S **4020-G** (verde puro), brilho 40% e saturação 20%; as mantas que envolvem os querubins NCS S **3030-Y70R** (amarelo com 70% vermelho), brilho 30% e saturação 30%; os raios de luz que emanam da cabeça da Virgem NCS S **3030-Y30R** (amarelo com 30% de vermelho), brilho 30% e saturação 30%; o verde da coroa de flores NCS S **6030-B90G** (azul com 90% de verde), brilho 60% e saturação 30%; as rosas da coroa de flores da Virgem NCS S **3060-Y90R** (amarelo com 90% de vermelho) brilho 30% e saturação 60%; as nuvens NCS S **5010-Y30R** (amarelo com 30% de vermelho) brilho 50% e saturação 10%; a composição geral do painel obedeceu estes matizes (Figura 4).



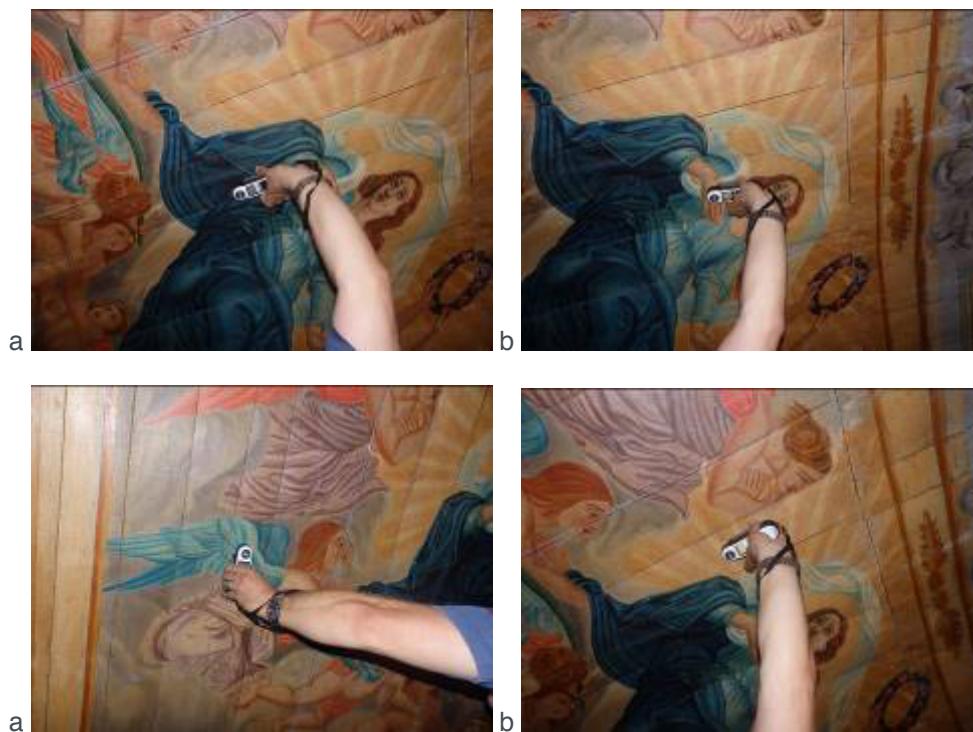


Figura 4 – Acima: a) Vista da parede central atrás do Altar-mor. Fonte: Eder Donizeti, mai. 2017. b) Aspecto ao MEV/EDX da zona assinalada em (A) lupa binocular do fragmento descolado da parede atrás do Altar-mor. c) Mapa de raios X para o elemento magnésio (Mg). Fonte: Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa, Jan. de 2015. **Centro:** a) Medição NCS S 8005-B20G. b) Medição NCS S 3020-Y20R. **Abaixo:** a) Medição NCS S 4020-G. b) Medição NCS S 3030-Y30R. Fonte: Eder Donizeti, mai. 2017. (obs. Para se atingir o forro foi usado um andaime de seis metros de altura - medição às 10h em dia nublado).

Quanto ao estilo artístico representado pela pintura do forro, foi realizada uma breve averiguação comparativa com o estudo feito por Maria de Fátima Hanaque Campos (2010, p.29) sobre *Revisão à Escola Baiana de Pintura: um estudo sobre o pintor José Teófilo de Jesus*, no qual a estudiosa da arte disserta sobre o ofício do Pintor na Bahia do século XVIII e XIX, artista que teve muita influência sobre a pintura sacra em Sergipe; neste contexto, o que se percebe na pintura de emolduramento do teto em abóbada da Igreja de N. S^a da Conceição é a falta de uma concepção ilusionista, apesar do uso do escorço (sobreposição de imagens) para se dar a noção de profundidade e, que o “corpo” da Virgem não mais se encontra no sarcófago (alegoria representativa da subida aos céus do corpo e alma de forma simultânea), parte do programa provavelmente imposto pela irmandade religiosa; não se reconhece nenhum tema profano ou desonesto (todos os genitais dos querubins estão cobertos por panejamentos); predomina uma atmosfera de imparcialidade e serenidade; aplica-se o alongamento das figuras; bem como, o traçado simples, com ar assimétrico, e as cores claras ainda de características do estilo rococó, são misturadas a cores frias em grandes volumes de panejamento em matizes lilás, azul, verde, cores frias e equilibradas com harmonia, podem ser caracterizadas como uma transição tardia para o neoclassicismo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da cor propicia infinitas possibilidades nas intervenções em edificações históricas; pois as cores revelam não apenas a fisiologia de suas características, mas também, questões que transitam entre a estética e a interpretação mística de seu uso, ou seja, a simbologia e significados; essa excitação do olhar provocada pela da cor se junta ao volume, forma e massa edificados, propiciando a compreensão abrangente do fenômeno constitutivo do que se denominam espaços de uso e viver da humanidade.

A dificuldade de ver a cor justificada pela diminuta existência de preocupações por seu estudo em cursos de educação superior de Arquitetura, bem como, pelo estudo da cor em edificações históricas, direcionou-nos a este campo de infinitas possibilidades, mas de extrema complexidade; os resultados apresentados neste estudo ainda requerem inúmeros aprofundamentos, no entanto, fato indiscutível é a revelação de que existe cor e que ela, como base de pinturas significativas internas ou externas à edificação, compõe um dos aspectos de maior importância na vivência do espaço edificado, para sua apreensão espacial, percepção visual e compreensão simbólica.

Esta pesquisa tem propiciado (re)ver a arquitetura, especialmente estudar ações sobre o patrimônio histórico edificado, bem como, utilizado metodologias teórico-práticas sobre a observação da teoria da cor em pinturas antigas, sua mensuração, sua natureza, sua ação psíquica, simbólica, mística e histórica, agregando valor ao entendimento e conhecimento de como se deva agir sobre a temática dentro da área de conservação e restauro de objetos portadores de juízo de valor patrimonial cultural.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José. **Cor e Cidade Histórica** – Estudos cromáticos e conservação do património Porto: 1^a Ed., Editado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

BARROS, Júlio Cesar Victoria; BARROS, Alzira Costa Rodrigues; MARDEN, Sanzio. **Restauração do patrimônio Histórico**: uma proposta para a formação de agentes difusores. São Paulo: SENAI-SP, 2013.

BEZERRA, Ana Luísa Furkim; NAPPI, Sergio Castelo Branco. **Identificação das cores em fachadas de edificações históricas**. Revista V.5 n. 1, 2012.

CAMPOS, Maria de F. H. **Revisão à Escola Baiana de Pintura**: um estudo sobre o pintor José Teófilo de Jesus. In: Cultura Visual, n. 13, maio/2010, Salvador: EDUFBA, p. 25-37.

CRUZ, Antônio João. **Os materiais usados em pintura em Portugal no início do século XVIII, segundo Rafael Bluteau**. Artis. Revista do Instituto de História da Arte da faculdade de Letras de Lisboa. 7-8, 2009. p. 385-405.

FRASER, Tom. **O Guia Completo da Cor**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

GASPAR, Maria Dulce. **A arte rupestre no Brasil**. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 2003.

KARASCH, Mary C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia

das Letras, 2000.

LARANJEIRAS: sua história, sua cultura, sua gente. Prefeitura Municipal de Laranjeiras/SEMEC, 2000.

MELLO, V. M.; SUAREZ, P. A. Z. **As Formulações de Tintas Expressivas Através da História**. Brasília: UNB. Revista Virtual de Química, V. 4, n. 1, 2012.

NASCIMENTO, José Anderson. **Sergipe e seus Monumentos**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1981.

OLIVEIRA, Philadelfo Jonathas de. **Registros de fatos históricos de Laranjeiras**. Aracaju: Casa Avila, 1942.

PASTOUREAU, Michel. Dicionário das Cores do Nosso Tempo – Simbólica e Sociedade. Lisboa: Editorial Estampa, Março 1997.

PESSIS, A. M. **Imagens da pré-história**: Parque Nacional Serra da Capivara, FUMDHAM/Petrobrás: São Paulo, 2003.

PINHAL, Ângela Maria Alves. **COR e ARQUITETURA**. Coimbra, junho de 2008 (prova final de licenciatura em Arquitetura).

RAMOS, Maria do Céu. (coord.). **As Casas Pintadas em Évora**. Évora: Fundação Eugénio de Almeida, 2014.

URLAND, Andrea; BORRELLI, Ernesto. **Colour: specification and measurement**. Roma: Iccrom, 1999. 24 p. (ARC Laboratory Handbook). Disponível em: <http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_14_ARCLabHandbook03_en.pdf>. Acesso em: 30 Jan. 2009.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

Rebecca Campos Leite Alencar

Universidade de Fortaleza, Graduanda em
Arquitetura e Urbanismo
Fortaleza – Ceará

Isabelle Mendonça de Carvalho

Universidade de Fortaleza, Graduanda em
Arquitetura e Urbanismo
Fortaleza – Ceará

Thaís Rebouças Vidal

Universidade de Fortaleza, Graduada em
Arquitetura e Urbanismo
Fortaleza – Ceará

Amando Candeira Costa Filho

Universidade de Fortaleza, Professor do Curso de
Arquitetura e Urbanismo
Fortaleza – Ceará

sofrendo exercidas pela ação do tempo e da sociedade, como a descaracterização ou a própria demolição dos exemplares. Selecionou-se alguns modelos representantes da época para analisar suas condições climáticas e funcionalidades através de suas características originais e/ou modificações, sendo estes: edifício Anatel (1978), edifício Raul Barbosa (1978), edifício da Receita Federal (1979) e Assembleia Legislativa do Ceará (1972). O presente trabalho, tem como objetivo verificar se os devidos edifícios apresentam até os dias atuais uma divisão espacial e funcional adequada a atividade desempenhada, apresentando ou não, níveis de conforto apropriados aos usuários a partir das soluções projetuais e dos materiais empregados.

PALAVRAS-CHAVE: Conforto ambiental; Modernismo; Eficiência energética.

ABSTRACT: Modernism was a movement that influenced a large number of knowledge fields in 20th century. Regarding architecture, it began a specific style of design, with Le Corbusier as its main designer. However, it should be noted that although this mode of designing was generated in Europe, it was adopted worldwide following the same technological and aesthetic principles. In Fortaleza, modern architecture was translated through some buildings that characterized the image of the city between the 60's and 80's.

RESUMO: O modernismo foi um movimento que influenciou diversas áreas do conhecimento no século XX. Na arquitetura, o movimento deu início a um estilo específico de projeto, tendo como principal conceptor o arquiteto Le Corbusier. Contudo, deve-se notar que apesar que esse modo de projetar tenha sido gerado na Europa, foi adotado mundialmente seguindo os mesmos princípios tecnológicos e estéticos. Em Fortaleza, a arquitetura moderna se traduziu através de alguns edifícios que caracterizaram a imagem da cidade entre as décadas de 60 a 80. Hoje, muitas dessas construções vêm

Today, many of these constructions are suffering through the action of time and society, such as de-characterization or the demolition of copies. Some models of the period were selected to analyze their climatic conditions and functionalities through their original characteristics and / or modifications: Anatel building (1978), Raul Barbosa building (1978), Receita Federal building (1979) and Assembly Legislative Council of Ceará (1972). The objective of this study is to verify if those buildings present, to the present day, a functional and adequate spatial division to the activity performed, presenting or not, appropriate levels of comfort to the users from the solutions and the materials employed.

KEYWORDS: Environmental comfort; Modernism; Energy Efficiency.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo pretende analisar, nos âmbitos da funcionalidade e bioclimática, 4 exemplares da Arquitetura Brutalista na cidade de Fortaleza: o edifício da Assembléia Legislativa do Ceará (1972-75), de autoria dos arquitetos Roberto Castelo e José da Rocha Furtado; a sede do Ministério da Fazenda no Ceará (1975-79), do arquiteto Acacio Gil Borsoi; o Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL, (1978), atual ANATEL, de autoria dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon e o edifício Raul Barbosa, antiga sede do Banco do Nordeste do Brasil e atual edifício da Justiça Federal (1978-82), de autoria dos arquitetos Nelson Neves, Alberto de Almeida, Antonio Campelo, Carlos Costa.





Em sentido horário: Fig. 1: atual edifício da Justiça Federal; Fig. 2: Assembléia Legislativa do Ceará; Fig.3: ANATEL; Fig. 4: Sede do Ministério da Fazenda no Ceará. Fonte: Acervo Pessoal.

Pretende-se, com esta pesquisa, investigar a continuidade em termos de funcionalidade e conforto ambiental no decorrer dos anos, a partir de uma análise de soluções projetuais e de eventuais modificações internas ou externas as edificações, e de que forma possíveis alterações no layout, em divisórias, e fechamentos em relação ao meio exterior influenciam a eficiência funcional, energética e o conforto térmico proporcionado aos usuários fixos e transeuntes dos edifícios em análise.

Para a elaboração de uma análise mais sucinta e direcionada aos quesitos funcionalidade, conforto térmico e eficiência energética, tomou-se como referencial teórico o livro “Roteiro para construir no nordeste”, publicado pela primeira vez em 1976, autoria do arquiteto e professor recifense Armando de Holanda, que busca reunir princípios construtivos característicos a Arquitetura adequada a região nordeste, além de estimular uma produção arquitetônica no Brasil com características próprias.

Como metodologia, foram realizadas visitas in loco, mediante autorização, com a finalidade de explorar e minuciar a história, a arquitetura e os detalhes construtivos das quatro edificações institucionais escolhidas para análise, além de entrevistas com funcionários dos órgãos públicos sediados nestas construções, de modo a documentar a arquitetura original até reformas realizadas em pequena e larga escala, que influenciaram de forma decisiva os conceitos de eficiência energética, conforto ambiental e funcionalidade, abordados de forma conjugada neste artigo.

2 | HISTÓRICO

Segundo Hollanda (1976,p. 28)

“Livremo-nos dessa dependência cultural em relação aos países mais desenvolvidos, que já retardou em demasia a afirmação de uma arquitetura decididamente à vontade nos trópicos brasileiros... Trabalhemos no sentido de uma arquitetura livre e espontânea, que seja uma clara expressão de nossa cultura

e revele uma sensível apropriação de nosso espaço: trabalhemos no sentido de uma arquitetura sombreada, aberta, contínua, vigorosa, acolhedora e envolvente, que, ao nos colocar em harmonia com o ambiente tropical, nos incite a nele viver integralmente”.

Armando de Holanda, autor de “Roteiro para Construir no Nordeste” (1976), livro que norteia este artigo, foi nascido na cidade de Canhotinho, interior de Pernambuco, em 15 de dezembro de 1940.

Estudou na então recém-criada Faculdade de Arquitetura, em Pernambuco, antes subordinada a Escola de Belas Artes e posteriormente teve uma experiência internacional em sua pós-graduação no “International Course on Buildings” (1967), em Roterdã, na Holanda, onde diplomou-se no “Curso de Especialização em Protótipos”. No campo profissional, Holanda atuou em empresas públicas, sendo servidor da SUDENE, da Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança, chefe da Divisão de Planejamento da Companhia de Habitação de Pernambuco e coordenador geral do Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape. Foi também o idealizador do Parque Nacional Histórico dos Guararapes, em Jaboatão, estado de Pernambuco.

Na área acadêmica, foi professor do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, dos anos de 1974 a 1979, onde ministrou disciplinas de projeto arquitetônico e coordenador do Curso de Especialização em Restauro de Monumentos no convênio UFPE/Iphan.

Em seus ensinamentos enquanto professor e no livro “Roteiro para Construir no Nordeste”, Armando traduz suas preocupações com o nordeste brasileiro e sua realidade climática e cultural, contemplando o espaço construído e o natural, reafirmando assim, a validade e presença de seus princípios na prática arquitetônica contemporânea, sobretudo na região nordeste.

O arquiteto recifense, durante seus 8 anos de trabalho no Nordeste, reuniu princípios, sem determinar técnicas específicas, para construção de edificações no seu manual “Roteiro para construir no Nordeste. Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados.” que se adaptem ao clima ensolarado da região. O livro foi publicado pela primeira vez em 1976 e além destes princípios, procurava estimular também o caráter criativo da produção arquitetônica brasileira e a independência da cultura estrangeira.

3 | TABELA DE CRITÉRIOS

Como metodologia de trabalho, foram desenvolvidas tabelas, de modo a sintetizar as análises apontadas durante a pesquisa. Cada critério proposto por Armando de Holanda em seu livro “Roteiro para construir no Nordeste”, foi indicado em tópicos e relacionado com os edifícios em debate, identificando se as construções em questão seguem os princípios propostos.

Este primeiro critério aborda a necessidade de se criar espaços sombreados a fim de gerar proteção contra a incidência de raios solares e intempéries, formulando espaços, áreas e acessos mais agradáveis.

1 – Criar uma sombra	Análise	Resultado
Anatel	Presença de Marquise em concreto aparente em acesso principal para proteção solar.	X
Ministério da Fazenda	Os dois acessos principais de pedestres são marcados por grandes marquises e lajes em balanço.	X
Assembleia Legislativa	Não há elementos que proporcionem sombra nem proteção aos pedestres.	-
Justiça Federal	Há pouca presença de elementos criadores de sombra no prédio, que são as duas paredes recuadas nas fachadas leste e oeste.	X

Tabela elaborada pelos autores. com 'X' para princípios verificados e '-' para quando não encontrados.

No segundo critério se propõe um recuo nas paredes com o intuito de protegê-las do sol intenso, calor e chuva, além de promover espaços mais frescos internamente.

2 – Recuar as paredes	Análise	Resultado
Anatel	As paredes de vedação se encontram recuadas a fim de se adequarem aos sistemas de proteção dos brises.	X
Ministério da Fazenda	Este critério é pouco visualizado no edifício, porém nas fachadas leste e oeste há a presença de paredes duplas auxiliam na proteção solar.	X
Assembleia Legislativa	Não há o cumprimento deste critério.	-
Justiça Federal	Presente nas fachadas leste e oeste, os recuos protegem paredões de vidro.	X

Com a solução de vazar os muros, a comunicação entre o edifício e a cidade torna-se mais natural e harmônica, sendo convidativa a passagem por entre os edifícios, podendo adotar diversas linguagens e elementos vazados para os mesmos.

3 – Vazar os muros	Análise	Resultado
Anatel	As fachadas principais não apresentam muros, sendo presente somente no fundo do lote.	X
Ministério da Fazenda	O edifício não contempla muros em nenhuma de suas fachadas.	X
Assembleia Legislativa	O terreno é fechado por gradil vazado que não obstrui a visibilidade do edifício.	X
Justiça Federal	Não há presença de muros.	X

Neste 4º critério, Holanda expõe soluções e aponta a necessidade de proteger as janelas e aberturas, principalmente para regiões intensamente ensolaradas. Uma das soluções mais aplicadas nas construções modernistas de Fortaleza foram os brises.

4 - Proteger as janelas	Análise	Resultado
Anatel	Fachadas composta por brises em concreto aparente, que possuía como função canalizar os ventos naturais e proteger as fachadas contra a incidência solar direta.	X
Ministério da Fazenda	As fachadas norte e sul são protegidas por brises verticais em concreto pré-moldado.	X
Assembleia Legislativa	O edifício não apresenta uma quantidade significativa de janelas externas, porém, as existentes estão protegidas por empenas cegas de concreto.	X
Justiça Federal	As fachadas norte e sul são protegidas por brises verticais.	X

Este 5º critério a seguir, presente em nenhum dos edifícios estudados, objetiva formar novas formas e desenhos de esquadrias e portas, com o intuito de gerar ambientes controlados quanto a insolação e privacidade e com múltiplas possibilidades de fechamento.

5 - Abrir as Portas	Análise	Resultado
Anatel	Este critério não se encontra presente no edifício, sendo suas portas de vidro ou madeira comum.	-
Ministério da Fazenda	Suas portas e esquadrias também não atendem ao critério.	-
Assembleia Legislativa	Este critério não se encontra presente no edifício, sendo suas portas de vidro ou madeira comum.	-
Justiça Federal	Este critério inexistente na construção, pois sendo um edifício institucional de governo, optou-se pelo fechamento e segurança.	-

Ao se falar de espaços contínuos no 6º critério, propõe-se a criação de áreas integradas, fluidas, sem barreiras visuais ou físicas, capaz de promover uma maior interação entre as pessoas e o próprio edifício. Continuar os espaços também garante que o ar percorra por todos ambientes, facilitando a ventilação cruzada.

6 - Continuar os espaços	Análise	Resultado
Anatel	Espaços são contínuos devido a integração realizada entre salas e jardins -após reforma, bem como interior/exterior do edifício.	X
Ministério da Fazenda	O edifício foi projetado de maneira à otimizar os espaços sem a necessidade de paredes internas, devido aos grandes vãos.	X

Assembleia Legislativa	Item presente na área comum do edifício, com parapeito e plataformas de diferentes funções (recepção e passagem).	X
Justiça Federal	Planta livre, feita por modulação de pilares, permite diversos arranjos. Porém, as divisórias de ambientes dificultam a continuidade de espaços.	-

O tópico 7 se baseia na economia de materiais ao se construir com pouco. A demasia acarreta em um encarecimento da obra e dispersão das visuais, devido a quantidade de detalhes e diferença de materiais. Ao priorizar o uso de poucos elementos, há a possibilidade de criar um edifício único, de linguagem mais pura.

7 - Construir com pouco	Análise	Resultado
Anatel	O edifício atende ao critério visto que é constituído de concreto aparente.	X
Ministério da Fazenda	O edifício atende ao critério visto que é constituído de concreto aparente.	X
Assembleia Legislativa	O edifício atende a esse critério visto que é constituído por concreto aparente.	X
Justiça Federal	O edifício é marcado pelo uso do concreto aparente e panos de vidro.	X

O 8º critério estabelece a importância de incorporar a vegetação no projeto. Ao integrar a natureza ao espaço construído, há a possibilidade de desenvolver espaços democráticos e convidativos, de jardins e praças, dotadas de áreas sombreadas, ricas de cores, detalhes e aromas.

8 - Conviver com a natureza	Análise	Resultado
Anatel	Há integração meio ambiente-construção, com amplos jardins e claraboias.	X
Ministério da Fazenda	Convivência com a natureza devido ao paisagismo de Burle Marx, árvores frondosas e jardins suspensos.	X
Assembleia Legislativa	Há a presença de amplo gramado com árvores de grande porte que realizam a transição rua-edifício.	X
Justiça Federal	Integração com uma praça bem arborizada, que permite deleitável transição exterior-interior.	X

Ao propor o construir frondoso, é apontada a importância de construir de forma ampla, sombreada, vazada e convidativa, fazendo com que o edifício se integre com a paisagem, onde a arquitetura seja livre e envolvente.

9 - Construir frondoso	Análise	Resultado
Anatel	A construção apresenta rasgos, permeabilidade e integração em um volume único.	X
Ministério da Fazenda	Edificação vertical, poucas estruturas de sombreamento e ventilação natural.	-
Assembleia Legislativa	O edifício não permite grande permeabilidade da ventilação e possui poucas estruturas externas de sombreamento.	-
Justiça Federal	Construção sólida e vertical; e impermeável para ventilação e iluminação natural para áreas comuns do edifício.	-

Tabela elaborada pelos autores, com pontuação aferida após análise.

Edifícios	Resultado Final
Anatel	8
Ministério da Fazenda	7
Assembleia Legislativa	5
Justiça Federal	6

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO

Dentre os edifícios analisados, aquele que melhor atende os critérios expostos por Armando de Holanda é o edifício do antigo Departamento Nacional de Telecomunicações, DENTEL - atual ANATEL, construído em 1978, projeto dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de León. Sua composição arquitetônica, transmitida através de um bloco único moldado em concreto aparente, representa um marco na paisagem e na arquitetura modernista de Fortaleza. Ao analisar os critérios propostos para construir no nordeste, vê-se que o edifício soluciona quase todas as problemáticas climáticas e de funcionalidade a fim de gerar um espaço agradável, convidativo e perene.

Originalmente, seu projeto foi desenvolvido de modo a permitir plena ventilação natural cruzada, que era intensificada através da canalização dos ventos pelos brises verticais, porém, após reformas realizadas no prédio, suas esquadrias foram substituídas por esquadrias fixas, que impossibilitam a renovação de ar nas salas de trabalho. As reformas posteriores também trouxeram alguns benefícios, como a continuidade dos espaços, promovidos através da retirada das divisórias antigas de madeira, por novas divisórias de vidro, que permitem uma maior integração entre as salas e o pátio interno.

A pérola do edifício se encontra justamente no átrio central, marcado por jardins, iluminação zenital e ventilação natural. O espaço pode ser visto de todos os pontos do prédio, e o grande rasgo localizado no antigo jardim suspenso, no segundo pavimento, permite a circulação de ar juntamente com o átrio central.

A outra construção que mais se enquadra nos critérios abordados, é o prédio do atual Ministério da Fazenda, concebido em 1975 por Acácio Gil Borsoi, Janete Costa e Marco Antonio Borsoi, por o qual segue muitos destes princípios, porém demonstra certos problemas quanto a permeabilidade, ventilação e iluminação natural; a criação de sombras no nível térreo e mesmo não possuindo muros em seu entorno, o prédio possui presença imponente, possivelmente devido ao seu caráter institucional governamental, sendo seus acessos não tão convidativos. Seu gabarito contrasta com as edificações adjacentes, que possuem menor escala e porte. Porém, seus recuos, com jardins e praças projetado por Burle Marx ganham pontos positivos quanto ao caráter democrático do espaço. As largas calçadas, dotadas de uma arborização permitem um passeio mais confortável e seguro, além das sombras geradas pelas coberturas vegetais, que se adaptam bem ao clima da cidade.

A modulação do edifício permite que a continuidade dos espaços sejam perceptíveis, formando uma unidade de leitura nos caminhos. Contudo, nos pavimentos tipo, há uma mudança nessa leitura a partir das reformas sofridas em layouts das áreas de trabalho. Em sua concepção original, os mobiliários possuíam um altura compatível com o nível do olhar, sem divisórias ou barreiras visuais, permitindo, assim, uma total leitura do espaço (como ainda pode ser observado no 6º pavimento do edifício). Depois das novas reformas, as áreas de trabalho foram subdivididas com divisórias que bloqueiam a visão e desconstitui o critério de continuidade dos espaços.

O prédio da Justiça Federal, o exemplar que seguiu em menor frequência os conceitos de Holanda, é uma construção com pouco espaço para ventilação natural, e espaços bastante fechados e divididos, porém é bem protegido da insolação durante o dia por brises, possui uma praça convidativa ao público em sua fachada sul que realiza uma transição agradável do exterior para o interior do edifício.

As áreas comuns da construção fazem mais uso de iluminação e ventilação artificial se comparado às salas de trabalho, por exemplo, nas quais têm bom acesso a iluminação por grandes esquadrias de vidro que ocupam grande área das paredes.

Ao analisar o edifício da Assembléia Legislativa, projetado por Roberto Martins Castelo e José da Rocha Furtado Filho, em 1872, pôde-se observar que o mesmo critério de continuidade dos espaços esta presente somente nos espaços comuns, onde as escadas, passarelas e níveis diferentes formam pequenos espaços de observação, onde é possível visualizar toda a extensão do prédio. Contudo, as salas de trabalho não possuem nenhuma integração com os ambientes comuns, tanto em aberturas quanto e continuidade. Os desenhos de suas esquadrias também não permitem interação, sendo o critério relativo a isso descartado na análise. Devido ao grande bloco monolítico, sem grande aberturas, a troca de ar ou ventilação natural não

é perceptível na Assembleia. A iluminação natural é intensificada através de clarabóias vedadas, que permitem a entrada de luz natural zenital, porém de forma difusa e sutil.

Dentre os prédios analisados, o uso dos brises em concreto como elementos de fachadas e de proteção solar foram amplamente utilizados, mostrando-se eficientes, marcantes e agregador de identidade às construções. A presença de material único nas construções, como o concreto aparente, bem como suas volumetrias, soluções de fachadas, rasgos e sombras formam uma leitura harmônica e coesa quando se dialoga um edifício com outro, criando uma linguagem própria da arquitetura modernista, em especial, de Fortaleza.

As diretrizes projetuais adotadas são transmitidas em seus partidos e repassadas para as sensações que ocasionam naqueles que visitam os prédios. Ao adaptar o saber modernista às nossas condições climáticas, sociais e locais, vê-se uma melhor integração construção - ambiente - pessoa, pois há um respeito mútuo, onde todas as partes conversam entre si. Segundo os critérios básicos apontados, a necessidade de se projetar sem importar modelos e soluções prontas de outras regiões é extremamente essencial para a boa performance da construção. Ao longo dos anos, algumas reformas foram sendo aplicadas, com modificações que contribuíram ou não com os espaços. A tendência do uso de ar condicionados vem transformando a configuração original das construções, bem com a necessidade de se gerar novos espaços de trabalho ou convivência; entretanto nem sempre alinhadas à versão inicial.

5 | CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento deste artigo foi possível verificar que apesar do apelo à arquitetura moderna internacional, é possível realizar construções que enaltecem elementos construtivos modernos, no caso, da vertente brutalista, mas que dialogam entre si com a finalidade de criar um tipo de arquitetura único daquela região e adaptado a esta, por meio do uso e controle de seus recursos naturais como iluminação, ventilação e natureza.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA FILHO, Pedro Araújo. **Brutalismo em Fortaleza:** reconhecimento da arquitetura institucional e sua expressão. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque. **Arquitetura do sol:** Soluções climáticas produzidas em Recife nos anos 50. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/13.147/4466>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; PAIVA, Ricardo Alexandre (Comp.). **Caminhos da Arquitetura Moderna em Fortaleza:** a contribuição do arquiteto Acácio Gil Borsoi.. 2008. Disponível em: <http://www.repository.ufc.br/bitstream/riufc/9468/1/2008_eve_caminhos.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

HOLANDA, Armando de. **Roteiro Para Construir No Nordeste**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1976. 45 p.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro et al (Comp.). **Inventário da arquitetura moderna cearense: o Campus do Benfica da Universidade Federal do Ceará**. 2011. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario9/pdfs/060_M25_RM-InventarioDaArquiteturaModernaCearense-ART_clovis_neto.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

LIMA, Helio Costa; LEDER, Solange Maria (Org.). **O Terminal Rodoviário e o “Roteiro para construir no nordeste”**. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.129/4022>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MONTEIRO, Amanda Rafaelly Casé; MOREIRA, Fernando Diniz (Org.). **TRADIÇÃO CLÁSSICA, MONUMENTALIDADE E TECTÔNICA: MINISTÉRIO DA FAZENDA DE FORTALEZA DE ACÁCIO GIL BORSOI**. 2013. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario10/pdfs/OBR_24.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrado em Ambiente Construído
Juiz de Fora – Minas Gerais

no texto. Conclui-se que reconstrução é um tipo de preservação que pode ser necessária, quando os símbolos referentes a uma cultura sobrevivem de forma excepcional na memória de um grupo, e que estes precisam ser preservados como identidade, salvaguardando os aspectos culturais e sociais. Que os objetos que chamamos de patrimônio sejam tratados com a devida importância cultural, com toda sua significância, seja material ou imaterial, e que novas abordagens, discussões, que busquem um ganho qualitativo para nossa cultura, sejam realizadas sem um pré-conceito advindo de um pensamento conservador.

PALAVRAS-CHAVE: Reconstrução; Patrimônio cultural; Restauro, Significância Cultural, Varsóvia.

ABSTRACT: This article intends to board the evolution of the discussion on restoration and conservation of the cultural inheritance from the century XIX on basis of the theoretical doctrines and patrimonial letters, giving emphasis to the question referring to reconstruction, when that one begins to enter in list and is consolidated like preservation tool. Very often the recurrent theory is not sufficient to solve the practical problems of great proportions, like destructions of cultural goods for wars, natural disasters and other accidents. Quite delicate subjects as the reconstruction, where do the solutions produce

RESUMO: Este artigo pretende abordar a evolução do debate sobre restauração e conservação do patrimônio cultural a partir do século XIX com base nas doutrinas teóricas e cartas patrimoniais, dando ênfase à questão referente a reconstrução, quando essa começa a entrar em pauta e se consolida como ferramenta de preservação. Muitas vezes a teoria recorrente não é suficiente para solucionar os problemas práticos de grandes proporções, como destruições de bens culturais por guerras, desastres naturais e outros sinistros. Temas bastante delicados como as reconstruções, onde as soluções geram margem para uma polêmica, suscitam as mais diversas objeções entre as correntes teóricas. Pretende-se analisar também as tendências contemporâneas, com o intuito de averiguar os princípios gerais que deveriam guiar as intervenções desse nível. O caso de Varsóvia é abordado, quando a localidade foi destruída e seu povo clamou pela sua reconstrução. A destruição do Centro Velho e reconstrução do Museu de Varsóvia são interpolados, destacando a inter-relação entre os diversos temas a serem discorridos

edge for a controversy, cause more several objections between the theoretical currents. It intends to analyse also the contemporary tendencies, with the intention of checking the general beginnings that should guide the interventions of this level. The case of Warsaw is boarded, when the town was destroyed and his people cried out for his reconstruction. The destruction of the Old Center and reconstruction of the Museum of Warsaw is interpolated by them, when there are detaching the inter-relation between several subjects to be talked in the text. There is ended which reconstruction is a type of preservation that can be necessary, when the symbols referring to a culture survive in the exceptional form in the memory of a group, and what these need to be preserved like identity, safeguarding the cultural and social aspects. That the objects that we call an inheritance are treated with the proper cultural importance, with all his signification, be material or immaterial, and which new approaches, discussions, which look for a qualitative profit for our culture, are carried out without a daily pay-concept resulting from a conservative thought.

KEYWORDS: Reconstruction; Cultural Heritage; Restoration; Cultural significance; Warsaw.

1 | INTRODUÇÃO

Entre todo o vasto campo no qual o patrimônio cultural está inserido, um dos pontos mais polêmicos que podemos citar é o da reconstrução, responsável por suscitar certo debate entre diversas linhagens teóricas de restauro e uma reflexão sobre as diferentes formas de preservação da memória e as práticas de restauração que tendem a dar suporte material a essas memórias.

Uma série de acontecimentos pode levar a destruição ou profundo dano ao patrimônio, como as mais variadas guerras acontecidas nos séculos passados, que acarretaram certos danos pontuais, chegando aos conflitos militares na atualidade, os quais possuem alto poder de dano, podendo arrasar um grande numero de edificações quase que simultaneamente. Outros fatores prejudiciais são desastres naturais ou mesmo a ação errônea do homem sobre o bem, sobre a matéria. A Segunda Guerra Mundial, conflito que devastou dezenas de cidades ocasionando a perda de uma quantidade de monumentos, de forma abrupta, fomentou uma nova demanda para a teoria do patrimônio e restauro, devido a esse novo paradigma de destruição inexistente até o momento.

Ao buscarmos as idéias de restauração e reconstrução, podemos correlacionar a forma como esses conceitos implicam no modo de atuação atual no patrimônio cultural? Essa indagação é compreendida, na forma como a preservação chega ao nosso cotidiano. Cesare Brandi, em sua obra “A teoria da restauração”, foi um dos teóricos precursores a serem inseridos no contexto brasileiro sobre a preservação que teve uma acentuada repercussão. Conforme Brandi, que comandou o Instituto Central de Restauração (ICR) de Roma, de 1939 até 1960, no pós Segunda Guerra, o restauro

“constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2008, p.30), mostrando com isso que o valor histórico, para o mesmo, seria secundário ao valor estético. Brandi define dois axiomas para sua teoria, sendo primeiro que apenas a matéria da obra da arte deve ser restaurada (BRANDI, 2008, p.31); o segundo é quanto a restabelecer na obra de arte a sua unidade potencial, mas colocando uma importante ressalva quanto ao falso artístico/histórico, sem excluir nenhuma marca da passagem da obra de arte pelo tempo (BRANDI, 2008, p.33), o que demonstra também a importância à instância histórica. Somente se mantendo a integridade imagética que ocorreria o reconhecimento de toda obra artística, mantendo a unidade da imagem da obra, sem perder suas características históricas e estéticas, o que está diretamente relacionado ao conceito de autenticidade. A restauração acaba se fundamentando no respeito pela obra, por sua materialidade, pelos seus aspectos documentais e de conformação.

As bases teóricas visando a preservação são diversificadas, e conforme a situação, o período histórico e a cultura do povo, a aplicação das mesmas geralmente geram contínuos debates devido a linha de pensadores. Além desse conceito sobre restauração de Brandi, pode-se utilizar outras bases teóricas sobre preservação, como as preconizadas por Viollet-le-Duc, Ruskin, Riegl, além dos discursos feitos por Boito, Giovannoni, Roberto Pane e outros; e ainda, as cartas patrimoniais, fornecendo uma base deontológica para as mais variadas profissões envolvidas na preservação. Com isso, muitos trabalhos de restauro acabam por danificar a obra, seja por interpretações apressadas, diversas vezes equivocadas e superficiais.

Essas cartas são frutos de discussões temáticas, em determinados momentos, gerando documentos concisos que condensam os pontos que foram obtidos em consenso nas discussões, oferecendo tópicos de caráter indicativo ou prescritivo, não tendo característica normativa, pois suas orientações devem ser reinterpretadas e elucidadas para as mais distintas culturas em que forem inseridas, e a partir disso, atestar sua absorção em propostas legislativas. O seu aproveitamento e utilização na prática, atualmente, demonstra uma necessidade de uma análise crítica fundamentada no documento. A Carta de Veneza já coloca uma observação importante sobre a restauração, explicando o que é uma operação de “caráter excepcional”, que deve terminar onde a hipótese começa (CARTA DE VENEZA, 1964).

Com os estudos relacionados à preservação em evolução constante no séc. XX, nota-se um consenso no tocante sobre a falsificação da matéria, além da patina do tempo sendo integrante da história dos bens. Reconstruir determinado bem já fere esses princípios, primeiramente pela dita falsificação da matéria; e consequentemente pela problemática da elaboração de cenários com um vazio simbólico a determinado grupo de indivíduos. Ora, quando se começa a usar o artifício da hipótese, baseando-se em estudos imperfeitos ou incompletos, tem-se como resultado reconstruções fantasiosas, que vão potencializar ainda mais esse vazio simbólico.

Em determinados países, a reconstrução já foi feita em grande escala, como em Varsóvia na Polônia, em varias cidades da Alemanha, além de outros países europeus no pós-guerra. Conforme Castriota (2004, p.1-7), nos EUA a prática de reconstrução também foi muito usada, muitas vezes como uma necessidade pedagógica para atribuir que um sitio apresentasse sua condição original. O termo “restauração” nos países norte-americanos, é sinônimo de um tipo de “reconstrução parcial” empreendida para recuperar o que foi em determinado momento significativo.

Admite-se a opção de reconstrução como recurso da restauração no Brasil apenas em circunstâncias extremas, como no ocorrido em 2010 com a Igreja Matriz São Luís de Tolosa, em São Luís do Paraitinga - SP, que ruiu após fortes chuvas atingirem a localidade. Outro exemplo é a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a maior igreja construída no Centro Oeste Brasileiro, em 1728, foi destruída por um incêndio ocorrido em 2002, onde o fogo consumiu a cobertura, telhado e toda a parte interna do monumento (IPHAN, 2010).

E como a essência do patrimônio cultural é ampla, no oriente do mundo, a percepção do povo em relação a tal assunto se mostra muito diferente ao que estamos acostumados. A exemplo disso, mostra-se o trabalho que é realizado de demolição e reconstrução do Templo de Ise a cada 20 anos, em uma cerimônia chamada Shikinen Sengu, ligada ao xintoísmo. A técnica, o saber fazer, passa de geração em geração, onde o imaterial se sobressai diante do material, nessa demonstração de transmissão cultural.

Mas como há uma grande resistência e um enfrentamento devido as mais variadas correntes de preservação no quesito referente à reconstrução, abre-se algumas questões a serem levantadas. Monumentos nacionais que venham a ser destruídos, por motivos de guerra, desastres naturais, incêndios e outras causas semelhantes, devem ser reconstruídos? O senso de pertencimento da população seria resgatado em uma réplica da edificação original? Se reconstruído, a questão afetiva da comunidade com o bem, seu símbolo social, seria relegado a segundo plano para não ter como resultado o falseamento histórico, uma nova matéria? Essas e outras perguntas demonstram a complexidade do tema.

2 | A EVOLUÇÃO DA RECONSTRUÇÃO SOBRE A ÓTICA PATRIMONIAL

Nestas indagações, vemos a necessidade conceitual de entendermos a reconstrução conforme com as diversas óticas teóricas às quais ela está contida. O debate sobre reconstrução já é visível no Ocidente mesmo na Antiguidade. Segundo Souza (2009), para se definir reconstrução, inicialmente é necessário estabelecer quais foram os critérios e a importância que levam ao que ela é em essência, onde a superação de noção da morte do monumento e sua posterior materialização em um contexto histórico novo. O intervalo temporal entre a efetiva destruição de um bem e

seu novo aparecimento deixa uma lacuna, onde essa ação elimina categoricamente o fator tempo. Segundo o autor, o monumento não deixa de existir, mas continuou presente e vivo na memória das pessoas que querem sua reedição, como também em registros iconográficos e escritos da própria história anterior. Pode-se definir reconstrução como um instrumento ou mecanismo de recuperação e restabelecimento da memória de um monumento ou bem, que foi perdida na sua materialidade. Com isso, uma nova e recém adquirida materialidade física é proporcionada ao monumento, e dessa forma pode-se reassumir seu valor cultural, mas deixando claro que o hiato do tempo foi descartado. O patrimônio que este monumento consiste é então reintegrado à sociedade, mas deixando com isso um grande paradoxo, pois esse patrimônio material reconstruído não é mais o mesmo que tinha descrito na sua superfície a passagem pelo tempo, que acabou sendo destruída em seu valor (SOUZA, 2009).

O séc. XIX assume papel proeminente no processo de preservação, e no decorrer de todo esse período foram constantes as tentativas de inventários sistemáticos, experimentações práticas, formulações teóricas, elaboração de medidas legais e a consolidação de órgãos de preservação. As experiências foram díspares, com uma oscilação entre posturas antagônicas, desde as mais conservativas, com grande apreço pelas marcas da passagem do tempo, quanto pelos valores formais da pátina, e até mesmo as posturas voltadas a complementos e refazimentos em estilo. Fazendo uma abordagem histórica, nota-se uma grande disparidade entre essas duas correntes doutrinárias sobre a restauração do patrimônio. A primeira doutrina é intervencionista, onde predomina nos conjuntos de países europeus, simbolizada por Viollet-le-Duc. A segunda doutrina, inglesa, é a anti-intervencionista, representada por Ruskin e Morris (CHOAY, 2003, p.153). Os anti-intervencionistas tratavam o edifício como sagrado, devido ao trabalho das gerações anteriores, sendo a marca do tempo neles impressa parte da sua essência. Como conclusão, nos é proibido tocar nos monumentos do passado, pois eles não nos pertencem, segundo essa corrente de pensamento (CHOAY, 2003, p.154-155). Em *A Lâmpada da Memória*, Ruskin mostra seu desprezo sobre a palavra restauro, ao afirmar que “ela representa a mais total destruição que um edifício possa sofrer”, e fazendo uma analogia a ressuscitar os mortos, a impossibilidade de restaurar em arquitetura. Nesse ponto, faz uma crítica a corrente intervencionista, quando os mesmos executam ao estilo dos projetistas já mortos (RUSKIN, 2003, p.25). Para Ruskin e Morris, a essência do edifício ou objeto sofre um atentado contra a sua própria autenticidade quando passa por um processo de restauro (CHOAY, 2003, p.155).

A doutrina dos intervencionistas era dominada pela figura de Viollet-le-Duc, que almejava na restauração restituí-lo a um completo estado idealizado da obra, que por sinal, pode nunca ter existido num dado momento (CHOAY, 2003, p.156), visando a unidade de estilo, e muitas vezes, com esse pensamento, acabando por sacrificar várias fases da obra e feitas substituições maciças. O procedimento de Viollet-le-Duc se caracterizava por procurar entender a lógica da composição do edifício, concebendo

um modelo ideal entre forma, função, materiais e estrutura, e a seguir, impondo sobre a obra o esquema idealizado. Se a falta de determinados elementos em um edifício o fizessem perder seu caráter estilístico, no processo de restauração esses elementos deveriam ser acrescentados. Olhando sobre uma ótica da reconstrução, pode-se interpretar que a mesma é uma ferramenta para o restauro estilístico.

Mesmo sem formar uma teoria, Camillo Boito, a partir das idéias de Viollet-le-Duc e Ruskin estabelece alguns princípios mais ponderados entre os eles, onde trata a restauração como algo distinto e, às vezes, oposto à conservação, mas necessário. Elaborou uma série de critérios de intervenção acerca da conservação e restauração de monumentos históricos. No que tange a restauração estilística, aponta os perigos de alcançar um estado que nunca pode ter existido (BOITO, 2008, p. 23-24). Afirma com isso, que “quanto mais bem for conduzida a restauração, mais a mentira vence insidiosa e o engano, triunfante” (BOITO, 2008, p. 58). Surge uma nova visão sobre o tema, quando Alöis Riegl surge para abordar o monumento segundo seus valores, rompendo com este contínuo de teorias baseadas em estilo e historia. Estabelece princípios sobre a preservação com base nos “valores” dos monumentos, que são: valor de antiguidade, valor histórico, valor de rememoração intencional, valor de uso, valor de arte relativo e valor de novidade (RIEGL, 2014). O valor de antiguidade, o mais importante para Riegl, é algo que afeta diretamente as reconstruções, pois há a completa supressão do mesmo.

Nas cartas patrimoniais publicadas no séc. XX, elas nos mostram a evolução e o desenvolvimento da teoria do restauro nas ultimas décadas. Nessas cartas, há citações que fazem recomendações onde a reconstrução seja evitada, como a afirmação explícita de que não se deve reconstruir o monumento, ou considerando a reconstrução somente como o ultimo recurso ser feito, no caso pela especificidade do monumento cuja significância social e cultural para a comunidade seja absolutamente excepcional (ALMEIDA, 2013, p.9). A Carta de Atenas de 1931 já se inicia constatando que em diversos Estados representados “predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos”, passando somente a conservação dos edifícios através da manutenção e restauração, apontando com isso, mesmo que indiretamente e sem apontar a palavra reconstrução, que esse caminho não sendo uma intervenção aconselhável. A mesma carta já cita o trabalho em ruínas, através da anastilose (1931, p.1). Já a Carta de Veneza refere-se a restaurações de forma mais cautelosa, em seus artigos 12 e 13, abaixo descrito:

Art.12 Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte ou de história.

Art.13 Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente (CARTA DE VENEZA, 1964).

No artigo 15 da mesma carta, é apontado que o trabalho de reconstrução deve ser

excluído *a priori*, e é permitida a recomposição de partes existentes, mas desmembradas, através apenas da anastilose. Segundo Souza (2009), na anastilose a matéria nova é empregada como suporte da matéria original, onde fica esta submetida, tendo de ser destacada a dessemelhança as partes. Na reconstrução, o material originário pode existir ou não, mas quando é existente, a matéria nova inserida vai desempenhar um papel em tal grau de importância quanto a matéria original no produto final. Para Souza, a parcela nova e original também não é determinante no processo (SOUZA, 2019). Nesse quesito, questiona-se em tom irônico, se alguns trabalhos realizados de reconstrução são um grande trabalho de anastilose, entrando outros aspectos a serem analisados, como o papel exercido pela matéria novata no processo.

Duas cartas patrimoniais posteriores abordam a reconstrução com uma abordagem mais específica. A primeira dela é a Carta de Burra (1980) que lança luz para uma definição de reconstrução na teoria moderna de preservação e restauro:

Art. 1º [...] A reconstrução será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido: ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida nem com a criação, nem com a reconstrução hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações; (CARTA DE BURRA, 1980)

Nos artigos 17, 18 e 19, a carta se aprofunda sobre reconstrução, rompendo com valores anteriormente aceitos por correntes intervencionistas, como Viollet-le-Duc, e indo contra a corrente anti-intervencionista, de Ruskin, que afirma que nem meia polegada desgastada poderia ser copiada, que essa cópia direta e simples é materialmente impossível (RUSKIN, 1996). A carta mantém a recomendação de uma grande cautela nesse tipo de intervenção em monumentos:

Art. 17º A reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição *sine qua non* de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida.

Art. 18º A reconstrução deve limitar-se à colocação de elementos destinados a completar a entidade desfalcada e não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem.

Art. 19º A reconstrução deve limitar-se à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças aos testemunhos materiais e/ou documentais. As partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas de perto (CARTA DE BURRA, 1980, p.5).

Com esse tratamento feito a reconstrução, adota-se como opção viável na direção da preservação e do restauro quando a integridade dos bens danificados e do seu conjunto forem asseguradas, sem que ocorra a construção em totalidade ou da maior parcela do bem, e que não aconteça um falso histórico.

A Carta de Burra (1980, p.3), conceitua a Significância Cultural, que vai englobar os valores estéticos, históricos, culturais, sociais e outros, que passam pelas gerações

e está incorporado no próprio local, no ambiente e nos objetos aos quais se relaciona. Esse conceito de Significância Cultural vai auxiliar na estimativa dos valores de lugares que são passíveis de serem significantes, auxiliando a percepção e entendimento do passado e do presente, dando uma base sólida a gerações posteriores. Essa perspectiva que a Carta de Burra acrescenta no campo do patrimônio cultural é de extrema valia, já que coloca a questão de afetividade em relação aos bens em um plano de destaque. Isso é expresso quando ela se refere que a significação vai incorporar todos os elementos que contribuem para seus significados, deixando para um segundo momento a questão física e espacial.

A abordagem sobre reconstrução nas cartas avança, e tem pela Carta de Cracóvia (2000) mais um espaço destinado, quando abre novamente o dialogo das intervenções, colocando como ferramenta a reconstrução para ocasiões em que o dano seja muito alto, impensável, como guerras e desastres naturais. Inicialmente, em seu artigo 4, ela define que as reconstruções de partes significativas devem ser evitadas quando os responsáveis pelo trabalho buscarem um “verdadeiro estilo”. Logo, reconstruir fragmentos muito limitados que tenham um significado arquitetônico, podem ser excepcionalmente aceitos, mas com o porém de se fundamentar em documentação precisa e irrefutável. Como conclusão desse artigo da referida carta, se faz uma importante menção referente ao universo e conceito de reconstrução, onde se nota um apelo afetivo: somente justificada por motivos culturais e sociais, e que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local, os serviços de reconstrução da totalidade do edifício podem ser executados (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, p.2). Conforme Viñas, (2005, p.153), sendo o valor simbólico não inerente ao objeto em si, mas sim o resultado das próprias pessoas que o rodeiam, utilizam e que o cercam, e o compartilhar desse seus significados é que acaba por transformá-los em bens patrimoniais relevantes.

3 | RENASCIDO DAS RUÍNAS: O MUSEU DE VARSÓVIA (STRONA DEKERTA)

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Polônia foi invadida pela Alemanha Nazista, e no seu território ocorreu uma série de conflitos, sendo dois deles de grande destruição. O primeiro foi o levante do Gueto de Varsóvia, onde houve uma resistência dos judeus confinados em um gueto, em 1943. O segundo, foi o levante de Varsóvia, em 1944, uma luta prevista a durar de 2 a 3 dias, mas que se estendeu a 63 dias. Após a queda do levante de 1944, como é apresentado pelo historiador Norman Daves em seu livro Levante de 44, a resposta de Hitler foi de pura vingança contra a cidade, realizando a demolição sistemática durante mais de três meses. Para ter uma noção da dimensão da vingança sistematizada de Hitler contra o patrimônio polaco, além de esquadrões de lança chamas para fazer queimar as casas menores:

[...]equipes de demolição usavam dinamite e equipamento pesado para derrubar

os edifícios e monumentos maiores. Grupos de camponeses alistados à força catavam restos de metais e outros materiais de construção aproveitáveis e os levaram embora. A operação continuou sem parar, dia a dia, rua a rua, bairro a bairro (DAVIES, 2006, p.510).

A intenção dos nazistas em exterminar uma nação pela cultura atingiu níveis extremos em Varsóvia, onde “957 objetos incluídos no registro dos monumentos em 1939, 782 foram destruídos totalmente, 141 foram gravemente danificados e 34 foram relativamente bem conservados”. Mostrando com isso a intensidade da ação alemã, que por sinal, cabe enfatizar, teve o auxílio por historiadores de arte alemães aos militares que estavam em missão de destruição (REKAWEK, 2010, p.60).

Surge aqui um embate entre memória e história discutido por Pierre Nora (1993), pois após uma perda tão significativa de seus *lugares de memória*, só restou à memória dar o apoio a continuidade histórica de um grupo social. Nora já dizia que a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, representando o passado. Em contraponto, a memória, que é viva, atual, um elo vivido no eterno presente (NORA, 1993, p.9). No ato de reconstrução realizado em Varsóvia, não apenas um conjunto de informações e objetos poderiam reconstruir o passado da cidade, mas todo um conjunto de memórias coletivas e individuais (HALBWASCHS, 1990, p.82). Segundo Pollak (1989), a memória é formada por acontecimentos, sujeitos, indivíduos e lugares, e essas pessoas em Varsóvia acabaram por ter sua memória coletiva forjada de forma muito contundente, para todo o conjunto querer novamente seu espaço tal qual como era. A própria compreensão do que se entende por identidade pode-se relacionar com o sentido da imagem vivida, observada e absorvida de um contexto, devido a ligação fenomenológica estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1989, p.12). A população da cidade usou da memória para auxiliar e fornecer suporte a história num momento de colapso.

A reconstrução feita na cidade, que se encontrava quase totalmente destruída, iniciou-se com o fim da guerra. Para o polaco civil ou militar e aos judeus, que passaram por varias provações durante o conflito na Polônia, em especial em Varsóvia, a devastação de quase toda cidade e de 85% do seu centro histórico deixou uma enorme ferida aberta no seio da população (UNESCO, [199?]). O processo de reconstrução decorreu como resultado da determinação dos habitantes e com todo apoio da nação. O significado da cidade, dos seus monumentos estava muito presente e não podia ser perdido. As ruínas mostravam os riscos do esquecimento, pela perda sofrida em seu patrimônio. Dessa forma, a reconstrução ocorrida na Cidade Velha, na sua forma urbana e arquitetônica, foi a manifestação do cuidado e atenção tomado para assegurar a sobrevivência e continuidade de um dos testemunhos mais importantes da cultura polonesa. Devido a importância para o povo polaco, a Cidade Velha de Varsóvia foi tombada em 1966, e na década de 1980, incluída na lista do patrimônio histórico mundial (ICOMOS, 1978).

Houve uma contribuição muito grande para as doutrinas relativas a urbanização

e conservação após as destruições na Segunda Guerra Mundial. Conforme relatado pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) para a UNESCO (United Nations Educational, Scientificand Cultural Organization), “é um excelente exemplo de uma reconstrução quase total de um período da história que abrange os dias do século XIII ao XX (ICOMOS, 1978, p.3).” Mais do que isso, “este exemplo ilustra a eficácia das atividades de conservação na segunda metade do século 20, que permitiu a reconstrução integral do complexo conjunto urbano.”

Cabe aqui salientar que mesmo com a falta de interesse das autoridades pelo regime comunista em fazer uma concessão para recuperar um pedaço de Varsóvia, havia uma característica muito peculiar embutida nesse pensamento, já que o passado histórico de Varsóvia era tradicionalmente antirrusso e antissoviético, num momento em que esse país deveria ser contemplado apenas com satélite da União Soviética. Em contraponto ao pensamento polaco, o *lugar de memória* planejado pelos soviéticos para a capital polaca, o Palácio da Cultura, era um edifício imponente e alto, sendo o complexo para os habitantes com 42 andares, que domina até os dias atuais a vista na cidade (RĘKAWEK, 2010, p.64).



Figura 1 - Praça da cidade velha antes da guerra.

Fonte: Muzeum Warszawy. Disponível em: <<http://muzeumwarszawy.pl/>> Acesso em: 03 fev. 2016.

Mesmo tentando convergir para o projeto da edificação detalhes arquitetônicos que recolheu da tradição polaca para contemporizar o sentimento nacional polaco, o projeto do arquiteto russo Lev Vladimirovich Rudnev não alcançou inicialmente tal objetivo, tendo a maioria esmagadora dos habitantes não tendo ligação com o edifício, pois não havia nele um reconhecimento. A ligação afetiva dos moradores em relação a cidade destruída era algo muito forte, sua identidade estava fortemente abalada e

eles viam nas ruínas um resgate da sua cultura e hábitos sociais. No centro histórico da Cidade Velha está localizada a Praça do Mercado, um grande largo ao ar livre, também sendo a área de grande utilização pelos poloneses para comércio, comícios, manifestações e, sobretudo, lugar para todos - antes da Segunda Guerra Mundial (ver figura 01). Devido ao intenso bombardeio, o local foi muito danificado durante o conflito, chegando ao ponto de ficar em aspecto de ruínas (ver figura 02).



Figura 2 - Praça da cidade velha antes da guerra.

Fonte: Muzeum Warszawy. Disponível em: <<http://muzeumwarszawy.pl/>> Acesso em: 03 fev. 2016.

Numa das 4 conformações da Praça do Mercado, chamada de *Dekerta*, existia desde 1936 uma edificação de bastante significância para os polacos, o Museu de Varsóvia. Entre 1937 e 1938, o museu comprou 3 casas, as numero 32, 34, 36 (MUZEUM WARSZAWY, [199?]). Um ano após, inicia-se o conflito mundial. Durante todo o percurso da guerra, o bombardeio, o fogo de artilharia e combates durante a Revolta de Varsóvia, a Cidade Velha foi destruída sendo a ala *Dekerta* que sofreu a menor perda. O museu além de ter seus catálogos, inventários e coleções destruídas, também sofreu diversos danos físicos, como mostra a figura 04. A casa nº 34 e nº 36 foram as menos danificadas, pois antes da guerra sofreram alterações, como tetos refratários, enquanto se adaptavam para o Museu. Como resultado, sobreviveram muitas peças originais, como pinturas do século XVII. Nos outros edifícios que são preservados apenas portais, parte das abóbadas góticas do porão e adegas, os corredores do andar térreo, além da fachada fortemente danificada (MUZEUM WARSZAWY, [199?]).

Após a guerra, o sentimento do povo polaco por essa parte da cidade fomentou diversos debates sobre a reconstrução, pois o apelo afetivo da comunidade local foi extremo, pois se sentia privado da sua própria identidade. O arquiteto Stanislaw

Zaryn foi o responsável pelo projeto e liderou a reconstrução de mais de 40 edifícios históricos em Varsóvia, incluindo o Museu e edifícios adjacentes a ele na Praça do Mercado. As edificações adaptadas ao museu foram reconstruídas entre 1948-1954, chegando a um grupo de onze edificações ao todo, e toda a ala chamada de *Dekerta*, formam a sede do Museu Histórico de Varsóvia, sendo atualmente a edificação nº42 a entrada do museu (figura 03).



Figura 3 - Varsóvia, 1952. A reconstrução da Cidade Velha, ala Dekerta, vista da Praça da Cidade Velha.

Foto. Zbyszko Siemaszko. Disponível em: <<http://warszawa.onet.pl/zmartwychwstanie-warszawy/3f2er/>> Acesso em: 03 fev. 2016.

Para a comunidade polaca, buscou-se sua identidade, suas referencias, num desejo coletivo de ancorar os sentimentos de pertencimento ao passado. Após a reconstrução da praça e do museu, a ambiência retornou ao Centro Velho (ver figura 06), tornando esse pedaço de Varsóvia não um cenário, mas uma reconstrução que tem forte ligação afetiva com a população local.



Figura 4 - Ala Dekerta reconstruída, com ambiência na Praça do Mercado atualmente - (2016).

Fonte: Arquivo pessoal do autor (Daniel Moratori).

4 | CONCLUSÕES

Com base na problemática evidenciada, pode-se observar várias ações de diversos atores na conservação, manutenção e reconstrução do patrimônio, os quais adquiriram diversas ramificações que foram orientadas por diversos valores, princípios, regras e interesses, a partir do tempo ou dos contextos culturais envolvidos. No campo de preservação atual, presume-se que nas intervenções seja decidido o que manter como lembrança, elencando dessa forma, o que deva ser esquecido, ao menos em sua forma materializada. A reconstrução geralmente não é considerada opção no campo patrimonial devido aos pontos negativos que a mesma pode trazer se tratada erroneamente. Mas em determinadas ocasiões trabalha de forma inversa, em devolver a materialidade de um bem destruído para um grupo que busca de forma excepcional sua identidade, transcendendo a matéria, adicionando o valor da afetividade acima da história e do tempo, sem causar um efeito de cenário para tal grupo.

Filosoficamente, podemos fazer um paralelo dos dilemas da reconstrução como o paradoxo do “Navio de Teseu”, da mitologia grega. Teseu, após se voluntariar para uma viagem em que lutaria contra o Minotauro, teria ao longo da viagem trocado vários componentes do seu barco, desde madeiras até as velas. Voltando Atenas vitorioso, teria Teseu chegado com o mesmo barco que partiu? Ou a quase total substituição gradativa teria formado um novo barco? E ainda, se juntassem as peças que foram substituídas, formando novamente a embarcação, seria essa a que verdadeiramente esteve na viagem? A embarcação montada no decurso do caminho se transformaria em que? Assim como o “Navio de Teseu”, uma edificação a ser reconstruída suscita uma gama de questionamentos e discussões sobre sua autenticidade e materialidade, que merecem a mais profunda atenção.

A recuperação da materialidade perdida de uma determinada arquitetura se

justifica quando o monumento sobrevive na memória e o seu valor permanece, e quando o objetivo é colocado acima da autenticidade daquilo que está sendo reconstruído, tendo a plena consciência que a matéria reconstruída não irá fazer o passado retornar, o valor de antiguidade nunca será restituído, a patina do tempo foi perdida, aceitando-se que o objeto reconstruído é a personificação da obra perdida. Pode-se com isso, dizer que reconstrução é um tipo de preservação, quando os símbolos referentes a uma cultura sobrevivem de forma excepcional na memória de um grupo e que estes precisam ser preservados como identidade, salvaguardando os aspectos culturais e sociais. Que os objetos que chamamos de patrimônio sejam tratados com a devida importância cultural, com toda sua significância, seja material ou imaterial, e que novas abordagens, discussões, que busquem um ganho qualitativo para nossa cultura, sejam realizadas sem um pré-conceito advindo de um pensamento conservador.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, R.F.S.A. **Conservação e valores sob a perspectiva do patrimônio na Alemanha: a prática da reconstrução**, 2013; Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais
- BRANDI C. **Teoria da Restauração**. 3^aed. São Paulo: Atelier Editorial, 2008. 261 p.
- BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 63 p.
- CARTA DE ATENAS – 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2016.
- CARTA DE BURRA – 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2016
- CARTA DE CRACÓVIA – 2000. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2016
- CARTA DE VENEZA – 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2016.
- CASTRIOTA, L. B. História da arquitetura e preservação do patrimônio: diálogos. In: **XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte**, 2005, Belo Horizonte. XXIV Colóquio do CBHA. Belo Horizonte: C/Arte, 2004. v. I. p. 1-7.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2003.
- CUNHA, Claudia R. Alois Rieg e “O culto moderno dos monumentos”. In: **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, maio/out. 2006, p.6-16.
- DAVIES, Norman. **O levante de 44: a batalha por Varsóvia**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.862
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- ICOMOS, **Advisory Body Evaluation for World Heritage Committee**. Paris, 1978.4 p.

IPHAN, Iphan mantém ações em São Luiz do Paraitinga durante o fim de semana. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2711/iphан-mantem-acoes-em-sao-luiz-do-paraitinga-durante-o-fim-de-semana>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RĘKAWEK, Jolanta. Um patrimônio cultural sem capital histórico: o caso de Varsóvia. **Políticas Culturais em Revista**, 1 (3), p. 56 - 70, 2010

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** 1^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** Salvador: UFBA, 1996.

SOUZA, Luiz Antonio Lopes de. Wiederaufbau: a Alemanha e o sentido da reconstrução. Parte 1: A formação de uma nação alemã. Parte 1/3. In: **Arquitectos**, São Paulo, Vitruvius.111.04, ano 10, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/10.111/35>> Acesso em: 04 fev. 2016.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation.** Oxford: Elsevier Butterworth - Heinemann, 2005.

UNESCO. **World Heritage List:** Historic Centre of Warsaw. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/30>>. Acesso em: 03 fev. 2016

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

UFOP, Escola de Minas, Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEARQ), Ouro Preto – Minas Gerais

Fernanda Alves de Brito Bueno

UFOP, Escola de Minas, Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEARQ), Ouro Preto – Minas Gerais

arquitetônica ouro-pretana, durante o século XIX e início do XX. Para realização da pesquisa de campo, que se encontra em andamento, a cidade foi dividida em sete áreas, sendo neste artigo apresentados os primeiros resultados nos bairros da Barra e do Pilar. O trabalho se insere na linha de pesquisa da historiografia contemporânea, que reconhece todas as manifestações artísticas e estéticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ouro Preto, Ecletismo, século XIX, patrimônio.

ABSTRACT: The present article intends to discuss the Eclectic Movement as an attitude of ideology and choice, through the absence of a single way of thinking, where there is respect for a time conjunction, in which scale and dimension approaches to the man and to its relationship with society. Ouro Preto's homogeneous landscape, with its colonial and baroque architectures, is considered here as a myth constructed by the modernists in 1930, when they (re)discovered the city. The final objective of this work is to analyze the entire Ouro Preto's historical center, seeking to identify and valorize the architectural production of the 19th century and the beginning of the 20th century allied to the colonial set, in order to recognize the importance of this period of time in the construction of the city's landscape, from the point of view of patrimonial preservation.

RESUMO: O presente artigo pretende discutir o movimento eclético como uma atitude de espírito e escolha, através da ausência de linha única de pensamento, onde há o respeito por uma conjunção do tempo, cuja escala e dimensão se aproxima do homem e de sua relação com a sociedade. A homogeneidade da paisagem da cidade de Ouro Preto, com suas arquiteturas coloniais e barrocas, é aqui considerada um mito construído na década de 1930, quando a cidade foi (re)descoberta pelos modernistas. O objetivo final desse trabalho é analisar parte do centro histórico da cidade de Ouro Preto buscando identificar e valorizar a produção arquitetônica do século XIX e início do XX em meio ao conjunto colonial, com o intuito de reconhecer a importância dessa época na constituição da paisagem da cidade sob a ótica da preservação. Esse trabalho faz parte de uma pesquisa maior que tem por objetivo produzir um catálogo de informações sobre a produção

This work is part of a bigger research that aims to produce a catalogue of information about Ouro Preto's architectural production, during the 19th century and the beginning of the 20th century. To carry out the field research, which is still in progress, the city was divided in seven areas, being presented in this work the first results in the neighborhoods of Barra and Pilar. The work is inserted in the contemporary historiography research line, that recognizes all artistic and esthetical manifestations.

KEY-WORDS: Ouro Preto, Ecletism, 19th century, patrimony

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo foi apresentado no ArquiMemória 5, Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, realizado em Salvador no ano de 2017. Neste estudo, entende-se o ecletismo como uma atitude de espírito e escolha, através de uma ausência de linha única de pensamento, onde há o respeito por uma conjunção do tempo, cuja escala e dimensão se aproxima do homem e de sua relação com a sociedade. Trata-se de um conceito de progresso e modernidade, em momento de avanços dos processos construtivos e do aprofundamento do conceito de gosto e beleza, até então baseados em cânones clássicos. Procura-se entender o Ecletismo como uma dialética entre arte e progresso; história e ciência; tradição e novidade. Em meio aos progressos científicos e tecnológicos, não se pretendia seguir uma doutrina arquitetônica, e sim adotar uma nova postura em relação à história, utilizando da fusão, incorporação e associação de elementos do passado como ensinamentos e não como “imitação”.

Para Lemos (1987), o ecletismo deve ser entendido como a somatória de toda a produção arquitetônica criada a partir do final do primeiro quartel do século XIX, juntando-se ao neoclássico. A princípio, surgiram as obras neogóticas em oposição às neoclássicas e a partir dessa coexistência, explica Lemos (1987: 70), “veio à tona no panorama arquitetônico a expressão filosófica ecletismo, que designava primordialmente a tolerância a duas ideias ou dois comportamentos concomitantes”. Após o neogótico apareceram outros neos formando uma corrente historicista pautada na liberdade de criação, permitindo a combinação de formas e a mistura de ornamentações de diferentes estilos. Salgueiro (1987) considera eclética a liberdade de escolha de linguagens dentro de repertórios pretéritos. Fabris (1987) corrobora com a análise e ressalta que, além do caráter artístico, pode-se constatar um desejo pela “acumulação”.

O objetivo deste trabalho é, a partir desses conceitos, analisar parte do centro histórico da cidade de Ouro Preto, buscando identificar e valorizar a produção arquitetônica do século XIX e início do XX, em meio ao conjunto datado do período colonial, com o intuito de reconhecer a importância dessa época na constituição da paisagem sob a ótica da preservação. A cidade de Ouro Preto é internacionalmente conhecida por seu conjunto arquitetônico e urbanístico do período colonial. A

homogeneidade da paisagem, com suas arquiteturas coloniais e barrocas, é aqui considerada um “mito” construído na década de 1930, quando a cidade foi (re) descoberta pelos modernistas. De fato, segundo Salgueiro (1996, p.135), “as ideias míticas da historiografia, que insistiam sobre a ‘uniformidade’ e o caráter ‘espontâneo’ das mudanças e afirmavam a ‘autenticidade nativa’ das casas de Ouro Preto, já estão hoje mais ou menos ultrapassadas”. A autora aponta ainda que grande parte do casario de Ouro Preto data do século XIX ou mesmo do século XX, sendo assim, quando se analisam as edificações cotidianas, pode-se considerá-la mais como uma cidade do século XIX do que como uma cidade colonial.

A história da arquitetura, especialmente a europeia, possuía grande importância como referência para a nova linguagem arquitetônica, pois através dela o profissional encontrava soluções para os dilemas contemporâneos. O ecletismo não se caracterizava simplesmente por uma combinação de estilos do passado, ele também se distinguia pela utilização de novos materiais e técnicas construtivas (JUNQUEIRA SCHETTINO, 2012).

A produção eclética brasileira tinha necessidade de criar uma base cultural que a vinculasse às produções arquitetônicas realizadas na Europa. A vinculação à história da arquitetura europeia garantia ao país sua inserção na origem civilizada, cosmopolita e moderna da tradição artística ocidental, relacionando o presente ao progresso e a um futuro de desenvolvimento. O ecletismo chegou ao Brasil, efetivamente, na segunda metade do século XIX, a partir do aumento das importações de materiais, consequência do crescimento econômico proveniente da exportação do café nacional nesta época. (HOMEM, 1996). Peixoto (2000, p. 6) define objetivamente a arquitetura eclética através da associação de referências estilísticas de diversas origens em uma mesma edificação. E, ao estabelecer a periodização no Brasil, o autor aponta que “convencionou-se usar o termo numa acepção mais elástica para designar a produção de arquitetura inspirada pela academia após o declínio do neoclassicismo”.

No Brasil, a renovação do interesse sobre a produção arquitetônica, do século XIX e início do XX nos meios acadêmicos, ocorreu a partir da década de 1980. Embora a historiografia contemporânea venha resgatando o ecletismo, a maioria das pesquisas sobre Ouro Preto trata do período colonial e, em especial, de sua arquitetura religiosa. O presente trabalho se insere na linha de pesquisa da historiografia contemporânea, que reconhece todas as manifestações artísticas e estéticas, trazendo ao debate a produção arquitetônica do final do século XIX e início do XX, com o intuito de reconhecer a importância dessa época na constituição da paisagem da cidade de Ouro Preto.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior que tem por objetivo produzir um catálogo de informações sobre a produção arquitetônica ouro-pretana, durante o século XIX até a primeira metade do XX, permitindo ampliar o conhecimento das construções características dessa época na cidade. Para realização do trabalho, o sítio histórico foi dividido em sete regiões, sendo aqui apresentados os primeiros resultados, a partir de identificação, catalogação e análise das edificações que compõe o casario nos bairros

da Barra e do Pilar. Entretanto, os dados a serem apresentados se restringem aos aspectos externos, de fachadas. A partir de levantamento bibliográfico, iconográfico e da pesquisa de campo, tem-se a produção de um corpo documental, que geraram quadros síntese e estabeleceram categorias de análise, ao identificar aspectos arquitetônicos e estilísticos, em suas particularidades construtivas e decorativas.

2 | MANIFESTAÇÕES DO ECLETISMO EM OURO PRETO

Após a independência, em 1823, a antiga Vila Rica recebe o título de Imperial Cidade de Ouro Preto e, segundo Meniconi (1999), há uma mudança de postura e manifestação do poder do Império. Na segunda metade do século XIX, ocorrem as primeiras modificações nas fachadas das igrejas matrizes, que recebem elementos “neoclássicos”. Teve-se o início de um processo de “modernização” das construções e, no final do século XIX e início do XX, parte da cidade foi remodelada ao gosto eclético, através de modificações, intervenções e novas construções, incluindo novos usos e programas, resultados de demandas específicas da sociedade. Essa modificação das fachadas, principalmente, provocou uma sobreposição de elementos de diferentes estilos e períodos históricos, impossibilitando uma leitura linear da arquitetura ouro-pretana (SALGUEIRO, 1996). Por outro lado, Vasconcellos (2011: 58), ao tratar das influências oitocentistas na arquitetura da cidade e descrever as impressões de viajantes do século XIX, afirma que essas “manifestam-se, de preferência, em adaptações, enriquecimentos decorativos ou aplicações de novos elementos de acabamento (o ferro, o estuque, o lambrequim, as vergas caprichosas) sendo raras as inovações propriamente ditas ou alterações profundas em sua arquitetura”. Esses produtos industrializados passaram a chegar à cidade com mais frequência a partir da instalação da estrada de ferro, em 1888. (SALGUEIRO, 1996).

O período foi marcado por debates relativos à transferência da capital do Estado para o local denominado Curral Del Rei, atual Belo Horizonte, cuja instalação ocorreu, oficialmente, em 1897 (SILVEIRA, 1926). Conforme descreve Drummond (2011) não faltaram planos e projetos para modernizar a cidade e evitar a transferência da capital. Em 1892, a Câmara aprova o Plano de Melhoramentos de Ouro Preto, com o objetivo de promover melhorias e avanços na cidade (MENICONI, 1999). A Figura 01 apresenta parte do projeto do Boulevard na cidade de Ouro Preto, com a representação gráfica de como seriam as novas casas, ao estilo eclético da época. Segundo Salgueiro (1996), os planos não se concretizam pelas dificuldades de execução, falta de recurso, e discordância entre engenheiros, empreiteiros e municipalidade; mas torna-se importante mencioná-lo, pois a iniciativa suscitou intervenções e modificações substanciais no casario da cidade.



Figura 01: Parte do Projecto de Boulevard, 1891, autor desconhecido

Fonte: Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Acredita-se que o Ecletismo que se instaurou em Ouro Preto possui peculiaridades e não possa ser tratado como um estilo que rompe por completo com a arquitetura tradicional e menos ainda com seu traçado urbano. Trata-se de uma “modernização”, em sua maioria de “fachada”, onde se manteve a implantação e partido das construções, com raras exceções. Campos (2005) corrobora com essa análise ao indicar que a arquitetura eclética produzida em núcleos urbanos coloniais, mantiveram o esquema tradicional dos lotes e volumetria, afirmando ainda que, nem mesmo o partido e o sistema construtivo se renovam por completo. A autora denomina essa arquitetura de “ecletismo de fachada”, indicando que o repertório estilístico foi variado, ressaltando o uso da platibanda.

Para Lemos (1979), no Brasil, o ecletismo assumiu dois aspectos diferentes quanto aos meios de execução. Nas grandes cidades, as camadas privilegiadas encomendavam seus projetos a arquitetos estrangeiros que trouxeram de seus países de origem as novidades de diversas linguagens estilísticas. A segunda categoria diz respeito à produção arquitetônica popular, praticada pelas camadas menos favorecidas da sociedade que não possuíam recursos suficientes para contratar arquitetos estrangeiros de renome, prática muito comum nas cidades do interior do país. Lemos (1979) acredita que essa arquitetura popular urbana, do final do século XIX e início do XX, não pode ser chamada de eclética. Devendo-se restringir esta denominação às obras planejadas por profissionais experientes.

Por outro lado, Salgueiro (1996) ao analisar a manifestação do ecletismo em Ouro Preto, afirma que o mesmo se desenvolve de forma provinciana, entendendo que existem várias temporalidades e associações estilísticas, e que as transformações não ocorrem de forma linear, e se encontram deslocadas no tempo. Aponta ainda que, nas cidades mineiras, o passado se torna fator limitante, onde nem sempre se encontram mecanismos de renovação completa, o que resulta em uma associação de repertórios do passado, sobrepostos ao que a autora chama de “invariantes iniciais”. Salgueiro (1996) introduz uma importante questão ao atribuir o conceito de ecletismo “vernacular” à arquitetura que recebeu elementos modernizantes. E afirma que isso ocorreu com maior liberdade na arquitetura cotidiana, que se entende como residencial e, por vezes, mista. Essa abordagem valoriza a importância do detalhe e de sua função

como ornamento em uma fachada pitoresca, e reconhece que:

Recuperar a função do ornamento no ecletismo vernacular de Ouro Preto no final do século XIX significa entender que ele serve para dar relevo, destacar partes e pontuar o desenho das fachadas, aceitando a hipótese de que estamos diante de um estilo em que estas são consideradas como autônomas em relação aos aspectos construtivos (Salgueiro, 1996, p. 142).

No contexto de progresso do final do século XIX, o homem procura se modernizar e para isso almeja apagar as feições da antiga cidade colonial, através da introdução de elementos inovadores, que consistia no emprego de um vasto e variável repertório do passado, quando se reconhece no ecletismo o estilo mais “moderno”, adotado pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. E este desejo pode se manifestar em diferentes níveis e estar associado a aspectos técnicos e socioculturais, como autoconstrução ou mesmo recurso financeiro. Sendo assim, no “ecletismo vernacular” o elemento pode ser inserido isoladamente, em parte, rompendo com um sistema de regras e composição. Ou seja, o elemento é justaposto ou sobreposto na fachada que conserva suas feições da arquitetura de tradição luso brasileira. Ainda nesta vertente podem-se encontrar casas em Ouro Preto com fachadas visivelmente e completamente alteradas dentro do gosto eclético (SALGUEIRO, 1996).

Campos (2005, p. 169) tende a corroborar com a análise de Salgueiro ao caracterizar como “ecletismo vernáculo”, parte da arquitetura modificada e construída em Ouro Preto, no final do século XIX e início do XX. Nesta perspectiva, se reconhece duas versões para o que a autora chama de “gosto Eclético”; uma “ortodoxa” que se pode notar em edificações mais suntuosas e em monumentos oficiais; e outra “despretensiosa que se transforma em verdadeiro vernáculo”, que segundo sua análise, “não contrasta substancialmente com a tradição colonial de se construir e que de certo modo tinha eficiência econômica e sensibilização estética”.

Salgueiro (1996) considera que a manifestação do ecletismo em cidades provinciais, como é o caso de Ouro Preto é caracterizado por três variantes principais, conforme classificação da Revista dos Construtores, de 1886: (i) a platibanda, característica da neorrenascença; (ii) o arco pleno, símbolo do neoclássico; (iii) e o chalé, reconhecido como ecletismo pitoresco.

Lemos et al (2006, p.9) analisa os aspectos do ecletismo em Ouro Preto e indica que, a chegada da ferrovia facilitou o acesso a materiais como “o tijolo, o ferro fundido e a louça, e de concepções técnicas”, sendo estes inseridos pelos proprietários como elementos modernizantes, dentro de aspectos estéticos e de uma perspectiva higienista e de conforto. As edificações foram alteadas do solo, para afastar da umidade e receberam maiores alturas, assim como maiores aberturas.

Em meio à arquitetura eclética de Ouro Preto, destacam-se duas vertentes específicas: o chalé e o neocolonial. O chalé, apontado por Salgueiro (1996) como uma variante do ecletismo provinciano, se manifesta na cidade também de forma particular, quando parte de seus aspectos, empena e lambrequim, são incorporados

em edificações de matriz colonial. Para Vasconcellos (1956, p.301), a fisionomia da cidade não se modifica substancialmente ao incorporar as inovações do século XIX, apresentando como ressalva a introdução dos “chalets”, que fogem à tradição luso brasileira, ao se caracterizar por “pontos altos de sua cobertura e seus largos beirais de caibros corridos, ornados de lambrequins”.

Segawa (2014) aponta Ouro Preto como a cidade no Brasil onde mais se encontram arquiteturas neocoloniais, movimento que pode ser considerado como uma das manifestações do ecletismo, se diferindo deste por resgatar referenciais nacionalistas. Fabris (1987, p.289) afirma que, a maioria dos intelectuais modernos apoiou o movimento pelo resgate da “identidade nacional”, entretanto, destaca que “a defesa do neocolonial possui raízes ideológicas muito mais do que estéticas e é este próprio aspecto que não faz perceber a seus defensores que não passava de mais um neo na vasta floração eclética (...”).

As construções ecléticas foram amplamente criticadas por escritores, pensadores e arquitetos brasileiros, especialmente a partir da década de 1920. Mário de Andrade, Monteiro Lobato, entre outros, escreveram artigos se posicionando contra o que eles consideravam como a “cidade europeia” no Brasil. Para os modernos, que influenciaram na primeira fase de atuação do IPHAN, apenas as arquiteturas do período colonial deveriam ser consideradas patrimônio nacional (FONSECA, 1997). Dentro deste contexto, várias edificações ecléticas ou com elementos ecléticos, de cidades históricas como Ouro Preto, foram modificadas, adquirindo feições coloniais condizentes com o discurso moderno, em se manter uma imagem de cidade colonial preservada.

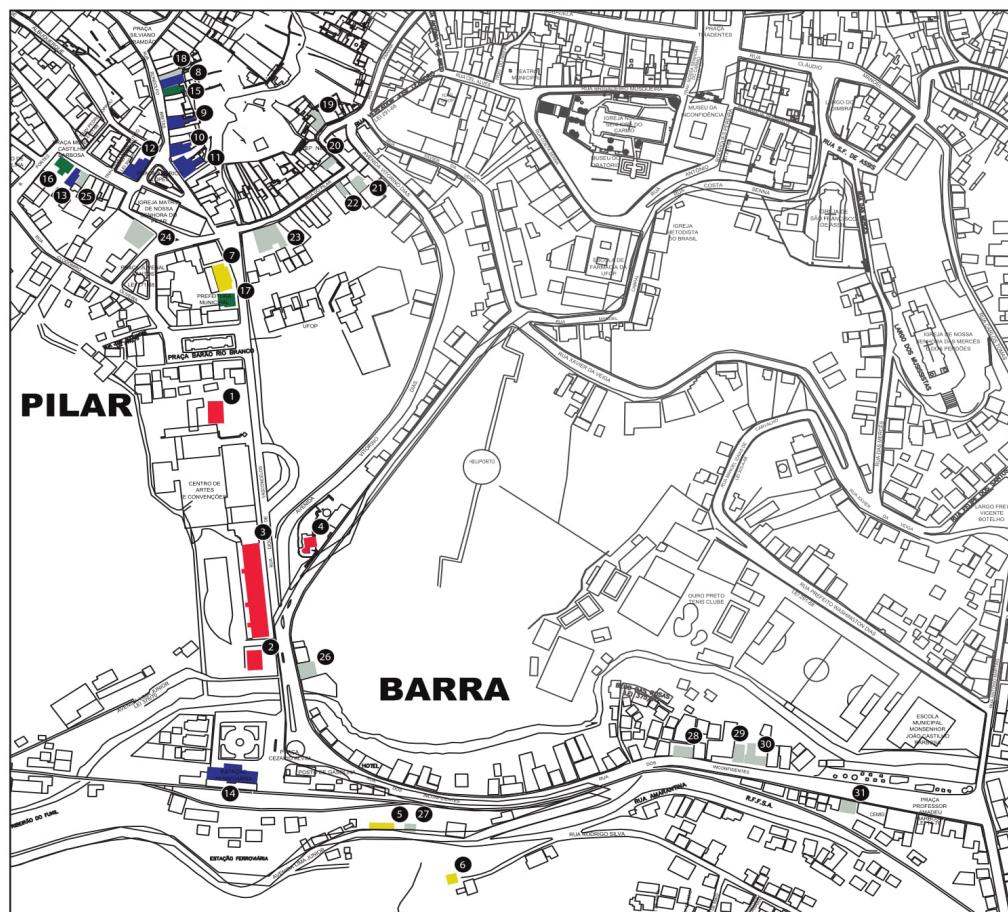
Entretanto, essa arquitetura, juntamente com outros fatores históricos, tem grande importância para a compreensão da organização social dos séculos XIX e início do XX, considerando que foi através dessa linguagem estilística que a sociedade que estava sendo criada concretizou seus ideais de modernidade e civilização (JUNQUEIRA SCHETTINO, 2012). Arquitetos do período moderno, como Lúcio Costa e Sylvio de Vasconcellos demonstravam certa “intolerância” em relação à arquitetura eclética, fruto de um forte contexto político e cultural, com base em valores nacionalistas. Sendo assim, a falta de valorização e reconhecimento gerou uma lacuna na história da arquitetura brasileira, além da perda e descaracterização de diversos exemplares do período eclético em várias cidades do país.

Brasileiro (2008, p.364) aponta que, a partir da década de 1960, Sylvio de Vasconcellos vai “reavivar o valor da arquitetura eclética”, ao rever e apontar tanto “seu valor estético quanto técnico, considerando inovador e digno de preservação”, reconhecendo em seus escritos o risco iminente desse período se tornar uma lacuna na história da arquitetura brasileira. Lacuna esta que a pesquisa aqui apresentada pretende preencher, reforçando a importância dessa linguagem na conformação da paisagem da cidade de Ouro Preto.

3 | CATEGORIAS DAS ARQUITETURAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX EM OURO PRETO NAS REGIÕES DA BARRA E DO PILAR

Por se tratar de uma primeira etapa de pesquisa são apresentados, neste artigo, os resultados alcançados nas regiões da Barra e do Pilar. Após a identificação dos exemplares na região, foram realizados estudo e cadastramento de 31 (trinta e uma) edificações, sendo 04 (quatro) neocoloniais, 03 (três) chalés, 07 (sete) ecléticas de repertório historicista variado, 03 (três) modificadas à feição colonial em meados do século XX e 14 (quatorze) com elementos oitocentistas. Das edificações inventariadas, apenas em 11 (onze) foi possível o acesso interno.

Para este artigo foram desenvolvidos quadros síntese, Figuras 03, 04, 05 e 06, que sistematizam os dados das edificações cadastradas e inventariadas. As mesmas foram separadas em quatro grupos de forte identidade visual: neocolonial que faz referência à arquitetura luso-brasileira, em especial a religiosa, tendo como princípio o resgate de tradições nacionalistas no início do século XX; chalé, caracterizados principalmente por seus telhados com considerável inclinação, empêna representativa e lambrequim; ecléticas, sendo aquelas que apresentam em sua fachada um sistema de composição através de elementos historicistas variados, como: porão alto, platibandas, arquitraves, pilastras, molduras, cimalhas, cornijas, ornatos em estuque, entre outros, além do emprego de materiais industrializados e pré-fabricados, como os tijolos e o ferro; e, por fim, aquelas que receberam de forma isolada elementos oitocentista associados. Todas as edificações foram identificadas no Mapa, Figura 02. As edificações modificadas à feição colonial em meados do século XX, também localizadas no mapa, serão tratadas separadamente mais adiante, através de registros iconográficos. Curiosamente, as edificações neocoloniais estão concentradas em uma mesma região. Ainda não se sabe exatamente a razão, mas são contemporâneas e, supostamente, construídas em conjunto.



LEGENDA

- Neocolonial (4 unidades)
- Chalé (3 unidades)
- Edificações Eклéticas (7 unidades)
- Edificações modificadas a feição colonial a partir de 1930 (3 unidades)
- Edificações com elementos oitocentista (14 unidades)



Figura 02: Mapa das edificações cadastradas nas regiões da Barra e Pilar

Os exemplares dos estilos neocolonial e chalé, considerados aqui como vertentes do ecletismo, foram sistematizados nos quadros das Figuras 03 e 04 respectivamente.

Quadro Síntese – Neocolonial

01 	02 	03 	04 
Uso: Institucional (Reitoria da UFOP) Endereço: Rua Diogo de Vasconcelos, 122.	Uso: Institucional (Procuradoria da UFOP) Endereço: Rua Diogo de Vasconcelos, 328.	Uso: Institucional (Parque Metalúrgico – Centro de Convenções) Endereço: Rua Diogo de Vasconcelos, 328.	Uso: Institucional (Escola Pequeno Mundo) Endereço: Rua Pacífico Homem, 246.
Elementos de composição: Janela com folhas de madeira e vidro e rocalhas em estuque; na fachada lateral esquerda : varanda circular de acesso; pináculo e rocalha em estuque; porta com caixilho de madeira, folhas em madeira e vidro e almofadas em madeira; frontão sinuoso com ornatos em estuque; óculo quadrilobado; beiral com acabamento em cimalha tipo capa e bica; telhas coloniais tipo capa e bica; colunas toscanas; cunhais marcados com pináculos; fechamento do muro com balauistre; vergas diversas: reta, facetada e em arco abatido; nichos como oratório; molduras nas aberturas e ornamentação em argamassa nas sobrevergas.	Elementos de composição: varanda; frontão sinuoso com ornatos em estuque; óculos; beiral com acabamento em cimalha peito de pombo de estuque; telhas coloniais tipo capa e bica; colunas toscanas; cunhais marcados com pináculos; fechamento do muro com balauistre; vergas diversas: reta, facetada e em arco abatido; nichos como oratório; molduras nas aberturas e ornamentação em argamassa nas sobrevergas.	Elementos de composição: Platibanda contendo elementos que fazem referência ao barroco, diversas tipologias de óculos, platibanda com frontões triangulares e sinuosos, óculos, telhas coloniais arrematam topo da platibanda, verga reta, molduras e ornatos, ritmo marcado por pilastres encimadas por pináculos triangulares.	Elementos de composição: varanda circular; frontão sinuoso com ornatos em estuque; óculos quadrilobado; beiral com acabamento em cimalha de estuque; telhas coloniais tipo capa e bica; colunas toscanas; guarda-corpo em balauistre; óculo; janela com verga em curva e recurva; bandeira fixa em madeira e vidro; muxarabi como fechamento; molduras em argamassa nas aberturas e ornatos em estuque nas sobrevergas.

Figura 03: Quadro Síntese – Edificações Neocoloniais levantadas nos bairros Barra e Pilar

Quadro Síntese – Chalé

05 	06 	07 
Uso: Residencial End.: Avenida Lima Júnior, 156. Barra.	Uso: Residencial End.: Rua Amarantina, s.n.	Uso: Institucional – Controladoria Geral do Município End.: Rua Diogo de Vasconcelos, 50. Pilar.
Elementos de composição: molduras e ornatos em argamassa; vergas em arco ogival; folhas das esquadrias em madeira e vidro com bandeira fixa; varanda de acesso sustentada por pilares metálicos tubulares de seção circular; telhas tipo capa e bica; óculo losangular.	Elementos de composição: varanda com pilares em ferro tubular de seção circular e balaústres de concreto; porão elevado; porta de madeira com verga em arco ogival; esquadria em madeira e vidro com bandeira fixa; fachada frontal apresenta janela com verga em arco ogival e bandeira com desenho em inspirações góticas.	Elementos de composição: janelas com vergas em arco pleno com bandeira fixa e desenhos radiais inscritas em semicírculo; folha em madeira e vidro; lambrequim; ornatos em estuque com imagem de figura humana na sobreverga; óculo circular com ornato; moldura nas aberturas; porão alto evidenciado por óculo oval com gradil de ferro.

Figura 04: Quadro Síntese – Chalés levantadas nos bairros Barra e Pilar

A Figura 05 apresenta o quadro síntese das edificações ecléticas, correspondentes aos exemplares construídos ou modificados, caracterizadas pelo chamado “ecletismo vernacular”, com exceção de uma arquitetura mais ortodoxa, caso da Estação Ferroviária, edificação 14. O movimento que se formou buscava referências em estilos pretéritos, marcados pela composição de platibandas, cimalhas, cornijas, entablamentos, molduras, ornamentos em estuque, pilastras, aberturas com verga em arco pleno, entre outros elementos variados, em um sistema de composição marcado por um processo de “modernização” e avanços tecnológicos.

QUADRO SÍNTSE - EDIFICAÇÕES ECLETICAS

 9	 10	 11
Uso: Residencial End.: Rua Randolph Bretas, 59. Pilar. Elementos de composição: Porão alto; platibanda sinuosa arrematada com cornija; varanda lateral com pilares de ferro e lambrequim; gradis de ferro; janelas com vergas variadas; em arco abatido e reto; janelas com bandeira fixa e folhas em caixilho de madeira, vedação em vidro e veneziana; ornatos e molduras em estuque, demarcando pilares, platibanda e janela.	Uso: Comercial End.: Rua Randolph Bretas, 85. Pilar. Elementos de composição: Entrada lateral; porão alto; platibanda reta decorada com motivos geométricos arrematada com cornija; varanda lateral com pilares de ferro tubular de seção circular e lambrequim; gradis de ferro; janelas com vergas retas; janelas com bandeira fixa e folhas em caixilho de madeira, vedação em vidro e veneziana; ornatos e molduras em estuque, demarcando pilares, platibanda e janela.	Uso: Residencial End.: Praça Américo Lopes, 09. Pilar. Elementos de composição: Esquadrias com vergas em arco, sendo os vãos centrais em arco pleno e os laterais em uma composição de arco abatido; folhas e bandeiras em madeira e vidro, varanda lateral com pilares de ferro tubular de seção circular; gradis de ferro; ornatos e molduras em estuque marcam pilares e parede sobrevergas, platibanda sinuosa decorada e arrematada com cornija, frisos ornamentais em baixo relevo na parede.
 12	 13	 14
Uso: Residencial End.: Praça Mons. Castilho Barbosa, 02. Pilar. Elementos de Composição: Platibanda decorada com parte central em arco abatido, arrematada por cornija; pilares ritmados, do tipo "colossal", dividem a fachada em três partes; molduras e ornatos em estuque; esquadrias em vergas retas com bandeira em madeira e vidro; folhas das esquadrias em madeira e vidro; veneziana.	Uso: Misto - Residencial e Comercial End.: Praça Monsenhor Castilho Barbosa, 55. Pilar. Elementos de composição: Platibanda decorada com forma central em arco, encimado por elemento ornamental, arrematada por cornija; esquadrias em vergas retas, com folhas e bandeira em madeira e vidro; molduras em estuque, demarcando pilares, platibanda e janela.	Uso: Serviço (Estação Ferroviária) End.: Praça Cesário Alvim, s/nº - Pilar. Elementos de composição: Platibanda reta; vergas variadas em arco pleno e arco abatido; folhas esquadrias variadas: em madeira cega, janelas de madeira e vidro no sistema de abrir e guilhotina; bandeira em madeira e vidro; óculo; acesso central por meio de pequena escadaria; bossagem maneirista nos cunhais; molduras dos vãos do volume central.

Figura 05: Quadro Síntese – Edificações Ecléticas levantadas nos bairros Barra e Pilar

Notam-se, nos exemplares da Figura 05, duas das variantes apontadas por Salgueiro (1996), do ecletismo provincial marcado pelo emprego da platibanda (neorenascença) e do arco pleno (neoclássico). Estes traços estilísticos são manifestações atemporais de códigos da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro que, associados, são denominados ecléticos. É comum encontrar vergas das mais variadas, retas, em arco abatido, arco pleno, ou mesmo aquelas de referência neogótica, como a ogival e “em ponta”. Este primeiro estudo tende a confirmar a análise de Salgueiro (1996, p.143), quando a autora afirma que “a diferenciação de estilos se faz muitas vezes por metonímia - detalhes ou partes (o arco pleno, a platibanda) são suficientes para representar um ‘estilo’”.

Outra questão que merece destaque é a incorporação das varandas estruturadas por pilares de ferro tubulares de seção circular, os quais podem ser encontrados nas edificações de números 09, 10 e 11, que acabam por se adaptar aos lotes estreitos e compridos do período colonial.

O quadro a seguir, Figura 06, sintetiza os elementos oitocentistas associados às edificações que conservam aspectos da arquitetura luso brasileira. A pesquisa compartilha dos conceitos apresentados por Salgueiro (1996), ao afirmar que as alterações e modificações na incorporação de variantes estilísticas não são resultantes de uma questão de “gosto”, mas sim fruto de uma mudança social e da atitude e desejo legítimo de se modernizar e de fazer parte de sua época. O habitante procura assim, incorporar elementos em seu imóvel que represente progresso, que propicie conforto, e que modifique as feições tradicionais. Mas, como identificado anteriormente, essa

ação depende de variáveis socioculturais e, sobretudo, econômicas.



Figura 06: Quadro Síntese – Elementos oitocentista

Neste sentido, é importante reconhecer o valor do detalhe e do ornamento no chamado “ecletismo vernacular”. Os lambrequins foram amplamente empregados em Ouro Preto, como se pode ver nas edificações 9, 10, 18 e 20. De grande recorrência foi a alteração de janelas, como na verga em ponta da edificação 25, Figura 06, que pode ser associada ao neogótico; ou mesmo modificações de folhas, quando se incorpora bandeiras estilizadas e elementos industrializados como a veneziana. Também é possível encontrar desenhos em baixo relevo na fachada, como na edificação 23, Figura 06, moldados através de peças de ferro. Estes elementos acabam por gerar um aspecto pitoresco de fachada, próprio do “ecletismo provinciano”.

Os balcões com grades de ferro foram amplamente empregados, como se pode verificar nas edificações 23 e 25, Figura 06. Segundo Salgueiro (1996), os balcões de ferro se tornaram símbolo da arquitetura urbana cosmopolita do século XIX, pela introdução do metal. Esses elementos adquirem diversas formas e desenhos estilísticos. O ferro fundido é introduzido em guarda-corpo, posteriormente substituído pelo ferro laminado de “seção quadrada ou em fita”, em desenhos variados (VASCONCELLOS, 1956).

Vasconcellos (1956), em seu livro Vila Rica - Formação e Desenvolvimento - Residências, dedica parte do capítulo VII, intitulado Fachadas, à análise das edificações no século XIX e ressalta o emprego de novas técnicas e materiais. O autor descreve que, com algumas exceções, ao longo do século XIX, as edificações incorporam em suas fachadas “no máximo, elementos mais decorativos, caixilhos caprichosos, pinturas inadequadas, esquadrias de venezianas, meios-portões de ferro

(...) ou modilhões sob as sacadas (...)" (VASCONCELLOS, 1956, p.301). Acrescenta, ainda, a tendência por pés-direitos mais altos, referenciais neogóticos em vergas, que também se apresentam em arcos plenos, ressaltando o emprego de cornijas e bandeiras estilizadas e variadas.

O desenvolvimento da pesquisa mostrou a necessidade de criar uma classificação, esquematizada na Figura 07, tendo em vista a gênese das construções ecléticas em Ouro Preto e suas variações morfológicas. Entende-se que a arquitetura eclética ouro-pretana pode ser dividida em quatro categorias: edificações de matriz colonial; edificações de tradição luso brasileira com elementos oitocentista; edificações ecléticas em sua origem; edificações ecléticas, em sua origem ou não, que foram modificadas ao gosto colonial a partir da década de 1930.

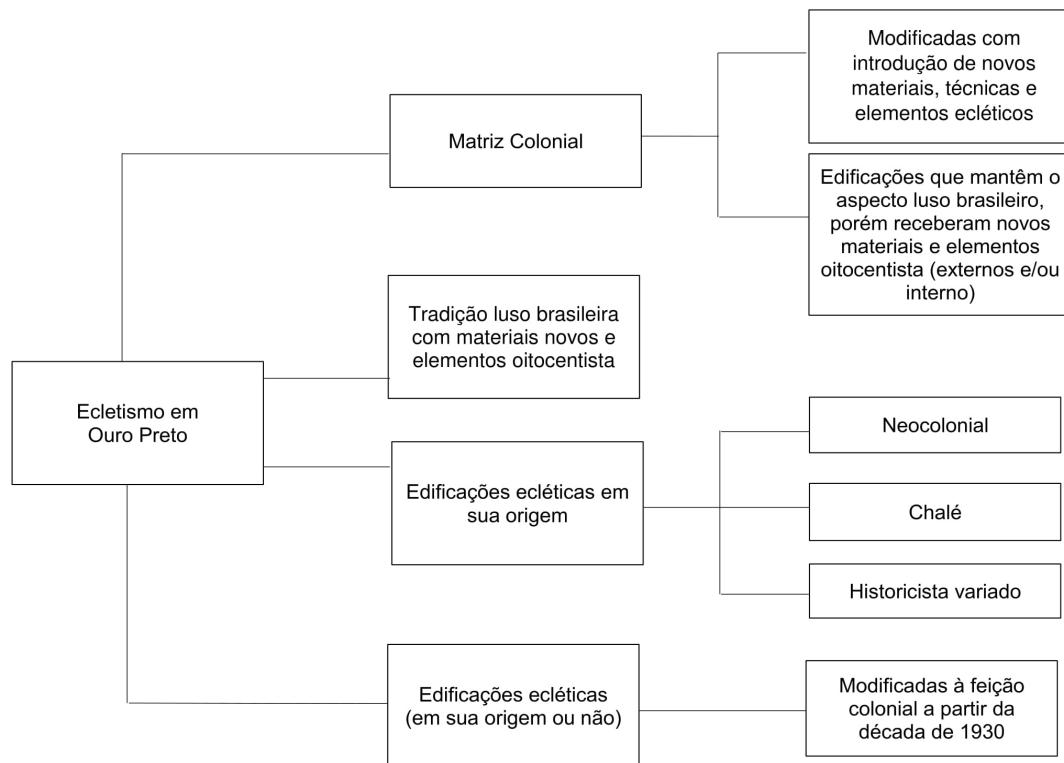


Figura 07: Organograma Ecletismo em Ouro Preto

As edificações de matriz colonial foram classificadas em: modificadas com a introdução de novos materiais, técnicas e elementos ecléticos; e edificações que mantêm o aspecto luso brasileiro, porém receberam novos materiais e elementos oitocentista, podendo ser internos e/ou externos. As edificações de tradição luso brasileira com elementos oitocentista são aquelas que, mesmo construídas no século XIX, mantêm os aspectos tradicionais interpostos com materiais e elementos do século XIX, internos e/ou externos. Já as ecléticas em sua origem apresentam variações do neocolonial, do tipo chalé e de um repertório historicista variado, seja ele clássico, neogótico, mourão, entre outros.

A Figura 08 registra a edificação conhecida como Solar Baeta Neves que, supostamente, foi construída na virada do século XIX para o XX. Trata-se de um imóvel que apresenta um esquema formal de tradição luso brasileira, o que demonstra certa permanência da arquitetura colonial, porém com a introdução de elementos decorativos em estuque nas sobrevergas, cunhais marcados, balcões em grade de ferro decorada, esquadrias com bandeira e folhas estilizadas e janelas incorporando elementos industrializados como a veneziana.



Figura 08: Solar Baeta Neves. FONTE: Fotografia Paula Ribeiro, 2017

Além dessas classificações, existem edificações ecléticas, em sua origem ou não, que foram modificadas a partir da década de 1930, provavelmente pelos ideais vigentes modernistas, que por repúdio ao ecletismo, promovem intervenções buscando a homogeneização disfarçada da unidade estilística do período colonial. Na região estudada, percebe-se essa atuação no imóvel de número 17, Figura 10. Ao observar a foto da Figura 09, que retrata a região supostamente no início do século XX, pode-se notar que o mesmo imóvel, localizado na parte central do quarteirão e ao lado de um chalé, possuía platibanda em configuração eclética.



Figura 09: Edificação 17 em estilo eclético. FONTE: Ouro Preto (2008, p.31).



Figura 10: Edificação 17 atualmente após as modificações estilísticas. FONTE: Gabriela Pascoal, 2017

Nas imagens que se seguem é possível verificar que a edificação da esquina em estilo eclético, casa número 16 no mapa, Figura 02, foi modificada após a década de 1950, adquirindo feições da arquitetura colonial, com a remoção da platibanda e de modenaturas nas janelas, Figuras 11 e 12.



Figura 11: Edificação 16, em estilo eclético – 1949. Fonte: Sorgine (2008, p. 116)



Figura 12: Edificação 16 (canto direito inferior). Fotografia Pedro Lobo em 1980. Fonte: Ouro Preto (2008, p.61)

Na Rua Randolpho Bretas, conhecida atualmente por Rua da Escadinha, nota-se que a casa número 15, Figura 13, também foi alterada de forma a se assemelhar à arquitetura do período colonial, sendo eliminada a platibanda, embora neste caso tenha sido mantida a varanda lateral, além de relevos na fachada, como elementos reminiscentes, Figura 14. As edificações deste logradouro merecem destaque, pois conforme se pode notar na Figura 15, provavelmente no final do século XIX, a Rua Randolpho Bretas era conformada por um conjunto de casas de tipologia colonial, que em parte foram “modernizadas”, incorporando elementos e ornamentos ecléticos. Ao analisar a imagem da Figura 15, e compará-la aos registros nas Figuras 13, 14 e 16, é possível constatar que algumas edificações foram demolidas, e outras parecem ter sido reconstruídas, recebendo afastamento e varanda lateral.

Salgueiro (1996) analisa que não se pode falar em uma ruptura completa com o modelo tradicional, mas antes, em uma ambição de se “modernizar”, que se entende como legítima pelo novo contexto social e político. Neste sentido, é possível notar que as típicas varandas laterais, se adaptam aos lotes estreitos do período colonial.



Figura 13: Edificações 08 e 15, em estilo eclético em 1949. Fonte: Sorgine (2008, p. 123)



Figura 14: Edificação número 15 atualmente, após receber alterações. FONTE: Paula Ribeiro, 2017

A Figura 16, também retrata a Rua Ranfolpho Bretas em 1949, onde se pode notar em primeiro plano, a casa de número 10, identificada em mapa, onde ainda se conserva as características da arquitetura eclética. Também é possível verificar alterações em esquadrias com uso de elementos industrializados com folhas em vidro e venezianas de madeira.



Figura 15: Vista da Rua Randolpho Bretas, atual Rua da Escadinha em data desconhecida – provavelmente fins do século XIX. Fonte: Desconhecida



Figura 16: Vista da Rua Randolpho Bretas, atual Rua da Escadinha em 1949. Fonte: Sorgine (2008, p. 123)

Em inventário realizado em 1949, Vasconcellos aponta, entre outras questões, que “o número de casas novas em terrenos antes vazios é diminuto. Para 75 casas novas constatadas, apenas 40%, no máximo, serão de casas construídas em terrenos que não possuíam casas anteriormente” (SORGINE, 2008, p. 36). Essa constatação demonstra que grande parte das novas edificações possui matriz colonial, ou foram construídas sobre embasamento colonial.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado na introdução, este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, que se encontra em andamento. Nesta primeira etapa, foi possível identificar quais e quantas edificações nas regiões até então levantadas, Barra e Pilar, possuem características ecléticas, e quais, embora mantenha seu esquema tradicional, se inovaram com a introdução e justaposição de elementos oitocentista, modificando e marcando a paisagem da cidade. O estudo reconhece a importância desses elementos como detalhes e ornamentação no ecletismo “provincial” ou “vernacular”. Também foi possível constatar edificações de matriz colonial, porém modificadas e reformadas, na adequação e atualização ao que se tinha de mais “moderno”. Outro ponto em questão é o maior emprego de elementos clássicos, o que supostamente ocorre por enraizamento de uma tradição, ao se considerar no estilo Barroco, uma matriz renascentista. Estudos morfológicos do conjunto urbano apontam em geral para construções em “parede meia”, sem afastamentos laterais, implantadas em terrenos longos e estreitos, o que explica uma arquitetura eclética, na maioria das vezes, de

“fachada”, mantendo a implantação e partido das construções coloniais.

Constata-se que em Ouro Preto, assim como em outras cidades do Brasil, ocorreu durante o século XIX uma renovação das arquiteturas com o intuito de modernizar a cidade, especialmente na segunda metade do oitocentos, produzindo uma arquitetura que incorpora elementos inovadores, mas não necessariamente se torna uma arquitetura eclética ortodoxa. Faz-se importante destacar as intervenções sofridas por diversas edificações ecléticas na cidade, resultado de uma política preservacionista, que desprezava o estilo eclético e defendia a unidade estilística do passado colonial. É possível perceber certo descompasso na “aparente” homogeneização estabelecida pelos modernistas. Reconhece-se na cidade um ecletismo “provinciano” e “vernacular”, onde se nota a incorporação de temporalidades históricas, não lineares, como bem destaca Salgueiro (1996, p. 144):

Ouro Preto, como as demais cidades do “ciclo” do ouro (...) é um exemplo de cidade eclética vernacular, transhistórica e atemporal. Sobre suas fachadas coabitam formas do passado - natas e impostas, subjacentes no século XIX e retomadas pela política de “recolonização” do patrimônio histórico a partir dos anos 1950, com motivos fabricados industrialmente e técnicas construtivas novas.

Entretanto, cabe destacar que a arquitetura neocolonial encontra-se aparentemente mais preservada no conjunto da arquitetura eclética de Ouro Preto, talvez pelas referências nacionalistas, o que gerou aceitação de alguns modernistas, como Lúcio Costa. Além das descaracterizações, a partir de 1950, com a retomada do crescimento econômico, proveniente do desenvolvimento industrial, o início do turismo e o aumento da população, intensificam-se construções de novas edificações, muitas vezes desprovidas de qualidade, cujo padrão estilístico busca referência no período colonial, apelidado por muitos de “Estilo Patrimônio”.

As primeiras conclusões, sobre a produção eclética ouropretana, já surgem na medida em que é possível reconhecer a utilização de um repertório formal e estilístico nas fachadas, que estabelece uma marca no conjunto arquitetônico da cidade; e a constatação da presença das edificações neocoloniais e dos chalés. Entretanto, entende-se como necessárias pesquisas e desdobramentos que incorporem os aspectos técnicos construtivos e o emprego dos materiais, além de análises dos interiores e dos modos de morar e viver.

REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, Vanessa Borges. **Sylvio de Vasconcellos: Um arquiteto para além da forma**. Belo Horizonte: 2008. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História. UFMG.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Minas Gerais no limiar da modernização: o Ecletismo Vernacular em três cidades de origem colonial**. In: Actas Congresso Internacional sobre Arquitetura Vernácula, Carmona, Espanha, 2005. Disponível em: <https://www.upo.es/depa/webdhum/areas/arte/actas/cisav05/co_15.pdf>. Acesso em: 14/09/2017.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. (Org.). **Ouro Preto cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica. (1711-1911)**. Ouro Preto: Liberdade, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – IPHAN, 2005. 296p.

FABRIS, Annateresa. **O Ecletismo à luz do modernismo**. In: FABRIS, Annateresa (org.) Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel, 1987.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JUNQUEIRA SCHETTINO, Patrícia Thomé. **A Mulher e a Casa. Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX**. Belo Horizonte: 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - UFMG.

LEMOS, Carlos. **Ecletismo em São Paulo**. In: FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LEMOS, C.B.; MARTINS C.M.M.; BOIS, M.C.M.S. **O século XIX na paisagem cultural ouro-pretana. Cotidiano, arquitetura e modernidade imperial**. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira: economia, história, demografia e políticas públicas, 2006.

MENICONI, Rodrigo Otávio De Marco. **A construção de uma cidade-monumento: O caso de Ouro Preto**. Dissertação de Mestrado, Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 1999.

OURO PRETO – Imagens/pesquisa, Maria da Graça Soto Queiroz; Érika P. Machado.- Brasília,DF:IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Reflexo das Luzes na Terra do Sol. Sobre a Teoria de Arquitetura no Brasil da Independência**. São Paulo: ProEditores, 2000.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930**. In: FABRIS, Annateresa (org.) Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”**. In: Anais do Museu Paulista, vol 4, pp. 125-63, jan/dez 1996.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1926.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica. Formação e desenvolvimento - residências**. Rio de Janeiro: INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO, 1956.

Colaboração: Paula Ribeiro- bolsista Cnpq de julho/2016 a agosto/2017 e Gabriela Santos Pascoal - voluntária. Graduandas em Arquitetura e Urbanismo, UFOP.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Especialista em História, Arte e Cultura e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há dez anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação. Produzindo pesquisa e material didático para o ensino de arte com essa temática.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

A standard linear barcode representing the ISBN number 978-85-85107-38-3.

9 788585 107383